

Universidade Federal de Pelotas

Programa de Pós Graduação Mestrado em Ciências Sociais



Dissertação

Redes Sociais de Prevenção da Violência: Opacidade ou visibilidade nas inter-relações dos atores sociais e moradores de três bairros do município de Rio Grande.

Fabiana Jorge da Silva

Pelotas, 2012

FABIANA JORGE DA SILVA

Redes Sociais de Prevenção da Violência: Opacidade ou visibilidade nas inter-relações dos atores sociais e moradores de três bairros do município de Rio Grande.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Thereza Rosa Ribeiro

Pelotas, 2012

Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Maria Thereza Rosa Ribeiro _____

Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva _____

Prof. Dr. Luiz Antônio Bogo Chies _____

Prof. Dr. Pedro Alcides Robertt Niz _____

Aos meus pais, ao meu companheiro
Paulo e ao meu filho Júlio (meu
presentinho).

Meus agradecimentos a Professora Doutora Maria Thereza Rosa Ribeiro, pelos aportes e todo o apoio, sem eles este trabalho não se realizaria. Aos professores doutores Alex Niche Teixeira e Pedro Alcides Robertt Niz também pelos aportes quando da qualificação e apoio. À equipe de Agentes Comunitárias de Saúde dos Bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita pela ajuda inicial. Aos entrevistados que me receberam tão calorosamente em suas casas. A todos aqueles amigos e familiares que entenderam minha ausência no período da elaboração deste estudo. À equipe de trabalho do Programa Estadual de Prevenção da Violência e do Programa Municipal em Rio Grande, em especial à amiga Claudia Degani. Aos meus colegas de trabalho que gentilmente me cederam o tempo necessário para a realização deste trabalho. E a todos aqueles que de uma maneira ou outra colaboraram comigo.

A violência nasce da palavra emparedada
(COLOMBIER, 1989).

Resumo

SILVA, Fabiana Jorge da. **Redes Sociais de Prevenção da Violência: Opacidade ou visibilidade nas inter-relações dos atores sociais e moradores de três bairros do município de Rio Grande.** 2012. 214f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

O Município de Rio Grande, através de seus gestores desenvolve desde 2002, um trabalho em rede de prevenção de violência e atenção à criança e ao adolescente. Em 2007 o Governo do Estado do Rio Grande do Sul implementa na cidade de Rio Grande, com o apoio da UNESCO, o Programa de Prevenção da Violência - PPV, nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, que consistia em criar redes de prevenção da violência com os atores sociais. Após alguns anos de desenvolvimento, se fez necessário ver se as ações em rede desenvolvidas pelo município eram capazes de alterar a percepção e a vivência dos moradores daqueles bairros de Rio Grande quanto à violência. Através de entrevistas semiestruturadas e seguindo uma metodologia de análise baseada nas obras dos autores Adrián Gurza Lavalle e Robert A. Hanneman, observamos que a violência e o crime, introduziram quebras de arranjos na vida cotidiana dos moradores daqueles bairros estudados levando ao surgimento de novas formas de sociabilidades. Observamos também que a rede de prevenção analisada é insuficiente para mudar a percepção dos moradores quanto à violência. As instituições que integram essas redes possuem uma baixa capacidade técnica de atuação e pouca representação entre os moradores. Também, constatamos através das entrevistas com os atores sociais das instituições, que eles preferem ficar fora do debate sobre políticas públicas. As relações entre as organizações da rede de prevenção da violência são na sua maior parte obrigatórias, isto é, quando existe uma determinação legal ou protocolar para que trabalhem juntas, como o Conselho Tutelar e o Ministério Público, por exemplo. Também as relações se apresentam unilaterais, quando apenas um ator consegue identificar o outro como parceiro e outras são recíprocas, quando os atores sociais são capazes de se identificar mutuamente.

Palavras-chave: Rede social. Violência. Estado e Sociedade Civil. Percepção dos moradores. Análise relacional.

Abstract

SILVA, Fabiana Jorge da. **Redes Sociais de Prevenção da Violência: Opacidade ou visibilidade nas inter-relações dos atores sociais e moradores de três bairros do município de Rio Grande.** 2012. 214f. Dissertação - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The city of Rio Grande, through its managers developed since 2002, a networking violence prevention and care of children and adolescents. In 2007 the State Government of Rio Grande do Sul implements in Rio Grande, with support from UNESCO, the Violence Prevention Program - PPV, in the neighborhoods Castelo Branco I, Castelo Branco II and Santa Rita, which consisted to create networks for the prevention of violence with social actors. After some years of development, it was necessary to see if the actions of the network were able to change the perception and experience of residents of those neighborhoods of Rio Grande on the violence. Through semi-structured interviews and following a methodology of analysis based on the works of authors Adrián Gurza Lavalle and Robert A. Hanneman, noted that violence and crime, introduced breaks arrangements in the daily life of residents of those neighborhoods studied leading to the emergence of new forms of sociability. We also observed that prevention networks analyzed are insufficient to change the perception of residents about the violence. The institutions that make up these networks have a low technical capacity for action and underrepresented among the residents. We also verified through interviews with social actors, they prefer to stay out of the debate on public policy. The relationships between the organizations of the network to prevent violence are mostly mandatory, ie when there is a legal determination or protocols to work together, as the Guardian Council and the Prosecutor, for example. The relationships are one-sided, when only one actor can identify each other as partners and are reciprocal, when social actors are able to identify each other.

Keywords: Social Networking. Violence. State and Civil Society. Perception of residents. Relational analysis.

Lista de Figuras

Figura 1	Tipologia da violência segundo a Organização Mundial da Saúde	35
Figura 2	Gráfico de óbitos por suicídio, homicídio e acidentes de trânsito nos 50 municípios de maior ocorrência do RS.....	69
Figura 3	Gráfico dos acidentes e violências com maiores ocorrências no município de Rio Grande.....	69
Figura 4	Gráfico de Atendimento realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social.....	71
Figura 5	Gráfico de Atendimento realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto ao gênero das vítimas.....	71
Figura 6	Gráfico de Atendimento realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto a idade das vítimas.....	72
Figura 7	Gráfico de Atendimento realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto ao tipo de violência sofrida.....	72
Figura 8	Gráfico de Atendimento realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto ao órgão notificador.....	72
Figura 9	Gráfico de Atendimento realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto ao local de ocorrência da violência.....	73
Figura 10	Gráfico quanto ao tipo de violência sofrida atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande	74
Figura 11	Gráfico quanto a idade das vítimas atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande	74
Figura 12	Gráfico quanto à cor das vítimas atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande	74
Figura 13	Gráfico quanto à ocupação das vítimas atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande	75
Figura 14	Gráfico quanto ao grau de instrução das vítimas atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande	75

Figura 15	Matriz binária simples das instituições citadas no diagnóstico municipal do PPV (2009) e nas entrevistas	100
Figura 16	Sociograma das organizações citadas no diagnóstico situacional do PPV e nas entrevistas	104

Lista de Tabelas

Tabela 1	Número de usuários por droga utilizada e pontos de drogas nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.....	76
Tabela 2	Número de vítimas por violência física sofrida nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.....	76
Tabela 3	Número de vítimas por violência sexual sofrida nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.....	77
Tabela 4	Número de vítimas por negligência nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.....	77
Tabela 5	Tabela com a tipologia dos atores sociais da rede de Prevenção da Violência do Município de Rio Grande	82

Lista de abreviaturas e siglas

ESF: Estratégia de Saúde da Família

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

GTGM: Grupo Técnico de Gestores Municipais

MP: Ministério Público

ONU: Organização das Nações Unidas

UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

OMS: Organização Mundial da Saúde

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPV: Programa Estadual de Prevenção da Violência

SMS: Secretaria Municipal de Saúde

DSTs: Doenças Sexualmente Transmissíveis

PAM: Posto de Atendimento Médico

SPA: Serviço de Pronto Atendimento

CREAS: Centro de Referência Especializada em Assistência Social

ONG: Organização não Governamental

NASF: Núcleo de Apoio a Saúde da Família

NEPES: Núcleo Municipal de Educação Permanente em Saúde

CUFA: Central Única das Favelas

COMDICA: Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes

ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

CAPS: Centro de Apoio Psico-Social

PIM: Programa Primeira Infância Melhor

ACS: Agente Comunitário de Saúde

FURG: Universidade Federal de Rio Grande

CAIC: Centro de Atenção Integral à Criança

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA	17
1.1 O AUMENTO DA VIOLÊNCIA E A SOCIOLOGIA DA CONFLITUALIDADE.....	18
1.2 A MUNDIALIZAÇÃO DAS CONFLITUALIDADES.....	22
1.3 OS CONCEITOS DE VIOLÊNCIA E CONSEQUÊNCIAS.....	25
1.4 AS ORIGENS DA VIOLÊNCIA	30
1.5 VIOLÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA.....	33
1.6 A TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA	35
1.7 EXISTEM RESPOSTAS À VIOLÊNCIA.....	37
CAPÍTULO II - AS REDES SOCIAIS	40
2.1 SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS	43
2.2 O QUE SÃO REDES? PORQUE A SOCIEDADE COMEÇOU A ORGANIZAR-SE EM REDES?.....	51
2.3 METODOLOGIA DO ESTUDO DE REDES SOCIAIS	57
CAPÍTULO III - DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE	62
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	63
3.2 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GEOGRÁFICOS	63
3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS E TURÍSTICOS	64
3.4 MAPEAMENTO DA REDE DE SERVIÇOS.....	65
3.5 PANORAMA DOS ACIDENTES E VIOLÊNCIAS	68
3.5.1 DADOS AGRUPADOS EM RELAÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS NA ÁREA DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA - PPV.....	75
CAPÍTULO IV – OPACIDADE OU VISIBILIDADE NAS INTER-RELAÇÕES DOS ENTREVISTADOS	78
4.1 INTRODUÇÃO.....	78
4.2 ENTREVISTA COM AS INSTITUIÇÕES	80
4.2.1 - RESPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES.....	92
4.3 ENTREVISTA COM OS MORADORES	109
4.3.1 MORADORES DO BAIRRO CASTELO BRANCO I	112
4.3.2 MORADORES DO BAIRRO CASTELO BRANCO II.....	137
4.3.3 MORADORES DO BAIRRO SANTA RITA	156
4.3.4 INTERPRETAÇÃO DAS NARRATIVAS	182
CONSIDERAÇÕES FINAIS	189
REFERÊNCIAS	192
Anexo I – Mapa dos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.....	198

Anexo II – Instrumentos de Pesquisa	199
Anexo III - Termo de Aceite	202
Anexo IV – Regimento Interno da Câmara Setorial de Segurança e Prevenção de Violência do Programa Estadual de Prevenção da Violência	203
Anexo V – Resolução 4.925 da Organização Mundial da Saúde	209
Anexo VI – Fotos dos bairros estudados	212

INTRODUÇÃO

Nosso interesse no estudo das redes sociais surge a partir de uma experiência empírica, no marco de um programa chamado: “Programa de Prevenção da Violência - PPV”. De iniciativa do Governo do Estado e executado pela UNESCO em 2009 e 2010, o Programa nos levou a conhecer a rede social do município de Rio Grande – RS, formada por instituições da sociedade civil e comunidade, que tinha como escopo, entre outros, o exercício da democracia e da cidadania para a prevenção da violência. Faremos um breve histórico desta rede e do Programa.

O Município de Rio Grande começou a desenvolver seu trabalho em rede em meados de 2002 quando, o então promotor de justiça da infância e adolescência no município, Rodrigo Schoeller de Moraes, constatou que os jovens infratores deveriam ser atendidos dentro de um modelo ecológico de atenção¹, envolvendo assistência social, educação, apoio psicológico e familiar entre outros. Ele observou que apenas as medidas socioeducativas não eram suficientes para resolver os conflitos que vivem e geram os jovens em conflito com a lei.

Diante desta constatação, o Promotor chamou para uma reunião diversos setores da sociedade civil, do governo municipal, através de suas secretarias e representantes do poder legislativo. Dessa iniciativa surgiu o Programa Aliança e após o Programa “Rede Família” no ano de 2006, com foco na atenção à criança e ao adolescente (MORAES et al., 2011, p. 15 - 22). Outras iniciativas de trabalho em rede foram surgindo no município a partir de então.

Em 2007, reconhecendo a violência como uma questão de saúde pública, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul cria uma Câmara Setorial específica para a prevenção da violência através do Decreto 44.907/2007 de 27 de fevereiro de 2007. Esta Câmara é composta por um representante de cada uma das secretarias estaduais. Posteriormente esta Câmara ficou conhecida como “o grupo técnico de gestores estaduais” que define e orienta programas, estratégias e diretrizes ligadas ao tema de prevenção da violência. Estava criado o Programa de Prevenção da Violência – PPV.

Buscando a intersetorialidade, o Programa passa à responsabilidade do Gabinete da então Governadora do Estado, Yeda Crusius, vinculado ao Programa

¹ O modelo ecológico considera em 4 níveis o entorno da violência: 1) os fatores biológicos e a história do indivíduo; 2) as relações mais próximas deste indivíduo; 3) o contexto comunitário e 4) os fatores relativos à estrutura da sociedade.

Estruturante "Nossas Cidades". Desta maneira, todas as secretarias poderiam e se veriam obrigadas a aportar sua contribuição para o sucesso do Programa.

Após, entendendo que a participação da sociedade civil não substitui os agentes estatais, mas contribui para a democratização e controle social da gestão pública e querendo a participação desta sociedade, o Governo do Estado cria o Comitê Estadual para a Prevenção da Violência no Rio Grande do Sul, através do Decreto 44.908 de 2007, que é composto pela Câmara Setorial e pela sociedade civil, criando uma rede de prevenção da violência.

Suas principais atribuições são: contribuir para a formação e articulação das redes de prevenção da violência, integrando as ações de governo e das entidades civis (ver Regimento Interno do Comitê Estadual, artigo 4º, alínea b). Este Programa tinha como objetivo reduzir em 20% os indicadores de violência nos 50 municípios mais violentos do Estado, identificando os principais desafios através de um diagnóstico municipal, integrando as soluções existentes no município, articulando as instituições públicas e privadas, promovendo as ações governamentais e não governamentais e construindo uma rede social de atenção às vítimas e de prevenção da violência.

Em 2009, o município de Rio Grande adere ao Programa Estadual, com o intuito de aceder aos recursos disponibilizados aos municípios que implementavam a metodologia proposta. Para tanto, Rio Grande conjugou as ações do já existente Programa Rede Família com as do Programa de Prevenção da Violência, sem perder, contudo, o foco na infância e na adolescência.

Sucintamente esta metodologia proposta pelo PPV consistia em: criar grupos técnicos de gestores que trabalhariam políticas públicas; criar comitês municipais para o debate dos temas e organização das ações de prevenção da violência; elaborar diagnósticos municipais dos 50 municípios mais violentos do Estado, onde se identificaria as principais ameaças sofridas no município, mas também as principais fortalezas, bem como as instituições que trabalham com a prevenção da violência. Após, os municípios deveriam escolher, com base no diagnóstico realizado, uma determinada zona geográfica para concentrar os esforços das instituições mapeadas, ou seja, uma zona piloto.

Em Rio Grande, foram escolhidos três bairros contíguos como zona piloto: Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.

Para executar o Programa, o Governo do Estado e a UNESCO firmaram um termo de cooperação técnica, onde os consultores da UNESCO apoiariam os

municípios a implementar este Programa de Prevenção da Violência – PPV, nos mesmos moldes que o Programa Estadual. Fui contratada pela UNESCO para trabalhar nos municípios de Rio Grande, Pelotas, Camaquã, São Lourenço do Sul e Canguçu, auxiliando os municípios a, entre outras coisas, formarem suas redes de prevenção.

Dentro deste trabalho de consultoria, percebemos a importância de conhecer o referencial teórico de redes, violência, sociedade civil, políticas públicas, representatividade, entre outros, que foram necessários para pensar numa metodologia de programa para prevenção da violência. Todo nosso conhecimento sobre violência e redes até aquele momento era empírico, oriundo da experiência profissional.

Para a elaboração desta dissertação, inicialmente tomamos como centro da análise o Programa de Prevenção da Violência - PPV de Rio Grande, a fim de problematizar a estrutura e o funcionamento da rede formada pelo PPV e averiguar qual era o impacto dela nas relações dos moradores de três bairros periféricos do município de Rio Grande/RS – Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita –, no que tange a percepção e vivência deles sobre a violência contra a criança e o adolescente e o respeito aos direitos humanos. Em Rio Grande, já existia desde 2002, um programa de trabalho em rede chamado Rede Família, que incorporou o PPV a fim de otimizar recursos e aproveitar as experiências.

Porém um fator determinante tirou o foco da investigação sobre o PPV: A troca de governo estadual, que acarretou o “fim” do Programa de Prevenção da Violência - PPV. Rio Grande, no entanto, que já vinha realizando um trabalho em rede, desde 2002, através do Programa Rede Família, continuou a desenvolver uma política de prevenção à violência nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita. Mantivemos nossa investigação na rede de prevenção de violência desenvolvida pelo município.

Fizemos entrevistas semi-estruturadas com moradores dos bairros, representantes de instituições e dirigentes municipais, que ofereceram informações para entender o funcionamento e estrutura da rede e a percepção dos moradores sobre ela e sobre a violência.

Esta dissertação se divide em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresentará o referencial teórico da violência. O segundo capítulo apresentará o referencial teórico das redes. Também os conceitos que permeiam as redes sociais como sociedade civil, políticas públicas, Estado, representatividade, entre outros.

Estes referenciais teóricos dão a base para o trabalho de campo e a interpretação das entrevistas.

O terceiro capítulo é uma síntese da caracterização e situação do município de Rio Grande quanto à violência.

O último capítulo é nosso trabalho de campo, com a confrontação entre o que a sociologia conceitua como rede e violência e o que entendem os atores sociais envolvidos nesta investigação, sejam governamentais ou não e, os moradores. Qual a percepção dos moradores sobre violência e, se existe alteração desta percepção, depois da implementação da rede.

Nas considerações finais se espera problematizar quais são os paradoxos e/ou a validade do modelo proposto pelo trabalho em rede desenvolvido em Rio Grande.

CAPÍTULO I – A VIOLÊNCIA

Para poder entender a percepção e vivência sobre violência dos moradores de três bairros periféricos de Rio Grande, precisamos entender o que a sociologia conceitua como violência. Para isso, neste capítulo teorizaremos sobre o aumento da violência ligada a falência do sistema que deveria manter a ordem e, como o incremento da violência reflete nas relações, de tal maneira que a sociologia começa ocupar-se do tema, surgindo o que José Vicente Tavares dos Santos chama de “sociologia da conflitualidade” (2009).

Tangenciaremos alguns recortes temáticos e ideias chave que podem auxiliar no estudo e na compreensão deste fenômeno chamado “violência”, ressaltando que independentemente do recorte utilizado, violência e crime são os problemas sociais que dão a base da sociologia da conflitualidade, que compreende os conflitos sociais como criadores de outras relações sociais. Tensões, conflitos, lutas sociais, são constitutivos das relações, processos e estruturas sociais (cf. TAVARES DOS SANTOS, 2009).

Falaremos da violência em uma “era da mundialização” e como esta nova perspectiva mundial demanda novas conceituações e estudos. Partimos do conceito de violência da Organização Mundial da Saúde - OMS para expandi-lo a partir de elementos sociológicos e chegar, por fim, ao conceito de Tavares dos Santos que tem seu foco nas relações sociais.

Tangenciaremos também as causas e consequências da violência. De uma maneira didática tentaremos separar “causa” de “consequência” para explicá-las e depois juntaremos ambas para explicar como, em um enfoque ecológico e circular não há causa e consequência, e sim um sistema de influências recíprocas.

Usamos Teresa Pires do Rio Caldeira para explicar sobre a “fala do crime”, como ela é utilizada para justificar a segregação social e espacial das cidades e como existe uma relação entre violência, significação e ordem.

A tolerância com a violência, a banalidade do crime, a descrença nos mecanismos institucionais–legais, também serão temas tangenciados neste capítulo.

Dentro do que chamamos de “origens da violência”, mostraremos algumas características da violência e mostraremos algumas hipóteses abordadas na produção bibliográfica para explicá-las. Mostraremos como a violência tem implicações na saúde pública e como os governos, desde 1996, vêm considerando a

violência como um problema de saúde pública. Utilizamos os estudos sobre violência da OMS para tipificar a violência.

Por fim, concluímos o capítulo com a apresentação do modelo ecológico de enfrentamento da violência que considera em quatro níveis o entorno da violência: 1) os fatores biológicos e a história do indivíduo; 2) as relações mais próximas deste indivíduo; 3) o contexto comunitário e 4) os fatores relativos à estrutura da sociedade, tentando mostrar como esta é a melhor forma de se pensar em enfrentamento da violência.

1.1 O AUMENTO DA VIOLÊNCIA E A SOCIOLOGIA DA CONFLITUALIDADE

O crescimento dos conflitos sociais e a expansão da violência difusa² na sociedade apontam para uma crise do contrato social com ruptura dos laços sociais. Esta perspectiva nos traz algumas indagações que tentam compreender o significado das práticas sociais da violência.

“Quais seriam as origens sociais da violência [...]? Está nascendo um código social[...] orientado pela violência? [...]Estar-se-iam gestando outras normas sociais, alimentadas pelas lutas sociais contra violência? [...]Há como reconstruir] laços sociais?” E quem poderia fazer isso? (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 31 - 32).

O aumento da violência agrega insegurança às ansiedades vivenciadas com as mudanças sociais, políticas, econômicas. As discussões sobre o medo do crime mostram que quando as relações sociais não podem mais ser decodificadas segundo antigos critérios, aumentam estas angustias. O universo do crime – fala do crime, medo, crescimento da violência, fracasso das instituições da ordem, privatização da segurança e a segregação das cidades - revela “de uma forma sintética e marcante o caráter disjuntivo da democracia brasileira” (CALDEIRA, 2003, p. 55). A referida autora explica que: “A violência e o desrespeito aos direitos civis constituem uma das principais dimensões da democracia disjuntiva do Brasil. Ao denominá-la disjuntiva [...] chamamos a atenção para seu processo contraditório de simultânea expansão e desrespeito aos direitos da cidadania, processos que de fato

² Como explica César Barreira e Sérgio Adorno (2010) o difuso está relacionado com a possibilidade de que qualquer pessoa pode sofrer alguma prática violenta. “O senso comum é perspicaz, quando propala o lado “democrático” da violência, que não discrimina classe social, gênero ou faixa etária” (p. 306). Outra característica da violência difusa é que os locais seguros e protegidos estão desaparecendo. Barreira e Adorno, no entanto, apesar desta explicação da violência difusa, não negam a existência de vítimas preferenciais, aquelas que estão em maior grau de vulnerabilidade social.

marcaram muitas democracias do mundo atual [...]” (cf. CALDEIRA, 2003). De um lado, inegavelmente, aconteceu a expansão da cidadania política, porém de outro lado, há o universo do crime onde também inegável e contraditoriamente, a violência, tanto civil quanto do Estado vem aumentando significativamente. Esse aumento da violência parece estar ligado “à falência do sistema judiciário, à privatização da justiça, aos abusos da polícia, à fortificação das cidades e à destruição dos espaços públicos” (CALDEIRA, 2003, p. 55). Parece que a democracia não trouxe o respeito aos direitos humanos, mas morte e violência (cf. CALDEIRA, 2003, p. 55 - 56).

A emergência da sociedade democrática e livre parecia deixar de lado a herança do mundo marcado por rígidas hierarquias, onde o uso da violência era a fórmula para repor laços rompidos nas relações sociais quando ocorria uma transgressão das fronteiras sociais.

Parecia que a sociedade na medida que ia se modernizando, seria capaz de coibir a violência, nas suas mais diversas formas. Um poder único, reconhecido, legítimo e sem clivagens, tornaria a violência um fenômeno anacrônico na vida social. Os conflitos sociais seriam resolvidos por este poder, baseado em leis universais e sem discriminações. Mas o que aconteceu que em mais de cem anos de república, a violência permanece enraizada como modo costumeiro, enraizado, institucionalizado, legitimado e crescente? (cf. ADORNO; CARDIA, 1999).

Como explica Adorno, a violência “permaneceu atravessando todo o tecido social, penetrando em seus espaços mais recônditos e se instalando resolutamente nas instituições sociais e políticas em princípio destinadas a ofertar segurança e proteção aos cidadãos” (ADORNO; CARDIA, 1999, p. 68).

A partir do crescimento e incremento da violência, os cidadãos começam a expressar seus sentimentos de insegurança. Tem-se a ideia que os crimes estão mais violentos e não estão sendo punidos. Seja porque a justiça é falha, seja porque há corrupção das agências de controle da violência (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 308).

Numa perspectiva do estudo da violência, ela se apresenta como costumeira, incorporada nas relações de vizinhança, institucionalizada, isto é, como resposta esperada aos conflitos sociais e necessária para a reposição da ordem e dos laços sociais e de solidariedade familiar rompidos. A violência parece ser entendida como intrínseca à história da humanidade, mas o interesse acadêmico por

seu estudo é recente. A violência e o crime como objetos de investigação não têm mais que 40 anos.

Este interesse surge a partir deste cenário de aumento e intensificação do crime e da violência. É a partir de finais de 1970 que estes fatos ganham atenção das ciências sociais, criando um campo bem abrangente da “sociologia da violência” (cf. BARREIRA; ADORNO, 2010) ou “sociologia da conflitualidade”.

Explica Tavares dos Santos que a sociologia da conflitualidade deveria ser contextualizada no panorama da globalização, de seus efeitos sobre a sociedade e a economia e, no contexto das transformações da estrutura e do espaço social. Pois, “está se desenvolvendo um processo de constituição de formas sociais marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neoliberais, desencadeando novos conflitos sociais e, por vezes, ameaçando a consolidação da democracia nos países periféricos do mundo capitalista” (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p. 13).

E é esta sociologia, que servirá para orientar-nos nesta busca de conceitos, já que ela explica os processos sociais conflitivos, em um cenário de práticas sociais classificadas como violentas e, nos mostra como funciona o controle social.

César Barreira e Sérgio Adorno (2010) fazem o estado da arte dos estudos que compõem esse campo especializado da sociologia. O trabalho deles divide-se em três partes: a incorporação da violência como objeto da sociologia especializada; a identificação das principais linhas de investigação, com os temas de maior repercussão e as conclusões de maior impacto no meio acadêmico; e por fim mostram como os estudos recentes sobre o tema são continuidades de estudos anteriores que tangenciaram a violência e o crime, sem, contudo ser estes os objetos das pesquisas.

Os autores César Barreira e Sérgio Adorno (2010, p. 310) explicam que o foco sociológico do estudo da violência e do crime, privilegia decifrar o curso das mudanças sociais. Eles ainda enfatizam que a sociologia se interessa em “identificar microscópios desarranjos que o crime e a violência introduzem nos tecidos sociais a ponto de suscitar a reinvenção de formas de sociabilidade e de relações de poder que atualizam o passado no presente e, simultaneamente, produzem rupturas” (2010, p. 311). Portanto, Barreira e Adorno dissentem da visão durkheiminiana³ à qual a “anomia” é um estado de falta de normas e perda de identidade dos

³ Quando Durkheim estudou as sociedades mais complexas, aproximou-se das ideias de normalidade e patologia sociais e, a partir delas, introduziu o conceito de anomia. Para saber mais sobre a “anomia” ver a obra “Da Divisão do Trabalho Social. DURKHEIM, Émile. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

indivíduos que gera a desordem e violência em decorrência das intensas transformações no mundo social, e veem o crime e a violência como linguagem social (2010, p. 311).

Neste estado da arte, Adorno e Barreira remontam à obra de Adorno (1993, apud ADORNO; BARREIRA, 2010) e apresentam quatro recortes temáticos para estudar a violência e a conflitualidade. Os recortes mencionados por Adorno são: “estudos que cuidam do movimento⁴ da criminalidade; o perfil social dos delinquentes; a organização social da delinquência; e, por fim, políticas públicas penais” (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 321).

Alba Zaluar trabalha com cinco recortes temáticos para o estudo do tema: a reflexão do que é violência; o medo da população e as representações sociais do crime e da violência; os números e os sentidos da vitimização; a explicação para o aumento da violência e da criminalidade; e o problema social da criminalidade como tema de política pública (cf. ZALUAR, 1999).

Tavares dos Santos enfatiza que independentemente do recorte que se escolha para estudar ou compreender a violência e o crime, atenta-se que esses são os problemas sociais que dão a base da sociologia da conflitualidade. Esta compreende os conflitos sociais como criadores de outras relações sociais, ou seja, as tensões, os conflitos, as lutas sociais, são constitutivos das relações, processos e estruturas sociais. Ainda esclarece Tavares dos Santos (2009, p. 17).

A construção de uma abordagem sociológica sobre a conflitualidade parte de dois problemas sociais, a criminalidade e a violência, os quais têm sido reconstruídos sociologicamente com variadas formulações, desde a sociologia clássica (TAVARES DOS SANTOS, 1999, p. 12).

Tavares dos Santos (2009, p. 17 - 19) sugere um novo olhar sociológico sobre a conflitualidade social, através de um procedimento metodológico que abarca cinco momentos de análise, para entender a violência e o crime. Cabe ressaltar que esse procedimento de análise já havia sido mencionado em sua obra publicada, anteriormente (TAVARES DOS SANTOS, 1999).

O primeiro momento da análise tenta “reconstruir sociologicamente a realidade histórica e social através de feixes de relações que explicariam as diversas manifestações dos fenômenos sociais. [...] [retendo] a complexidade do real [...] na

⁴ Adorno explica que usou o termo “movimento” em lugar de “evolução da criminalidade” “[...] para evitar conotações evolucionistas no tratamento do tema” (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 321).

multiplicidade de suas dimensões, reconhecendo a heterogeneidade do espaço social” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 17).

O segundo momento relaciona-se com a historicidade dos processos conflitivos, sua “determinação espaço-temporal, concebendo a História como um campo aberto a possíveis históricos” que são formados através das lutas históricas e sociais (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 17).

O terceiro momento de análise da conflitualidade traz o conceito de processo social ao se problematizar a realidade social. O processo social é “entendido como mediação entre a historicidade do social e a interpretação e ação dos agentes sociais [...]” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 17).

A perspectiva relacional das relações sociais é o quarto momento proposto por Tavares dos Santos. Para tanto considera as classes, categorias e grupos sociais como “construções práticas e simbólicas de agentes posicionados na estrutura da sociedade, com trajetórias várias e múltiplas estratégias de reprodução social” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 18).

O quinto passo de estudo da violência trata, segundo Tavares dos Santos (2009, p. 18) do “princípio orientador da reconstrução sociológica da vida social”, do reconhecimento da oposição regra-conflito como estruturante do saber sociológico, em suma, privilegia nessa abordagem o “polo da contradição, do conflito e da luta [...]” para compreender o aumento da violência. Nesta direção também, Teresa Caldeira (2003, p. 101) considera necessário analisar o colapso das instituições da ordem e a adoção de medidas extralegais e privadas de enfrentamento à violência e ao crime.

Valendo-se do novo olhar sociológico sobre a conflitualidade, Tavares dos Santos pretende tornar válida a proposta de separação entre questão social e questão sociológica, mediante a reconstrução do significado sociológico das “questões sociais que alimentaram a reflexão sociológica desde seu nascedouro” (2009, p. 16).

1.2 A MUNDIALIZAÇÃO DAS CONFLITUALIDADES

Jose Vicente Tavares dos Santos, em sua obra “Violências e Conflitualidades” (2009), reconstrói as racionalidades políticas específicas da violência através de uma interpretação sociológica de fenômenos de violência em um período que ele chama de “era da mundialização das conflitualidades”. Para

tanto traz a globalização como um dos motivos dos conflitos sociais, eis que a posição social das populações mais diretamente atingidas por ela está caracterizada pela desigualdade de oportunidades, acesso desigual a recursos e uma vivência de situações sociais desiguais (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 15).

Este texto de Tavares dos Santos, em que ele pretende entender a “era da mundialização dos conflitos” e as práticas violentas contemporâneas, nos mostra que não só os processos de exclusão social e econômico são responsáveis pelo aumento da violência, mas também a “ruptura do contrato social e dos laços sociais”, trazendo fenômenos de “desfiliação” e de ruptura nas relações, “dilacerando o vínculo entre o eu e o outro” (cf. TAVARES DOS SANTOS, 2009).

A partir desta perspectiva, José Vicente Tavares dos Santos reforça os problemas multicausais da violência.

Os fenômenos da violência adquirem novos contornos, passando a disseminar-se por toda a sociedade contemporânea: a multiplicidade das formas de violência - violência política, costumeira, violência de gênero, violência sexual, racista, ecológica, simbólica e violência na escola - configuram-se como um processo de dilaceramento da cidadania. As metamorfoses da sociedade contemporânea revelam a historicidade dos processos sociais e a complexidade de seu modo de existir, [...] (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 16).

Existe uma relação direta entre a violência e os processos globalizantes, não só nos países periféricos, mas também nos países centrais do capitalismo (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 46). As relações sociais se reproduzem, logo as práticas violentas incorporam-se a vida cotidiana de homens e mulheres, transformando-se em uma forma de cultura, inscrevendo-se no *habitus* desses grupos que tenderão a reproduzi-las se não houver nenhum tipo de resistência. O fenômeno da violência com suas manifestações avassaladoras, está causando tantos problemas sociais graves e urgentes, que desafiam a interpretação sociológica (SILVA, A., 1999, p. 183 - 185).

Nos últimos trinta anos, ocorreram profundas mutações na sociedade, que Tavares dos Santos define como processo de formação da sociedade mundializada, a *era do globalismo*. Paradoxalmente, esta internacionalização da sociedade está fundada em problemas sociais como a violência, a discriminação seja por gênero, raça ou cor, os problemas de meio ambiente, a fome mundial, entre outros (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 22 - 23).

Segundo Tavares dos Santos, na sociedade mundializada vemos coabitando, um variado tipo de normas sociais que nos levam a ver a

“simultaneidade de padrões de orientação da conduta muitas vezes divergentes e incompatíveis” (2009, p. 13). Ocorre que um ato violento ou uma violência sofrida, “é antecedida ou justificada [...] por uma violência simbólica, que se exerce mediante modos de subjetivação dos agentes sociais envolvidos na relação” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 42).

Os fenômenos violentos adquirem novos contornos, difundindo-se na sociedade e, a compreensão da sua fenomenologia pode ser realizada a partir da noção de “uma rede de poderes que permeia as relações sociais, marcando as interações entre os grupos, as categorias e as classes sociais” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 24).

Verificam-se alterações nas instituições como escola, família, fábricas, religião, etc. e no sistema de justiça criminal, que sofre crises e desinstitucionalização (cf. TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 19). A família, por exemplo, com seu papel de socialização do indivíduo, baseada nos laços de solidariedade e cuidados recíprocos, vive uma crise de valores, onde a violência doméstica emerge como uma prática habitual. A socialização destes indivíduos passa a ser conflitiva, pois indivíduos socializados e habituados à violência incorporam ao seu comportamento atos violentos. Como diz Tavares dos Santos “a interação social passa a ser marcada por estilos violentos, invertendo as expectativas do processo civilizatório” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 25).

Conforme Norbert Elias (1993, p. 135 - 136), o “processo civilizatório” consiste na mudança dos padrões de comportamento instituída pela linguagem e regras de etiqueta de uma sociedade, que impeliu os indivíduos socializados a adotar maneiras de autocontrole de seus atos em comum acordo, na esteira da relação social. Nestes termos, a mentalidade dos indivíduos está entrelaçada à função e posição deles na estrutura social, cuja historicidade é marcada pela diferenciação deles e suas relações de interdependência. No período de longa duração, esse processo de civilidade coincidiu a mudança de estrutura da personalidade com a das relações sociais à transformação da estrutura econômica e política, através da figura do Estado, o qual reserva o direito do monopólio do exercício do controle da violência para garantir a paz, a segurança e a proteção dos cidadãos. Para Elias (1993, p. 135 - 136), quando os indivíduos em suas relações sociais percebem a ameaça, seja do Estado que lança mão do monopólio da violência para desrespeitar os direitos políticos e liberdade de expressão dos cidadãos, seja dos indivíduos e grupos organizados que transgridem regras de

sociabilidade e de respeito ao outro, a sociedade vive uma crise dos padrões de estabilidade e consistência das relações sociais. Tem-se, com isso, um retrocesso em relação ao avanço do movimento de civilidade ancorado na prática comunicacional dos indivíduos, portanto as instituições da sociedade abrangem as práticas de socialização que a todo o momento são colocadas em questão pelo seu inverso, que as subverte, a dessocialização dos indivíduos através dos atos de violência.

1.3 OS CONCEITOS DE VIOLÊNCIA E CONSEQUÊNCIAS

A mundialização das conflitualidades, os novos contornos que o fenômeno violência assumiu, demanda uma nova conceitualização de violência.

Partimos do conceito da Organização Mundial da Saúde – OMS que define a violência como:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS - Relatório mundial sobre violência e saúde, 2002, p. 27).

Este conceito é um bom ponto de partida para entender o que é a violência. No entanto, precisamos ampliá-lo. A definição utilizada pela OMS situa a violência em relação à saúde ou ao bem-estar das pessoas.

Portanto, neste trabalho, queremos agregar ao conceito de violência dado pela OMS, toda a dor e sofrimento evitáveis já que, muito mais importante que entender o dolo de causar dano, *mister* se faz entender a violência na relação social.

A violência seria a relação social, caracterizada pelo uso real ou virtual da força ou coerção que impede o reconhecimento do outro – pessoa, classe, gênero ou raça – provocando algum tipo de dano, configurando o oposto das possibilidades da sociedade democrática (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 16).

Além do crime organizado e dos atos criminosos que escandalizam a sociedade, todas as incivildades, como pichações, depredações, gangues, etc. afetam a percepção de violência, assim como a omissão do poder estatal, enquanto praças mal cuidadas, trânsito caótico, sujeira em período eleitoral, etc.

Mais do que a simples definição do que é a violência ou o crime, de acordo com a visão durkheiminiana, Tavares dos Santos (2009, p. 37) considera que o crime/violência é o ato que ofende a consciência comum, portanto, os atos violentos

são definidos em relação às normas sociais vigentes em uma dada sociedade. Podemos com isso pensar que os atos violentos podem ser intrínsecos da natureza humana e o contrato social surge para, entre outras coisas, regulamentar esta violência.

Neste momento de regulamentação, o uso da violência passa ao controle e monopólio do Estado, que passa a deter o poder de usar a violência. E nesta relação entre poder e violência vemos que a “microfísica da violência significa uma rede de exercício de poder marcada pela força, pela coerção e pelo dano, em relação a outro [...]”(TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 40).

Enfim, vemos alguns elementos fundamentais na definição da violência, como a coerção ou força, que se supõe um dano, seja material, corporal ou simbólico, perpetrado por um indivíduo contra outro (podendo ser também grupos de indivíduos), em uma dada cultura em uma dada época. A violência, portanto, define-se como um fenômeno cultural e histórico que se caracteriza por causar um dano a outrem, “[...] – é uma relação social inegociável, posto que atinge, no limite, as condições de sobrevivência, materiais e simbólicas, daquele percebido como outro, anormal ou desigual, pelo agente da violência” (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 40 - 41).

A violência causa o medo, o sentimento de insegurança sobre as pessoas e sobre as regras de convívio na sociedade, pois ela interfere no tecido social prejudicando a qualidade de vida das pessoas e das relações sociais. Não necessariamente um ator precisa sofrer violência para ser impactado por ela, para sofrer os impactos das mudanças sociais e da nova socialização.

A psicanálise explicaria a violência como o grau extremo da conduta agressiva com finalidades destrutivas, estando a violência no pólo patológico do espectro da agressividade humana (OSÓRIO, 1999, p. 524).

As mudanças sociais, a violência e o medo geram o que Teresa Pires do Rio Caldeira chama de “segregação espacial” (2003, p. 211) e discriminação social. Grupos sociais usam o medo da violência e do crime para justificar a exclusão social, privatizando a segurança e construindo enclaves fortificados, como condomínios fechados, *shoppings centers*, centros comerciais, etc., que mantém o pobre, o negro, o imigrante longe do alcance e das vistas. Estes processos estão mudando a noção de espaço público. Este novo espaço público é fragmentado, articulado em termos de separação rígida e segurança sofisticada, no qual a desigualdade é um valor estruturante. Neste novo espaço público as diferenças são

relevantes, são desvalorizadas as ideologias de igualdade universal ou pluralismo cultural e é, portanto um espaço não democrático e não moderno (CALDEIRA, 2003, p. 258; 339 - 340). São ambientes socialmente homogêneos que conferem status, aos que ali residem, escolheram viver entre pessoas seletas, do mesmo grupo social, sem interações indesejadas, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade. Contraditoriamente escolhem este lugar por não gostar do contato com outros atores. Os espaços comuns nestes enclaves são pouco utilizados, servem apenas para dar o status e, ainda que sejam espaços para os ricos, podem estar na periferia, nas zonas rurais ou ainda, podem estar ao lado de uma favela (CALDEIRA, 2003, p. 259).

As conversas do dia a dia sobre violência, a “fala do crime” (CALDEIRA, 2003, p. 27), encontram diferentes referências, como o crime violento, mas também preconceitos raciais, étnicos, de classe e surge daí referências negativas aos pobres, negros, marginalizados e estrangeiros. Caldeira propõe que este discurso do medo e a proliferação de práticas de segregação são práticas das elites para reconfigurar a segregação espacial que foi condenada com o advento da democracia (2003, p. 340).

Em suma a fala do crime lida não com descrições detalhadas dos criminosos, mas com um conjunto de categorias simplistas, algumas imagens essencializadas que eliminam as ambiguidades e misturas de categorias da vida cotidiana, e que circulam especialmente em momentos de mudança social. A fala do crime não é feita de visões equilibradas, mas da repetição de estereótipos, ainda que se reconheça seu caráter simplista. A fala do crime elabora preconceitos (CALDEIRA, 2003, p. 38).

A “fala do crime” reorganiza simbolicamente a sociedade, afetada pela violência, mas também por processos como democratização política, inflação, exaustão de um modelo de desenvolvimento baseado no nacionalismo, intervenção do Estado na economia, entre outros. Ela “serve para reforçar as sensações de perigo, insegurança e perturbação das pessoas” (CALDEIRA, 2003, p. 27).

O crescimento da violência e a “fala do crime” mostram que existe uma relação entre “violência, significação e ordem”, onde a narração tanto combate como reproduz a violência, ou seja, o discurso do crime faz a violência proliferar ao combater, mas também reorganiza simbolicamente o mundo. Esta ordem simbólica discrimina grupos específicos promovendo sua criminalização e os transforma em vítimas da violência. Também ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e legitimar o uso da vingança, ou seja, da justiça pelas próprias mãos e da segurança

privada. Quando a “fala do crime” resimboliza a violência ela deslegitima a violência legal e legitima a violência ilegal (CALDEIRA, 2003, p. 43)⁵.

César Barreira chama esta “fala do crime” de “cultura do medo” e concorda que ela está aumentando as barreiras sociais. A sociedade demanda mais punição, “tolerância zero”, diminuição da maioria penal, tudo isso caracterizando um verdadeiro “*apartheid social*” (BARREIRA, 2007, p. 11).

O que é dito sobre o crime é repetitivo e fragmentado e divide o mundo entre o bem e o mal e ainda, cria preconceitos e naturaliza a percepção de certos grupos como perigosos, criminalizando certas categorias sociais. Esta criminalização simbólica é tão forte que as próprias vítimas dos estereótipos acabam por reproduzi-lo (cf. CALDEIRA, 2003). A narrativa do crime cria estes estereótipos e preconceitos, separam e reforçam as desigualdades. Ela é pertencente a ordem dominante, portanto não incorporada as experiências dos grupos dominados, descriminalizando e criminalizando eles, produz segregação social e espacial, abuso por parte das instituições da ordem – polícia e judiciário – contestação dos direitos da cidadania e a própria violência. Portanto, a fala do crime está em desacordo com os princípios de igualdade social, tolerância e respeito aos direitos dos outros. Gera uma ordem não democrática, que estimula o enclausuramento, as fronteiras rígidas e distinções dicotomizadas (CALDEIRA, 2003, p. 44 - 45).

O discurso do crime permite expressar os sentimentos de perda e decadência que esses processos geram, como também legitimar a reação que está sendo adotada, como a contratação de segurança privada, isolamentos, encerramento, distanciamento e, emblematicamente, a construção de muros (CALDEIRA, 2003, p. 27).

Em narrativas de crime, esse acontecimento traumático divide a história em “antes” e “depois”. Essa divisão ordenada faz com que o crime assuma na narração o efeito contrário do que teve na experiência: ser vítima de um crime violento é uma experiência extremamente desorientadora. Um crime violento cria uma desordem na experiência vivida e provoca uma desestruturação do mundo, um rompimento. A vida não caminha do mesmo jeito que antes (CALDEIRA, 2003, p. 33).

A privatização da segurança é uma afronta ao monopólio do uso legítimo da força pelo Estado, trazendo o descrédito da sociedade nas instituições como polícia,

⁵ Caldeira faz a diferenciação entre violência legal e violência ilegal. A violência legal seria a violência legítima, pertencente ao sistema judiciário, que é capaz de sancionar a violência em uma forma culturalmente enclausurada, necessários para reproduzir a ordem e o simbolismo. A violência ilegal, é a vingança, a violência ruim (CALDEIRA, 2003, p. 39 - 41)

e sistema judiciário que são vistos como ineficientes, corruptos e violadores de direitos. No entanto a segurança privada, também viola direitos (pistoleiros, matadores de aluguel), mas estas violações paradoxalmente, são mais toleradas pela sociedade (cf. CALDEIRA, 2003).

Retomando o início do capítulo, onde apresentamos que a violência se apresenta como costumeira, como resposta esperada aos conflitos sociais e necessária para a reposição da ordem, analisamos o texto de Teresa Pires do Rio Caldeira (1984) “A Política dos Outros”, que faz um estudo de caso sobre a representação dos moradores do bairro periférico “Jardim das Camélias” em São Paulo, sobre a sociedade em que vivem e o poder político. Neste estudo, Caldeira mostra como a violência é tolerada e aceita por muitos entrevistados como um meio de promover mudanças na situação em que vivem. De um modo geral a mudança está associada “à ideia de desordem e à atuação de três forças que podem ocupar diferentes posições: o governo, os ricos, e os pobres [...]. O caos aparece como alternativa ao ceticismo” (CALDEIRA, 1984, p. 249).

A violência como mecanismo de mudanças surge da descrença nos mecanismos institucionais-legais (CALDEIRA, 1984, p. 254). Os moradores do bairro Jardim das Camélias creem que devem se unir, não em termos de uma categoria, sindicato ou partido, mas sim em termos de uma força, que surge da união geral, “que criasse algo como um novo Leviatã – o ser uno que nasce da comunhão de todos os indivíduos” (CALDEIRA, 1984, p. 255).

A ordem estabelecida é avaliada pelos entrevistados como desigual e desfavorável ao pobre, “e dentro dela não se visualizam possibilidades de mudança” (CALDEIRA, 1984, p. 253), a contestação que é vista como uma situação de desordem vem para introduzir uma nova ordem, ou seja, associam a mudança à desordem.

Observa-se ainda que para outros entrevistados, a violência não precisa acontecer, basta a simples ameaça dela, para que os ricos e o governo, aceitem as mudanças propostas pelos pobres. Vemos que neste estudo de caso, os entrevistados entendem que as mudanças são “externas”, ou seja, só acontecerão se houver interesse do governo e/ou dos ricos, e que os “pobres” devem ameaçar, fazer enfrentamento direto e violento (CALDEIRA, 1984, p. 254) guerra, revolução ou ainda, mais sutilmente, fazer greve (CALDEIRA, 1984, p. 250).

Como efeito da fragmentação societária e da exclusão social e econômica, a violência emerge como prática social naturalizada, na qual as relações sociais inter e

intra grupos, incorporam os atos violentos ao aceitá-los e ao resignar-se aos próprios atos como normal.

1.4 AS ORIGENS DA VIOLÊNCIA

Tavares dos Santos faz uma reflexão sobre as origens da violência nas escolas diante destes fenômenos mundiais de jovens assassinos e *bullying*. As origens da violência parecem estar nas mudanças dos padrões familiares e de vida comunitária (ruptura dos laços sociais) e, no fato de que a sociedade vem redefinindo a violência como normal e aceitável, fortemente estimulado pela mídia, pelo fácil acesso às armas e drogas. Assim os jovens se sentem habilitados e tolerados - por professores, parentes e comunidade - para praticar atos que causem dano a outrem (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 49).

Encontrar uma única causa da violência é tarefa impossível, pois ela possui causas e consequências multifacetárias que se confundem, por tanto, para pensar em prevenção da violência, *mister* se faz definir claramente quais são os fatores de risco e de proteção, para então entender as causas profundas e os fatores desencadeantes imediatos da mesma.

As ciências sociais costumam oferecer três tipos de explicações para a criminalidade. Primeira, a violência está relacionada com urbanização, migração, pobreza, industrialização e analfabetismo. Segunda, a violência está associada às características das instituições de ordem – polícias, tribunais, prisões, etc. E terceira, são as explicações psicológicas, que focam a personalidade do criminoso individualmente (CALDEIRA, 2003, p. 126). Caldeira (2003), na perspectiva de explicar o atual quadro da violência, traz outros três fatores que não podem ser quantificados, são eles:

[...] os elementos culturais, como as concepções dominantes sobre a disseminação do mal, o papel da autoridade e concepção do corpo manipulável [...]. No Brasil, esses conceitos estão associados ao apoio às práticas violentas e à deslegitimação dos direitos individuais. Segundo, a adoção disseminada de medidas ilegais e privadas para combater a criminalidade, cujos efeitos solapam o papel mediador e regulador do sistema judiciário e alimentam um ciclo de vingança privada. Esse ciclo só pode fazer aumentar a violência. Terceiro, há que considerar as políticas relativas à segurança pública e os padrões tradicionais de desempenho da polícia: a ação violenta do Estado ao lidar com o crime acentua a violência, ao invés de controlá-la (CALDEIRA, 2003, p. 127).

Então, embora alguns autores discutam a origem violenta do ser humano, e outros a questão da violência estrutural, observamos que não existe um fator ou

motivo único que explique por que algumas pessoas ou comunidades se comportam de forma violenta. A violência é o resultado da complexa interação de fatores individuais, de relacionamento, sociais, culturais e ambientais. Entender como esses fatores estão relacionados à violência é um dos passos importantes para evitar a violência. Veremos mais adiante o modelo ecológico de enfrentamento da violência, desenvolvido na obra de Tavares dos Santos.

Para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD no Brasil, a violência e a criminalidade urbana são multicausais, pois obedecem a múltiplos fatores, desde a violência incidental até o crime organizado ou violência instrumental. Portanto, a estratégia para promover a convivência e a segurança cidadã deve ser integral e deve incluir ações que se encontram entre um espectro que vá desde a prevenção até o controle (Relatório de Desenvolvimento Humano PNUD, 2009, p. 7).

Quando falamos em violência, falamos também em formas de resolução de conflitos. “Entender estas formas requer considerar não apenas estruturas, mas também processos sociais. Requer considerar quem são os protagonistas dos conflitos violentos” (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 310), desde o ponto de vista da hierarquia social e a posição que ocupam, com a compreensão dos seus interesses, de suas representações sobre justiça, crime, perspectiva histórica, etc.

Desse enfoque, trata-se de articular a descrição densa de cenário microssociológicos, em que os fatos violentos acontecem na vida cotidiana, nos bairros e nas comunidades, às explicações macrossociológicas relacionadas com a evolução dos mercados, inclusive os ilegais, com as políticas de controle do crime (locais, regionais e internacionais) e com as crenças dos cidadãos nas instituições de aplicação e distribuição da justiça (BARREIRA; ADORNO, 2010, p. 310).

Na era do globalismo, a vivência contemporânea com uma pluralidade de códigos de conduta anuncia, entre os conflitos sociais, o aumento dos atos de violência, a criminalidade e a dificuldade da sociedade de lidar com eles. Como menciona, também, Tavares dos Santos, “as raízes sociais dos atos de violência difusa parecem localizar-se nos processo de fragmentação social” (2009, p. 32).

No estudo de caso de Teresa Pires do Rio Caldeira (2003), ela identificou que os entrevistados veem o crime como uma questão de falta de autoridade. Explica que eles acham que o crescimento do crime é reflexo de uma autoridade fraca, seja da escola, do governo, da polícia, da família, dos pais, ou quem seja a autoridade sobre o perpetrador da violência. “Na fala do crime, o mal é tido como

algo poderoso e que se espalha facilmente” (CALDEIRA, 2003, p. 90). O mal contagia alguém fraco (como mulheres, jovens ociosos, etc.) onde a autoridade falhou em não deixar o mal se espalhar.

Uma consequência importante dessa teoria de contágio e do fracasso das autoridades em controlar o mal é que as pessoas intensificam suas próprias medidas de encerramento e controle, de separação e construção de barreiras, tanto simbólicas (como preconceitos e estigmatização de alguns grupos) como materiais (muros, cercas e toda a parafernália eletrônica de segurança). Além disso, elas tendem a apoiar medidas privadas de proteção que são violentas e ilegais, tais como ação de justiceiros e abusos da polícia (CALDEIRA, 2003, p. 90).

O aumento da violência é resultado de um ciclo complexo que envolve desde a conduta violenta da polícia; “descrença no sistema judiciário como mediador público e legítimo de conflitos e provedor de justa reparação; respostas violentas e privadas ao crime; resistência à democratização; e a débil percepção de direitos individuais” (CALDEIRA, 2003, p. 101), além do apoio da população às formas violentas de punição.

À medida que o crime violento aumenta, os abusos persistem e as pessoas procuram meios privados e frequentemente ilegais de proteção, entramos num círculo vicioso que só vai resultar no aumento da violência (CALDEIRA, 2003, p. 204).

Também a banalidade, é trazida como uma das causas do aumento da violência. A banalidade e gratuidade dos atos de violência, das mortes, como se a vida e a integridade física fossem algo que simplesmente “brota”, despidas de valor e, portanto passíveis de ser utilizados como bem “*aprouver a cada um*”. Os processos penais, as mortes, os crimes violentos não parecem comover ninguém, são um tipo de destino trágico (ADORNO; CARDIA, 1999, p. 73).

Caldeira nos mostrou, entretanto que a violência vai reformulando as cidades e, portanto, ninguém fica impassível a ela.

As contradições que geram a violência são visíveis no Brasil moderno: uma indústria forte e moderna, que só dispõe de mercado se a renda for concentrada para possibilitar a demanda; uma agricultura eficiente voltada para a exportação, quando milhões de pessoas passam fome, cidades modernas que não são capazes de oferecer os serviços para os quais elas deveriam existir, ou seja, a modernização independentemente do bem estar coletivo. Têm-se muito poder econômico que não é capaz de resolver os problemas de qualidade de vida. “Constroem-se estruturas

sociais que, ao se fazerem modernas, mantêm todas as características do que há de mais injusto e estúpido” (STRECK, 1999, p. 458).

O Brasil moderno existe apenas para os ricos. Para os demais resta o *apartheid* social. “Nossas elites construíram um tipo de sociedade organizada na espoliação violenta da plusvalia do trabalho e na exclusão de grande parte da população”. Ou seja, o conflito entre o capital e o trabalho, uma luta de classes que cria violência em todos os campos (STRECK, 1999, p. 458).

1.5 VIOLÊNCIA E SAÚDE PÚBLICA

Atualmente a violência é reconhecida pelos governos como uma questão de saúde pública e multicausal, que deve ser combatida com o apoio de todos os setores da sociedade⁶.

A violência é uma questão de saúde pública, já que envolve gastos públicos. A 49^a Assembleia Mundial da Saúde⁷, ocorrida em Genebra, 1996, na Suíça, aprovou a resolução nº 4.925, declarando a violência como um problema importante, e crescente, de saúde pública no mundo.

Na resolução, os delegados dos países membros da OMS chamaram atenção para as sérias consequências da violência a curto e longo prazo, para indivíduos, seus familiares, comunidades e países, e destacaram os efeitos prejudiciais que ela gera no setor de serviços de saúde. Eles afirmaram que a violência pode ser evitada e seu impacto minimizado e não se trata de uma questão de fé, mas de uma afirmação baseada em evidências. Pode se encontrar exemplos bem sucedidos em todo o mundo, desde trabalhos individuais e comunitários em pequena escala até políticas nacionais e iniciativas legislativas.

A violência custa aos países milhões de dólares em assistência à saúde, custos legais, absenteísmo e perda da produtividade. Um exemplo foi um estudo realizado pela Organização Mundial da Saúde – OMS em 1992, que concluiu que nos Estados Unidos foram gastos cerca de 126 bilhões de dólares por ano em

⁶ A Resolução nº 4.925 da Assembleia Mundial da Saúde define a violência como um problema de saúde pública.

⁷ A Assembleia Mundial da Saúde é o principal órgão controlador da OMS. Ele é composto de delegados de todos os países-membros, que atualmente são 192. A assembleia se reúne no mês de maio, normalmente no escritório principal da OMS, em Genebra, na Suíça. Durante a sessão, a Assembleia aprova os relatórios elaborados pelas comissões especiais temáticas, e os transforma em resoluções. A resolução 4925 foi o quarto relatório elaborado pelo comitê B.

custos diretos e indiretos devido a ferimentos a bala. Em 1996 outro estudo também da OMS mostrou que no Canadá, somente na província de New Brunswick o custo total devido à morte por suicídio ultrapassou os 849 mil dólares (OMS – Relatório Mundial sobre Violência e Saúde, 2002, p. 33 - 34).

Segundo este Relatório da OMS, a América Latina também paga um preço elevado pela violência. Na década de 90, o Banco Interamericano de Desenvolvimento patrocinou estudos sobre a magnitude e o impacto econômico da violência em seis países da América Latina.

Expressos em percentual do produto interno bruto - PIB, em 1997, o custo dos gastos com assistência à saúde, resultantes da violência, foi de 1,9% no Brasil, 5,0% na Colômbia, 4,3% em El Salvador, 1,3% no México, 1,5% no Peru e 0,3% na Venezuela.

O estudo mostrou que as vítimas de violência doméstica e sexual têm mais problemas de saúde e custos com assistência à saúde significativamente mais elevados, pois buscam com maior frequência os departamentos de emergência do que as pessoas que não têm um histórico de abuso. O mesmo é válido para as vítimas de abuso e negligência na infância.

As estimativas de custo nacional não levam em conta outros problemas de saúde, tais como depressão, tabagismo, abuso de álcool e drogas, gravidez indesejada, doenças infectocontagiosas como HIV/AIDS/SIDA, outras doenças sexualmente transmissíveis - DSTs, que podem ser resultantes ou não de atos de violência. Portanto, o impacto econômico da violência pode ser muito maior.

Em consequência, para pensar em prevenção de violência, precisam se envolver nesta tarefa, múltiplos setores, organizações e secretarias, que alcancem fazer efetivo o Estado de Direito Democrático em nível municipal e nacional.

Assim, os projetos de prevenção de violência precisam incorporar as perspectivas de desenvolvimento, direitos humanos, gênero, promoção de uma cultura de vida saudável, diferenças de idade e cultura, participação e apropriação, num trabalho em rede que possa causar efeitos positivos na prevenção da violência e respeito aos direitos humanos.

1.6 A TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA

Neste trabalho de mestrado, nossa investigação foi feita sobre uma rede de prevenção da violência, que surgiu a partir de uma preocupação com a infância vítima de violência. Portanto, queríamos entender os tipos de violência que esta categoria sofre.

A OMS, em seus estudos sobre violência e saúde, elaborou a tipologia da violência, que a divide em três grandes categorias, conforme as características de quem comete o ato de violência:

- Violência dirigida a si mesmo - auto-infligida;
- Violência interpessoal;
- Violência coletiva.

Cada uma dessas categorias é subdividida em tipos mais específicos de violência. A figura abaixo, elaborada pela OMS, ilustra as subdivisões da tipologia da violência (OMS- Relatório mundial sobre violência e saúde, 2002. p. 7).

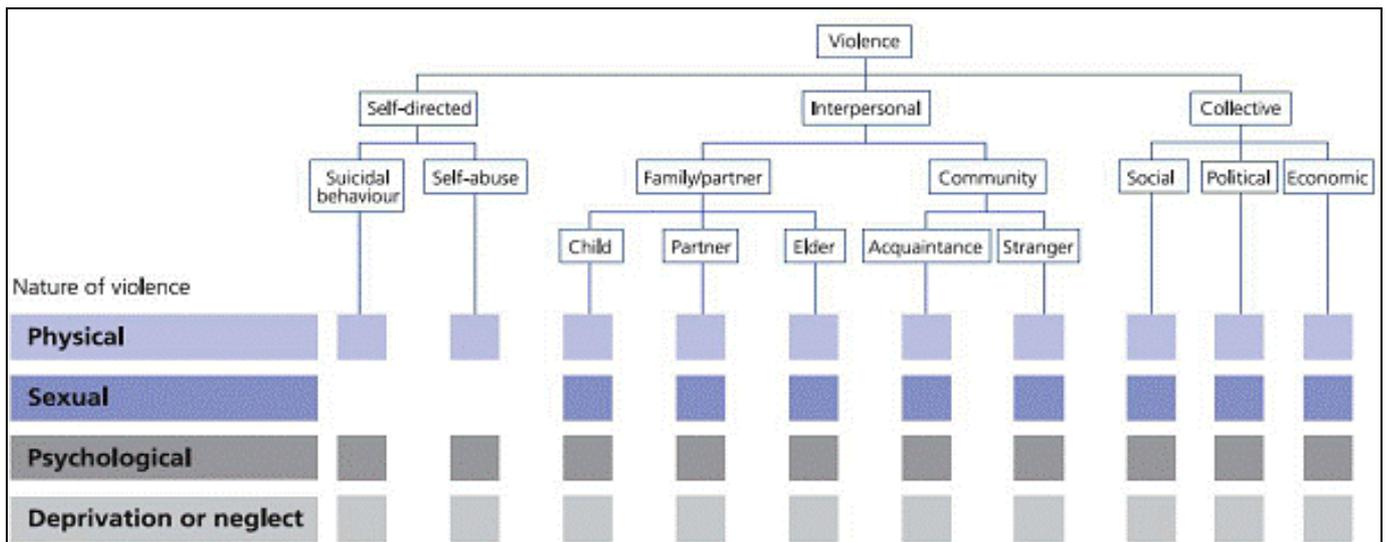


Figura 1 – Tipologia da violência segundo a Organização Mundial da Saúde.
Fonte: Relatório Mundial de violência e Saúde, 2002.

O eixo horizontal na figura mostra quem são os afetados pela violência, o eixo vertical descreve de que maneira são afetados. Esses quatro tipos de atos violentos (físico, sexual, psicológico e negligência) ocorrem em cada uma das grandes categorias e de suas subcategorias antes descritas.

Por exemplo, a violência contra crianças, representada no eixo horizontal, no quadro de relações interpessoais, é cometida dentro de casa e pode incluir abuso físico, sexual e psicológico, bem como negligência.

Gabriel de Santis Feltran (2007, p. 557), explica que a expressão “violência política”, também no eixo horizontal, porém no quadro das ações coletivas, indica uma ação dirigida por um Estado autoritário, àqueles que “portam conjuntos coerentes de valores, crenças ou projetos políticos contrários ao programa político oficial”. Ele indica uma sociedade dividida entre um grupo de indivíduos com direitos e um grupo banido do estatuto do direito. Serve para desbastar a existência política de quem a sofre, não permitindo a aparição política de certos indivíduos.

Feltran caracteriza a violência política como a “manifestação das tentativas oficiais de impedir a representação do todo social no espaço político; uma ação deliberadamente contrária ao estabelecimento de um universo público efetivamente representativo da pluralidade social” (2007, p. 557).

A partir da tipologia da violência, definimos violência contra a criança⁸. É do Conselho de Prevenção contra o Abuso Infantil da OMS a definição de abusos e maus tratos infligidos à criança:

O abuso ou maus-tratos em relação à criança constitui todas as formas de tratamento doentio físico e/ou emocional, abuso sexual, negligência ou tratamento negligente, exploração comercial ou outro tipo de exploração, resultando em danos reais ou potenciais para a saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (OMS- Relatório mundial sobre violência e saúde, 2002, p. 59).

A classificação da OMS é bem abrangente. Destaca principalmente os atos e omissões por parte dos responsáveis, que resultam em danos para a criança. Em particular, ela explora a prevalência, as causas e as consequências de quatro tipos de maus-tratos por parte dos responsáveis pelos cuidados com as crianças: abuso físico, abuso sexual, abuso emocional e negligência.

É do Relatório Mundial sobre Violência e Saúde da OMS (2002), a definição de cada tipo de violência perpetrada contra as crianças:

O abuso físico de uma criança é definido como atos de acometimento, por parte da pessoa responsável pelos cuidados com a criança, que causam real dano físico ou apresentam a possibilidade de um dano. **O abuso sexual** é definido como atos em que esse responsável usa a criança para obter gratificação sexual. **O abuso emocional** inclui a falha, de um responsável pelos cuidados com a criança, em proporcionar um ambiente apropriado e de amparo, e inclui atos que têm um efeito adverso sobre a saúde e o desenvolvimento emocional de uma criança. Dentre esses, destacam-se: restrição dos movimentos de uma criança, atos denegridores,

⁸ São consideradas crianças, toda pessoa de 0 a 12 anos e adolescente de 12 a 18 anos, nos termos do artigo 2 da Lei brasileira 8.069/90, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente.

exposição ao ridículo, ameaças e intimidações, discriminação, rejeição e outras formas não físicas de tratamento hostil. **A negligência** diz respeito às falhas dos pais em proporcionar - onde os pais estão na posição de fazer isto – o desenvolvimento da criança em uma ou mais das seguintes áreas: saúde, educação, desenvolvimento emocional, nutrição, abrigo e condições de vida seguras. A negligência distingue-se, portanto, das circunstâncias de pobreza, visto que a primeira pode ocorrer apenas em casos onde recursos razoáveis estejam disponíveis para a família ou o responsável (OMS, 2002, p. 59-60, grifos nossos).

Depreende-se da classificação da ocorrência de abusos infantil e negligência aos cuidados da infância, a possibilidade de buscar estratégias de intervenção pública – na adoção de programas de prevenção à violência – que se valha do modelo ecológico o qual objetiva “analisar e agir sobre fatores socioambientais” de maneira a “mobilizar as forças sociais” capazes de contribuir com a superação da violência, como acredita Tavares dos Santos (2009, p. 48).

1.7 EXISTEM RESPOSTAS À VIOLÊNCIA

Em virtude da violência social, as áreas, sejam periféricas ou centrais, deixam de atrair empreendimentos, expulsam os já existentes e, por consequência os moradores ficam sem empregos. A população quando dispõe de recursos muda-se dessas áreas. Os que não conseguem mudar-se limitam seus contatos na sociedade se retirando da vida coletiva e se fechando na vida doméstica. Com isso aumenta a suspeição, já que diminuiu o contato interpessoal, afeta a participação coletiva e diminui o desenvolvimento de capital social (ADORNO; CARDIA, 1999, p. 74).

Alba Zaluar (1999, p. 98) propõe romper o padrão tradicional de política de segurança, cuja mentalidade é de punir com a prisão os “desordeiros”. Para Zaluar, a política deve entender que, assim como a economia globalizou-se, também a violência e a criminalidade, portanto novas formas de enfrentamento também globalizadas devem ser criadas e adotadas (ZALUAR, 1999, p. 98).

Tavares dos Santos (2009, p. 43) considera que a possibilidade de erradicar a violência, passa pela criação de práticas sociais instauradoras de relações interpessoais orientadas pela não-violência e pela negociação de conflitos.

As práticas de sociabilidade solidária que assim se estabelecem parecem apontar, do lado da sociedade civil, para a construção de novas práticas do *homem público*. Constituem-se como práticas sociais e políticas de produção de uma nova ordem social, ações que vêm se gestando nos interstícios da atual sociedade, indicando um campo possível para a montagem de uma cidadania concreta: residiriam nestas frinchas o

significado civilizatório das lutas sociais contra a violência (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 43).

O autor referido propõe instituir uma segurança cidadã, um modelo de controle social que incorpore a participação social de modo a revitalizar os espaços urbanos, garantindo uma vida cotidiana saudável (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 142).

Então, como dito anteriormente, para pensar em prevenção de violência, deve-se considerar desde a relação microssocial à macrossocial dos múltiplos setores, para fazer efetivo o Estado de Direito Democrático.

Os problemas multicausais da violência justificam a intervenção intersetorial. A violência adquiriu novos contornos que se disseminam por toda a sociedade. Muitas são as formas de violência: política, de gênero, sexual, racista, ecológica, etc., que dilaceram a cidadania (TAVARES DOS SANTOS, 2009, p. 16).

O psicanalista Luiz Carlos Osório argumenta que o comportamento violento é a soma da personalidade prévia do indivíduo com o ambiente que vai incidindo sobre esta personalidade, de tal forma que não há como isolar os fatores predisponentes constitucionais dos fatores condicionantes ambientais, incluindo os fatores sociofamiliares e culturais (OSÓRIO, 1999, p. 525 - 526).

Quanto aos fatores ambientais desencadeantes da violência, várias teorias tentam explicar segundo seus enfoques, por exemplo, a hipótese sustentada pelos ambientalistas de que a violência é uma reação natural a situações extremas de frustração. Também há hipóteses de que a violência seria um ato de imitação, um comportamento apreendido, uma reação inata do ser humano, muitas vezes facilitada pelo uso de drogas (OSÓRIO, 1999, p. 526).

Se considerarmos a violência em um enfoque circular⁹, podemos entendê-la a um só tempo como causa e consequência de um processo que se retroalimenta negativamente, “ou seja, tende a manter sem saídas esse sistema comportamental” (OSÓRIO, 1999, p. 530). A droga, por exemplo, é causa ou consequência da violência?

Na literatura corrente sobre violência, há um consenso entre os autores de que a resposta à violência não pode estar pautada unicamente nas medidas repressivas, que usam de violência para combatê-la e tratam apenas os chamados “efeitos” da violência. Tão pouco a resposta à violência é creditada ao enfoque

⁹ Pensamento circular, segundo o qual cada efeito pode alterar retroativamente a causa que o determinou, não havendo causas e efeitos e sim sistemas de influências recíprocas (OSÓRIO, 1999, p. 528).

pedagógico que acredita que mais e melhor educação seriam capazes de erradicar a violência. Ou ainda ao enfoque psicológico que reduz a violência a transtornos mentais. Tão pouco podemos pensar que com a erradicação da miséria poderemos “eliminar” a violência. Para sintetizar a perspectiva de análise ecológica à qual se filia a investigação da percepção e vivência dos moradores no que diz respeito à violência, todos esses enfoques, como salienta Osório (1999, p. 533) “têm parcela de razão e nenhum a tem por inteiro”, pois cada um por si é insuficiente para responder a natureza da “multicausalidade e circularidade dos processos de violência e prescindem da indispensável abordagem multidisciplinar para enfrentá-los”.

A violência possui causas e consequências multifacetárias. A forma de trabalho integrado das redes de prevenção da violência, através do Estado, sociedade civil e terceiro setor, na qual os atores compartilham de experiências e de decisões sobre a utilização de recursos financeiros, pode mudar a percepção dos atores da rede quanto à violência e aos Direitos Humanos de crianças e adolescentes.

CAPITULO II - AS REDES SOCIAIS

A análise das redes sociais se faz indispensável para perceber o seu significado, bem como a maneira como elas se estruturam e funcionam, tendo como objeto a articulação entre instituições da sociedade civil e do Estado, voltadas para prevenir a violência.

A ideia central da análise de redes sociais está baseada no pressuposto de que, o que os atores pensam, sentem e fazem, têm sua origem e se manifestam nas pautas das suas relações e não mais, nos atributos individuais dos atores. A raça, o sexo, a idade, a classe social são o que menos importam no estudo de redes e sim, as formas de relações que se mantém e a posição dos atores dentro dela. Esta relação mútua entre os atores é o que constrói as relações sociais (cf. LOZARES, 1996). A análise de redes sociais permite o estudo, ao mesmo tempo, das relações entre os indivíduos e dos processos sociais gerados a partir delas, pois as redes influenciam os processos, mas são também impactadas por eles, tanto atributos individuais e situações sociais quanto redes se produzem e se influenciam mutuamente. A construção de padrões de relação e atributos se dá de forma concomitante e imbricada ao longo das trajetórias de vida dos indivíduos (MARQUES, 2009, p. 473).

O desafio de estudar as redes surge, segundo Paulo Henrique Martins e Breno Fontes (2006, p. 7), a partir de “uma série de mudanças significativas nos modos de organização da vida social: Globalização, rearranjo de vínculos sociais e entrada de novos atores na esfera pública.” Eles ressaltam que se observa uma reestruturação sem precedentes nas práticas de sociabilidade.

A globalização está para a prática social atual como o ponto de partida, a partir do qual se repensará, o tipo de espaço em que circulam e atuam os atores sociais, o tipo de participação e as novas modalidades de construção dos atores sociais.

Para os autores “tais mudanças vêm colocando novos desafios teóricos e metodológicos na agenda de pesquisa das ciências sociais. São questões que demandam aos pesquisadores novas abordagens, novos conceitos e mesmo novos valores” (FONTES; MARTINS, 2006, p. 7). A descentralização do Estado aparece como um exemplo destas mudanças.

Ainda segundo os autores, a análise das redes sociais é esta inovação, esta nova perspectiva teórica e metodológica quanto ao estudo das práticas associativas.

Neste capítulo exporemos o conceito de redes sociais que se adotará neste trabalho, bem como tentaremos explicar o que são estas redes sociais, como se formam e se articulam.

Levamos em consideração a premissa da teoria de redes, de que em redes muito grandes as relações são de baixa densidade, pois nem todas as interações possíveis estarão presentes, ou seja, os atores não aproveitam o total de vínculos potencialmente disponíveis. A literatura sobre sociedade civil acusa a baixa densidade de vínculos entre as organizações civis, eis que a sociedade civil age de maneira esparsa e descentralizada (cf. GURZA LAVALLE et al., 2006b), levando para a rede este agir e por isso consideramos esta baixa densidade nas relações.

Portanto, queremos saber o quanto a rede de Rio Grande, formada por organizações civis, governamentais e moradores, aproveita os vínculos criados e se existem nichos específicos dentro desta rede, ou se apresenta dispersão da lógica da ação coletiva presente no universo das organizações civis (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 29).

Maria Cristina Reigadas (2006, p. 163 - 182), faz o elo que se necessita para explicar o surgimento das redes e comprovar sua necessidade, enquanto forma de organização social, para enfrentar o problema multicausal da violência. Para a autora, a rede surge a partir da globalização:

Las profundas transformaciones producidas por las dinámicas de la globalización en la reestructuración de las relaciones entre Estado, sociedad civil y mercado, entre lo local, nacional, regional, internacional y transnacional y en los ámbitos de lo público y lo privado constituyen los cambiantes contextos a partir de los cuales repensar los problemas de la democracia participativa (REIGADAS, 2006 p. 164 -165).

E ainda, explica como a globalização cria as redes:

La lógica del mercado no impregna unívocamente la psicoesfera cultural de comunicaciones e informaciones a escala mundial ni se solapa con la lógica del sistema político nacional e internacional, basados en la singularidad territorial. A su vez, la sociedad civil crecientemente atravesada por la exclusión e injusticia, no se resigna a ser objeto de la colonización económica y/o administrativa del Estado (o de su inacción) y puja por construir nuevas formas de ciudadanía a nivel local, nacional, regional y global (REIGADAS, 2006, p. 166 - 167).

Podemos repensar novas modalidades de construção de cidadania a partir da globalização, como também o tempo e espaço em que circulam os atores sociais

e o tipo de participação que exercem. Como afirma Reigadas (2006, p. 167), agregase, a esses desafios, “la cuestión ecológica global, las nuevas escaseces (de tiempo, coordinación e información, entre otras) y las exigencias de la segunda revolución científico-tecnológica que hace del conocimiento teórico y de las nuevas tecnologías intelectuales, las claves del crecimiento y del desarrollo”.

Para proteger os indivíduos e grupos das violências, iniquidades, assimetrias e exclusões sociais do vendaval globalizante, é imprescindível construir redes e malhas institucionais e jurídicas que vão mais além das fronteiras dos Estados, assumindo na prática social que se deve pensar em novas formas de cidadania e novas instituições a fim de alcançar os ideais de paz, justiça e liberdade (REIGADAS, 2006, p. 174).

Também nos propomos a apresentar os principais conceitos utilizados para a análise da rede estudada, presentes na produção bibliográfica sociológica, como sociedade civil, participação, entre outros necessários para teorizar e explicar a rede social de prevenção da violência em Rio Grande. Conceitos estes, tão importantes para entender a nova forma de organização social híbrida, sem a dicotomia estado/sociedade.

Apresentaremos uma nova perspectiva sobre os estudos da sociedade civil, que no dizer de Evelina Dagnino e Luciana Tatagiba (2007, p. 9) abandona o “registro celebratório e otimista [...] sobre o potencial democratizador” da sociedade e dos espaços de participação, que enxergava a sociedade civil como instituição apartada do Estado. Adotamos um olhar mais crítico que está mais interessado na qualidade da participação e observa que Estado e Sociedade estão diretamente envolvidos, numa relação híbrida, não dicotômica.

Temos a intenção de destacar alguns elementos críticos do debate entre a nova e a antiga perspectiva, o que permite mostrar a posição teórica com a qual nos filiamos.

Tentaremos mostrar a importância de romper com a perspectiva dicotômica e como a abordagem relacional pode ajudar neste rompimento, sem desprezar a produção sociológica elaborada a partir da perspectiva dicotômica, ou seja, veremos as contribuições de Jean Cohen (2003), e outros autores, enquanto conceituam a sociedade como campo de conflitos. Com base nisso, ampliaremos com os aportes de Adrián Gurza Lavalle et al. (2006a, 2006b, 2007) e Evelina Dagnino et al., (2007) que buscam quebrar a dicotomia, mostrando a interpenetração da sociedade com o Estado na qual os atores transitam entre as duas esferas. Após, faremos a

apresentação do conceito de rede, considerando a importância da sociologia relacional para se compreender as condições sociais que geram a ação entre atores independentemente de seus atributos.

2.1 SOCIEDADE CIVIL, PARTICIPAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Acompanhando a tendência dos estudos sociológicos, utilizamos os conceitos de sociedade civil e participação mais abrangentes, isto é, voltados mais para a qualidade da participação, bem como abandonando as abordagens essencialistas e dicotômicas a cerca da relação Estado/sociedade, que veem a sociedade como virtuosa e homogênea e o Estado possuidor de todos os vícios da política (cf. DAGNINO et al., 2007). Consideramos as relações híbridas, eis que envolvem diversos setores da sociedade e do governo, bem exemplificados em fóruns, conselhos, redes, etc. Os atores circulam livremente entre o Estado e a sociedade, ora representando um setor, ora outro.

Rogério de Souza Medeiros (2007) mostra a dificuldade de conceituar a sociedade civil, ao afirmar que esse conceito é, por ser carregado de valores, objeto de incessantes concorrências pela atribuição de sua potência explicativa e pela sua definição.

Devido à longa história do conceito de “sociedade civil” no campo da teoria social, qualquer tentativa de identificar sua abrangência, seus limites e seu poder explicativos torna-se extremamente difícil. Esta tarefa torna-se ainda mais árdua quando se leva em consideração as diversas formas como o conceito é apropriado por atores e movimentos sociais nas últimas décadas, em que os analistas tendem a enfatizar um “renascimento”, ou “ressurgimento” da sociedade civil nas sociedades contemporâneas. (MEDEIROS, 2007, p. 176).

Essa dificuldade está diretamente relacionada com a perspectiva dicotômica que hoje pauta a sociologia, e com a ideia de que a sociedade é um espaço puro e legítimo para a democratização.

Evelina Dagnino e Luciana Tatagiba trazem em sua obra *Democracia, Sociedade Civil e Participação* (2007), um conjunto de trabalhos que se caracterizam justamente por abandonar o “registro celebratório e otimista” com o qual se estudava o “potencial democratizador” da sociedade civil e dos espaços participativos que a abrigam. Partindo do que já foi criado acerca de sociedade civil e participação, os novos estudos reunidos na obra citada exploram as condições de realização deste potencial, em contextos político-institucionais específicos, se preocupando mais com

a qualidade da participação do que com os atributos individuais dos atores, mostrando a tendência atual das pesquisas sobre o tema.

Esta nova perspectiva traz a tona “temas que foram mantidos à margem ou reiteradamente tratados como seu avesso, como, por exemplo, o dilema da participação e da política nas condições da periferia e o papel da violência e do crime organizado” (DAGNINO; TATAGIBA, 2007, p. 10).

Para Vera da Silvia Telles (2007, p. 501), o universo popular das periferias pobres da cidade, finalmente é redesenhado por um intrincado e multifacetado jogo de atores, a partir desta nova perspectiva. Para ela, isso que a literatura vem designando como novo associativismo popular deve ser visto como “um campo muito variado de práticas que mobilizam redes e circuitos muito diferentes na sua história interna, nas suas extensões, na natureza de suas vinculações e implicações nas dinâmicas locais”. Surge um mundo social perpassado por ambivalências, entre formas de clientelismo e reinvenções políticas, disputas e convergências, práticas solidárias e acertos com máfias locais e o tráfico de drogas.

Observa-se que esta nova linha investigatória não nega a importância dos espaços participativos institucionalizados, tão pouco os esforços acadêmicos oriundos dos debates sobre a democratização, mas sim expõe a complexidade do processo de construção democrática, na diversidade de dimensões, sujeitos e espaços que ele envolve, mostrando a importância, então, de investigar as relações entre os atores nos mais diversos espaços.

Esta nova perspectiva mostra a fragilidade das pesquisas anteriores, já que não são capazes de explicar as relações existentes, pois são omissas quanto à sociologia relacional, e limitam-se a uma visão dicotômica do Estado e sociedade civil. No entanto, a partir dos processos de descentralização, foram criados vários canais de interface entre Estado e Sociedade, como os já citados fóruns, orçamento participativo, conselhos gestores locais, etc., que devem, pois, ser levados em consideração. Ou seja, a partir da descentralização e do processo de democratização do Estado, novas formas de parceria entre sociedade civil e governo vem se formando. Por exemplo, as ONGs se mostraram fortes aliadas do Estado, tanto no que se refere à legitimação política quanto à parcerias na prestação de serviços públicos.

Como nos diz Gurza Lavalle et al. (2007, p. 1), “A despeito do notável sucesso político e analítico da categoria “sociedade civil” nos últimos anos, sabe-se surpreendentemente pouco acerca do *modus operandi* das organizações civis reais”.

Gurza Lavalle et al. considera a noção de sociedade civil insuficiente para compreender as lógicas de atuação e dinâmicas de interação que caracterizam aquelas. Com certa distância crítica em relação ao conceito desenvolvido por Jean Cohen e Andrew Arato (1995), Gurza Lavalle et al. busca redimensionar as categorias de pluralidade, publicidade e privacidade, não as restringindo a relação tradicional entre Estado e sociedade, na qual ambas as esferas se apresentam uma exterior a outra. Assim Gurza Lavalle et al. não refuta essa concepção, e sim a utiliza como ponto de partida para suas reflexões a cerca da participação em sociedade.

Jean Cohen (2003, p. 424) entende a sociedade civil como uma esfera de interação social que é diferente da economia e do Estado, formada de três parâmetros analiticamente distintos. São eles: pluralidade, publicidade e privacidade¹⁰. Segundo Cohen (2003, p. 423) a sociedade civil autônoma nasce de processos independentes de mobilização e constituição, sendo as leis e os direitos, os instrumentos que estabilizaram a diferenciação social. O conceito de pluralidade diz respeito à associação voluntária e interações baseadas nas ações dos grupos locais; o de publicidade passa a ideia de reuniões públicas de caráter civil com o objetivo de articular os interesses comuns criando uma rede. Por fim, o conceito de privacidade refere-se à autonomia do indivíduo, seus direitos individuais e à livre iniciativa mercantil (COHEN, 2003, p. 424).

Estas três dimensões nascem por estarem em relação recíproca com os setores políticos institucionalizado dos sistemas político e jurídico. Cohen (2003, p. 424 - 425) diz que é fundamental a existência de uma cadeia de influências ligando a sociedade civil ao sistema político e uma relação de mediação ligando as organizações representativas (partidos) e os organismos representativos (legislativo).

A concepção de sociedade civil não é neutra, pois ela tem uma dimensão cultural, que não é dada ou natural, e uma dimensão simbólica que acabam por influenciar a geração de consentimento e integração da sociedade (COHEN, 2003, p. 425). Ou seja, de acordo com Jean Cohen, a sociedade civil ao mesmo tempo em que é campo simbólico, é também um conjunto de instituições e práticas que são o lócus da formação de valores e normas de ação significados e identidades coletivas. As associações e redes da sociedade civil são locais de contestação social, um

¹⁰ Para saber mais sobre estes três parâmetros na sociedade globalizada, ver Cohen, 2003, p. 433 - 445.

campo de luta e uma arena onde se forjam alianças, identidades coletivas e valores éticos (COHEN, 2003, p. 425).

Depreende-se da concepção da sociedade civil, como local de contestação social e campo de luta, cultural e simbólica, que ela é o núcleo duro de uma rede social. Ou seja, esta não é capaz de existir sem aquela. A rede necessita de um objetivo comum, que seja bom para todos que a integram, que seus “nós” estejam sujeitos às mesmas regras e jurisdição, que exista espaço para a cidadania e solidariedade. Observa-se ainda dos conceitos de Cohen que os atores em uma sociedade civil, não visam a conquista do poder do Estado, apenas exercer influência na tomada de decisões através da participação em associações e movimentos democráticos (COHEN, 2003, p. 426). Cohen parte do pressuposto de que os atores sociais, enquanto cidadãos, autores e objetos do direito participam de um destino comum. Para ele, a cidadania é o “fundamento para a solidariedade do Estado assistencial e da justiça social: “Nós” insistimos em afirmar que “nossos” representantes elaboram leis, políticas públicas e regulamentos que propiciam a base social para uma cidadania de peso, para a justiça e a solidariedade social”. (COHEN, 2003, p. 431).

Para reforçar esta ideia, vemos ainda que a sociedade civil é dinâmica, criativa e contestadora. Reconhecer estas características permite enxergar a sociedade civil como fonte para a tematização de novos problemas, formulação de novos projetos, criação de novos valores e identidades coletivas. Sua capacidade dinâmica, também reconhecida como ação coletiva, pode se tornar alvo de lutas pela democratização (COHEN, 2003, p. 425 - 426) ou ainda, qualquer outra luta que seja significativa para esta categoria, como a prevenção da violência.

Maria da Glória Gohn denomina sociedade civil organizada como a que gera recursos de toda ordem, por isso essa é capaz de criar e aproveitar novas oportunidades políticas e traduz práticas participativas e experiências culturais em ações. Esta nova sociedade civil, embora muitas vezes não tenha recursos financeiros para enfrentar os problemas locais, tem um potencial para administrar os recursos que lhe são disponibilizados nos projetos e parcerias públicas.

Essa participação na esfera pública via conselhos e outras formas institucionalizadas, não visa substituir o Estado, mas lutar para que ele cumpra seu dever, propiciando educação, saúde e demais serviços sociais com qualidade, e para todos. Tal participação deve ser ativa e considerar a experiência de cada cidadão que nela se insere e não tratá-los como corpos amorfos a serem enquadrados em estruturas prévias, num modelo pragmatista ou utilitarista (GOHN, 2006, p. 538).

A rede integrada pelos poderes estatais e pela comunidade precisa compartilhar gestão, e para isso necessita desenvolver uma cultura participativa nova “que altere as mentalidades, os valores, a forma de conceber a gestão pública em nome dos direitos da maioria [...]” (GOHN, 2006, p. 547).

Para que a rede realmente funcione o espaço de participação precisa ser qualificado e, os atores precisam estar capacitados, não apenas sobre questões como legislação ou processos, mas também sobre questões mais sociológicas. Essas podem orientar as práticas sociais capazes de desenvolver valores que ajudarão na construção de um coletivo que respeita as diferenças e trabalha por um objetivo em comum, o que Gohn chama de “perspectiva de cidadania” (2006, p. 548).

A capacitação proposta por Gohn para os atores sociais compreende:

Primeiramente, a capacitação deve abranger tanto os representantes da sociedade civil como os da sociedade política ou do aparelho estatal. Em muitos casos prevalece ainda, para a tecnocracia ou os agentes públicos e da sociedade civil, uma cultura política tradicional distinta de práticas decisórias compartilhadas próprias da democracia participativa. [...] Em segundo lugar, a natureza do processo de formação não se confunde com mera capacitação técnica, mas implicam saberes ético-políticos afinados com uma prática para a cidadania (GOHN, 2006, p. 548).

Assim, as redes compostas pela sociedade civil e pelos governos, quando realmente eficientes – atores capazes e espaços qualificados - oportunizam um processo coletivo mais amplo que é capaz de formular políticas públicas eficientes e não assistencialistas.

A perspectiva da cidadania de Maria da Glória Gohn está ancorada na conceituação da nova sociedade civil de Gurza Lavalle et al. Segundo Gurza Lavalle et al. (2006b), Cohen ao desenvolver o conceito de sociedade civil apostou no fortalecimento dessa como “nódulo normativo de um projeto radical democrático”.

Gurza Lavalle et al. considera válido o esforço feito por Cohen na sistematização da reconstrução teórica da categoria “sociedade civil” de modo a restituir o potencial heurístico e prático da transformação social. Por isso, para Gurza Lavalle et al., Cohen filia-se a linha dos autores orientados à qualidade da participação, à centralidade da categoria sociedade civil, que acabaram por reconstruir esta categoria conferindo-lhe feições distintas daquelas que se baseavam exclusivamente na relação dicotômica estado/sociedade.

Contudo, Gurza Lavalle et al. busca ampliar e aprofundar o estudo das características intrínsecas da sociedade civil através da análise da formação de associação voluntária, da interação comunicativa dos atores e da capacidade de mobilização. Esta é entendida como a “capacidade de apropriação de direitos e assunção da cidadania como princípio ativo; significa ter organizações de base suficientemente empoderadas para influenciar [...]” (FONTES; MARTINS, 2006, p. 12).

Há autores, como Raúl Burgos e Evelina Dagnino, que seguem a corrente mais moderna sobre o estudo da sociedade civil, mas sem desconsiderar os conceitos de Cohen, para afirmar que a sociedade civil é composta por uma grande heterogeneidade de atores civis, na qual concorre uma grande quantidade de projetos e práticas. Burgos e Dagnino consideram uma arena abundante de conflitos e lutas e não um território de convivência pacífica e não conflituoso. A ação política não se limita ao Estado, ela é parte da lógica da sociedade civil, cujos atores fazem política, disputam espaço de poder e orientam as políticas públicas quando defendem projetos na esfera pública e desenvolvem ações coletivas. A sociedade civil é campo de poder e de ação política (BURGOS, 2007 p. 131).

Quanto à concepção de políticas públicas, Maria da Glória Gohn (2006, p. 543) nos diz que: “Em tese, as políticas públicas são aquelas formuladas para o atendimento da população, voltadas para os interesses da maioria, em busca do bem comum”.

Desta forma, para a autora, as políticas públicas repercutem diretamente na economia e na sociedade, pois por meio delas são “distribuídos ou redistribuídos” os bens e serviços, em resposta às necessidades da sociedade. Por isso, afirma Gohn, que as políticas públicas deveriam ser pactuadas com a sociedade civil organizada e formuladas por meio das gestões participativas, envolvendo relações de reciprocidade e trabalho sobre os conflitos existentes. Gohn conclui que “depois de formuladas, as políticas devem contemplar o consenso e serem fiscalizadas e controladas, na sua implementação e execução, por conselhos onde haja a participação de representantes da sociedade civil organizada” (GOHN, 2006, p. 543 - 544).

A política pública é um campo multidisciplinar, por isso um estudo dela implica utilizar conhecimentos do campo da sociologia, da ciência política e da economia. Celina Souza (2006, p. 25) nos diz que “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública

precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade.”

Sendo assim a política pública é uma área do conhecimento que busca colocar o governo em ação, analisar esta ação, propor mudanças no rumo ou curso destas ações. É o momento em que o político traduz sua plataforma eleitoral em ações que trarão resultados e efeitos ao mundo real (SOUZA, C., 2006, p. 26).

Celina Souza faz o estudo do estado da arte dos conceitos e análises das políticas públicas, e cita os modelos de formulação e análises destas. Queremos destacar o “modelo arenas sociais” o qual

vê a política pública como uma iniciativa dos chamados empreendedores políticos ou de políticas públicas. Isto porque, para que uma determinada circunstância ou evento se transforme em um problema, é preciso que as pessoas se convençam de que algo precisa ser feito. É quando os *policy makers* do governo passam a prestar atenção em algumas questões e a ignorar outras (Souza, C., 2006, p. 32).

Ela cita os principais mecanismos para chamar atenção dos *policy makers*: “divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e feedback, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres” (SOUZA, C., 2006, p. 32).

Esses atores que Celina Souza chama de “empreendedores” constituem a *policy community*, ou comunidade de especialistas, atores que estão dispostas a investir recursos variados em prol de uma política pública que lhes favoreça. São eles que colocam o tema/problema na pauta da agenda pública. Estes “empreendedores” se organizam em redes sociais.

Os novos espaços democrático-participativos, surgidos da descentralização do Estado, são uma nova forma institucional que envolve a partilha de espaços de deliberação entre as entidades da sociedade civil e as representações do Estado. Essa esfera pública se caracteriza pelo hibridismo, que se estende ainda a novos modos de condução das políticas públicas, especialmente no que se refere à relação entre público e privado e à relação entre os diferentes níveis territoriais de governo (PEREIRA, 2007, p. 331).

Eduardo Marques (2006) analisa, em seu trabalho de redes e pobreza, a formulação de políticas na área de saneamento básico na Região Metropolitana de São Paulo, através do modelo das redes sociais. Seu trabalho mostra que a intermediação de interesses ocorre de forma disseminada através dos contatos

peçoais entre os integrantes do governo e os interesses privados, intermediada por uma *policy community*.

A relação entre redes e políticas públicas, portanto, pode ajudar a melhorar a implementação destas, tornando as iniciativas públicas mais capazes de alcançar os objetivos da coletividade (MARQUES, 2009, p. 475).

A nova tendência de trabalhar as relações entre atores e abandonar a visão dicotômica Estado/Sociedade, traz uma proposta teórico-metodológica, que considera o intrincado e multifacetado jogo de atores que remete às novas tramas sociais. Esta nova proposta de análise das experiências participativas surge a partir da sociologia relacional, que entende as redes como objeto de pesquisa.

Na análise das informações levantadas, levamos em consideração a proposta de Marcelo Kunrath Silva (2007) de um modelo analítico das redes, pautado na sociologia relacional que rompe com as apreensões estáticas e essencialistas das experiências participativas, colocando a necessidade de um diálogo com as pesquisas já realizadas sobre as experiências participativas. Partindo dos trabalhos investigativos existentes, Marcelo Kunrath da Silva propõe quatro dimensões como relevantes para a análise relacional: a associativa, a política, a institucional e a socioeconômica.

A dimensão associativa se foca em aspectos relacionados à forma como são constituídas as organizações sociais, como se relacionam com familiares, vizinhos, amigos, como são seus padrões organizativos e suas formas de atuação política e social, quais os recursos que disponibilizam, quais identidades coletivas que expressam, quais os conflitos e relações de poder que se inserem e quais estratégias e objetivos orientam suas ações (SILVA, M. K., 2007, p. 486 - 487).

Marcelo Kunrath Silva diz que (2007, p. 487), a dimensão política aborda a cultura e a prática dos atores políticos, trata do relacionamento destes com as organizações sociais e a população em geral, de como funcionam as instituições políticas, os tipos de organizações partidárias e a estrutura do poder, as alianças e os conflitos políticos, etc.

A dimensão institucional nos mostra como e onde se desenvolvem os processos políticos, a estrutura jurídica que demarca os campos da legalidade e da ilegalidade, as regras e valores que orientam as ações dos atores (SILVA, M. K., 2007, p. 487).

Por último, a dimensão proposta no método de Marcelo Kunrath Silva é a socioeconômica, que explica a distribuição de riquezas, distribuição e ocupação do

território, as condições de acesso a bens e serviços, etc. (SILVA, M. K., 2007, p. 487).

Para Marcelo Kunrath Silva, na medida em que a análise relacional sobrepõe-se a análise dos objetos e enfoca nas características e dinâmicas das relações, torna-se necessário outro instrumento metodológico para as investigações e ele sugere, como o mais promissor, a análise das redes sociais (2007, p. 493). Dentro da análise de redes, explica Kunrath, há uma vertente que pode ser muito útil no estudo das relações entre atores da sociedade civil e do Estado nos espaços participativos onde se constroem e implementam decisões e políticas públicas. Na medida em que as redes tendem a reunir atores sociais e atores estatais, rompe-se com a dicotomia Estado/sociedade (2007, p. 494).

A análise relacional apreende as diferentes configurações sociopolíticas nas quais estes atores atuam e, portanto nos permite identificar e compreender como e porque determinados espaços de participação, mesmo apresentando a mesma organização institucional, podem ter diferentes conteúdos e sentidos. Como uma mesma formação estrutural pode apresentar atores governamentais que podem obstaculizar ou promover a democracia e como organizações sociais podem ser participativas ou clientelistas (SILVA, M. K., 2007).

Mais do que isto, a abordagem relacional possibilita identificar e analisar as redes construídas entre os atores sociais e políticos, que perpassam transversalmente o Estado e a sociedade civil e reúnem atores posicionados nestes dois espaços sociais, conformando convergências de interesse, identidades, projetos políticos e/ou ideologias. Com isto, a diversidade e o conflito são reintroduzidos como elementos centrais não apenas das relações entre Estado e sociedade civil, mas também das relações entre as diferentes “facções” presentes dentro do Estado e da sociedade civil (SILVA, M. K., 2007, p. 495 - 496) .

Por fim, podemos afirmar que a análise relacional nos oferece instrumentos para investigar as relações entre estado e sociedade nos novos espaços de participação e, de certa maneira, busca romper com a visão dicotômica que formatou a pesquisa sociológica.

2.2 O QUE SÃO REDES? PORQUE A SOCIEDADE COMEÇOU A ORGANIZAR-SE EM REDES?

As redes surgem a partir de uma necessidade, como a prevenção da violência, por exemplo, e, segundo Cohen (2003, p. 435), “é possível caracterizá-las como estruturas cuja capacidade de agir é maior que a soma de suas partes. E, de

resto, envolvem a interação direta em grupos locais”. Ou seja, a rede é uma nova forma de pluralidade que torna possível a conexão social e a solidariedade entre estranhos que possuem uma mesma necessidade, vontade ou interesse.

A organização social em rede pode surgir do aumento da exclusão social aliada a pouca capacidade do Estado de responder as novas demandas da população por participação cidadã, o que gera esta corrente de descentralização que visa mobilizar os poderes e vontades locais e permitir a institucionalização da participação, através de conselhos, fóruns e redes (MARTINS, 2006, p. 37).

A ideia básica de uma rede social para Hanneman (2000, cap. II, p. 3) é simples: se trata de um conjunto de atores denominados como pontos, “nós” e agentes com vínculos – relações - entre si. Para entendê-la é necessário realizar uma descrição completa e rigorosa da estrutura das suas relações, ou seja, idealmente, conhecer todas as relações entre cada par de atores na população estudada.

Hanneman, ainda traz uma característica das redes: A distância, ou caminhos pequenos e caminhos longos. Como a análise de uma rede é relacional, devemos examinar se as relações são diretas ou não, para ver o grau de imersão daquele ator na rede. Se dois atores são adjacentes a distância entre eles é de 1, ou seja, uma informação ou estímulo necessita de apenas um passo para ir do emissor ao receptor. Vamos dizer neste caso que a distância entre eles é pequena – caminho pequeno. Se, no entanto um ator A precisa se comunicar como ator B para que este passe a informação ou estímulo para o ator C, então dizemos que a distância entre A e C é de 2 ou longa – caminho longo (HANNEMAN, 2000, cap. V, p. 14).

As limitações ou oportunidades de um ator na rede podem ser explicadas de acordo com as distâncias que uma informação ou estímulo deve percorrer dele até outro ator e inversamente.

Manuel Castells (1999, p. 566) oferece a definição de rede, como o “[...] conjunto de nós interconectados. Nó é o ponto no qual uma curva se entrecorta. Concretamente, o que um nó é depende do tipo de redes concretas de que falamos”. Por exemplo, em uma rede de fluxos financeiros, o nó vem a ser os mercados de bolsa de valores e suas centrais de serviços auxiliares. No caso de uma rede de tráfico de drogas, os nós são os campos de coca, laboratórios clandestinos e gangues de ruas. Rede, portanto, é uma estrutura aberta capaz de se expandir de

forma ilimitada, integrando novos nós que compartilhem os mesmos códigos de comunicação, como valores, por exemplo (CASTELLS, 1999, p. 566).

O poder, para Castells, está nas mãos destes nós, os conectores das redes.

O surgimento das redes é explicado por Castells, a partir das mudanças paradigmáticas da sociedade, que vem sofrendo mudanças econômicas, políticas, culturais, sociais e tecnológicas. “Sob a perspectiva histórica mais ampla, a sociedade em rede representa uma transformação qualitativa da experiência humana. Se recorremos à antiga tradição sociológica [...] realmente estamos em uma nova era” (CASTELLS, 1999, p. 573). Para o autor, a tradição sociológica entende a ação social no nível mais fundamental como o padrão em transformação das relações entre “Natureza e Cultura”.

A cultura e as relações interpessoais sofreram mudanças. Diz Castells:

Os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera de relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda. As expressões culturais são retiradas da história e da geografia e tornam-se predominantemente mediadas pelas redes de comunicação eletrônica que interagem com o público e por meio dele em uma diversidade de códigos e valores [...]. (1999, p. 572).

Este novo paradigma de organização em rede surge acompanhando uma tendência de instabilidade em todos os setores da vida social, tais como relacionamentos, natureza, família, trabalho, economia, ciência, entre outros. A rede está mais adaptada a esta realidade porque o *link* (ou nó) surge a partir de uma necessidade, mas, sendo esta instável pode desaparecer a qualquer momento, fazendo com que a rede se reestruture conforme a nova necessidade surgida.

Para Castells (1999, p. 566), uma estrutura social com base em redes é um sistema aberto altamente dinâmico suscetível de inovações sem ameaças ao seu equilíbrio, sendo o instrumento apropriado para a economia capitalista baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada. O autor conclui que “[...] como tendência histórica, as funções e os processos dominantes na era da informação estão cada vez mais organizados em torno de redes. Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades [...]” (CASTELLS, 1999, p. 565).

Eduardo Marques (2006), em seu estudo sobre redes e pobreza, utiliza-se dos conceitos de Wellman e Simmel para explicar esta nova tendência organizacional da sociedade, delimitada socialmente e não necessariamente espacialmente, em especial nas comunidades contemporânea, apontando que as

relações vão para além das fronteiras físicas. As novas tecnologias de comunicação e transportes são citadas como causas que intensificaram o processo, ajudando a superar as barreiras físicas da vizinhança e das comunidades. As comunidades locais não desapareceram apenas se transformaram, levando a interação social do “porta-a-porta” para a “lugar-a-lugar”.

Esse fenômeno teria se intensificado no período mais recente em função de surgimento de novas tecnologias como a internet e o telefone celular. Dessa forma, as comunidades contemporâneas estariam escassamente reduzidas à vizinhança e a maioria das pessoas obteria informação, apoio, e sentimentos de pertencimento em outros bairros da cidade (MARQUES, 2006, p. 4).

Tanto Larissa Lomnitz (1998) quanto Eduardo Marques (2006), em seus estudos sobre redes e pobreza, mostram como as comunidades pobres ainda estão circunscritas às redes de vizinhança locais. Isso nos mostra como manter vínculos em uma rede demanda custos.

Para manter vínculos, faz-se necessário comunicação, ou seja, que a mensagem seja enviada de um nó até outro ou ainda, precise percorrer um caminho longo de dois pontos para chegar a um terceiro nó. Esta comunicação é o que exige custos. A globalização das tecnologias de informação barateou estes custos e, portanto acelerou a formação de redes transnacionais e facilitou a organização social em redes.

Eduardo Marques (2006) afirma que outra dimensão utilizada para entender a sociabilidade dos indivíduos em situação de pobreza, é a que diz respeito aos custos de manutenção dos vínculos para os diferentes grupos socioeconômicos. Ou seja, ele afirma que manter vínculos ativos envolve custos com comunicação, transporte, entre outros. Esses custos tendem a ser mais difícil de suportar para os indivíduos com renda mais baixa. Por isso a interação entre indivíduos de baixa renda tende a ser entre indivíduos que moram perto (vizinhos) ou apresentam semelhanças (familiares) sendo desta forma minimizado o custo para a manutenção desses vínculos. “Dessa forma, as características das redes dos indivíduos parecem não estar associadas apenas à produção de contatos ou redes em suas trajetórias, mas também à manutenção dos contatos” (MARQUES, 2006, p. 8).

Assim as redes podem ajudar a vencer espaços geográficos e sociais e dar acesso aos indivíduos a círculos sociais mais ou menos amplos, ou ainda inseri-los nesses círculos (MARQUES, 2009, p. 477).

Para Paulo Henrique Martins (2006, p. 30) a rede social deve ter como esteio a reciprocidade, solidariedade, confiança e associação democrática. Ainda (2006, p. 39) valorização da experiência e da liberdade da vontade humana, existência de mecanismos de troca que favoreçam o bem comum como algo resultante do esforço coletivo e supra-individual, já que o Estado é incapaz de compreender a sociedade como um fenômeno maior que aquele dos interesses da economia de mercado. A sociedade, segundo o autor (MARTINS, 2006, p. 27) é formada por determinantes culturais, morais, políticos e sociais, além dos interesses econômicos.

A rede além de focar o vínculo interpessoal permite revelar os recursos materiais e simbólicos como confiança e amizade que os membros da rede utilizam para fazer a rede se movimentar.

Paulo Henrique Martins (2006, p. 41), traz o arranjo familiar como um exemplo de rede primária, em movimento, que varia de acordo com a história e cultura de cada sociedade. Como operador simbólico deve ser vista como uma rede de relacionamentos onde se esboça a socialização dos atores sociais. Nesta perspectiva a família vem a ser uma sociedade primária privada, que é fundamental para o surgimento de uma sociedade primária pública que assume as formas de associação civil. A família constitui uma rede de solidariedade que inspira o pluralismo e a participação social e pública.

Vemos que na família, pelo menos nesta concepção mais complexa e interativa do arranjo familiar, vamos encontrar as características que depois utilizaremos para caracterizar as redes.

O núcleo familiar aparece na perspectiva do dom e da rede como um sistema de reciprocidade que tem base moral no valor-confiança (gerando as condições de proximidade e intimidade), na identificação e reconhecimento de lugares (possibilitando a ideia de ator social) e na auto-ajuda entre membros da comunidade primária, como uma espécie de círculo virtuoso possibilitando ações políticas e alianças bem sucedidas no plano intrapessoal e no plano interpessoal (MARTINS, 2006, p. 42).

Apesar de usar a família como referencia central para a vida associativa e comunitária, Martins (2006, p. 44) contrapõem-se a ideia de que a rede social é um fenômeno que se circunscreve à família. O que ele expressa é que a família está aberta a outras redes (vizinhança, amizade, associações) e é capaz de estruturar a sociabilidade do indivíduo na esfera local, comunitária e associativa.

Vemos que diferentemente de Castells, que busca uma explicação do surgimento da rede com base na inovação tecnológica do capitalismo contemporâneo, Martins tenta justificar a necessidade da existência das redes, como mecanismo para conquistas sociais e espaço para o exercício da democracia e da cidadania.

Reigadas justifica a existência e a origem das redes afirmando que a democracia participativa propõe outra concepção do indivíduo, da sociedade, do Estado, das suas relações entre o privado e o público, propõe ainda o fortalecimento dos direitos coletivos, o protagonismo popular, a mobilização social, a redução das desigualdades (REIGADAS, 2006, p. 164). Propostas que são mais facilmente aceitas no modelo de organização social em rede.

A sociedade busca organizar-se em redes, pois elas ampliam a capacidade associativa, facilitam a troca de informações e lições, constroem capital social, o que acaba por aumentar o bem estar dos atores que as constituem. As redes trazem o diálogo e a comunicação, o respeito, o reconhecimento e a confiança mútua. O poder local é o ponto de partida das redes, seja de alcance nacional ou regional. Nesta perspectiva o “empoderamento” dos grupos familiares e vizinhanças é um ponto chave da ação coletiva eficaz, na medida em que mobilizam laços de solidariedade baseados nas relações diretas com motivação emocional (REIGADAS, 2006, p.170 - 171).

Uma rede pode ter conexões fracas e atores conectados por caminhos longos, o que fará com que seja uma rede de baixa solidariedade, com atores que tendem a trabalhar de forma isolada e demoram em dar respostas aos estímulos dos demais atores. Poderíamos dizer que esta, será uma rede ineficaz. Isto acontece porque alguns atores têm mais conexões que os outros, ou até mesmo porque existem buracos estruturais, onde as relações possíveis não estão presentes. As redes que possuem conexões mais fortes e caminhos pequenos entre os atores podem ser mais fortes, rápidas e efetivas (HANNEMAN, 2000, cap. IV, p. 16).

O conceito de rede social apesar de ter aparecido cedo na sociologia e na antropologia social era usado em sentido metafórico, pois, como explica Silvia Portugal, “os autores não identificavam características morfológicas, úteis para a descrição de situações específicas, nem estabeleciam relações entre as redes e o comportamento dos indivíduos que as constituem” (PORTUGAL, 2006, p. 53).

Agora a sociologia e outras áreas do conhecimento apresentam um novo enfoque de pesquisa, centrado nas novas práticas associativas, baseados em

modelos mais flexíveis, interessado nas relações. “Cabe aqui um destaque ao fato que a re-construção destas práticas de sociabilidade aponta para uma inovação, para uma nova perspectiva teórico-metodológica, a de redes sociais” (FONTES; MARTINS, 2006, p. 7). Esta nova perspectiva, segundo os autores, facilita a leitura dos fenômenos ligados às experiências associativas não vinculadas a movimentos políticos e partidários.

O conceito de rede popularizou-se e diversas ciências a utilizam por sua capacidade descritiva e explicativa das relações entre os “nós” – pontos conectores. Nas ciências sociais a análise das redes tem sido um campo de interdisciplinaridade. A análise estrutural das redes passa para uma posição que defende que as estruturas sociais podem ser representadas como redes, como conjuntos de “nós” e laços (relações).

2.3 – METODOLOGIA DO ESTUDO DE REDES SOCIAIS

Hoje, segundo Gurza Lavallo, Castello e Bichir (2006b), a análise das redes constitui “uma estratégia analítica bastante consolidada”, com várias metodologias propostas que se adaptam as necessidades dos pesquisadores e com recursos em crescente expansão, o que permite o “tratamento empírico das formas (estrutura) e lógicas (fluxos) de vinculação que animam a atuação de conjuntos de atores - atores cujo número pode variar de grupos pequenos a constelações complexas” (GURZA LAVALLE, et al., 2006b, p. 4 - 5).

É analiticamente interessante a metodologia de análise de redes proposta por Gurza Lavallo et al., (2006b), que aborda os papéis desempenhados pelos diferentes tipos de organização, suas dinâmicas internas e vínculos preferenciais, pois, nos permite examinar os modos de funcionamento de tais entidades “sem necessidade de assumir uma série de pressupostos relativos aos papéis por elas desempenhados, sem delimitação prévia das estruturas e hierarquias que ordenam suas inter-relações” (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 21).

A análise de rede permitiria construir definições analíticas de caráter empírico, identificando lógicas comuns que exprimem padrões de interação recíproca. Na medida em que a lógica comum a um grupo de instituições se encontra inserida nos padrões de interação, ela não é derivada da autopercepção do ator e suas percepções, ao contrário, ações e interações são explicadas à luz de sua posição na rede (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 21).

A partir das relações estabelecidas entre os diferentes tipos de organizações civis, bem como da observação de regularidades nessas relações de interação, detectam-se padrões estruturais de interação presentes na configuração do universo desses atores, em uma espécie de “estruturalismo a posteriori” - *a posteriori* uma vez que a estrutura de relações é obtida mediante trabalho empírico. Relações dos mais variados tipos, estabelecidas ao longo do tempo, de forma muitas vezes fortuita, não intencional, contribuem para a construção de redes densas, que são constantemente alteradas pelos atores e também restringem suas possibilidades de atuação. É a regularidade desses padrões de relação e interação que forma a estrutura de uma rede dada (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 21).

Utilizamos a obra de Adrián Gurza Lavalle et al. (2006b), para analisar o funcionamento do universo das organizações civis a partir de três recortes analíticos: “i) o papel desempenhado por diferentes tipos de entidades em relação ao universo das organizações civis, ii) as formas de relacionamento que cada tipo de organização civil estabelece entre si, [...], iii) e os vínculos preferenciais [...]” (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 4). Todos estes recortes sempre referenciam as relações, ou seja, a unidade de análise é as relações.

Sobre estes três recortes, Gurza Lavalle et al. nos diz que:

No primeiro caso, a distinção entre os papéis desenvolvidos pelos diferentes tipos de organizações civis exige centrar o foco na relação entre cada tipo e o universo das organizações como um todo; no segundo, é preciso fixar o olhar e examinar cuidadosamente apenas as conexões internas próprias a cada tipo de organização civil, como se se tratasse de esquadrihar subcampos caracterizados por lógicas relacionais distintas; no terceiro, a atenção não se detém no universo das organizações civis como um todo, nem nas dinâmicas das organizações pertencentes ao mesmo tipo, mas opera novo recorte sobre as inter-relações mais freqüentes entre tipos de entidades distintos, mostrando claramente afinidades e distâncias que organizam as constelações de atores do universo das organizações civis [...] (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 4).

A metodologia que estruturou as entrevistas deste trabalho foi relacional, não se priorizou indagar os atributos do ator em si nem suas funções enquanto tal, mas sim sua interação ou interações com outros atores sociais e suas funções desempenhadas e reconhecidas por e entre eles (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 7).

Quanto à análise relacional, Sílvia Portugal considera que ela é capaz de explicar o comportamento social baseado em modelos de interação entre atores sociais, fugindo da tradição sociológica de estudar os efeitos independentes de atributos individuais ou relações duais. A análise relacional permite enxergar o modo como os atores são condicionados pelo tecido social que os envolve, e, também, o

modo como os atores usam e modificam este tecido social consoante os seus interesses (PORTUGAL, 2006, p. 55).

Na medida em que o objeto de pesquisa deixa de ser algo preexistente às relações sociais, e passa a ser resultante destas relações, a estrutura da análise se altera profundamente. Esta perspectiva relacional não possibilita o estudo isolado e auto-referido de dado objeto, sendo necessário inseri-lo em um campo relacional em determinado tempo e lugar.

Por fim, a abordagem relacional permite também que a análise rompa com uma certa tendência a explicar os processos sociais, particularmente aqueles do campo político, apenas em termos de intencionalidade e/ou escolhas estratégicas. Sem negar a importância destas, o foco nas relações possibilita tratar de maneira mais adequada o complexo relacionamento entre o sentido da ação para os atores e o sentido assumido pela ação dos atores no âmbito do campo relacional no qual está inserida e pelo qual é condicionada. Elias (1994, p. 35) ilustra esta complexidade através da metáfora da sociedade como uma “rede” (SILVA, M. K., 2007, p. 479).

A análise relacional utilizada neste trabalho, considera a nova abordagem sobre sociedade civil e Estado enquanto instituições híbridas. Não trabalhamos como se existisse uma sociedade civil dotada de uma determinada natureza essencial que entra em relação com o Estado ou campo político institucional também dotado de outra natureza essencial. Tentamos compreender a configuração política, a conformação do campo de relações entre atores, grupos e instituições sociais e políticas, que gera o ser da sociedade civil e do Estado (SILVA, M. K., 2007, p. 485).

Como explica Marcelo Kunrath Silva (2007, p. 485), através desta forma de análise poderemos observar se dentro de uma rede os atores constitutivos da sociedade civil local apresentam maior ou menor enraizamento social; como se estruturam; se são dependentes e em que grau dos atores políticos locais, como se posicionam com relação aos processos participativos; se tem capacidade de mobilização e se estão ou não inseridos no campo político-institucional.

Paulo Henrique Martins (2006, p. 40 - 41) nos diz que quando as ciências sociais se apropriam da noção de rede, desloca a análise dos atores para as relações que eles estabelecem entre si, também para a compreensão das formas destas relações e ainda como estas moldam os comportamentos individuais e estes contribuem em retorno para modelar estruturas sociais. Celina Souza segue esta linha ao falar das características das redes, na força do modelo para as políticas

públicas. Para ela, redes significa contatos, vínculos e conexões que relacionam os atores entre si e não se reduzem às propriedades individuais dos atores.

As instituições, a estrutura social e as características de indivíduos e grupos são cristalizações dos movimentos, trocas e “encontros” entre as entidades nas múltiplas e intercambiantes redes que se ligam ou que se superpõem. O foco está no conjunto de relações, vínculos e trocas entre entidades e indivíduos e não, nas suas características. Este método e referencial teórico partem do estudo de situações concretas para investigar a integração entre as estruturas presentes e as ações, estratégias, constrangimentos, identidades e valores. As redes constroem as ações e as estratégias, mas também as constroem e reconstroem continuamente. A força deste modelo está na possibilidade de investigação dos padrões das relações entre indivíduos e grupos (SOUZA, C., 2006, p. 32 – 33).

As entidades da sociedade civil podem ocupar posições privilegiadas ou ter capacidades de atuação limitadas nas redes mesmo desempenhando papéis muito diferentes. Os resultados encontrados neste campo, segundo Gurza Lavallo et al., (2006b, p. 06) são muito valiosos, “pois permitem caracterização relacional do funcionamento de cada tipo de organização civil estudada”.

O instrumento de pesquisa utilizado neste trabalho, aplicado às instituições, foi elaborado de maneira a poder classificar as organizações civis com base em critérios objetivos de duas ordens: a) relação com seu público alvo e outras instituições e b) o perfil da atividade realizada pela organização.

Após, a rede foi analisada a partir de uma matriz binária simples, relacional, de duas dimensões, proposta por Hanneman (2000, cap. IV, p. 5), onde relacionamos quais atores estavam inseridos na rede, inserimos os vínculos existentes e pudemos observar a estrutura das relações que estes atores estavam envolvidos; quais eram os mais centrais e fortalecidos dentro da estrutura. Tentamos conhecer todas as relações entre cada par de atores.

A matriz foi escolhida por ter a capacidade de resumir e apresentar muitas informações de maneira rápida e simples, a partir de uma descrição sistemática e exaustiva dos tipos de relações sociais, mantendo a informação concisa.

Uma matriz, tal qual proposta por Hanneman está composta por nós e relações (também chamados pontos e vínculos). É um conjunto de elementos dispostos em filas e colunas onde a presença de vínculos se registra como elementos. A diagonal principal deve ser ignorada. A matriz pode apresentar um único tipo de relação ou mais de um tipo de relação, mostrando se são recíprocas ou unilaterais.

Neste trabalho, utilizando-nos dos conceitos de Gurza Lavalle et al., um ator central no interior da rede é aquele que, a partir de um grande número de relações, consegue exercer influência sobre os demais atores e gerar neles certa dependência.

Enquanto as escolhas aparecem associadas à capacidade de ação ou agência, os fluxos remetem a bens materiais e imateriais, cuja natureza varia enormemente dependendo dos atores contemplados pela análise; por exemplo, dinheiro, mercadorias ou coisas no primeiro caso, e informações, influência ou afeto, no segundo. Ademais, atores centrais ocupam posições estratégicas no interior da rede, sendo importante considerar não apenas os vínculos diretos com outros atores, mas também aqueles de caráter indireto (Wasserman e Faust 1994). A centralidade no interior de uma rede surge como consequência dos padrões de relações estabelecidos entre os atores e, portanto, não é um atributo ou “posse” dos atores em si. Em suma, a noção de centralidade está associada à noção de capacidade de ação, quer dizer, de escolha entre diversas alternativas possíveis e de autonomia — pouca ou nenhuma dependência — em relação aos vínculos estabelecidos com atores específicos (GURZA LAVALLE et al., 2007, p. 13).

Para análise da rede também usamos a observação direta através de visitas de campo documentadas.

Desta forma, o leitor não encontrará nestas páginas, explicações sobre softwares de análise de redes sociais, como o mais conhecido UCInet, ou SocNetV, entre outros. Optou-se por utilizar a matriz simples de Hanneman que nos oferece as ferramentas necessárias para avaliar a posição social dos atores dentro da rede, suas relações e a suas centralidades¹¹. Também utilizamos um sociograma que se desdobrou da matriz binária.

O leitor também não encontrará neste trabalho, um modelo esgotado a ser replicado ou generalizado. A análise feita na rede de prevenção de violência de Rio Grande serviu para analisar esta rede específica.

¹¹ Para saber mais sobre softwares de análise de redes sociais, acesse o *site* <http://www.analytictech.com/ucinet>

CAPÍTULO III - DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE

Este capítulo tem como objetivo apresentar algumas características sobre o município de Rio Grande. Em 2009, o Programa Municipal de Prevenção da Violência e a UNESCO realizaram um trabalho conjunto que resultou no diagnóstico situacional do município. Extraídos deste documento, estão expressos aqui, os indicadores mais relevantes do município quanto à violência, comparando dados, fazendo o cruzamento entre idade, raça e sexo dos indivíduos envolvidos nos incidentes violentos.

Com base na metodologia do Programa Estadual de Prevenção de Violência – PPV, a UNESCO, capacitou os representantes de entidades da sociedade civil e gestores municipais para a elaboração do levantamento de dados¹².

O diagnóstico situacional tinha a intenção de ser um mapa, das fortalezas e debilidades do município na prevenção da violência, tanto no setor privado, quanto público, tentando sentar as bases para um plano de ação que contemplasse ações concretas e efetivas para a redução dos indicadores de violência diagnosticados e apoiar as políticas públicas municipais.

O documento final deste levantamento não foi publicado, devido a questões políticas.

O documento foi elaborado durante a vigência do Programa Estadual de Prevenção da Violência. Programa este idealizado pelo partido PSDB enquanto estava no Governo do Estado através da governadora Yeda Crusius entre 2007 e 2010. Em 2011, o PT assume o Governo do Estado, desistindo do Programa de Prevenção da Violência. Os esforços realizados até então são abandonados. Aparentemente o Programa de Prevenção da Violência foi considerado como um marketing de campanha para a reeleição da governadora Yeda Crusius.

No município de Rio Grande, o PMDB governa a prefeitura através do Prefeito Fábio Branco, com mandato entre 2009 a 2012. As coligações entre PT e PMDB parecem ser o motivo do abandono do programa no município, que optou por seguir executando apenas o programa Rede Família.

¹² Foram usados como instrumentos para elaboração deste diagnóstico, a coleta de dados, o estudo de documentos encontrados em bancos de dados *on line*, como o da Segurança Pública, de diferentes serviços de saúde, das secretarias municipais, entre outros. Também foram utilizadas as notificações das violências, realizadas na área do PPV e os relatórios dos serviços de saúde e da secretaria municipal de cidadania e assistência social.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Rio Grande é a cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, fundada em 19 de fevereiro do ano de 1737 pelo Brigadeiro José da Silva Paes. De colonização portuguesa é carinhosamente conhecida como Noiva do Mar. Os traços da arquitetura portuguesa do século passado ainda estão presentes. Pelo seu patrimônio arquitetônico e natural é considerada "Cidade Histórica", através de Decreto do Governo Estadual.

Em Rio Grande está situada uma extensa orla marítima, com 212 km, chamada Praia do Cassino.

Possui um importante porto marítimo, cuja participação na economia estadual é fundamental, constituindo-se em nível nacional no primeiro porto no escoamento da produção agropecuária. A produção industrial gaúcha também é exportada pelo Porto de Rio Grande.

O maior indutor das migrações foram os serviços portuários, que geralmente atraíam mão de obra não especializada e ofereciam trabalho sazonal nos períodos de safra. Esta população buscava na entre - safra dos serviços portuários, outras fontes de renda na pesca artesanal e na indústria da construção civil. Estes fluxos migratórios, de corrente urbano-urbana deram à cidade uma população muito heterogênea, nos aspectos sociais, culturais, econômicos e produtivos (cf. Câmara do Comércio). Atualmente, o Porto de Rio Grande recebe muitos investimentos para ampliação de suas atividades portuárias bem como para o desenvolvimento da indústria naval.

Os bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, que são os bairros estudados, encontram-se quase na entrada da cidade (ver mapa em anexo I).

3.2 LOCALIZAÇÃO E ASPECTOS GEOGRÁFICOS

A cidade atualmente possui 196.337 mil habitantes (IBGE). Quanto a sua localização, situa-se na planície costeira do sul do Estado do Rio Grande do Sul. Tem como limites ao norte, a cidade de Pelotas e Laguna dos Patos; ao sul com Santa Vitória do Palmar; a leste com o Oceano Atlântico e o Canal do Rio Grande; e a oeste, com Pelotas, Arroio Grande e Lagoa Mirim.

Rio Grande possui estradas de rodagem asfaltadas, ferrovias, aeroporto e hidrovias que ligam o município ao País e ao exterior. A cidade de Rio Grande é servida pelas rodovias BR 392, que leva a Pelotas (60 km) e Porto Alegre(320 km), através da BR 116; A BR 471 atinge Santa Vitória do Palmar (220 km) e Chuí (240 km) e a RS 734 leva até o bairro balneário Cassino (18 km).

O município tem a extensão de 3.338,35Km², com uma topografia plana. Suas terras emersas evoluem constantemente devido a progressão do Delta Submerso, antecedente a desembocadura da Laguna dos Patos e responsável, na zona estuária pelo arquipélago dos Marinheiros. Além das atuais ilhas, a pouca profundidade, evolui rapidamente um grande número de baixios que formarão ilhas, com o que se modificará com a regressão marinha, o que confere ao Município uma condição especial, pois sua área está crescendo (Prefeitura Municipal de Rio Grande).

3.3 ASPECTOS ECONÔMICOS E TURÍSTICOS

A economia é caracterizada por acentuada predominância do setor secundário, numa ampla interação com o sistema viário, liderado pelas instalações portuárias.

A industrialização do Município iniciou-se no século passado, com as indústrias de fiação e tecelagem, de alimentos e bebidas, os frigoríficos nas primeiras décadas deste século, e a refinaria de petróleo, já em 1937. O crescimento industrial diversificou e ampliou o número de instalações de grandes, médias e pequenas indústrias, destacando-se as de fertilizantes, pescados e alimentícias, a partir dos meados deste século.

O turismo representa um papel fundamental na economia, em especial na temporada de veraneio, com turistas brasileiros e estrangeiros, principalmente os dos países do Prata, quando a população atinge cerca de 200 mil habitantes.

As festas, de um modo geral, tem grande aceitação por parte dos rio-grandinos, que delas participam ativamente. Destacamos a Festa do Mar, a Festa dos Navegantes e de Iemanjá, a Feira Estadual de Artesanato do Rio Grande - FEARG, as Ondas de Natal, a Festa de São Pedro, a Romaria de Nossa Senhora de Fátima e outras. O destaque fica para a Festa do Mar que se realiza de dois em dois

anos, nos armazéns e cais do porto velho, e atrai um público de aproximadamente 200.000 pessoas em 10 dias de festejos (Prefeitura Municipal de Rio Grande).

3.4 MAPEAMENTO DA REDE DE SERVIÇOS

No diagnóstico municipal consta o mapeamento da rede de serviços, ou seja, identifica as instituições em todo município e especificamente nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, que prestam algum tipo de serviço a comunidade que possa prevenir a violência ou atender as vítimas dela.

Identificaram 87 instituições, sendo que 27 realizam atividades nos bairros em questão.

Dentre estas instituições, foram identificadas instituições que trabalham com promoção, prevenção e atenção às vítimas no município (Prefeitura Municipal de Rio Grande).

Elas estão apresentadas por setores, vejamos.

No setor da Saúde:

O Programa Estratégia de Saúde da Família – ESF, esse programa tem cobertura de 42% das zonas de maior vulnerabilidade e atinge 48 bairros do município.

O município conta ainda com o Serviço de Referência em Saúde para a ESF, os hospitais Universitário e Santa Casa, sendo que este hospital possui um Pronto Socorro Municipal, que tem um observatório para notificação das vítimas de acidentes, sendo um Hospital Sentinela Regional.

Há ainda no município o Posto de Atendimento Médico – PAM, e o serviço de atendimento de Urgência da FURG - Serviço de Pronto Atendimento do Hospital da Universidade Federal de Rio Grande – FURG.

A Secretaria Municipal da Saúde conta com um serviço municipal de urgências – SMU, que possui ambulâncias de resgate para vítimas, funcionando 24 horas; conta também com o Programa Municipal Ser Saudável que tem como objetivo a redução da morbimortalidade infantil através do acompanhamento contínuo de crianças consideradas de risco até completarem 1 ano de vida. Esses bebês são acompanhados pela equipe, assim como a família. No ano de 2009 atendeu 1098 recém nascidos de risco no Município, sendo que destes, 11 foram a óbito;

Conta ainda com o Programa de Saúde Mental que oferece à população os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, como os:

- CAPS AD - atendimento especializado em álcool e drogas;
- CAPS infantil - atendimento especializado para crianças e adolescentes;
- CAPS II - atendimento especializado para portadores de transtorno mentais;
- Ambulatório de Saúde Mental - atendendo os portadores de transtornos leves, sem indicação para CAPS.

O município desenvolve ainda os seguintes programas: Saúde do Idoso, implantado em julho de 2008, atende a faixa etária acima dos 52 anos e realiza palestras para idosos, capacitações para atendimento ao idoso, notificação dos casos de violência e visitas domiciliares, sendo que há um predomínio de mulheres idosas nos atendimentos prestados; Saúde da Mulher que no ano de 2009 realizou 7.254 atendimentos como consulta ginecológica, pré-natal, coleta citopatológica, entre outras.

O setor de saúde do município desenvolve ainda: o Programa Municipal de Doenças Sexualmente Transmissíveis/AIDS - DST/AIDS, que busca concretizar ações de prevenção, assistência e diagnóstico, estimulando atitudes de práticas seguras, através do uso de preservativo, reduzindo a transmissão do vírus de mãe para filho, e também garantir o acesso de pacientes portadores de HIV/AIDS ao tratamento, proporcionando assim qualidade de vida; O Projeto de Redução de Danos realiza acompanhamento dos Grupos de Apoio, visita ao domicílio e busca ativa. Atende em média 170 indivíduos por mês, de ambos os sexos, na faixa etária dos 17 aos 39 anos; O Programa Primeira Infância Melhor - PIM, que é realizado no município em parceria com as três secretarias, de saúde, de educação e de assistência social, presta atendimento de orientação às gestantes e a família de crianças de 0 a 6 anos, na modalidade individual e grupal. Anualmente atende em média 900 famílias, num total de 44 gestantes e 1085 crianças. Também desenvolve o Projeto PIM - Crianças egressas de UTI Neo - natal, atuando em diversos bairros do município.

Em Rio Grande se encontram 3 comunidades terapêuticas¹³. Elas atendem cerca de 85 indivíduos do sexo masculino, numa faixa etária predominantemente dos 15 aos 50 anos. Não existem vagas femininas.

¹³ Comunidade terapêutica é o local de internação voluntária, com objetivos terapêuticos e assistenciais, para a reabilitação de dependentes químicos (drogas e álcool).

Vemos ainda em Rio Grande o Núcleo de Prevenção à Violência – NPAV. Ligado a Vigilância em Saúde, da Secretaria da Saúde, tem a função de articular a rede para o atendimento dos casos de violência, capacitar os profissionais e a rede para as notificações dos casos de violência, gerando indicadores para os atendimentos, assim como proporcionar espaços de cuidado para os trabalhadores da saúde.

No setor de Cidadania e Assistência Social:

O setor de cidadania e assistência social conta com um Centro de Referência e Assistência Social - CREAS que realiza em média 1000 atendimentos/ano às famílias e indivíduos; conta também com o Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS que trabalha a violência e a negligência em relação à criança, adolescente, idoso e mulheres. É o setor responsável pelo atendimento a Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço a Comunidade do Adolescente.

Há 3 abrigos no município: Casa das Meninas, Casas dos Meninos e Casa de Acolhida para Mulheres Vítimas de Violência. Há ainda os centros comunitários como Centro Municipal Comunitário “Dra. Lúcia Nader” que atende crianças e adolescentes de 6 a 15 anos no horário inverso a escola, o Centro Municipal Comunitário da Hidráulica que oferece cursos de Geração de Renda e Grupo de Convivência de Idosos.

Oferece ainda os serviços de Plantão Social para benefícios eventuais, de Cadastro Único para o Programa Bolsa Família. O Benefício de Prestação Continuada para Idoso e Pessoa com Deficiência - todos os técnicos de Serviço Social podem fazer o encaminhamento do benefício. Também há o Grupo de Convivência da Terceira Idade nos Bairros Parque Marinha, Barra e Vila da Quinta.

Por fim, informamos a relação das instituições mapeadas, que fazem parte da rede de prevenção da violência e atuam nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita de Cássia.

2ª Região do Conselho Tutelar de Rio Grande,
Estratégia de Saúde da Família - 3 Equipes¹⁴,
Grupo de Idosos Multiplicadores de Doenças Sexualmente
Transmissíveis/AIDS,

¹⁴ Estas equipes são conhecidas por números. Nos bairros atuam as equipes 5, 6 e 29. Estes números são atribuídos na medida em que são constituídas. Assim, a equipe 5, foi a 5ª equipe a surgir no município. A Equipe 29 foi a 29ª equipe a surgir no município.

Projeto de Redução de Danos da Secretaria Municipal de Saúde de Rio Grande,
Pastoral da Criança,
Programa de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto - Liberdade Assistida,
Programa Rede Família,
Pólos Culturais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,
Mentes Sem Limite - Grupo de Dança - Rap Gospel,
Associação de Moradores da Castelo Branco I,
Associação de Moradores da Castelo Branco II,
Conselho Gestor Local de Saúde – CGLS,
Escola de Samba Unidos da Castelo,
Escola Municipal de Ensino Fundamental João de Oliveira,
Centro Espíritas e de Umbanda – foram identificados 15 centros nos bairros mapeados,
Central Única das Favelas,
Comunidade Católica,
Centro de Referência de Assistência Social - CREAS Cidade de Águeda,
Escola de Educação Infantil,
Igreja Católica - 2 paróquias,
Igrejas Evangélicas (3 paróquias)
Associação Movimento Solidário Colmeia,
Projeto Segundo Tempo,
Escola de Orientação Profissional Assis Brasil,
Organização Não Governamental - Trabalhando a Mente,
Projeto Jovem do Esporte,
Projeto Semear da Castelo Branco.

3.5 PANORAMA DOS ACIDENTES E VIOLÊNCIAS

Rio Grande está em 11º lugar no ranking dos 50 municípios mais violentos do Rio Grande do Sul, segundo fonte do Programa Estadual de Prevenção da Violência.

Vemos no gráfico abaixo o total de óbitos por suicídios, homicídios, acidentes de trânsito nos 50 municípios de maior ocorrência no RS, no período de 2001 a 2004 numa proporção de mil habitantes.

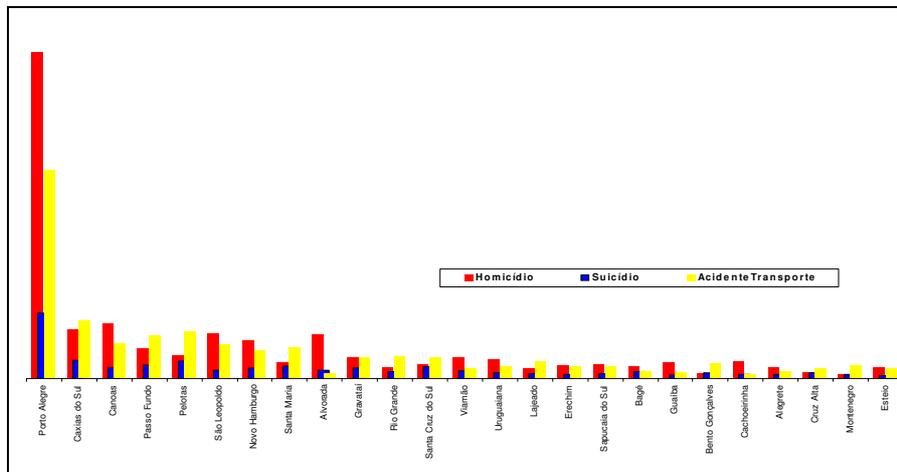


Figura 2 - Gráfico de óbitos por suicídio, homicídio e acidentes de trânsito nos 50 municípios de maior ocorrência do RS.

Fonte: Centro Estadual de Vigilância em Saúde do Rio Grande do Sul, 2009.

Nas notificações de 2008 do Observatório da Santa Casa de Rio Grande, temos uma visão dos acidentes e violências com maiores ocorrências no município: 10,62% acidentes de trânsito não de trabalho¹⁵, 9,63% acidentes de trabalho típico, 5,18% de violência física e 3,89% de acidentes domésticos.

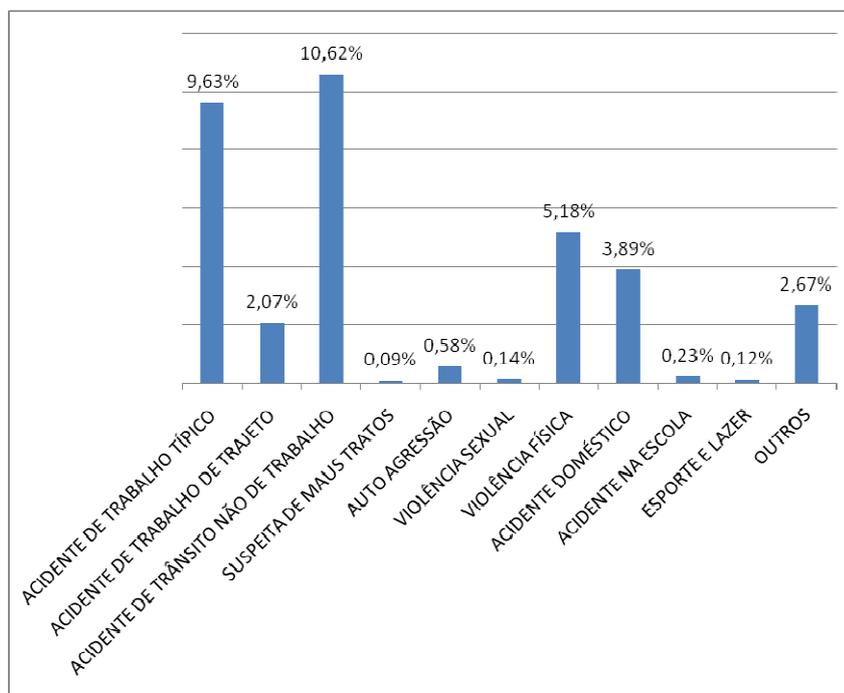


Figura 3 - Gráfico dos acidentes e violências com maiores ocorrências no município de Rio Grande. Fonte – Relatório de notificação individual de acidentes e violência (RINAV) observatório - Santa Casa - Pronto Socorro, 2008.

¹⁵ Observa-se que os dados diferenciam os acidentes de trânsito que ocorrem no trajeto casa/trabalho/casa, dos acidentes de trânsito e dos acidentes de trabalho típicos.

Percebemos que a via pública é o principal local para os acidentes, assim como para a violência física; porém, o domicílio, onde deveria ser um local seguro, é o palco onde ocorre a violência sexual, a violência física, auto-agressão, a negligência/abandono e um número enorme de acidentes domésticos. Acidentes domésticos podem acobertar violência doméstica.

Conforme dados fornecidos pela Coordenação Municipal das Urgências em 2009, temos o ranking das 10 vias do município onde mais acontecem acidentes com vítimas, que acionam o resgate:

- 1) RS 734 - Estrada Rio Grande-Cassino, com maior prevalência próximo ao KM 11;
- 2) Rua Roberto Socoowski - toda extensão;
- 3) Avenida Buarque de Macedo - toda extensão, com maior prevalência na esquina com Rua Domingos de Almeida;
- 4) Avenida Itália - toda extensão;
- 5) Avenida Santos Dumont - toda extensão;
- 6) Avenida Rheinghants - toda extensão com maior prevalência na esquina com Av. Major Carlos Pinto.
- 7) BR 392 - Estrada Rio Grande – Pelotas, trecho do Porto de Rio Grande até o Distrito de Povo Novo.
- 8) Avenida Presidente Vargas - toda extensão com maior prevalência próximo ao pórtico de acesso a Rio Grande;
- 9) Rua Domingos de Almeida - toda Extensão;
- 10) Rua 24 de Maio - toda Extensão.

Cabe salientar que a Rua Roberto Socoowski é a via que dá acesso aos Bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.

Os dados de 2009 do CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social, vinculado à Secretaria de Cidadania, que fornece auxílio às crianças e adolescentes vítimas de vários tipos de abusos, indicam que dos 255 atendimentos realizados pelo centro no ano de 2009, 65% das vítimas são do sexo feminino e 35% do sexo masculino, como mostram os gráficos a seguir. Quanto à faixa etária das vítimas percebe-se uma maior concentração na faixa de 6 a 12 anos, que corresponde a 60%.

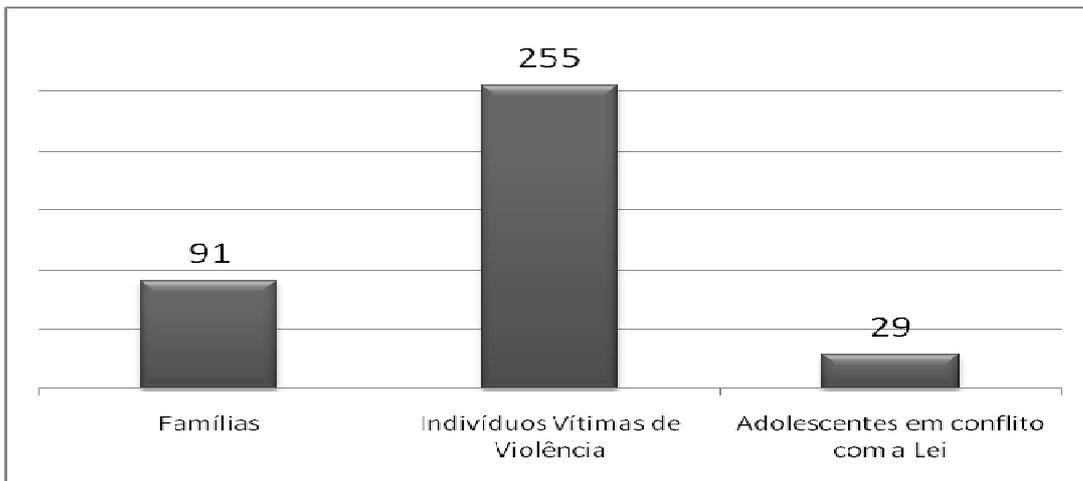


Figura 4 - Gráfico de Atendimentos realizados pelo Centro de Referência especializado em Assistência Social.

Fonte – Centro de Referencia Especializado em Assistência Social – CREAS, 2009.

Nos casos de violência em Rio Grande ainda predomina a questão de gênero e da infância. Segundo dados do CREAS, vemos que e que a maioria das vítimas é do sexo feminino, estão entre 6 e 12 anos e a violência que predomina é o abuso sexual.

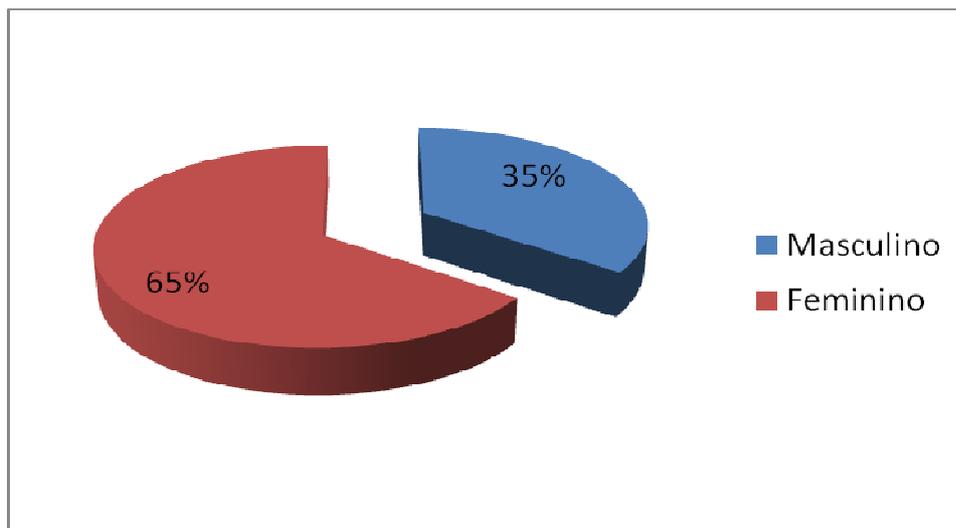


Figura 5 - Gráfico de Atendimento realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto ao gênero das vítimas.

Fonte – Centro de Referencia Especializada em Assistência Social – CREAS, 2009.

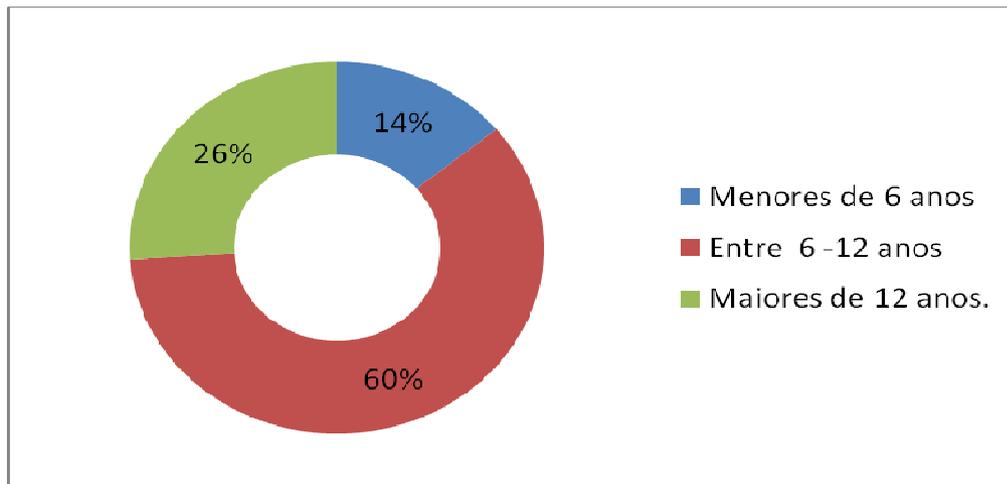


Figura 6 - Gráfico de Atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto a idade das vítimas.

Fonte – Centro de Referencia Especializado em Assistência Social – CREAS, 2009.

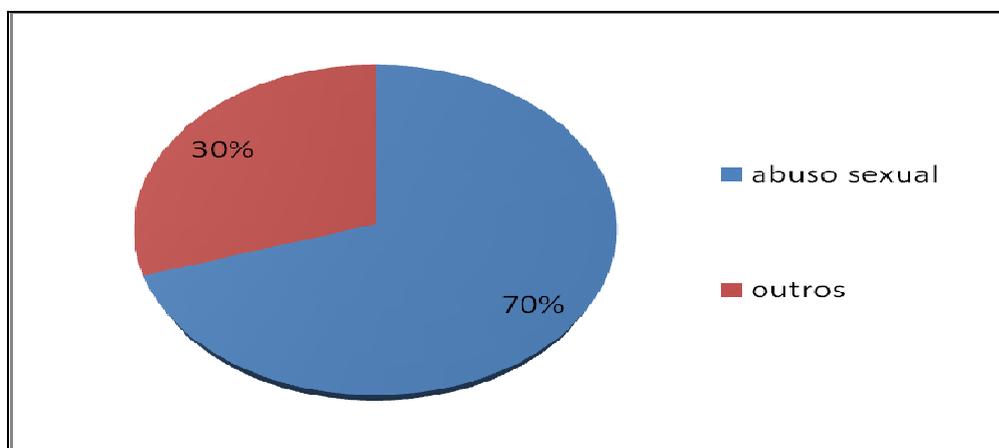


Figura 7 - Gráfico de Atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto ao tipo de violência sofrida.

Fonte – Centro de Referencia Especializado em Assistência Social – CREAS, 2009.

Em relação ao órgão notificador, ou seja, o que encaminha as vítimas ao CREAS, a maioria das vítimas é encaminhada pelo Conselho Tutelar.

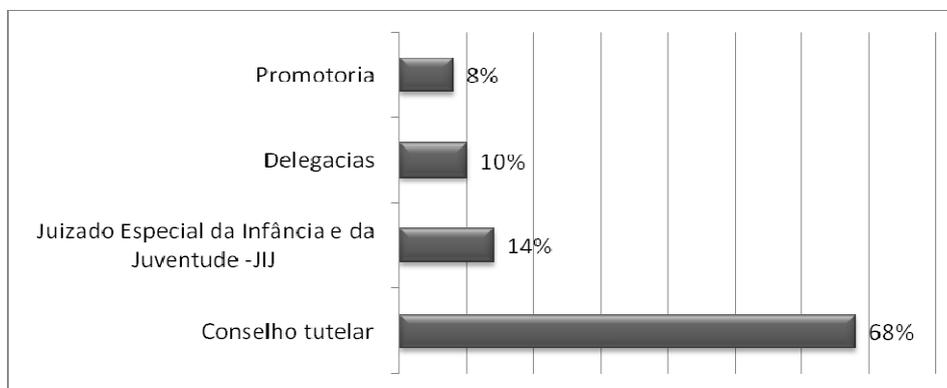


Figura 8 - Gráfico de Atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto ao órgão notificador.

Fonte – Centro de Referencia Especializado em Assistência Social – CREAS, 2009.

Segundo os casos atendidos pelo CREAS, percebe-se que a violência acontece predominantemente dentro de casa.

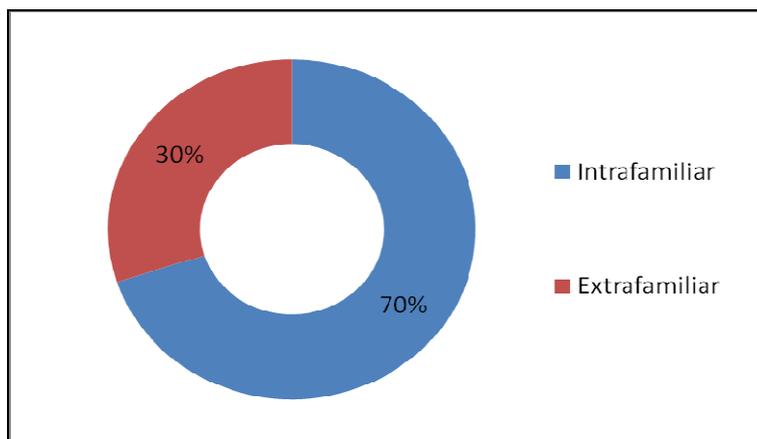


Figura 9 - Gráfico de Atendimentos realizados pelo Centro de Referência Especializado em Assistência Social quanto ao local de ocorrência da violência.

Fonte – CREAS, 2009.

A Casa de Acolhida para mulheres vítimas de violência surgiu em 2007, no ano seguinte a promulgação da Lei Maria da Penha, nº 11.340 de 2006, e veio para contemplar as Medidas Protetivas descritas na lei. Funciona com conhecimento do Foro, Promotoria, Delegacia da Mulher, Prefeitura Municipal e obedece a um roteiro operacional de acolhimento.

A Casa de Acolhida atende todas as mulheres do município que necessitem de abrigo por terem sofrido violência doméstica e estejam em risco. Antes disso, porém, as mulheres precisam fazer uma ocorrência policial de que são “vítimas” de violência doméstica, conforme dita a Lei Maria da Penha. Conseqüentemente inicia-se o processo judicial em 48 horas. Somente a partir da denúncia elas poderão ser encaminhadas para a Casa de Acolhida, com seus filhos até 12 anos. No caso de filhos maiores de 12 anos, estes são encaminhados para os outros abrigos, sob a responsabilidade da Casa, a qual garante as Medidas Protetivas da lei.

Os dados fornecidos pela Casa de Acolhida são:

Total de atendimentos anual desde o ano de surgimento:

2007 - 04 ingressas - com seus filhos até 12 anos;

2008 - 18 ingressas - com seus filhos até 12 anos;

2009 - 13 ingressas - com seus filhos até 12 anos.

Dos dados fornecidos pela Casa extrai-se que 45% das mulheres atendidas foram vítimas de lesões corporais e 35% foram verbalmente ameaçadas de morte. A maioria está na faixa etária dos 30 aos 39 anos, prevalência da cor negra, donas de

casa e com baixíssimo grau de instrução, estando muitas vezes sujeitas a dependência financeira do companheiro agressor.

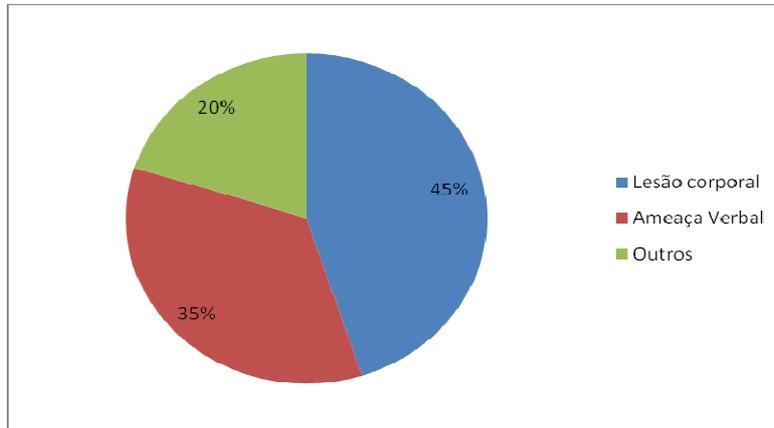


Figura 10 - Gráfico quanto ao tipo de violência sofrida atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande.
Fonte – Casa de Acolhida de Rio Grande, 2009.

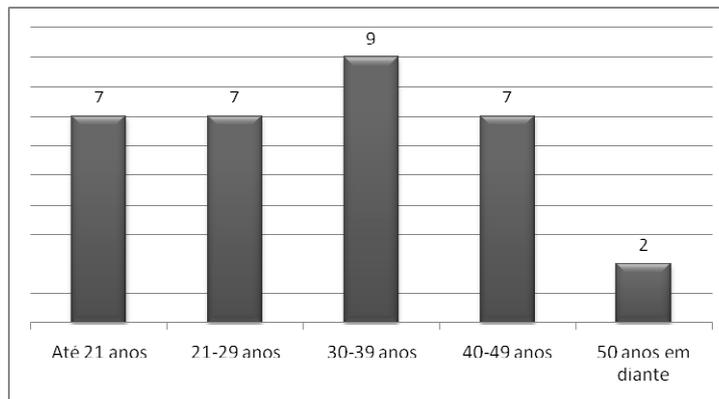


Figura 11 - Gráfico quanto a idade das vítimas atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande.
Fonte – Casa de Acolhida de Rio Grande, 2009.

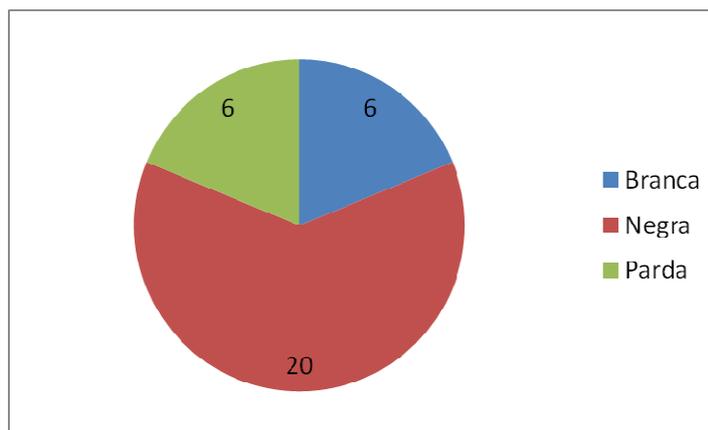


Figura 12 - Gráfico quanto à cor das vítimas atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande.
Fonte – Casa de Acolhida de Rio Grande, 2009.

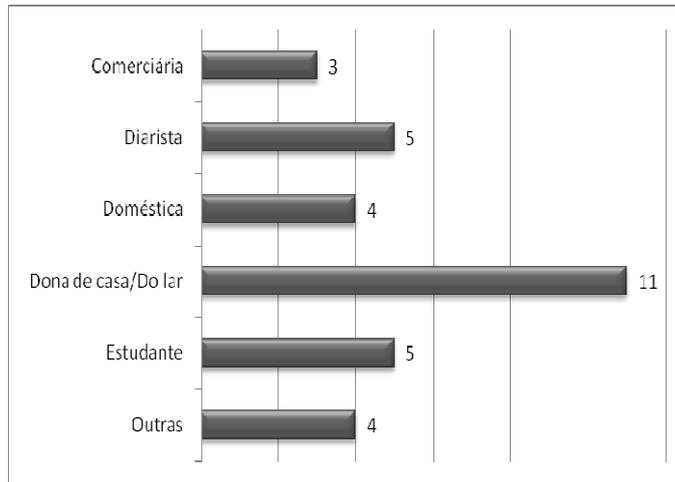


Figura 13 - Gráfico quanto à ocupação das vítimas atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande.
Fonte – Casa de Acolhida de Rio Grande, 2009.

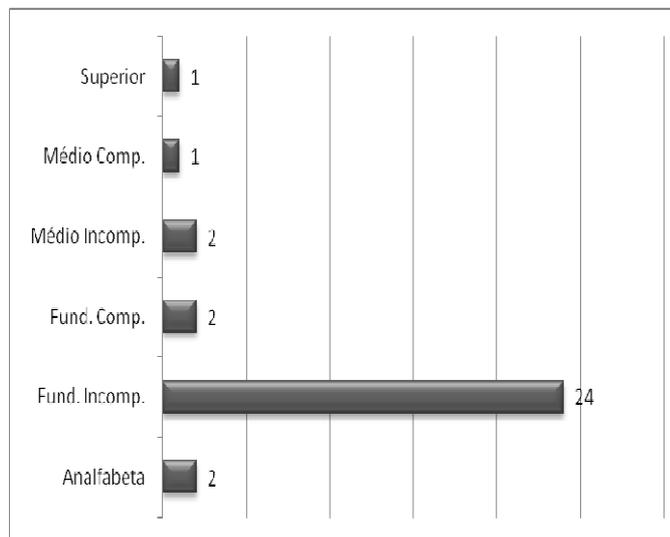


Figura 14 - Gráfico quanto ao grau de instrução das vítimas atendidas na Casa de Acolhida de Rio Grande.
Fonte – Casa de Acolhida de Rio Grande, 2009.

3.5.1 DADOS AGRUPADOS EM RELAÇÃO ÀS VIOLÊNCIAS NA ÁREA DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA - PPV.

Apresentaremos agora os dados agrupados da saúde, segurança e assistência social, com relação às violências, durante o ano de 2009, na região escolhida para ser a área piloto do PPV no município do Rio Grande - bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.

Tratando-se de uma população relativamente pequena, com apenas 9.005 habitantes nos três bairros, segundo informação do Programa Estratégia de Saúde da Família, é muito grande o número de usuários de drogas e de pontos de tráfico. Os dados de 2009 mostram uma população local que utiliza algum tipo de droga,

sabendo-se que para caso sabido/notificado existem vários desconhecidos. Acredita-se assim, que os números sejam mais alarmantes ainda.

Tabela 1 - Número de usuários por droga utilizada e pontos de drogas nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.

Nº de usuários de Crack	176
Nº de usuários de outras drogas ilícitas	416
Casos de alcoolismo	171
Pontos de Tráfico de Drogas	42

Fonte – Programa Municipal de Prevenção da Violência, 2009

Quanto ao tipo de violência, vê-se a prevalência da violência física doméstica, seguida pela violência física contra a criança, repetindo os dados colhidos pelo CREAS. Em relação à violência sexual percebe-se maior ocorrência de casos de abuso sexual e estupro, seguido de violência envolvendo casos de prostituição e de pedofilia.

Tabela 2 - Número de vítimas por violência física sofrida nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, 2009.

Violência Doméstica	77
Violência por arma de fogo/arma branca	35
Violência física contra criança	46
Violência física contra ao idoso	10
Violência física contra deficiente físico ou mental	04
Casos de vítimas de acidente de trânsito	38

Fonte – Programa Municipal de Prevenção da Violência.

Tabela 3 - Número de vítimas por violência sexual sofrida nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, 2009.

Nº de casos de abuso sexual e estupro	26
Nº de casos de pedofilia	15
Casos de prostituição	24
Casos de Exploração sexual infantil	08

Fonte – Programa Municipal de Prevenção da Violência.

A negligência contra a criança atinge níveis altíssimos nos bairros estudados.

Tabela 4 - Número de vítimas por negligência nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, 2009.

Negligência contra a criança	56
Negligência contra o Idoso	18

Fonte – Programa Municipal de Prevenção da Violência.

Tendo em mão os dados mais relevantes do município de Rio Grande quanto a violência, focado nos três indicadores propostos pelo PPV, homicídio, suicídio e acidente de Trânsito, fomos entrevistar os moradores e com base na teoria estudada interpretar as respostas obtidas. No próximo capítulo apresentaremos as principais descobertas do trabalho de campo.

CAPÍTULO IV – OPACIDADE OU VISIBILIDADE NAS INTER-RELAÇÕES DOS ENTREVISTADOS

4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo irá apresentar os principais resultados encontrados nas entrevistas realizadas nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II, Santa Rita e com os dirigentes locais do município de Rio Grande.

A pesquisa objetivou investigar qual o impacto das redes sociais nas relações dos moradores destes bairros, no que tange a percepção e vivência deles sobre a violência.

Pensávamos no início da investigação que a forma de trabalho integrado das redes de prevenção da violência, formadas entre Estados, sociedade civil e terceiro setor, na qual os atores compartilham de experiências e de decisões sobre a utilização de recursos financeiros, poderia mudar a percepção e vivência dos moradores usuários da rede. Isto porque, as causas e consequências multifacetárias da violência, demandam uma intervenção multisetorial e integrada, fugindo do que Luiz Carlos Osório chama de enfoque linear, onde apenas uma “causa” da violência é enfrentada, que acaba por manter o círculo vicioso da violência (OSÓRIO, 1999, p. 533).

A partir da experiência empírica que nos ofereceu o Programa de Prevenção da Violência -PPV, e com os dados obtidos no capítulo 3, buscamos investigar uma rede específica de prevenção da violência existente no município de Rio Grande, ver como ela se efetivava na comunidade e, se ela era eficaz para alterar a percepção dos moradores desta comunidade quanto à violência.

Nossa pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória. O método qualitativo nos proporcionou fazer várias reflexões sobre o tema em estudo, bem como, aproximá-lo da realidade social, na qual os atores investigados encontram-se inseridos, permitindo-nos uma melhor compreensão das situações vivenciadas no próprio contexto em que acontecem as interações. Nossa pesquisa envolveu contextos sociais e buscou apreender as preocupações, interesses do grupo e como aconteciam as relações sociais.

Foram entrevistados moradores dos bairros e representantes de algumas instituições que compõem a rede de prevenção da violência no bairro, além de alguns dirigentes municipais e representantes do programa municipal de prevenção da violência.

Um termo de aceite foi solicitado para que cada entrevistado assinasse, após terem sido esclarecidos os objetivos e a metodologia do trabalho. Foi garantido aos entrevistados o sigilo das informações pessoais e a garantia de que as informações seriam utilizadas apenas para fins acadêmicos. Os representantes das instituições permitiram a divulgação de seus nomes pois a informações prestadas não tinham cunho pessoal.

Os instrumentos de pesquisa foram testados, algumas perguntas foram alteradas e outras acrescentadas, para facilitar a fluidez da pesquisa (em anexo os instrumentos finais, anexo II e III). Ademais, no transcorrer de algumas entrevistas, novas perguntas surgiram. As entrevistas foram gravadas e transcritas.

Aos moradores foi realizada entrevista utilizando um roteiro semi-estruturado. Ao todo foram 19 moradores nos três bairros. Todos deveriam ser maiores de 18 anos e com filhos.

Três jovens sem filhos foram entrevistadas tendo em vista a relevância das informações que poderiam prestar. Uma das jovens era a responsável pelos irmãos, tendo em vista serem órfãos de mãe, sem contato com o pai e viviam em situação de muita vulnerabilidade social. Outra jovem vivia uma situação de violência física familiar e participava de um grupo de jovens na igreja local. E por fim a terceira jovem, uma professora, embora sem filhos, já era casada e ainda que morasse há poucos anos no bairro, já era uma líder local.

Entre as instituições foi realizada entrevistas utilizando outro roteiro semi – estruturado, diferente do primeiro. Ao todo foram entrevistados 08 instituições locais e 07 programas municipais e órgãos governamentais.

As perguntas contidas na entrevista feita às instituições foram elaboradas a partir das metodologias propostas por Hanneman (2000) e Gurza Lavalle et al. (2006b), portanto a abordagem nas entrevistas e na análise foi relacional, analisando as interações do indivíduo com outros atores da rede, tentando explicar as funções do ator em relação a outros atores.

Entrevistando moradores e instituições, pudemos primeiramente observar a dinâmica da rede e, após, cruzando com as respostas dos moradores, observar se esta rede estava sendo efetiva para reduzir a violência nos bairros estudados, conforme seu objetivo.

Após cada entrevista, outros aspectos eram anotados, como contradições que surgiam antes ou após o término da gravação, informações obtidas das agentes

comunitárias de saúde, comportamento dos demais moradores da casa quando estavam no local, etc.

A partir da análise das informações, queríamos demonstrar como funcionam as organizações civis, como atuam e interagem, e ver quais são os atores mais centrais, que tem maior poder dentro da rede e maior capacidade de fazê-la efetiva. Quanto às relações existentes, procuramos observar se elas são recíprocas, ou seja, diferenciando os atores que identificam parceiros, daqueles que são identificados. Se são longos ou curtos os caminhos que fazem os atores para relacionar-se com os demais. Quão efetiva e forte pode ser esta rede e se há buracos estruturais¹⁶.

4.2 ENTREVISTA COM AS INSTITUIÇÕES

A entrevista com as instituições iniciou com sugestão de que os representantes definissem o tipo de organização a qual estão inseridos, conforme a classificação de Gurza Lavallo et al. (2006b, p. 10): ONGs, Organização Popular, Associação de Bairro ou Comunitária, Entidade Assistencial, Articuladora, Fórum ou Organização Governamental. Indagamos também o tempo de atividade da instituição, qual o seu público alvo e a quantos conseguiam alcançar. Perseguimos na entrevista, saber o fim da instituição e com quais organizações realiza algum tipo de trabalho. Diante da dificuldade das instituições entrevistadas de citar outras organizações parceiras, citamos as mapeadas no diagnóstico situacional do Programa de Prevenção da Violência de 2009, pedindo que o entrevistado falasse se trabalhava com alguma destas instituições citadas e de que forma. Ainda, pedimos que o entrevistado falasse um pouco das instituições citadas, ainda que não trabalhasse com elas.

Para finalizar a entrevista perguntamos se havia um trabalho de prevenção de violência atuando nos Bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita e se existia um trabalho em rede no bairro, onde as instituições se apoiavam mutuamente.

Tendo como base a metodologia de Gurza Lavallo et al. (2006b), após as entrevistas, as instituições foram classificadas por categorias conforme resposta

¹⁶ Buracos estruturais na metodologia de Hanneman são as relações possíveis que não estão presentes (2000, cap. IV, p. 16).

obtida através do 1º item da entrevista semi-estruturada realizada com os representantes das instituições governamentais e não governamentais. Segundo esta categorização (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 10) ONGs têm como atividade tematizar publicamente problemas, fazer reivindicações e intermediações. As organizações populares articulam atores e iniciativas sociais, reivindicam melhorias, mobilizam e fazem intermediação entre os segmentos da população. As associações de bairro têm como finalidade a projeção de demandas locais e a ajuda mútua entre moradores. Para diferir as associações comunitárias das associações de bairro, Gurza Lavalle et al (2006b) acrescentam outra finalidade para a associação comunitária, além da ajuda mútua, que é o fornecimento de serviços.

As entidades assistenciais têm como objetivo prestar assistência, além de também fornecer serviços. As articuladoras devem articular atores e iniciativas sociais, reivindicar, mobilizar e organizar a população, além de fazer intermediação entre setores da população e governo. Os fóruns surgem como espaços para tematizar publicamente problemas, articular atores e iniciativas sociais, fazer reivindicação, mobilização e intermediação.

Elaboramos um quadro, com a tipologia dos atores sociais da rede de prevenção da violência do município de Rio Grande. Foram utilizadas apenas as instituições que desenvolvem algum tipo de atividade nos bairros e puderam ser entrevistadas.

No quadro abaixo consta o nome das instituições entrevistadas que fazem parte da rede de prevenção da violência que atua nos bairros estudados. A auto-classificação foi levada em consideração, mas também o tipo de atividade desenvolvida e o público alvo, segundo a metodologia proposta por Gurza Lavalle et al. (2006b). A última categoria “instituições governamentais” foi acrescentada à proposta original de Gurza Lavalle et al (2006b). para inserir as instituições governamentais.

Tabela 5 com a tipologia dos atores sociais da rede de Prevenção da Violência do Município de Rio Grande.

Categoria	Instituições
ONGs	A) Associação Movimento Solidário Colméia
Organizações Populares	A) Escola de Samba Unidos da Castelo
Associações de Bairro	A) Associação de Moradores do Bairro Castelo II B) Associação de Moradores do Bairro Santa Rita
Associações comunitárias	Não identificado
Entidades assistenciais	A) Pastoral da Criança B) Igreja Católica C) Igreja Evangélica
Articuladoras	A) Rede Família (governamental)
Fóruns	A) Programa de Prevenção da Violência B) Rio Grande fazendo Frente ao Crack
Instituições governamentais	A) Estratégia de Saúde da Família B) PIM C) CREAS D) Escola Municipal de Ensino Fundamental João de Oliveira E) Conselho Tutelar da 2ª Região

Fonte: Silva, Fabiana Jorge. Tabela elaborada a partir das entrevistas realizadas com os representantes de instituições governamentais e não governamentais.

A partir dos relatos, não foram identificadas instituições que se encaixassem na categoria de associação comunitária.

As instituições indicadas na tabela, segundo as narrativas, estão organizadas da seguinte maneira:

1) Associação Movimento Solidário Colméia, com nome fantasia Grupo Colméia, representado pela professora, pedagoga, aposentada da FURG, Maria da Graça Açucena. Surge em 2009 por iniciativa da professora aposentada Olga Miranda, que convidou 5 amigas para fazer um trabalho de reforço escolar para crianças da escola de Ensino Fundamental João de Oliveira. Deparando-se com a situação de extrema pobreza de alguns alunos, começaram a apoiar as famílias com alimentos, roupas, etc.

Situada no Bairro Castelo Branco I, ao lado da Escola de Orientação Profissional Assis Brasil, a instituição é apartidária e não vinculada à religião.

Atualmente a ONG desenvolve atividades assistencialistas e educativas, como reforço escolar, aulas de filosofia, de informática, alfabetização de adultos, oficinas de costura, distribuição de cesta básica, inúmeras outras oficinas, etc.

São 118 pessoas atendidas atualmente, o público alvo é a família determinada por zona geográfica e de baixa renda. Os trabalhadores são quase todos voluntários.

Segundo a representante, existe um trabalho em rede no bairro, pois várias instituições trabalham por um mesmo objetivo, porém não são vinculados entre si. O trabalho que realizam com outras instituições se limita a empréstimos de salas, doações de dinheiro, material, bolsas de estudos, atendimentos, palestras, etc. Chamam de parceiros os doadores. São exemplos destes parceiros o Centro de Convivência CeCemar, SENAI, Unimed, Centro de Integração Escola e Empresa, Terminais de Containers - TECON, Correios, Uniodonto, Conselho Tutelar, entre outros.

Para a entrevistada existe um trabalho de prevenção de violência no bairro, porém que é ainda incipiente, sem fluidez entre as instituições/organizações. A rede de prevenção da violência também não tem fluidez e os trabalhos são muito isolados, havendo conexões muito pontuais.

2) Associação Recreativa Unidos da Castelo, com nome fantasia Escola de Samba Unidos da Castelo, representada por Delmar Dutra Leite, segundo conselheiro fiscal. Localizada no bairro Castelo Branco II, a escola é legalmente constituída como associação e foi fundada em 22 de março de 2000.

Seu público é definido por zona geográfica, como explica Delmar, porém aberto a quem quiser participar. Hoje se acredita que participam da escola cerca de 70 pessoas, e em dias de festa este número pode chegar a 200 pessoas.

A escola surgiu para organizar o carnaval, mas durante todo o ano, desenvolve festas familiares, onde há integração de famílias.

Este entrevistado alegou ter grupos de jovens que participavam de aula de capoeira, bateria, etc., numa ação de prevenção da violência.

Na metade da entrevista, chegou o presidente da escola o Sr. Henrique, que sem saber o que o segundo conselheiro fiscal havia respondido, desmentiu a existência dos grupos de jovens. Disse que esse trabalho de prevenção irá

acontecer a partir de 2012, pois até o ano de 2011, não existia a sede física da escola, apenas o terreno.

O presidente da instituição, não acredita que exista um trabalho de prevenção da violência no bairro e afirma que a escola não tem relação com outras instituições, salvo esporádicas, com a Prefeitura Municipal, de quem recebe recursos financeiros, Polícia Militar que apoia os eventos da Escola de Samba com patrulhamento, Grupo Mentos sem Limite e Igreja Católica, que pela proximidade geográfica se emprestam locais e ainda as associações de moradores dos três bairros, Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.

Quando informados que a prefeitura havia mapeado instituições que participavam da rede de prevenção da violência e que a escola de samba foi citada, o presidente da Escola comentou que provavelmente haveria recurso financeiro para esta rede e que, portanto se fazia parte, queria aceder a estes recursos.

3) Associação dos Moradores da Castelo Branco II – constituída legalmente como associação, representada pelo vice presidente Sr. André Martins. Tem sede própria. Representa os moradores do Bairro Castelo Branco II. Desenvolve atividades de distribuição de cestas básicas, roupas, organização de festas e representação da comunidade para reivindicações junto a órgãos municipais. Aos domingos, na sede tem aula de reforço escolar. Relaciona-se com a Universidade Federal de Rio Grande - FURG e com as outras Associações de Bairro – Castelo I, Santa Rita e Cidade de Águeda. A atual presidente é a Sra. Sandra Mara, porém o ex-presidente André Martins segue envolvido com as ações da instituição.

4) Associação de moradores do Bairro Santa Rita – Instituição legalmente constituída desde 1999. Presidida atualmente pela Sra. Margarete, que trabalha fora do município toda a semana, incluindo final de semana e dorme na casa dos pais, no Bairro Castelo Branco II, algumas noites no mês.

Representa todos os moradores do bairro Santa Rita. Tem pouca atividade. Limita-se a distribuição de cestas básicas, roupas e cobertores doados pela prefeitura, através de campanhas do agasalho. As reuniões da associação reúnem no máximo 5 pessoas. Segundo a presidente não há interesse da comunidade.

Não tem relação com outras instituições, salvo a Associação de Moradores do Bairro Castelo II. Acredita que não há um trabalho de prevenção da violência.

Segundo a entrevistada, a associação existe por ser uma exigência da prefeitura para a ligação de luz a água nas casas. A associação deve certificar que o morador reside no lote em que se está solicitando o serviço.

Margarete era vice – presidente do Sr Valdecir, conhecido como “Panchito”, que ao falecer deixou o posto para ela, e afirma que só segue como presidente porque não há mais ninguém interessado.

5) Pastoral da Criança representada pela Coordenadora da Paróquia Sra. Gessy Prates. É uma ONG vinculada à Diocese da Igreja Católica com atuação há 22 anos nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II, Santa Rita e Cidade de Águeda.

Seu objetivo é acompanhar as crianças de 0 a 6 anos de idade e a gestante, incentivando a alimentação alternativa, o cuidado pré-natal e o cuidado adequado com a criança.

Seu público alvo é a mulher gestante e a criança. Hoje atende 316 crianças.

Relaciona-se com a ONG Entidade de Defesa e Justiça Ambiental – EDA (a entrevistada se refere à ONG CEA – Centro de Estudos Ambientais); Agentes Comunitárias de Saúde; Associação de Moradores do Bairro Santa Rita, Programa Primeira Infância Melhor, Conselho Tutelar e Grupo Colméia.

Relata que a relação com estas instituições são pontuais, para atender a casos específicos, não existindo fluidez entre elas, como por exemplo, doação de material, empréstimo de sala, etc. Para a entrevistada a relação é mais entre pessoas do que entre instituições. A relação mais próxima é com as agentes comunitárias de saúde.

Segundo a entrevistada há trabalhos de prevenção da violência nos bairros, porém ela não sabe quais. Há instituições que ela relata que fazem trabalho de prevenção da violência, porém que não trabalham com a Pastoral.

6) Igreja Católica, uma entidade assistencial, representada pela Sra. Ivonira Maria Lima, secretária da paróquia Santo Antônio. Fundada há 27 anos no bairro, legalmente constituída, com CNPJ vinculado à Mitra, representa a comunidade geograficamente constituída. Hoje a média de fiéis é de 30 a 50 pessoas.

Atualmente não desenvolve projetos de prevenção da violência, mas já realizou projetos com criança e adolescentes, como curso de dança, trabalhos manuais, palestras proferidas pelas freiras para o combate ao uso de drogas, amor ao próximo, etc. Os trabalhos cessaram porque as freiras foram embora do bairro.

Os leigos trabalharam no ano passado (2011) com reciclagem de lixo, envolvendo as mães e o Posto de Saúde, mas este trabalho não teve continuidade.

Relata que algumas instituições trabalham com a prevenção da violência, como o Posto de Saúde, a Escola Municipal de Ensino Fundamental João de

Oliveira, a brigada militar e a igreja evangélica. Porém, nenhuma destas instituições desenvolve qualquer projeto em parceria com a igreja católica.

Segundo a entrevistada a paróquia não trabalha em rede com nenhuma outra instituição. As relações com outras instituições sempre foram pontuais, como por exemplo, o empréstimo do salão da igreja para o grupo Mentos Sem Limite.

7) Igreja do Evangelho Quadrangular, representada pela professora de escola bíblica Cláudia de Oliveira.

A Igreja está localizada no bairro Castelo Branco I, ao lado da escola de ensino Fundamental João de Oliveira e do Posto de Saúde.

É uma entidade assistencial, legalmente constituída, com 60 anos de atuação no país e 25 anos no bairro, fundada em 16 de novembro de 1986.

Representa a homens e mulheres determinados por uma região geográfica, mas é aberta a quem quiser participar. Tem hoje cerca de 100 fiéis.

Os trabalhos de prevenção da violência que realizam, são na linha da orientação, ou seja, fazem grupos de estudos bíblicos, separados por idades com jovens, crianças, adultos, onde falam da prevenção ao uso das drogas, da gravidez precoce, etc. Também apóiam as famílias no encaminhamento dos fiéis usuários de drogas à comunidades terapêuticas.

Trabalha limitadamente com o Programa Estratégia de Saúde da Família, na figura do Posto de Saúde, apenas em empréstimo de salas. Relatou que o contato já foi mais próximo quando a entrevistada trabalhava no Posto de Saúde. Desde que ela deixou de trabalhar lá, quase não há relação. Também o Pastor participava do Conselho de Saúde, e desde que foi desabilitado o Conselho, o Pastor não tem mais contato com o Posto.

O Pastor também tem mais contato com a Associação de Moradores do Bairro, mas afirma que já faz tempo que não participa de nenhuma reunião. Há outras três igrejas evangélicas no bairro.

8) Programa Rede Família, representada por sua presidente, psicóloga Claudia Degani, é um programa municipal iniciado em 2006 através de reuniões propostas pela 8ª Coordenadoria da Divisão de Criança e do Adolescente. É composto pelo Ministério Público, o CEP-Rua/Furg, Secretaria Municipal de Saúde, Associação Rio Grandina pró crianças e Adolescentes, ONG Casa do Menor, Programa de Estratégia de Saúde da Família, Igrejas, pastorais, ONGs, lideranças comunitárias, associações de bairro, escolas de samba, entre outros.

É uma articuladora que tem como objetivo unir esforços e atuar de maneira multidisciplinar em prol da criança e do adolescente bem como da família, oferecendo atendimento profissional qualificado e personalizado, respeitando suas necessidades específicas e diminuindo o tempo de permanência de crianças em abrigos governamentais.

Seu público alvo são as crianças e adolescentes que são atendidas pelos serviços municipais por estarem em situação de vulnerabilidade social e expostas à violência.

Hoje este projeto é patrocinado pela Petrobrás.

9) Programa de Prevenção da Violência, também representado pela Psicóloga Claudia Degani, presidente do Programa Municipal. Este programa surge no município em 2009 e é abarcado pelo programa Rede Família, para ampliar a atuação deste, criando uma rede de prevenção da violência em uma zona piloto do município, nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita.

Surge como um fórum, já que não cria ações novas, apenas une as instituições, sejam elas governamentais ou não, que têm o objetivo comum de reduzir os indicadores de violência.

Existe um comitê municipal de prevenção da violência, com reuniões mensais, itinerantes, onde participam todas as instituições elencadas no diagnóstico municipal (2009), além do Ministério Público, Programa Rio Grande Fazendo frente ao Crack, Núcleo de Apoio a Saúde da Família - NASF e Programa Primeira Infância Melhor – PIM.

Este programa perdeu força no município em 2011 e está quase inativo, em decorrência da troca de governo estadual.

Claudia Degani nos relatou como foi o processo de implementação deste trabalho em rede de Rio Grande que culminou com o PPV, mas não se extinguiu nele. O trabalho em rede no município iniciou em 2002, através de reuniões propostas pela 8ª Coordenadoria da Divisão de Criança e do Adolescente¹⁷. Com estas reuniões os gestores envolvidos¹⁸ mapearam potenciais, criaram vínculos e quebraram resistências de trabalhar em conjunto.

¹⁷ Ligada a Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, que tinha como um dos objetivos fomentar o trabalho em rede nos municípios da Região Sul.

¹⁸ 8ª Coord. da Divisão da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente – COMDICA, Ministério Público e Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

Ainda em 2002, o município implementou uma política pública estadual, o Programa de Apadrinhamento Afetivo que envolvia diversos órgãos, como Poder Judiciário, Ministério Público, COMDICA, Secretarias Municipais, abrigos de menores. Esta política pública tinha um caráter intersetorial, que exigiu dos gestores municipais o trabalho em rede.

Em 2004, esta rede foi o alicerce para a construção de um novo trabalho que demandava um esforço de coordenação entre vários setores, a Rede de Abrigagem, ou como depois foi renomeada Rede de Acolhimento Institucional. Sob o Termo de Cooperação Operacional, veio para estabelecer papéis, rotinas, trabalhos conjuntos entre agentes, visando garantir o caráter provisório e excepcional da medida de acolhimento institucional de crianças e adolescentes. Nesta iniciativa estiveram envolvidos o COMDICA, o Conselho Tutelar, o Ministério Público, o Juizado da Infância e da Juventude, a Associação Rio Grandina Pró Criança e Adolescente, a Defensoria Pública e a Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social.

Dentro deste Termo de Cooperação estava previsto reuniões mensais entre todos estes envolvidos, para tratar os casos das crianças e adolescentes em medida de acolhimento, objetivando com isso a agilidade do trâmite processual. Até o ano de 2011 estas reuniões seguiam ocorrendo com a participação inclusive de outros setores. Formou-se um grupo virtual entre estes agentes, onde os participantes podem agendar as reuniões e determinar os casos que serão discutidos, podendo assim cada agente trazer sua contribuição sobre o caso a ser discutido. O grupo virtual mostra que o barateamento dos custos de manutenção de vínculos pode auxiliar a estruturação, funcionamento e consolidação da rede.

Para Cláudia Degani, estas experiências lançaram as primeiras sementes de um trabalho em rede.

10) O Programa Rio Grande Fazendo Frente ao Crack e o Ministério Público, representado pelo promotor de justiça Rodrigo Schoeller de Moraes, envolve instituições que estão determinadas a diminuir os casos de violência em decorrência do uso de drogas. Nasceu em 2007, com a Pastoral da criança, Associação Rio Grandina Pró Criança e Adolescentes e Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes - COMDICA. A ele se uniram o Ministério Público, o Poder Judiciário, a Defensoria Pública, o Conselho Tutelar, ONGs, Comunidades Terapêuticas, Centro Regional de Estudos, Prevenção e Recuperação de Dependentes Químicos - CENPRE/FURG, hospitais, secretarias municipais de saúde, de educação e de cidadania, polícia civil, polícia militar, conselho municipal

de entorpecentes, entre outros. Segundo o entrevistado, em 2011, eram 27 entidades participantes desta rede.

O promotor Rodrigo Schoeller¹⁹ contou-nos que tem o entendimento de que o Ministério Público deve atuar como um fator de redução de conflitos e fomentador da efetividade, sustentabilidade e paz, para dar efetividade ao estabelecido na Constituição Federal (1988) de que o Ministério Público tem atribuições de defesa da ordem jurídica, da democracia e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Partindo dessas premissas em 2005, toma a iniciativa para lançar o Programa Aliança, com o objetivo de resgatar o papel da família no processo de educação para a cidadania. Mais uma vez foi necessário integrar secretarias municipais e sociedade organizada. Este programa consistia na execução de projetos. De acordo com a entrevista, nesta iniciativa participaram “centenas de instituições”. Para tanto o programa dividiu-se em cinco eixos, a saber, cidadania, educação, saúde, segurança e meio ambiente. Cada eixo agrupou pessoas e entidades governamentais e não governamentais.

Deste Programa, em 2006 surge o Programa Rede Família, composto pelo Ministério Público, Programa CEP-Rua da Universidade Federal de Rio Grande - FURG, Secretaria Municipal de Saúde, Associação Rio Grandina Pró Criança e Adolescentes e a ONG Casa do Menor. E, a partir destas experiências, surge então o Programa Rio Grande Fazendo Frente ao Crack.

11) Estratégia de Saúde da Família. Representada pela coordenadora municipal Suzi Teixeira, é um programa municipal que tem 19 Unidades Básicas de Saúde da Família (postos de saúde), 24 equipes em atuação e 162 agentes comunitários que fazem atendimento domiciliar, com atenção a 70 mil pessoas em todo o município.

Nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, há três equipes, com um total de 19 agentes comunitárias de saúde. Atendem os 9005 moradores do bairro, ou seja, os três bairros tem 100% de cobertura. Faz 15 anos que tem atendimento nos bairros estudados.

O Programa faz um trabalho de prevenção da violência, através das visitas domiciliares das agentes comunitárias de saúde. Ao suspeitar de um caso de violência as agentes informam à médica responsável do Posto de Saúde, que solicita uma consulta com a família. Após a consulta, a médica referencia o caso para o órgão competente, como Conselho Tutelar, Ministério Público, CREAS, etc.

¹⁹ O Promotor foi transferido para Porto Alegre em 2011.

Também são realizadas pelo Posto de Saúde, palestras para jovens sobre prevenção da violência e gravidez precoce, entre outras.

O programa trabalha com Ministério Público, Conselho Tutelar, Programa de Redução de Danos, Pastoral da Criança, Rede Família, Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco I, Escola Municipal de Ensino Fundamental João de Oliveira, CREAS e Escola de Educação Infantil Castelo Branco.

Na narrativa da coordenadora, vê-se que estas relações são obrigatórias, para atender a protocolos de atendimento determinados pela Secretaria Municipal de Saúde.

12) Programa Primeira Infância Melhor – PIM, representado pela representante estadual do PIM para a região, Sra. Maria Celeste Leitzke. É um programa Estadual, implementado no município, que consiste em ter agentes que visitam as famílias para ensinar os cuidadores – mães, pais, avós, qualquer um que seja responsável pelo cuidado da criança, a estimular, educar e tratar adequadamente as crianças de 0 a 6 anos. O programa é baseado no modelo cubano “educa a tu hijo”.

Desenvolvido desde 2003, tornou-se Lei Estadual n.º 12.544 em 03 de julho de 2006 e está no município de Rio Grande desde 2005. São 41 visitantes no município e 1025 famílias atendidas.

Os bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita contam com 3 visitantes.

13) O Centro de Referência de Assistência Social - CREAS, localizado no bairro Cidade de Águeda há dois anos, representado pela coordenadora Cristina Vitola, atende os bairros Cidade de Águeda, Castelo Branco I e II, Cohab e Santa Rita.

O CREAS atende cerca de mil famílias e suas ações de prevenção da violência incluem oficinas de teatro, dança, coral, grupo de idosos, grupo de crianças, grupo de poesia, oficinas de geração de emprego e renda, tricô, tecelagem, biscuit, pinturas em tecidos e crochê, além de festas desenvolvidas com a comunidade em datas festivas como páscoa, natal, dia da criança, etc.

O centro é vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social e relaciona-se com Conselho Tutelar de Rio Grande 2ª Região, Estratégia de Saúde da Família, Projeto de Redução de Danos, Pastoral da Criança, Programa de Execução de Medidas Sócio Educativas, Programa Rede Família, Escola Municipal de Ensino Fundamental João de Oliveira, Escola de Educação Infantil Castelo

Branco, Escola de Orientação Profissional Assis Brasil, ONG Trabalhando a Mente e Projeto Jovem do Esporte.

A equipe de trabalho é formada pela coordenadora, duas assistentes sociais, dois psicólogos, um auxiliar administrativo, estagiários de diversas áreas e um funcionário para limpeza.

14) Escola Municipal de Ensino Fundamental João de Oliveira, representado pela sua orientadora educacional Maria Madalena. Seu público é definido por zona geográfica e atende jovens que estão entre o 1º e o 9º ano do ensino fundamental. A escola está vinculada diretamente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura - SMEC. Sem saber precisar os dados, a professora informou que a escola está há 23 anos no bairro e tem cerca de 900 alunos.

A escola tem relação de obrigatoriedade com a SMEC, a escola de educação infantil Castelo Branco e o CREAS, além de relacionar-se com o Posto de Saúde, o Conselho Tutelar, Pastoral da Criança, Rede Família, Programa de Execução de Medidas Sócio Educativas, Associação de Moradores da Castelo II e a Escola de Orientação Profissional Assis Brasil.

15) Conselho Tutelar da 2ª região. A sede fica localizada no centro de Rio Grande, na rua Dr. Nascimento 377, mas atende os bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita. Duas conselheiras atendem a região, sendo uma delas, moradora do bairro Castelo Branco II, a Sra. Lilian Maia. O Conselho Tutelar é um órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, eletivo, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, de acordo com o previsto na lei 8069, artigo 131, do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Quando existe a suspeita de violação de direitos de uma criança ou adolescente o Conselho Tutelar faz uma espécie de investigação com as pessoas pertencentes a diferentes contextos frequentados pela vítima, com intuito de conseguir provas que confirmem ou não a violação. Ademais uma equipe multidisciplinar pode ser acionada para determinar se há ou não um caso de violação de direitos. Segundo a entrevistada, nem sempre é fácil acionar esta equipe.

Se detectado o caso de violação a vítima é submetida a um protocolo, onde o Conselho Tutelar deverá encaminhar – referenciar - para outro órgão competente, como hospitais, polícia, Ministério Público, entre outros.

A partir daí, dificilmente o Conselho Tutelar será informado do andamento do caso, salvo se precisar fazer nova intervenção. Neste momento será chamado para uma reunião, pontual e em pares.

4.2.1 - RESPOSTAS DAS INSTITUIÇÕES.

As entrevistas com as instituições tiveram como foco averiguar a existência de relações de reciprocidade entre elas, a fim de poder visualizar a rede de prevenção da violência.

Logo após a sua identificação, pedíamos que o representante da instituição nos elencasse os parceiros com as quais trabalha. Nos casos em que o representante/entrevistado não era capaz de citar alguma, nós citávamos as instituições da rede que aparecem no diagnóstico situacional do Programa de Prevenção da Violência de 2009 (ver cap. 2, p 46 - 47).

As respostas mais significativas oferecidas pelos entrevistados referem-se ao seu pertencimento à rede de prevenção da violência.

Observamos através das entrevistas que as instituições, que afirmam a existência de um trabalho integrado em rede, são governamentais.

Titulo: Entrevista com a Representante do Conselho Tutelar, a conselheira Tutelar Lilian Maia.

Entrevistadora Fabiana: Cite algumas organizações com que trabalha:

Representante do Conselho Tutelar: [...] o Ministério Público nos apoia muito, a Pastoral da Criança, o COMDICA.

E.F: Mais algum?

R.C.T: Vários.

E.F: Podes citar eles para mim? Eu preciso que me digas os nomes das instituições que trabalhas.

R.C.T: Ministério Público; o Juizado da Infância; o CREAS e o CREAS lá do Cidade de Águeda; A brigada e a civil nos ajudam bastante, era isso.

E.F: E o programa de medidas socioeducativas em meio aberto?

R.C.T: O que tem?

E.F: Trabalham com eles?

R.C.T: Sim.

E.F: Existe um trabalho em rede para prevenção da violência atuando nos bairros Castelo I, II e Santa Rita, onde as instituições se apoiam mutuamente?

R.C.T: Com certeza.

(Conselho Tutelar)

Titulo: Entrevista com a Representante do Programa Rede Família, psicóloga Cláudia Degani.

Entrevistadora Fabiana: Existe um trabalho em rede para prevenção da violência atuando nos bairros Castelo I, II e Santa Rita, onde as instituições se apoiam mutuamente?

Representante do Programa Rede Família: Sim, com certeza [...].

(Programa Rede Família).

Titulo: Entrevista com a Representante do Programa Municipal de Prevenção da Violência - PPV, psicóloga Cláudia Degani.

Entrevistadora Fabiana: Mas Cláudia, como foi esse processo de implementação de um trabalho em rede?

Representante do PPV: As primeiras sementes de um trabalho em rede começaram a ser plantadas 2002, através de reuniões propostas pela 8ª Coordenadoria da Divisão de Criança e do Adolescente.

(Programa de Prevenção da Violência).

Titulo: Entrevista com a Representante do Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, enfermeira Suzi Teixeira.

Entrevistadora Fabiana: Existe um trabalho em rede para prevenção da violência atuando nos bairros Castelo I, II e Santa Rita, onde as instituições se apoiam mutuamente?

Representante do ESF: Sim, está iniciando, mas está bem forte.

(Programa Estratégia de Saúde da Família).

Titulo: Entrevista com a Representante do Centro de Referência em Assistência Social - CREAS, Cristina Vitola.

Entrevistadora Fabiana: Existe um trabalho de prevenção da violência atuando nos bairros Castelo I, II e Santa Rita?

Representante do CREAS: A prefeitura, através das secretarias e dos programas desenvolve um programa de prevenção muito bonito.

E.F: É um trabalho em rede, onde as instituições se apoiam mutuamente?

R.CREAS: Sim, temos o rede família, e outros que trabalham em rede.

E.F: Crês que diminuiu a violência no bairro nos últimos 10 anos?

R.CREAS: Acho que não, cada vez tem mais drogados no bairro e isso aumenta a violência, roubam e se prostituem para usar drogas.

(Centro de Referência em Assistência Social).

As instituições locais, que atuam no bairro, não se percebem pertencentes a uma rede de atuação para prevenir a violência. Afirmam que fazem seus trabalhos de maneira isolada. Mesmo as que afirmam trabalhar com várias instituições, como a Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, não se percebem pertencentes a uma rede.

Titulo: Entrevista com a Representante da Escola de Ensino Fundamental João de Oliveira, professora Maria Madalena.

Entrevistadora Fabiana: [...] Podes me dizer se existe uma rede de prevenção de violência no bairro?

Representante da Escola: Não, não existe.

(Escola João de Oliveira).

Titulo: Entrevista com o Representante da Associação de Moradores da Castelo II, Sr. André Martins.

Entrevistadora Fabiana: Cite algumas organizações com que trabalhas:

Representante da Associação Castelo II: Trabalhamos em parceria com as outras Associações de Bairro – Castelo I, Santa Rita, Cidade de Águeda e com a FURG também.

Entrevistadora Fabiana: E instituições aqui do Bairro?

R.A.CII: Com todas. Quem precisar de ajuda, nós ajudamos.

E.F: Para finalizar: A prefeitura diz que tem uma rede de prevenção de violência aqui no bairro. Você sabe de alguma coisa?

R.A.CII: Nós fomos chamados para uma reunião no posto. Eu era o presidente naquela época. Acho que tu estavas lá né?! Não sei. Mas rede rede, isso não existe. Eles dizem muita coisa, mas é para ganhar voto sabe.

(Associação de moradores da Castelo II)

Titulo: Entrevista com a Representante da Igreja Evangélica do Quadrangular da Castelo Branco, Cláudia de Oliveira.

Entrevistadora Fabiana: [...] Tu crês que existe um trabalho em rede para prevenção de violência no bairro?

Representante da Igreja Evangélica: Não.

E.F: Não existe?

R.I.E: Não

E.F: O que existe?

R.I.E: Tem trabalho de ONG isolado, mas não uma rede.

(Igreja Evangélica do Quadrangular Castelo Branco).

O trabalho de prevenção de violência nos bairros, é considerado por algumas instituições, ainda muito pontual e desarticulado.

Titulo: Entrevista com a Representante da Associação Movimento Solidário Colmeia, Maria da Graça Açucena.

Entrevistadora Fabiana: [...] Existe um trabalho de prevenção de violência nos bairros [...]?

Representante do Colmeia: Sim. Olha eu acredito que exista. Mas aqui há esse interesse, nos fizemos uma reunião, foram colocados todos os problemas, metas e tudo mais, mas eu acho que são coisas muito.

E.F: Muito pontuais?

R.C: [aceno positivo com a cabeça]

(Associação Movimento Solidário Colmeia).

Titulo: Entrevista com a Representante da Pastoral da Criança, Sra. Gessy Chaves Prates.

Entrevistadora Fabiana: Cite algumas organizações com que trabalha:

Representante Pastoral da Criança: A pastoral é livre pra trabalhar com todas as organizações[...]. Tanto faz se é governamental ou não governamental. Religiões também. Por ela [a pastoral] ser da religião católica não quer dizer que ela trabalhe só com os católicos, não. Ela é ampla pra qualquer religião. O evangélico está [trabalhando] junto, o espírita.

E.F: Quais aqui no bairro? A senhora poderia citar alguma instituição que a Pastoral trabalha?

R.P.C: Como assim? Pessoas?

E.F: Instituições. Outras instituições que a pastoral trabalha junto, por exemplo?

R.P.C: Tem uma. como é? uma ONG. EDA. Entidade de defesa dos direitos [não soube identificar qual instituição exatamente]. A gente [trabalha] também com as agentes de saúde do posto.

E.F: As agentes comunitárias de saúde?

R.P.C: Isso.

[...]

E.F: [...]Existe um trabalho em rede para prevenção da violência, efetivo atuando nos bairros Castelo I, II e Santa Rita, onde as instituições se apoiam mutuamente?

R.P.C: Não. Efetivo não. Esse trabalho efetivo de prevenção não tem. Eles [...] fazem uma reunião da prefeitura, eles dizem "ah, tem o CREAS lá". O CREAS é lá na cidade alta [cidade de Águeda] e não atende o pessoal daqui, o pessoal [não] vão lá no [CREAS]. Tu sabe, tem que ser direto. Se tem ali, vão ali direto. Que o povo não sai daqui [do bairro]. O povão não vai sair daqui pra ir lá no CREAS, lá fazer [atividades]. Claro, aqui poderia ter a mesma coisa, fazer crochê, alguma atividade, mas tem que ver que o povo não vai. [...]. O ginásio foi feito ali pra isso, mas o Ginásio até agora.

E.F: Não está sendo usado?

R.P.C: Não está sendo usado, e tem um grupo de pessoas que fazem ginástica [...]. Mas eu digo, assim, um trabalho com as crianças não [tem].

Eles dizem "ah, se tem algum grupinho organizado é só se inscrever o dia que quer, que pode se reunir aqui". Isso aí não é um trabalho efetivo, né. O que funciona aqui no bairro? É a Pastoral da Criança, a Associação [de moradores do bairro Santa Rita] mal e porcamente. O [ex] presidente, agora ele faleceu, ela [a nova presidente] ao invés de [...] fazer um trabalho aqui no bairro, ela se junta com o presidente do bairro [...] da Castelo [II], não que não devesse juntar, mas ela não trabalha articulado [com a pastoral e com a ESF]. Ela não tenta, a gente já tentou, inclusive a médica aqui do posto, a esqueço o nome dela.

(Pastoral da Criança)

Mesmo as instituições que são capazes de citar outras com quem realizam trabalhos, mostram que estes trabalho são pontuais, como o empréstimo de uma sala, uma organização de festa, ou ainda são doadores e não parceiros em um trabalho em rede, como o caso do Movimento Solidário Colmeia ou da Pastoral da Criança.

Titulo: Entrevista com a Representante da Associação Movimento Solidário Colmeia, Maria da Graça Açucena.

Entrevistadora Fabiana: [...] Vocês participam da rede de prevenção da violência?

Representante do Colmeia: [...] Nós participamos dessa reunião de combate à violência e claro que nós estamos aí [na rede].

E.F: Cite algumas organizações com que trabalha: Antes tu me destes o exemplo da UNIMED.

R.C: Nós não trabalhamos com ele [a UNIMED]. [...] Eles conhecem o nosso trabalho e nós chamamos de parceiro [...] que nos oferece[...] uma quantia mensal [...] [de] 200 reais, o Tecon [terminal de containers do Porto de Rio Grande também] nos dá uma quantia mensal.

E.F: Mas esses são doadores?!

R.C: É. Bom! Temos o judiciário, que nos indicou como uma instituição filantrópica. Que nós somos beneficiários, em uma multa peculiar [pecuniária], de crime que eles lá determinam. Então depositam na nossa conta, então nós temos uma parceria porque são pessoas que nos ajudam.

E.F: São pessoas que ajudam financeiramente?

R.C: Nos ajudam porque a gente vai atrás, a Remington, a Escola, o SENAI, com bolsa [de estudo], entende? [...]

(Associação Movimento Solidário Colmeia).

Titulo: Entrevista com a Representante da Pastoral da Criança, Sra. Gessy Chaves Prates.

Entrevistadora Fabiana: Além do Ministério Público e desta ONG EDA, há mais alguma instituição que a Pastoral esteja trabalhando aqui no bairro?

Representante da Pastoral da Criança: [...] A associação de Moradores, a gente trabalha com a Associação de Moradores [do bairro Santa Rita] também junto.

E.F: Como é a relação com esta instituição?

R.P.C: A associação, nós trabalhamos em conjunto, se tem alguma atividade elas vem, elas ajudam.

E.F: E o Posto de Saúde, por exemplo, que tipo de ajuda eles oferecem e que tipo de ajuda vocês oferecem para eles?

R.P.C: Às vezes eles recebem lá uma mãe que [...], mesmo tendo os agentes comunitários, precisa mais atenção. Que oriente na alimentação. Aí o que eles fazem: eles no chamam, faz uma reunião, entra em contato e a gente fica junto trabalhando pra ajudar aquela mãe, a família, a criança. Daí as agentes comunitárias mandam as mulheres que elas acham que tem que fazer acompanhamento. Mandam pra multimistura, pra ensinar a

alimentação alternativa, pra ensinar a aproveitar os alimentos. Quando elas podem, [...] participam diretamente, as agentes, [...] se capacitam. [Por] que a Pastoral da Criança tem essa questão bastante de capacitação. [...] As meninas da Primeira Infância também, é o PIM. A gente está sempre trabalhando junto, [...] às vezes elas pedem o salão emprestado ali, a gente empresta.

E.F: Esse "trabalhando juntos" é o que? Vocês apoiando as gestantes que elas estão trabalhando?

R.P.C: Isso. Ajudando as gestantes. Se tiver alguma [coisa] que elas podem fazer naquele sentido, da família que de repente a Pastoral não pode. Também orientar elas. Ontem mesmo recebi a mensagem de uma [monitora do PIM], que elas estavam fazendo a campanha do soro caseiro e não tinham a colherinha do sal, não tinham material pra trabalhar. Aí eu fui lá, juntei as colherinhas de soro, já fui lá e levei pra elas. Então é nesse sentido assim.

(Pastoral da Criança)

O trecho a seguir da entrevista com a Associação Movimento Solidário Colmeia é emblemático para mostrar que as instituições, mal se conhecem, não se enxergam como uma rede e suas relações são esporádicas e pontuais. A associação trabalha há dez anos no bairro e não tem relação significativas com outras no bairro, além de desconhecer algumas instituições.

Titulo: Entrevista com a Representante da Associação Movimento Solidário Colmeia, Maria da Graça Açucena.

Entrevistadora Fabiana: Das organizações que vou citar agora, com qual delas trabalha e de que forma?

E.F: [...] Conselho Tutelar.

R.C: Sim, nos fazemos [um trabalho com eles], temos [o Conselho] a disposição. Já vieram aqui fazer palestra e tudo.

E.F: Só isso?

R.C: [respondeu com aceno positivo com a cabeça]

E.F: As Equipes de Saúde da Família?

R.C: Sim. Também. Mas elas não têm. Como é que se diz? Elas não vêm aqui buscar informação ou nós [irmos] lá, não.

E.F: Como é que é o trabalho de vocês? Com eles?

R.C: Não.

E.F: Não existe?

R.C: No máximo encaminham pessoas para lá e foram atendidas.

E.F: [...] A Pastoral da Criança?

R.C: [...] [Se] trabalha conosco? não.

E.F: o Grupo de Dança Mentas Sem Limite?

R.C: Não, não

E.F: A Associação de Moradores da Castelo I?

R.C: Também já fomos procurar, falar, mas não. Eu até participei de uma reunião [com eles] com uma colega, mais uma aluna minha, mas foi uma reunião em uma igreja, e depois dali, não veio o retorno.

E.F: E a Escola de Samba da Castelo?

R.C: Não.

E.F: [...] A CUFA?

R.C: Nem sei o que [...] é.

E.F: A Central Única das Favelas.

R.C: Não

E.F: O Projeto Segundo Tempo? sabe o que é?

R.C: É. Deve ser futebol? Não?

E.F: [...] funciona no ginásio lá, é um projeto.

R.C: Deve ser para os jovens da comunidade aqui. Mas nós não temos todos os jovens da comunidade. E temos alguns alunos que fazem parte de algum timezinho, de alguma coisa, que a gente compra um uniforme, tudo para eles.

(Associação Movimento Solidário Colmeia)

Outras entrevistas que foram importantes para mostrar o isolamento das instituições e a falta de visibilidade entre elas, foram as realizadas com a Associação Recreativa Unidos da Castelo, a Escola de Samba e a Igreja Católica.

Titulo: Entrevista com o Representante da Associação Recreativa Unidos da Castelo – Escola de Samba, Sr. Delmar Dutra Leite.

Entrevistadora Fabiana: Cite algumas instituições com que trabalhas:

Representante da Escola de Samba: Esse lado ai é meio difícil [referindo-se que é difícil encontrar instituições que queiram trabalhar de forma conjunta].

(Associação Recreativa Unidos da Castelo – Escola de Samba)

Titulo: Entrevista com a Representante da Igreja Católica – Paróquia Santo Antônio, Sra. Ivonira Maria Lima.

Entrevistadora Fabiana: Quero que me comente esta afirmação: A prefeitura de Rio Grande afirma que tem uma rede de prevenção da violência nos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita e que as igrejas estão envolvidas nesta rede. Tu acreditas que existe um trabalho em rede de prevenção da violência neste bairro?

Representante da Igreja Católica: Com o nosso [público] católico não veio nada ainda.

E.F: Vocês não se sentem parte desta rede?

R.I.C: Não. [...] Como secretária não chegou a mim nada assim. Talvez seja com as [igrejas] evangélicas. Nós fizemos do nosso jeito, nossos projetos, ali a gente conversa, vai muita criança revoltada, criança muito hiperativa. Que as irmãs começam a trabalhar.

E.F: Trabalhar de que maneira?

R.I.C: Tipo, bota fazer tarefas de artesanato, manuais, estas coisas.

E.F: Das organizações que vou citar agora, com qual delas trabalhas e de que forma? O Conselho tutelar?

R.I.C: Não, desde que assumi como secretária.

E.F: E há quanto tempo tu assumistes?

R.I.C: Agora em março [2012] faz dois anos [...].

E.F: Mas tu sabes de alguma coisa que a Igreja Santo Antonio tenha feito com o Conselho Tutelar, antes de assumires como secretária da paróquia. Uma festinha, um evento, ou alguma coisa que a Igreja precisou do apoio do Conselho?

R.I.C: Acho que até pode [...] ter tido.

E.F: Mas não que tu saibas?

R.I.C: Não.

E.F: E o Programa Rede Família?

R.I.C: Nós trabalhamos ali [na prefeitura com o programa], mas não era [vinculado diretamente com a igreja local]. Era vinculado a Mitra, que a Mitra que [...] comprava a produção dos assentados, e [...] distribuía nos bairros Castelo I, Cidade de Águeda estas coisas.

E.F: E o que tem a ver a Mitra com o Rede Família? Era um trabalho conjunto deles?

R.I.C: Eu não sei, eu sei que o Governo Federal estava junto. Não era eu que fazia esta parte, era o coordenador que é o Eloi que mora na [rua] N, que era ele [o responsável] destas coisas. Sei que entre a diocese e o Governo Federal, assinaram o contrato que seria comprado os alimentos

dos assentados e dividido para as famílias carentes dos bairros e que estavam sem emprego.

[Neste ponto a entrevistada mostra a confusão que faz entre programas, confundindo o Programa Municipal Rede Família com outro programa realizado pelo Governo Federal em conjunto com a Mitra].

E.F: Vamos ver outra instituição: Grupo de Dança Mentas Sem Limite?

R.I.C: Começou aqui na nossa comunidade

E.F: Usando o salão?

R.I.C: Teve apoio da diocese, do Frei, o primeiro CD o frei conseguiu apoio [...] para eles. Através do Frei João Osmar, [conseguiram] uniforme, abrigo. Começaram ali [na paróquia].

E.F: Começaram na igreja, ganharam força, e saíram da igreja?

R.I.C: Isso. Aí ela [a diretora do grupo] foi [embora].

E.F: Nestes últimos dois anos que tu estás como secretária da paróquia, voltaram a fazer alguma ação com eles?

R.I.C: Não, nós não tivemos mais nenhum. A Sandra [a diretora do grupo] agora trabalha. Mas o momento que ela precisar da comunidade [refere-se que pode contar com a Igreja].

E.F: A CUFA?

R.I.C: Não.

E.F: Sabes o que é a CUFA?

R.I.C: Não.

E.F: Central Única das Favelas. Existe alguma representação da CUFA aqui nos bairros, que tu saibas?

R.I.C: Eu sei que tem secretário e presidente do bairro [refere-se ao secretário e presidente da Associação de Moradores do Bairro], mas também não me envolvo muito. Não sei se ali eles têm alguma coisa, que eu não me envolvo.

E.F: O grupo Colmeia?

R.I.C: Eu já ouvi falar, mas aqui eu não sei se ele tem algum representante.

E.F: Então não trabalhas com eles?

R.I.C: Não.

(Igreja Católica – Paróquia Santo Antônio)

As instituições que aparecem no diagnóstico situacional do Programa de Prevenção da Violência (2009) e que não foram entrevistadas são:

1) Trabalhando a Mente: ONG, com atuação nos bairros Castelo Branco I e II, Cidade de Águeda e Santa Rita de Cássia. É presidida por Sandra Farias, moradora do bairro Castello Branco II.

Foi criada há 4 anos pela presidente, trabalha com crianças, em um grupo de hip hop. Tem relação com a Creche Raio de Luz, CAIC e Pastoral da Criança.

2) Grupo Mentas Sem Limite: Este grupo não foi localizado para as entrevistas.

3) Igreja Católica da Castelo II: Não conseguimos encontrar a igreja aberta.

4) CUFA - Central Única das Favelas: Não existe nos bairros, e nenhum dos entrevistados sabia o que era.

5) Grupo de idosos multiplicadores de DST/AIDS: O grupo já não existe no bairro desde 2010. Esta informação foi passada pelas agentes comunitárias de saúde e corroborada por uma das médicas do Posto de Saúde.

6) Associação dos moradores do bairro Castelo Branco I: presidida pelo candidato a vereador Sr. Paulo Costa, conhecido na comunidade como “Pouca Roupa”. Não tem sede própria e não tem reuniões periódicas. O Sr. Paulo Costa não foi localizado.

7) Centro Espírita: Não conseguimos encontrar a sede aberta.

8) NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família: Por determinação do NEPES – Núcleo Municipal de Educação Permanente em Saúde, os funcionários não podem responder entrevistas²⁰. O Núcleo é uma estratégia criada para ampliar a abrangência das ações das equipes de saúde da família e tem como objetivos principais, a responsabilidade, gestão compartilhada, e apoio à coordenação dos cuidados que se pretende ter com a saúde. Para isso, é formada por uma equipe multidisciplinar que acompanha os casos encaminhados pelas UBSF – Unidades Básicas de Saúde da Família.

9) Escola de Educação Infantil Castelo Branco: Não conseguimos encontrar a escola aberta por ser período de férias.

10) Projeto Segundo Tempo: Não foi localizado e, trata-se de um projeto desconhecido na comunidade.

11) Projeto semear da Castelo: Não foi localizado.

12) Escola de Orientação Profissional Assis Brasil: Não conseguimos encontrar a escola aberta por ser período de férias.

13) Conselho Gestor Local de Saúde: Está desativado.

14) Projeto Redução de Danos da Secretaria Municipal de Saúde: Não foram entrevistados por proibição do NEPES.

15) Programa de Execução de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto: Não foi localizado.

16) Pólos culturais da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Está desativado nos bairros estudados.

Após as entrevistas e usando a metodologia proposta por Hanneman (2000), elaboramos uma matriz binária mais ampla, com as instituições elencadas no diagnóstico do Programa de Prevenção da Violência (2009) e com as Instituições que foram citadas durante as entrevistas.

²⁰ Para fazer investigações acadêmicas na área de saúde no município de Rio Grande, e para que os funcionários deste setor possam responder perguntas, se faz necessária a autorização do NEPES – Núcleo Municipal de Educação Permanente em Saúde. A autorização foi solicitada e negada. Antes dessa negativa, conseguimos entrevistar algumas agentes comunitárias de saúde e a coordenadora do Programa Municipal Estratégia de Saúde da Família.

As organizações que aparecem na matriz binária são:

- A – Rede Família;
- B – COMDICA – Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes;
- C – Ministério Público;
- D – Secretaria Municipal de Cidadania;
- E – Secretaria Municipal de Saúde;
- F – Programa de Apadrinhamento Afetivo;
- G – Conselho Tutelar;
- H – Juizado da Infância e Juventude;
- I – Associação Rio Grandina Pró – Criança e Adolescente;
- J – Defensoria Pública;
- K – CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social;
- L – CAPS – Centro de Atenção Psicossocial;
- M – Ambulatório de Saúde Mental;
- N – Programa Aliança;
- O – Prefeitura Municipal de Rio Grande;
- P – ONG Casa do Menor;
- Q – Programa Estratégia de Saúde da Família;
- R – Pastoral da Criança;
- S – Rede Gaivota;
- T – Polícia Civil;
- U – Polícia Militar;
- V – CEP/Rua – FURG – Centro de estudos psicológicos sobre meninos de rua da Universidade Federal de Rio Grande;
- X – Programa de Saúde Mental;
- Z – Programa de Vigilância Sanitária;
- AB – Conselho Municipal do Idoso;
- AC - 8ª Coordenadoria da Divisão da Criança e do Adolescente;
- AD – Programa de Prevenção da Violência;
- AE – Associação Movimento Solidário Colmeia;
- AF – Trabalhando a Mente;
- AG – Grupo Mentas Sem Limite;
- AH – Escola de Samba, Unidos da Castelo;
- AI – Associação de Moradores do Bairro Castelo I;

AJ _ Associação de Moradores do Bairro Castelo II;
AK – Associação de Moradores do Bairro Santa Rita;
AL – Igreja Católica;
AM – Igreja Evangélica;
AN – Centro Espírita;
AO – NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família;
AP - Rio Grande Fazendo frente ao Crack;
AQ – PIM – Programa Primeira Infância Melhor;
AR – CREAS – Centro de Referência em Assistência Social;
AS - Escola Municipal João de Oliveira;
AT - Escola infantil Castelo Branco;
AU - Escola de Orientação Profissional Assis Brasil;
AV – ONG Trabalhando a Mente;
AZ – CUFA – Central Única das Favelas;
BA - Grupo de idosos multiplicadores de DST/AIDS;
BB - Projeto segundo tempo;
BC - Projeto semear da Castelo;
BD - Conselho Gestor Local de Saúde;
BE - Projeto Redução de Danos;
BF - Programa de Execução de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto;
BG – Pólos Culturais;
BH – FURG – Universidade Federal de Rio Grande;
BI – Jovem do Esporte;
BJ – SMEC – Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Como se observa do quadro, lançamos as instituições citadas no diagnóstico de 2009 e nas entrevistas, em uma matriz binária simples, composta por tantas filas e colunas quanto atores citados, onde os elementos representam os vínculos entre os atores.

Colocamos 1 na célula se existe vínculo entre as instituições da horizontal com a da vertical e, deixamos em branco as células em que não existe vínculo, a fim de mostrar claramente os buracos estruturais. A origem de um vínculo é a linha (quem citou a organização) e o objeto é a coluna (quem foi citado) (Hanneman, 2001, p. 5 cap. III).

Observa-se que nesta matriz a Rede Família, o Programa de Prevenção da Violência, o Ministério Público e o Programa de Estratégia de Saúde da Família, aparecem como atores sociais centrais. Seguidos da Pastoral da Criança e o Centro de Referência em Assistência Social – CREAS.

Pelas narrativas do Ministério Público vemos que o então Promotor de Justiça, Rodrigo Schoeller era o articulador de todas estas iniciativas. E que em função de seu cargo era capaz de “convocar” as demais instituições para trabalhar em conjunto.

Esta matriz reflete uma rede com conexões fracas e atores conectados por caminhos longos, o que faz com que seja uma rede de baixa solidariedade, com atores que tendem a trabalhar de forma isolada. Portanto com buracos estruturais, opaca e dispersa, onde os atores não se enxergam.

As relações de reciprocidade são em sua totalidade obrigatórias, seja por exigência legal, seja por protocolos municipais de atenção. Raras exceções às ONGs e Pastoral da Criança que não tem relação de obrigatoriedade com seus parceiros.

Nesta rede tão ampla, as relações são de baixa densidade e apresentam buracos estruturais, pois as instituições não aproveitam todos os vínculos possíveis, ou seja, não aproveitam o potencial que a rede oferece (GURZA LAVALLE et al., 2006b, p. 29). Como explica Hanneman (2000, cap. IV, p. 16), logram ser mais fortes, rápidas e efetivas no alcance de seus objetivos, as redes que possuem caminhos pequenos entre os “nós”, respondem rapidamente aos estímulos dos demais atores, e têm conexões mais fortes dentro de si. Modelo que não ocorre na rede estudada.

Mostra-nos ainda a opacidade da rede, o fato de que o diagnóstico de 2009 do Programa de Prevenção da Violência – PPV, omitiu algumas instituições, como por exemplo o NASF – Núcleo de Apoio a Saúde da Família, mas são instituições que pertencem a rede, segundo as narrativas.

Outra maneira que utilizamos para mostrar as relações entre as instituições é o sociograma.

Neste sociograma, as linhas foram coloridas para facilitar a visualização das relações. As linhas vermelhas indicam as relações recíprocas.

Observa-se então que o Programa de Prevenção da Violência e o Ministério Público aparecem como duas das instituições centrais neste sociograma, porém, mesmo que capazes de citar o maior número de parceiros, têm apenas duas relações de reciprocidade, ou seja, a maioria dos parceiros citados por eles, não os reconhecem como parceiros, somente dois entrevistados o fizeram.

As únicas instituições entrevistadas que citam o PPV como parceiro são: o Rede Família e o Programa Primeira Infância Melhor. E as que citam o Ministério Público são: o Programa Rede Família e o Conselho Tutelar.

Em contrapartida, as instituições que aparecem mais centrais, com o maior número de vínculos recíprocos são: o Programa Estratégia de Saúde da Família - ESF, através do Posto de Saúde que atende os bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, o Centro de Referência em Assistência Social - CREAS e o Programa Rede Família.

Não é por acaso que as instituições da área de saúde - ESF e assistência social – CREAS, aparecem como instituições centrais nesta rede de prevenção da violência. A resolução 4.925 da Organização Mundial da Saúde nos mostra que, a maior procura das vítimas de violência por serviços médicos e o incremento dos gastos públicos com saúde, justificam a afirmação de que a violência é uma questão de saúde pública. Por tanto, instituições que oferecem serviços de saúde, para que sejam efetivas e consigam diminuir seus gastos e número de atendimentos, precisam participar das ações de enfrentamento da violência.

As instituições mapeadas no diagnóstico municipal do Programa de Prevenção da Violência de 2009, como instituições que pertencem a uma rede de prevenção da violência, na sua maioria não sabem identificar outras instituições com as quais trabalhavam.

Diante desta constatação, pedimos para que eles falassem sobre algumas das instituições que foram citadas no diagnóstico PPV. Citamos as instituições, e algumas delas sequer eram conhecidas, como por exemplo, a CUFA – Central Única das Favelas e, outras estavam desativadas. Parecia impossível caracterizar uma rede.

Por conta desta realidade, ao final de cada entrevista, perguntamos diretamente se havia um trabalho de prevenção da violência e se existia uma rede

de prevenção de violência atuando nos bairros estudados. As respostas foram quase unânimes em dizer que não.

As narrativas mostram que as instituições, apesar de identificarem outras organizações, não têm com elas um trabalho em rede, mas sim um trabalho de referenciar casos, de empréstimo de salas, de organização conjunta e pontual de um evento, uma reunião, etc.

Um exemplo é a Associação Movimento Solidário Colmeia, que é capaz de citar parceiros, mas que, no entanto, são instituições doadoras, que não fazem um trabalho conjunto com a instituição.

Na maior parte do tempo, as instituições locais se sentem ilhas, que trabalham isoladas, fazem seu trabalho para um número determinado de pessoas e poucas vezes recebem ajuda de outra instituição. As relações narradas referem-se apenas a um empréstimo de sala, um caso pontual atendido, etc., salvo, as instituições locais governamentais que por obrigação legal devem trabalhar em um sistema de referência com as demais instituições também governamentais. Como o caso da Escola Infantil Castelo Branco, que envia os alunos para a Escola de Ensino Fundamental João de Oliveira e, termina aí a relação de ambas, mas dizem trabalhar em parceria - rede.

A rede, portanto, é de baixa densidade, pois nem todas as interações possíveis estão presentes e as instituições agem de forma esparsa e descentralizada.

Também das narrativas vemos que as instituições não são muito representativas do bairro, o público alvo é bem reduzido e muitas vezes não muito bem definido. Um exemplo é o caso da Associação de Moradores do Bairro Castelo Branco II, que diz representar todos os moradores do bairro, mas nas entrevistas com estes, vemos que raros os que se sentem representados. Ademais a representatividade se limita a uma ação assistencialista, como doações, organização de festas de natal, etc., nada que envolva políticas públicas.

As instituições locais aparentam ter pouca capacidade técnica de mobilização, reivindicação e intermediação. No geral as instituições locais e os moradores, não conseguem desempenhar o papel de *policy community*, ou porque tem pouca capacidade técnica ou porque trabalham na linha do assistencialismo, sem foco nas políticas públicas.

Observa-se das entrevistas com as instituições governamentais que a rede de prevenção da violência de Rio Grande existe para o setor governamental, isto é,

cada uma das instituições governamentais entrevistadas era taxativas em afirmar a existência de uma rede, de um trabalho integrado entre secretarias municipais, Ministério Público, conselhos municipais e organizações da sociedade.

Do outro lado, as organizações da sociedade, não governamentais, dos bairros estudados, não se sentem identificadas na rede de prevenção da violência, realizam sozinhas seus trabalhos de prevenção e atenção à vítimas de violência.

As instituições governamentais falam em um trabalho integrado em rede, e pelas narrativas somos capazes de identificar atualmente duas redes atuando no município, cujos atores se repetem e em alguns momentos se interconectam. Também o sociograma mostrou-nos que as instituições não formam uma única rede, mas duas, que se interconectam em alguns pontos.

As duas redes identificadas neste estudo são: O Programa Rede Família, que embora seja considerada como um ator social pelas demais instituições governamentais, é uma articuladora que forma uma rede com objetivo de resgatar o papel da família no processo de educação para cidadania das crianças e adolescentes abrigados. Participam desta rede, segundo os entrevistados, o Ministério Público, o CEP-Rua/Furg, Secretaria Municipal de Saúde, Associação Rio Grandina pró crianças e Adolescentes, ONG Casa do Menor, Programa de Estratégia de Saúde da Família, Igrejas, pastorais, ONGs, lideranças comunitárias, associação de bairro, escolas de samba, entre outros.

A segunda rede é a proposta pelo Programa de Prevenção da Violência, que embora tenha poucas relações recíprocas, se mostra um articulador entre as instituições.

Além destas redes, há ainda os exercícios de referência no município. Como o Programa de Saúde Mental, que trabalha em um sistema de referência com as comunidades terapêuticas, hospitais, Estratégia de Saúde da Família, CAPS, e CREAS. Nesse sistema, um paciente é atendido por um agente e referenciado a outro mais preparado para atender o caso, devendo receber após, uma notificação de como foi atendido o caso do paciente em questão.

Por exemplo, a Estratégia de Saúde da Família referencia ao hospital ou CREAS e estes referenciam aos órgãos competentes.

A exceção destes exercícios de referência, que são criados como protocolos de atendimento, para facilitar e garantir eficácia e celeridade ao processo de atendimento, as redes foram criadas a partir de necessidades que precisavam ser

superadas, como a diminuição dos fatores de risco e vulnerabilidade ou até mesmo a melhoria do serviço prestado pelo órgão governamental.

Concordamos com Sinara Porto Fajardo (2011), quando na análise da rede de proteção integral da criança e do adolescente de Rio Grande²¹, afirma que a rede é “opaca”. Um sujeito não vê o outro. Apesar das instituições governamentais afirmarem existir uma rede de atenção e, como identificamos, um serviço de referência, a maioria dos agentes entrevistados não tem noção do todo em um atendimento. Exemplificando, a notificação que um ator deveria receber após referenciar um usuário a outro serviço não ocorre. O protocolo para o trabalho em rede - referenciado, existe, mas tem limitações, inclusive por que as atribuições de cada agente não são tão claras.

Para superar esta opacidade, os atores fazem reuniões pontuais por meio de duplas para discutir algum caso específico, ou seja, Conselho Tutelar com o Ministério Público, Escola com Conselho Tutelar, ESF com CREAS, etc.

Na entrevista com a conselheira tutelar da 2ª região, vemos como o agir da comunidade, negando-se a denunciar os casos de violação de direitos, delata a opacidade da rede. E também que a rede de prevenção da violência não está integrada pela comunidade, não sendo, portanto uma rede multimodal (Hanneman, 2000).

Vemos do sociograma que há uma gama de instituições que fazem trabalhos de prevenção, prestam serviço de apoio às vítimas de violência, trabalham em rede, mas não se identificam como tal. As instituições que mais identificaram relações nas entrevistas, como a Estratégia de Saúde da Família, são instituições que tem obrigação legal de trabalhar com outras, referenciando casos.

Para falar na eficácia de uma rede no bairro, entendemos que as políticas públicas poderiam ser pactuadas com o associativismo civil e formuladas por meio das gestões participativas, envolvendo relações de reciprocidade e, poderiam também trabalhar os conflitos existentes sempre contemplando o consenso. Ainda seria importante serem fiscalizadas por conselhos onde haja a participação de representantes da sociedade civil (GOHN, 2006, p. 543-544). Para que a rede fosse

²¹ Sinara P. Fajardo faz uma análise do trabalho em rede de Rio Grande. Ela afirma que “a rede pode estar articulada até certa dimensão, mas as próprias pessoas que a integram estão sentindo falta de uma articulação maior, que dê conta até mesmo de sua valorização profissional. A pessoa faz um pedacinho e se desmotiva, porque não vê o resultado final”. Fajardo chama esta rede de um “labirinto interno onde todo mundo, no máximo, enxerga os seus vizinhos imediatos na rede” (FAJARDO, 2011, p. 50).

eficaz, comunidade e municipalidade precisariam compartilhar gestão, através de uma cultura participativa.

Não é o caso dos bairros estudados. Municipalidade e comunidade se vêm tão apartadas uma da outra que, iniciativas de trabalho em rede, são criadas e após abandonadas. É o caso do Conselho Gestor Local de Saúde, que foi desativado há três anos, mas segue sendo citado pela municipalidade como órgão participativo da comunidade. Ademais, vemos que, as instituições governamentais ainda se veem separadas e afastadas da sociedade, de tal sorte que apenas se reúne com as mesmas quando têm necessidade ou obrigatoriedade de fazer uma consulta popular. Porém na realidade, se depender da municipalidade, não há interpenetração da sociedade com o Estado.

As instituições entrevistadas que atuam nos bairros, foram convidadas para participar da Rede de Prevenção da Violência do PPV. A maioria das instituições fez menção a uma reunião que foi convidada pelo Posto de Saúde para “este tema”. Nesta reunião se falou em prevenção da violência, possíveis ações a serem desenvolvidas, os presentes assinaram a ata e depois não se falou mais no assunto, ninguém sabe o que aconteceu. No entanto, a rede de Prevenção da Violência do PPV estava criada, com a adesão das instituições do bairro.

Assim, a rede de prevenção da violência do município nos parece opaca, esparsa, com buracos estruturais, não multimodal e sem força de ação. Aparentemente o motivo destas características é a pouca capacidade de articulação das instituições, mas também o fato de que a rede não aproveita os vínculos existentes e trabalha em nichos, como o caso das instituições que são obrigadas a trabalhar conjuntamente por determinação legal, mas que não usam esta experiência de trabalho conjunto, com outras instituições.

4.3 ENTREVISTA COM OS MORADORES

Para iniciar as entrevistas com os moradores, agendamos uma reunião no Posto de Saúde que atende os bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita, com os médicos e com as agentes comunitárias de saúde – que são também moradoras dos bairros estudados.

As agentes comunitárias de saúde nos ofereceram uma lista com 22 nomes e endereços de moradores que elas já teriam avisado da nossa visita, evitando o estranhamento na nossa chegada. Nas primeiras entrevistas com os moradores,

algumas agentes nos acompanharam nas casas dos entrevistados e, elas mesmas responderam a entrevista, eis que são também moradoras dos bairros. No momento que chegou a determinação do Núcleo Municipal de Educação Permanente em Saúde - NEPES, negando - nos a autorização para realizar entrevistas com a equipe da área de saúde, as agentes deixaram de nos acompanhar.

Com os moradores utilizamos pseudônimos, conforme a ordem das entrevistas realizadas e com a intenção de respeitar a privacidade e o sigilo dos participantes. Quanto ao instrumento de pesquisa, ele iniciou com os dados de identificação do entrevistado (nome, idade, sexo, grau de instrução, nº de filhos, profissão) e há quanto tempo viviam no bairro para após, seguir com as questões relacionadas à violência e as relações sociais estabelecidas.

A fim de situar o entrevistado nos últimos 10 anos, tempo de implementação do Programa Rede Família, e podermos ser capazes de estabelecer paralelos entre o que era a realidade em 2002 e o que é em 2012, pedimos que os moradores lembrassem 3 acontecimentos importantes nos últimos 10 anos. A maioria teve dificuldade em lembrar-se. Feito este exercício, perguntamos se o bairro era violento, quem eram os criminosos, ou pessoas violentas, se moravam no bairro e qual o motivo da violência.

Continuando a entrevista, perguntamos o que era violência para o entrevistado e se ele mesmo, ou algum familiar próximo, já havia sofrido violência.

Passamos então às perguntas que corroborariam ou não as respostas dadas pelas instituições previamente entrevistadas. Perguntamos se no bairro há algum trabalho de prevenção da violência ou alguma instituição que faça alguma ação neste sentido.

Fizemos um quadro comparativo onde perguntávamos como estava a situação do bairro e de suas vidas em 2002 e com estava agora em 2012, relacionado com as suas relações com a família, com os meios de resolver conflitos, com a relação com os vizinhos, com os professores dos filhos, com os filhos, com as agentes comunitárias de saúde, com a limpeza e melhorias no bairro, com espaços públicos de lazer, com a participação em instituições locais e o sentimento de ser representado por elas. Tentamos fazer um paralelo entre como eram as relações e percepções dos entrevistados há 10 anos, e como são atualmente.

Nem sempre conseguíamos fazer as perguntas de uma forma linear, e as vezes não conseguíamos realizar todas as perguntas, devido a falta de compreensão dos entrevistados.

Utilizamos a metodologia de Teresa Pires do Rio Caldeira, exposta nas suas obras “A Política dos Outros” (1984) e “Cidade de Muros” (2003), para formular as entrevistas, bem como para analisar os dados obtidos.

Em primeiro lugar, é preciso que qualquer tentativa de escrever ou estruturar uma análise de entrevistas seja precedida de um cuidadoso exame de cada entrevista. É necessário tomar cada uma como um todo, entender sua lógica – mesmo que não seja racional e frequentemente comporte elementos contraditórios, ambíguos, inconsciente, etc.-, ver em que contexto cada elemento aparece (pois teoricamente poderiam aparecer em qualquer contexto), que tipos de articulações foram feitas entre as partes, e assim por diante. Só depois que o pesquisador domina o sentido do todo e de cada contexto interno é que pode comparar as partes de uma entrevista com partes de outra (CALDERA, 1984, p. 145).

Caldeira (1984, p. 145) segue explicando que a entrevista não é um universo fechado em si mesmo e que para desvendar o significado do discurso e da vivência dos moradores, convém fazer observação direta nos bairros, sobre as pessoas, seus comentários e comportamentos. As informações ainda que sejam desconexas, fragmentadas e contraditórias, são essenciais para fornecer uma visão do universo dos entrevistados.

Este universo se constitui de um fazer e um dizer que, necessariamente não coincidem com o modo de vida dos moradores. Por isso, conforme propõe Caldeira (1984, p. 145), buscamos reconfigurar os dados coletados e observados nas entrevistas, como elementos que se complementam uns aos outros, para se construir um ponto de vista geral, “com base na consideração do que se diz, do que se faz e do que se fala sobre o que se faz, como elementos que se complementam uns aos outros (CALDEIRA, 1984, p. 145)”.

Os moradores entrevistados foram separados por bairros. Ao total foram 19 moradores entrevistados, sendo 7 do bairro Castelo Branco I, 6 do bairro Castelo Branco II e 6 do bairro Santa Rita.

4.3.1 MORADORES DO BAIRRO CASTELO BRANCO I

Os moradores entrevistados no Bairro Castelo Branco I são²²:

1) Maria, 53 anos, estudou até o 1º ano do ensino médio, é vendedora aposentada e representante da Igreja Católica Santo Antônio. É moradora do bairro

²² Todos os nomes são pseudônimos

há 28 anos, tem duas filhas de 34 e 21 anos. Conta que foi a primeira moradora da rua. Não tinha luz nem água na casa quando foi morar no local.

Ela considera que houve um incremento da violência principalmente nos últimos 13 anos, época que começou a surgir o bairro vizinho Castelo II. Atribui às drogas o aumento da violência. Relata que nunca foi assaltada e que não sai à noite após as 22 horas.

Entrevistadora Fabiana: Tu consideras que o bairro é violento?

Resposta Maria: Olha ele já foi mais calmo.

E.F: Esse mais calmo foi quando?

R.M: Quando a gente veio morar aqui. Até uns 18 anos que agente tava aqui era muito bom. O momento que começou a posse da Castelinho ele se transformou mais violento

E.F: Isso foi em que ano?

R.M: A castelinho tem uns 13, 14 anos.

E.F: De lá para cá, o bairro começou a ser mais violento?

R. M: Acho que é mais aglomeração de gente. Eu sou a primeira moradora da rua. Tinha mais duas casas, mas as pessoas não ficavam aqui. Nos não tinha água, não tinha luz, a gente pediu para colocar os fios, eles roubavam os fios, água não tinha, passei quantos meses pegando água lá no meio do bairro. Não tinha escola, tinha que ir estudar lá fora.

E.F: Mas nos últimos dez anos?

R.M: As drogas, a gente vê falar, a policia prende quem vende droga, a gente sabe que a droga tá muito grande, aqui no nosso bairro.

E.F: Tu crês que por culpa da droga o bairro está mais violento?

R.M: Eu acho.

E.F: Te sentes segura para sair na rua de noite?

R.M: Até uma certa hora sim, depois não. Até umas dez [horas da noite].

E.F: E depois das dez o que acontece que tu não te sentes segura. São os usuários de droga na rua?

R.M: [...] Os assaltos. Através dos assaltos vem a droga junto. Assaltam para ter dinheiro para droga.

E.F: Tu crês que roubam para comprar drogas?

R.M: A maioria sim.

Maria considera que há pessoas violentas no bairro, e outras que sofrem violência doméstica. Para ela violência é “qualquer ação que te reprime”. Conta-nos que não tem histórico de violência em casa, mas que já sofreu violência no trabalho.

E.F: Existem pessoas violentas no bairro?.

R.M: Tem.

E.F: Muito ou pouco?

R.M: Agora se tu quiser estatística não [sei], mas há uns cinco anos atrás que a gente tinha um grupo de mães eu sabia de algumas [mulheres] que eram umas oprimidas. Tinham que ir ligeirinho ali fazer alguma coisa no projeto[refere-se ao projeto da Igreja Católica]. Tinham que ir para casa porque se alguém comentasse que elas estavam fora, [...] o marido não gostava, [eram] muito oprimida pelo marido, em pleno século. Pra qualquer atividade elas tinham que pedir amém para eles. Tinha bastante. Agora este ano que eu trabalhei com o grupo. Este grupo era bem assim.

E.F: Bem assim como?

R.M: As [mulheres] casadas tinham autonomia e a maioria eram separadas ou viúvas.

E.F: Sente que as mulheres estão mais livres?
 R.M: Com este grupo que eu trabalhei sim.
 E.F: E há casos de violência contra crianças aqui no bairro?
 R.M: Tem muito descaso. As mães não têm nem aí para os filhos. Usam a pobreza, muita gente usa a pobreza como desculpa.
 E. F: Para deixar as crianças na rua?
 R.M: Para deixar livre ou não dar muita importância. [...] Aquelas crianças que a gente trabalhou precisavam [de] muita atenção, afeto. A irmã que trabalhava, dizia: “lá vem os meus famintos de carinho”.
 E.F: O que é violência para ti?
 R.M: Eu considero também esta falta de carinho.
 E.F: Me dê exemplos de violência.
 R.M: Eu acho que violência é qualquer tipo [de ação] que te reprime, tanto faz físico ou mental, que te agride com palavras ou em ação. Acho que tudo é violência.
 E.F: Tu já sofreste algum ato de violência que tenha alterado teu dia a dia?
 R.M: Olha eu não, mas as vezes a gente passa, trabalhei 30 anos em loja, as vezes [...], uma palavra do patrão, [...], te magoa. Aquela violência que tu tem que estar vendendo sempre. Sempre acima da média. Eu acho uma violência. É uma guerra, porque tu tem que estar vendendo sempre. Tu pode perder o cargo para outra [vendedora]. Aquela tensão que tu tem que trabalhar é uma violência.

A filha mais velha de Maria, abandonou o bairro e foi morar em Bagé com o esposo e os filhos.

As melhorias no bairro, relatadas pela entrevistada, são relacionadas apenas à infraestrutura.

E.F: Nestes últimos dez anos tu crês que o bairro melhorou em alguma coisa?
 R.M: Melhorou bastante em questão de saúde, a escola melhorou, porque já tem o [ensino] fundamental, já tem até a oitava [série], e melhorou assim porque, vem mais coisas, mais comércio que antes não tinha, farmácia que antes não tinha, se precisava de um medicamento tinha que ir lá no centro buscar. O comércio em si melhorou bastante. A linha de ônibus também, que era péssima e agora é regular.
 E.F: Então consideras que em questão de infraestrutura e serviço ele melhorou, mas na questão de violência ele piorou porque está mais violento?
 R.M: Ah é!

Para ela a comunidade não tem consciência quanto ao cuidado do espaço público, de tal sorte que não cuidam da limpeza do bairro.

E.F: E a limpeza do bairro como é?
 R.M: Lixeiro sempre passa. A prefeitura tem que se preocupar mais com estas valetas, vem muito bicho, mosquito, essas coisas. Agora que tá perto de eleições eles devem vir.

Na entrevista vemos que Maria conhece algumas instituições que trabalham com prevenção da violência, mas não sabe muito bem o que fazem e qual tipo de trabalho realizam. Ela não participa das reuniões da associação dos moradores por

discordar das opiniões do novo presidente. Antes da aposentadoria, não participava das reuniões porque trabalhava fora e não tinha tempo.

Conta-nos que tem a impressão de que a associação, apesar de ter boa vontade, não tem acesso aos órgãos públicos e, portanto, não consegue representar à comunidade. Ela mesma faz suas reivindicações nos órgãos competentes por achar que é mais rápido e efetivo do que fazer através da associação.

E.F: Tu fazes parte da Associação de Bairro?

R.M: Já fui convidada. Fui uma vez e eu não me enquadrei ali, entendessee. Até o novo [presidente da Associação] me convidou mas eu não cheguei a ir.

E.F: O novo presidente?

R.M: Isso.

E.F: Tu não te enquadreste por quê? Por uma questão de política?

R.M: Eu fui na reunião, eu achei que tava muito individualista,

E.F: Mas tu sentes que a associação representa os moradores? Ela tem voz?

R.M: Olha eu tive numa, não foi uma reunião, não sei o que era, que teve ali na escola. Eu acho assim, ele até têm boa vontade, mas eu acho que eles não têm é o caminho livre para chegar até os órgãos. Eu acho, que é a impressão que dá entendessee. Não é que eu não sei se eles têm. A impressão que nos dá, eu como moradora, [é] que eles não têm esse acesso sabe, de chegar lá para resolver um negócio, entendessee. [...] eu não participo, eu não sei. Da visão que dá assim, as ruas ficam cheia d'água, eles demoram tanto para vir jogar uma caçamba de areia, que a impressão que dá [é] que eles tem bastante dificuldade.

E.F: Tua impressão é que a associação de moradores não consegue ser efetiva para representar os moradores?

R.M: Eles têm dificuldade.

2) Lucy, estudou até a 6ª série primária, tem 54 anos, é aposentada, moradora há 3 anos no bairro e morava há 50 anos no bairro vizinho. Tem quatro filhos de 30, 31, 35 e 18 anos, e cria três netos de 7, 9 e 13 anos.

Ela considera o bairro violento, porém não a sua rua. Relata um assalto recente ocorrido às 10 horas da manhã, na esquina de casa, por uma usuária de crack, comumente chamada de “pedreira”, pessoas que roubam para usar a droga crack. O assalto teve violência física. Crê que os assaltantes são do bairro Castelo II e o principal motivo dos assaltos é o uso de drogas.

Entrevistadora Fabiana: [...] A senhora crê que o bairro é violento?

Resposta Lucy: Não, [...] essa rua aqui ate não é, é boa, a rua quem faz é a gente, é os vizinhos[...]. Mas, é boa essa rua, só que o bairro, é difícil.

E.F: O bairro é violento?

R.L: Sim, violento. Agora mesmo eu, em poucos minutos, ia sair daqui e ia pro banco, dobrei aqui na esquina e vinha uma “pedreira” [usuária de crack] e me assaltou ali e me tirou o meu relógio e ainda me deu um tabefe ainda, dia claro, às dez horas da manhã.

E.F: Uma moça? A senhora chamou de pedreira por quê?

R.L: Não, é uma pretinha, que mora no castelinho ali. Eu to dizendo por que todo mundo diz. ela assaltou ali e assaltou lá, pra fumar, para se drogar, entendesse? Então, qualquer um que ela via, ela se botava.

E.F: Esse assalto aconteceu as dez horas da manhã?

R.L: Dez horas da manhã, ela levou o meu dinheiro, eu entrei em depressão, tive uma depressão, agora tô bem, mas ela me pegou de traição e ainda me deu.

E.F: Bateu na senhora?

R.L: Bateu.

E.F: E levou o seu celular?

R.L: Levou o meu celular.

E.F: E como é a segurança do bairro de noite?

R.L: De noite a gente tem que se cuidar! Porque tu ta caminhando e quando tu vê, tem um, tem que tá assim ó, entendesse? [...] É que esse bairro Castelo Branco I, não é tanto, pior é o Castelinho [refere-se ao bairro Castelo Branco II], que é logo nesse outro bairro aqui.

Lucy se viu obrigada a vender sua casa no outro bairro e mudar-se para a casa atual, porque a filha de 31 anos estava envolvida com o crack, traficando e roubando as coisas e comidas da casa. Sofreu agressão física da filha “drogada”. Para ela, este “ter que deixar a casa” foi muito penoso.

E.F: Me diga três coisas importantes que aconteceram na sua vida nos últimos 10 anos.

R.L: Tu me perguntaste assim, o que me marcou mais, tem três coisa que me marcou: quando eu perdi minha mãe, quando meu marido adoeceu e que eu entrei em depressão e que também fiquei doente e quando eu vendi a minha casa, porque eu tive que sair, eu praticamente sai sem rumo, por causa da droga, então, tu fala em droga para mim, eu até me revolto.

E.F: Por quê? As drogas chegavam à sua casa?

R.L: Porque ela [a filha] vendia direto, tudo que era meu dentro da minha casa ela vendia.

E.F: E os usuários iam na sua casa comprar drogas?

R.L: [...] Eu não sabia o que tô sabendo, o que ela tava fazendo, porque ela mora atrás de casa. E o que acontecia, quando eu morava na frente, eu e ele [o marido], nos morávamos na [casa da] frente com uma menor [adolescente], que na época eu até sai de casa, abandonei minha casa, por causa da minha guria menor, que era uma moçinha, como é que eu ia ter minha filha no meio daquilo tudo ali?

[...]

E.F: A senhora já sofreu algum ato de violência, além deste assalto que a senhora nos relatou?

R.L: Eu tive sim, que a minha filha se botava [batia] em mim.

E.F: A sua filha batia na senhora?

R.L: De mais, na época eu tava doente, tive depressão, quase morri, e a gente discutia muito por causa das coisas [drogas] que ela vendia, e das coisas que ela fazia, então, ela não admitia, de jeito nenhum, de ninguém, não. E quando eu me virei par arruma a cama, ela pegou um cano de PVC e me deu, mas me deu, por isso que eu achei melhor ir embora.

Relata que um dos netos, o de 13 anos, tem problemas psicossociais, e os serviços de saúde são muito demorados.

E.F: A senhora acredita que as crianças e adolescentes são uma preocupação das instituições que trabalham aqui no bairro?

R.L: Não. Eu tô atrás de uma psicóloga, porque eu não encontrei assistência social.

E.F: Mas o Posto de Saúde não lhe ajuda?

R.L: Até ajuda, mas não é o Posto. O problema é que nunca dá certo, tão de férias, um tá assim, outro tá assado e marcam a consultam para daqui a uns anos, dois, e eu não quero para um ano essa consulta, eu quero pra ontem. [...] Ontem mesmo me deu até uma crise de nervos, porque ele [o neto] te deixa em uma pilha de nervos e só se acalma quando arruma confusão.

E.F: Você sentiu que aqui no bairro os serviços de saúde são demorados?

R.L: Infelizmente, eu não tô falando nem do Posto, nem do bairro, nem de ninguém, as gurias são maravilhosas, mas infelizmente demora muito.

A relação entre a entrevistada e os netos é bem violenta. É a favor da educação dos filhos pela agressão, usa cinta e castigos físicos. Observamos no entanto que a relação com a filha caçula, ao telefone, parecia bem amorosa e a entrevistada referia que tem muito orgulho dela, que está trabalhando e estudando.

E.F: Como você educa e disciplina seus netos? Você costuma conversar com eles ou bater neles?

R.L: Hoje, em dia, eu vou te explicar, porque o pai não pode bater em um filho, claro, ele não pode machucar um filho, isso aí não, “dalhe”. Porque eles viram na TV, [...], são criança, mas vêem que eles não podem apanhar e, que um pai não pode bater em um filho, dai tu vai bater e eles: “não pode me bater, eu vou ao conselho tutelar” ai, ele faz pior, porque ele tá crescendo, e vai bater, eu já vi essas crianças que eu te falei, elas se botam na mãe, se botam no pai, na avó. Comigo isso já não rende, eu dou uma cintada neles e nunca mais, eu dou! eu dou!

O conselho tutelar diz que não pode, eu posso porque eu crio, e eu sei o que eu passo, então, claro que eu não vou machucar eles.

Quando questionada, Lucy não soube dizer o que é violência. Mas sua fala é de aprovação dos atos violentos, e culpabiliza as vítimas de violência, quando afirma que uma mulher pode gostar de apanhar, embora não seja o seu caso, ou quando aprova os atos de violência cometidos pelo neto de 13 anos contra outras crianças, alegando que é por defesa própria porque caçoam dele.

E.F: [...] O que a senhora entende por violência? Me dê exemplos de violência?

R.L: Eu não sei muito bem, [risos], tu me ajudas amor? [referindo-se ao esposo que estava ao lado] violência como que tu diz?

E.F: O que é violência para a senhora?

R.L: Tu que é mais inteligente que eu amor? Complicado, violência não era para existir né. Eu não entendo, é isso que tu queres que eu diga? [...] Tem mulheres assim, que elas apanham e ficam, se ela apanhou uma vez e deixou, apanhou e gostou, vai acontecer sempre, se ela apanhou uma vez e foi ali [na delegacia], porque hoje tem como, nunca mais vai ter [que apanhar].

E.F: Ali, você diz na delegacia?

R.L: Na delegacia, da mulher [...]. Tem que ir porque, eu vejo muitas mulheres que apanham e eu vejo o cara espancar elas e [...] estão sempre ali: “ai... ai... que eu te amo, ai, não, não”. [...] Às vezes ele [o neto de 13 anos] tá brincando com os guris e que se dão lhe pau, e eu pergunto por que ele brigou e ele diz: “ó vó ele me chamou de sem orelha, dei pau nele, o

que ele pensa? Ele tem a orelha dele, eu não tenho a minha”. Ele é uma criança triste.

Lucy, não conhece nenhum trabalho de prevenção de violência no bairro. Ela usa os serviços do Posto de Saúde, da Universidade Federal de Rio Grande - FURG e do Centro de Referência em Assistência Social - CREAS, mas não se sente apoiada por nenhuma destas instituições. Sua relação com o Conselho Tutelar, quando solicitou a guarda dos netos, foi negativa, pois, relata que não recebeu apoio da instituição.

E.F: E o Conselho Tutelar? Faz alguma ação em prol das crianças?

R.L: Lá minha filha, a coisa é complicada.

E.F: Como assim, complicado?

R.L: Eu tive quase, eu tive, desculpa a palavra né, quase que brigar pra poder [resolver o problema da guarda dos netos]. Porque agora as crianças tão aqui, tão bem cuidadinha, eu tenho fotos anterior deles e tenho foto de agora, porque eles mandam tirar todo mês, para vê se eles estão bem cuidados. Na minha casa estão bem cuidado, não saem nem no portão. Eu não deixo até por causa dessas brigas aí. Tu sabes o que eu tô falando. Quando eles viviam na rua, eu que peguei eles e trouxe para cá, para eles ter uma vida melhor.

E.F: Então o Conselho Tutelar não teve uma ação efetiva?

R.L: Não, com certeza, ele é muito parado em Rio Grande, muito parado. Uma vez esse grande aí [neto] tava bagunçando, tava fervendo, fervendo mesmo, e lá me deixam cansada, cansada mesmo. E eu chamei um conselho tutelar [conselheiro tutelar], tu sabe o que ele me disse? “tu tem que colocar limites”! Mais limites que eu coloco é impossível.

Não deixa os netos brincarem longe da casa porque há um tipo de violência gratuita entre jovens. Para ela os jovens se agredem apenas porque não gostam uns dos outros, sem nenhum motivo.

E.F: Onde os meninos brincam? Agora você disse que eles foram para um *Lan House*.

R.L: É, onde eu deixo, eu deixei na *Lan House*.

E.F: Tem quadras ou pracinhas para eles brincarem?

R.L: Não, não tem. Tem uma quadra aqui na castelinho, mas eu não posso deixar eles ir, porque ali só vai marginalzinho, eles já são assim [...]. Uma vez esse guri grande, teve uma briga no colégio e se não fosse, esse aqui [o marido], os cinco iam bate pau nele.

3) Geci, 46 anos, estudou até o 3º ano do ensino médio, é aposentada por problemas de saúde; era “copeira” do Hospital Universitário. Mora no bairro há 19 anos, tem 2 filhos de 9 e 28 anos de idade. Não considera a rua em que mora violenta, mas o resto do bairro sim.

Entrevistadora Fabiana: Geci, tu consideras que o bairro é violento?

Resposta Geci: A rua que eu moro eu não considero. Com sinceridade, não. Mas a gente sabe que é.

E. F: Por quê? Por que tu consideras o resto do bairro violento e não a tua rua violenta?

R.G: Não sei se é porque eu convivo há dezenove anos aqui e tu convive com todo mundo. Entendes? Mas, eu sou sincera. Do meu bairro aqui, pra lá [o bairro vizinho], das oito e meia, nove eu não vou lá. Eu tenho certeza que eu não vou lá, que eu tenho medo.

A entrevistada diz que não anda à noite no bairro Castelo Branco II, o bairro vizinho, mas é capaz de andar sozinha à noite na rua onde mora. E conta-nos que os assaltantes do bairro são conhecidos.

E.F: Aqui na tua rua tu andas sozinha de noite?

R.G : Sim, mas lá pro outro lado eu não ando.

E.F: Por que tu não entras na Castelo II?

R.G: Ah, se tu entrar lá sozinha, com certeza.

E.F: O que pode acontecer?

R.G: Pode "tirarem" tudo o que tu tens.

E.F: Podem acontecer assaltos?

R.G: Assalto. Já aconteceu há muito tempo atrás, o meu irmão que mora anos, anos na Castelinho, o meu irmão ele vinha vindo e tinham dois caras numa esquina. Eram conhecidos, mas casualmente quem é que estava passando? Era o meu irmão porque era a única pessoa que estava passando. [Disseram para ele] "Sinto muito, fulano, não mandei tu passar na hora errada". Tudo que ele tinha, tiraram.

E.F: Mesmo sendo conhecido dos assaltantes?

R.G: Mesmo sendo conhecido.

Geci crê que a violência aumentou no bairro nos últimos 10 anos e, atribui às drogas o aumento da violência. Ela diz que as pessoas roubam para usar drogas e isso causa "desunião" nas famílias.

E.F: Porque tu crês que estes assaltantes assaltaram teu irmão?

R.G: [...] Aqui o que rola muito nessas ruas é a droga, é o que acaba com as pessoas aqui. É o que está estragando as famílias, é o que está dando as desuniões. É a droga.

E.F: E tu acredita que são essas pessoas que usam drogas são as que estão assaltando?

R.G: Com certeza.

Para Geci os assaltantes são os próprios moradores do bairro.

E.F: E essas pessoas que usam drogas, elas moram aqui no bairro ou vêm de fora pra assaltar aqui?

R.G: Com certeza, tudo é daqui [do bairro]. Agora tinha parado um pouco. Esses dias deu até na televisão que tinham parado com o negócio de ônibus aqui, de assalto por aqui. Tudo é gente daqui. É que tu não sabe por que tu não vê as pessoas, mas tu sabe que é daqui. Às vezes tu vê passar correndo, armado. Tudo pra quê? Pra pegar um real, dois reais por causa da droga.

E.F: E antes dessa epidemia da droga, não tinham tantos assaltos aqui no bairro?

R.G: As vezes tinha. Não tinha tanta essa violência.

Para a entrevistada, o uso das drogas está banalizado, pois está ocorrendo nas ruas, em frente às crianças e aos moradores. Também para ela, há muitos casos de violência doméstica, como maridos que batem nas mulheres e atribui também às drogas esta violência.

E.F: O que é violência para ti?

R.G: A violência pra mim é o que está acontecendo muito aqui, não o que acontece na minha rua, mas que eu estou vendo muito que está acontecendo agora, é a violência dos maridos com as mulheres, também. Estão batendo muito, principalmente no bairro novo que chegou agora. Do meu bairro, a gente sabe por que é vizinho e conhece muitas pessoas. Tá dando muita briga, violência pra mim é isso aí. Dele [o marido] estar dando nela [a esposa], tá um terror. E tudo envolvido na malvada droga. Eu não sei, que eu não fumo e não bebo, eu sou contra tudo.

E.F: Esses maridos que estão batendo nas mulheres, é por que estão usando drogas também?

R.G: Tudo as drogas. Esse aqui que eu te falei dessa vizinhança ali, eu não vejo ele dar [bater], mas eu vejo ele com mulheres demais. Pra mim a pior violência é essa, é no momento que tu dá, tu bate [...] e é o que está acontecendo. É o medo. É ou não é? É o medo.

Geci diz não ter sofrido violência, mas relata ter sido assaltada 5 vezes, inclusive à mão armada e já foi ameaçada de morte, sendo que apenas uma vez isso aconteceu fora do bairro. Dois dos assaltos ocorreram nos últimos 10 anos.

E.F: E tu já sofreste algum ato de violência que tenha alterado o seu dia a dia?

R.G: Não. Eu acho que se eu sofrer um ato de violência, são capaz de acabar comigo [...].

E. F: Nunca foste assaltada?

R.G: Assaltada? Eu assaltada?

E.F: É.

R.G: Eu te juro, eu já fui assaltada cinco vezes.

E.F: Cinco vezes?

R.G: Cinco vezes.

A relação com o marido é de submissão, ela não “discute” com ele para não brigar, embora acredite que educa o filho conjuntamente com o marido, ou seja, tomam as decisões juntos.

R.G: Não. Tanto que o meu marido, várias vezes. Tanto que assim, ó, o meu marido, se a gente tinha uma discussão, nós dois, eu não discutia, porque eu sei que discutir nunca dá certo, então eu fico quieta. Depois que terminou, aí eu digo assim "agora vamos conversar nós dois?"

A entrevistada não conhece nenhum trabalho de prevenção de violência no bairro. O Posto de Saúde é a única instituição lembrada, porém como um prestador de serviço.

E.F: Tem algum trabalho de prevenção de violência aqui no bairro?
 R.G: Não.
 E.F: Não tem nenhuma instituição que faz algum trabalho de prevenção de violência?
 R.G: Que eu saiba não. Com sinceridade.
 E.F: Instituição que pode ser pública, pode ser uma ONG, pode ser uma associação.
 R.G: Com toda a sinceridade, não.
 E.F: Quais são as instituições que prestam serviço aqui no bairro, que tu conheces? Pode ser que ofereçam serviço para as crianças, para os adultos, idosos.
 R.G: A única coisa que eu sei é ali do Posto [de Saúde], só.
 E.F: Posto de Saúde?
 R.G: Ali do posto. Só isso que eu sei.
 E.F: E que outros serviços públicos tem aqui? Tem escola?
 R.G: Escola, o Posto [de Saúde]. Esse, esse novo que fizeram aqui, esse...
 E.F: O ginásio?
 R.G: O ginásio.

Geci e sua família não participam da Associação de Moradores do Bairro e não conhecem o presidente. Relata que a distribuição de ajuda feita pela Associação não é para todos, há critérios de seleção para receber esta ajuda, porém ela não sabe quais são. Conta-nos que uma única vez foi convidada para participar da reunião da Associação de Moradores, mas não compareceu, e depois disso, não foi mais convidada.

E.F: Você faz parte da Associação de Bairro?
 R.G: Eu nunca participei de Associação de Bairro.
 R.F: Não? Mas sabe se ela é efetiva no bairro? Se eles trabalham aqui, em prol do bairro?
 R.G: Não vou poder te responder, porque eu nunca participei. [...] geralmente quem conhece eles são pessoas que [...] que ganham ajuda. E aqui [em casa] nunca vieram, entendeu? Acho que por causa da renda, as pessoas que tem Bolsa Família. Geralmente essas pessoas que tem esse tipo de Bolsa Família e que tem esse tipo de ajuda deles é que conhecem.
 E.F: A associação distribui uma cesta básica de alimentos?
 R.G: Eu acho. Eu sei por que tem uma senha. Por isso, nunca vieram na minha casa, então eu não conheço. [...] E essas coisas a gente sabe que tem porque vê eles.

A relação com a agente comunitária de saúde é de amizade. A agente é a pessoa que a convida para participar de ações, como festinhas, reuniões e palestras do Posto de Saúde, etc. Conhece alguns programas existentes no bairro embora não os utilize, como o Programa Primeira Infância Melhor.

Geci, não visualiza uma rede de atuação entre os serviços, por isso quando precisou fazer uma cirurgia foi consultar diretamente no Hospital Universitário, sem considerar o Posto de Saúde.

Conta-nos que frequenta a associação de pais e mestres, tem boa relação com os professores, se considera ativa na participação das ações da escola e considera-se participativa na educação dos filhos. Tem uma relação tranquila com os filhos, e utiliza a “chinelada” como meio de disciplinar o filho caçula. O filho mais velho, que já não mora mais no bairro, segundo ela, nunca precisou apanhar.

E.F: Tu costumava frequentar a associação de pais e mestres da escola do Gabriel?

R.G: Ah, isso aí eu faço. Automaticamente. O colégio dele é tudo pra nós.

E.F: Tu ias antes quando ele era pequenininho, segues indo agora na Associação de Pais e Mestres?

R.G: Na escolinha ele entrou com três aninhos.

E.F: Ali na escolinha atrás do Posto de Saúde?

R.G: É. Maravilhosa. É uma coisa que eu aconselho qualquer mãe a colocar o filho ali. Eles foram dez com o meu filho, muito bom. E depois, ele foi pro Joãozinho [Escola de Ensino Fundamental João de Oliveira],[...], que é até a quarta série. Ele nunca rodou.

E.F: Tu vais em todas as reuniões da Associação de Pais e Mestres?

R.G: Vou em todas. Participo, se puder ajudar, ajudo. E gosto de participar.

E.F: Como é a tua relação com os professores?

E.G: São muito boas. Gosto muito de participar, estou sempre ativa. Não vou mais [este ano]. Teve a outra professora do outro ano ia mais. Até ela fez uma reunião e elogiou muito a nossa turma que a gente está sempre indo [ajudar na escola]. Precisa de ajuda naquilo, entendesse? Porque eu sou aquela mãe, assim, que meu filho chegou do colégio, automaticamente entrou, tirou a roupa e eu já estou nos cadernos, perguntando pra ele o que aconteceu, como foi o dia na aula, o que aconteceu durante a aula. E o meu menino, ele tem uma coisa, assim, que do início da aula ao fim ele te relata tudo. Ele diz. Um exemplo: "Ah, o professor Renan, coitado. Hoje foi um terror. O Fábio foi um terror na aula hoje, ele deixou o professor desorientado" Porque ele comenta tudo que acontece na aula.

[...]

E.F: Como tu educas e disciplinas teus filhos? Tu costumava conversar com eles ou bater neles?

R.G: O Gabriel já levou uma chineladas e ele sabe por quê. O Gabriel faz uns vinte dias mais ou menos que eu dei uma chinelada nele. Eu cheguei a chorar depois porque eu não posso. Mas por quê? Pra ver como é. Por causa de dinheiro. Tudo que é dinheiro que ele pega, que ele pegava, era pra que? Pra ti ver como é a cabeça da criança, pra jogar cartinha. [...].

Para que o filho caçula brinque na rua, ela fica sentada na calçada. Não há espaços de lazer para as crianças nem nunca existiram.

Para ela o bairro não é limpo por culpa da população. A prefeitura limpa, mas a população joga lixo na rua. Considera que o bairro melhorou em infraestrutura, com mais linhas de ônibus, calçamento nas ruas, coleta de lixo. Esta

melhorias atribui ao período eleitoral, pois para ela, sempre em período eleitoral, os políticos fazem algo pelo bairro.

E.F: Como é a limpeza do bairro? O bairro é limpo?

R.G: Eu não acho ele limpo.

E.F: Não?

R.G: Não. Mas não é limpar porque a própria população que é relaxada.

E.F: A Prefeitura vem e limpa o bairro?

R.G: Vem. O lixeiro vem todos os dias. O que custa tu colocar no lixo? Não custa. Olha os terrenos baldios. Toda a vizinhança coloca nesse [terreno] ali.

[...]

E.F: Tu disseste que quando chegaste aqui no bairro, ele era pior. Então tu crês que o bairro melhorou nesses últimos anos?

R.G: Melhorou muito.

E.F: Em que ele melhorou, vamos ver?

R.G: Na limpeza ele melhorou, que eu te falei que aqui onde nós estamos morando agora era um entulho de tudo quanto era lixo. A gente limpou, aí cada um se conscientizou, a Ana se conscientizou, que é a vizinha dali [do lado]. Cada um botou seu lixo, em tal hora passa o lixeiro, todos os dias tem o lixeiro, tem que cuidar nesse lado aí. Mas aí o que adianta, eu cuidar aqui e aquele lá não cuidar. Às vezes é muito fácil: Tem cachorro, pega o cocô do cachorro e coloca em um saquinho e põe fora, ou enterra. O vizinho acha mais fácil jogar pra fora. É o que fazem.

E.F: Mas teve outras melhorias do bairro?

R.G: Ah, melhorou muito mais. Agora mesmo já colocaram o calçamento ali e tá maravilhosa aquela rua onde passa o ônibus. Estão dizendo que vão vim calçar mais pra cá [em direção a sua rua]. Melhorou muito, por que já parou pra pensar. Pra ir pro serviço eu cansei de ir a pé, porque o ônibus não passava aqui, por causa da rua. Agora passa, porque está calçada.

Geci conta que a relação com os vizinhos é cordial, porém não de amizade e mais de necessidade.

E.F: Como é a tua relação com os vizinhos?

R.G: Boas. Eu mesma tenho três ou quatro vizinhos. Que eu penso [digo] assim, "oi, bom dia, tudo bem, como vai" e deu. Eu não sou de ir na casa do vizinho.

E.F: Mas e se precisar, por exemplo de uma xícara de café?

R.G: Ah, tem.

E.F: Podes pedir para eles ali?

R.G: Posso, posso.

E.F: Alguém aqui ficou doente, dá pra contar com a ajuda dos vizinhos?

R.G: Posso, posso, com certeza. Aqui mesmo tem uma senhora que mora sozinha, ela está sempre aqui. E automaticamente eu que coloco remédio nos olhos dela.

4) Sama, tem 36 anos, tem ensino médio completo, é agente comunitária de saúde, moradora do bairro há 20 anos, tem duas filhas uma de 17 e outra de 18 anos. Não participava da associação de pais e mestres da escola das filhas.

Entrevistadora Fabiana: Tu frequentava a Associação de Pais e Mestres da escola das tuas filhas? E agora?

Resposta Sama: [...] agora não tem [motivo para ir]. Porque uma [filha] já se formou, tá trabalhando já numa escolinha, dando aula. E a outra também agora começa, não sei se é em setembro que ela começa o estágio, porque as duas fizeram pro magistério. Aí faz o estágio e também já vai começar a trabalhar. Elas já não querem mais que eu seja [presente na escola], mas quando eu posso, eu vou, assim. Ontem eu fui buscar ela na escolinha.

E.F: Mas quando elas estavam fazendo o ensino fundamental e médio, tu ias lá na escola, conversavas com as professoras?

R.S: Mas já não tem também aquela coisa de entrega de boletim, não. Elas podem pegar, no geral é assim. Eu não ia, só quando elas diziam: mãe, tens que ir lá. Mas quando, assim, elas tiveram apresentações de dança, eu tava lá, eu era a primeira, né [...].

Diz que nunca sofreu violência no bairro, mas escuta as pessoas falarem de assalto e morte no bairro. Não sai à noite, que é, para ela, quando o tráfico está nas “esquinas”. A partir dos relatos dos outros moradores percebe o bairro violento.

E.F: O bairro hoje é violento?

R.S: Assim, eu nunca passei por violência aqui no bairro. Sou bem tratada, ando por aí tarde da noite às vezes. Não vejo isso. Eu sei que tem, entendesse, mas eu não passei por nada ainda.

E.F: E por que tu sabes que tem violência no bairro?

R.S: Porque a gente vê as pessoas falar, a gente vê os jornal, as coisas que acontece, que falam, em alguns lugares, mortes, assaltos. Mas ali aonde eu moro, ali comigo, com a minha família que mora quase toda ali naquela rua ali, não. É tranquilo, entendesse. Eu não vejo nada assim, nunca minha casa foi [assaltada], é bem fechada também. A gente se protege, acho que pra isso mesmo não acontecer. Mas eu sei que tá, dizem, eu não vejo, diz que aqui à noite, a partir das 11 horas, meia noite aqui, essa rua aqui [na esquina do Posto de Saúde], nas esquinas é só o tráfico, crack, maconha [...].

E.F: Tu disseste que voltas às vezes tarde da noite pra casa, caminhando, e tu te sentes segura. Mas se tu tiveres que passar aqui, nesta rua às 11 horas da noite, então, tu vais ter medo?

R.S: Eu vou ter medo, eu vou ter medo. Até mesmo com elas [as filhas]. Eu não deixo elas andar [na rua sozinhas de noite]. Que a gente, já faz doze anos que eu sou evangélica, participo dessa igreja do pastor. Que eu já te falei os dias de culto. E a gente trabalha muito no bairro, assim. Além do meu serviço, a gente tem o grupo de jovens como eu te falei, o grupo de mulheres. Então a gente vivencia essa coisas, não comigo, entendesse? Mas eu vivencio com os outros, entendesse?

Para ela, o tráfico e a violência doméstica são os principais problemas enfrentados no bairro. Atribui às drogas o aumento da violência.

E.F: Porque você crê que os criminosos cometem atos de violência?

R.S: [...] A gente vê [que o bairro] que tá violento. Tá bem violento. Principalmente as drogas tão tomando conta e é por causa da droga que eles tão fazendo assim [roubando], os filhos tão roubando os pais, tão vendendo as coisas de dentro de casa pra comprar [drogas]. Meninos que a gente via que tinham um bom futuro, que os pais, sempre trabalharam, tão lá atirados. Juventude, molecada, [as drogas] tá pegando direto a juventude.

E.F: E o que faz eles cometerem atos de violência?

R.S: É a droga.

[...]

E.F: Esse seria o problema da violência no bairro?

R.S: Acho que é. [...] que eu vejo é.
 E.F: E problema de violência familiar?
 R.S: É.
 E.F: Tem bastante?
 R.S: Tem também. Porque aí gera já a violência. Por isso as drogas geram violência.
 E.F: Também nas famílias?
 R.S: Isso.

Ela, como agente comunitária, vê que nos casos para tratar o usuário de droga, a rede não funciona, pois é muito lenta, tem muita burocracia e, aliado ao fato de que não existe onde encaminhar os usuários de droga.

E.F: A rede de serviços não auxilia os usuários de drogas?
 R.S: Isso. E assim ó, a gente tem um posto que a gente trabalha, mas a gente não tem uma ajuda. Não sei se é ajuda, que eu posso te explicar, assim, a gente não tem um apoio pra trabalhar nisso, entendesse? Assim, nada que a gente possa encaminhar, que seja uma coisa. Por que esses lugares [comunidades terapêuticas] são tudo pago, entendesse? [...] A rede não funciona e é tudo muito lento, muita burocracia, muito papel, muita coisa e não adianta. Eu vejo isso [...] Eles [usuários de drogas] tão na rua e não tem ajuda.

Ela mesma, enquanto moradora que tem livre acesso ao Posto de Saúde, dada a sua profissão, tem dificuldade de conseguir exames mais complexos para o esposo.

Violência para ela é falta de alimentação, de trabalho digno, e a violência doméstica. Sua inclinação religiosa fica clara nas suas respostas, quando fala que a família é a base para tudo.

E.F: Me diz o que é violência pra ti?
 R.S: Violência é isso. Violência é essas famílias não ter uma alimentação adequada é uma violência. Não ter um trabalho digno é uma violência. Ter que tá catando lixo é uma violência. Eu acho isso uma violência.
 E.F: Que mais?
 R.S: É, o marido judiando da esposa. Que tem muitos, a gente tem isso.
 E.F: Tu atendes casos assim?
 R.S: É, casos, é. Também é uma violência. Eu acho que violência pra mim é isso. É um conjunto. Porque onde a família tiver bem estruturada, uma família, que a base é a família, aí tudo vai [bem] tem que trabalhar já desde o início [com a família].

Seus relatos pessoais de violência são relacionados com sua adolescência, quando sofria abusos, sem especificar que tipo de abusos. Quando adulta não sofreu mais violência.

E.F: E tu já sofreste algum tipo de violência, que tenha alterado teu dia a dia?

R.S: Assim, como eu disse, agora não. Sofri quando eu era mais adolescente, mais guriuzinha, menina. Mas agora não.

E.F: O que tu sofreste quando era menina?

R.S: Foi assim: minha mãe e meu pai se separaram, a minha mãe também teve que sair cedo pra trabalhar, deixar a gente, eu e o meu irmão. E a gente sofria abuso das pessoas que cuidavam da gente,

As filhas brigam muito entre elas. Os gritos são considerados normais. Só há intervenção da mãe, se há violência física entre as irmãs.

E.F: [...] E como é a relação em casa, por exemplo com os filhos, vocês gritam, não precisam gritar, ou só às vezes?

R.S: Não, assim ó, elas [as filhas] tão numa idade difícil tá, que é a adolescência. A idade mais difícil. Eu digo: aí, a idade mais difícil. Porque eu achava que era quando eram pequeninas. Elas têm um ano de diferença, eu passei muito trabalho com elas. Mas isso aí passou. Agora tá a fase da adolescência que eu digo, é difícil. Porque elas brigam muito, as duas. Elas brigam por roupa, elas brigam por uma xícara. E eu não posso tomar partido, eu tenho que apaziguar. Mas, às vezes, eu perco a paciência, aí eu dou uns gritos. E aí fica tudo normal, mas nada com violência.

[...]

E.F: Mas as brigas são verbais ou as meninas chegam a se bater?

R.S: Não. Se bater a gente não deixa. Quando chega que uma quer pegar o cabelo da outra, aí eu não deixo.

A entrevistada não considera que tenha trabalhos de prevenção da violência no bairro, salvo alguns grupos e reuniões que o Posto de Saúde organiza. Não identifica instituições que trabalhem com o posto, mas é capaz de citar o projeto que acontece no ginásio de esportes “novo tempo” (refere-se ao Projeto Segundo Tempo), sem ter muita certeza do que se trata. A comunidade, no entanto não tem acesso ao ginásio. Fala também das educadoras sociais, que vão às casas trabalhar com crianças de 0 a 6 anos, referindo-se ao Programa Primeira Infância Melhor.

E.F: Conhece algum trabalho de prevenção da violência no bairro?

R.S: Não tem.

E.F: Mas o Posto de Saúde não faz trabalho de prevenção de violência?

R.S: Olha, a gente tem alguma coisa, assim, que a gente chama as pessoas pra fazer palestra nos grupos de artesanato, no planejamento familiar já veio. Mas é, não é sempre. Mas teve. [...] No grupo de planejamento familiar é mais fácil porque vem bastante mulheres, e aí elas vem pegar pílula e antes tem que participar da palestra, elas escutam.

E.F: Ontem eu vi que tinha um grupo de adolescentes reunidas aqui no Posto de Saúde. Vocês falaram sobre a questão de prevenção da gravidez precoce?

R.S: Sim. Sempre tem uma orientação.

[...]

E.F: Quais são as instituições que oferecem serviços à comunidade?

R.S: No bairro? Tu diz aqui pelo Posto?

E.F: É, pelo Posto, pela Igreja.

R.S: Mais é o Posto mesmo, mais é o Posto.

E.F: O Conselho Tutelar não trabalha aqui?

R.S: Não.

[...]

E.F: Tu sabes me falar alguma coisa do Programa de Prevenção de Violência?

R.S: Não. Não sei te dizer.

E.F: Não?

R.S: Não. Eu sei que tem alguma coisa a ver com o ginásio. Mas não to informada. De nada, assim. [...] E depois também tem as educadoras [do PIM] sociais que também vão nas casas, visitam as crianças.

Sama não participa da Associação de Moradores do Bairro, nem se sente representada por ela, mas sabe que a Associação faz algumas ações assistenciais. Sente que o Posto de Saúde leva em consideração suas opiniões na hora de tomar decisões.

E.F: Tu crês que alguma instituição do bairro te representa?

R.S: Representa a comunidade, o bairro?

E.F: Que te representa.

R.S: A mim?

E.F: Que tu te sintas representada por eles. Por exemplo: Associação de Moradores do Bairro. Tu sentes que eles te representam?

R.S: Não, não. Aqui a Associação [de Moradores do Bairro], o pessoal não sabe quem é o presidente. [...] Mas quando tem reunião, eu sei que ele entrega os convitezinhos. Mas não sei. Eu não, não fui, também.

E.F: E nunca participou da reunião da Associação de Moradores?

R.S: Não. Nunca fui. Não sei se os dias não davam, por algum motivo eu não fui.

E.F: Como é que tu sentes a questão das crianças e dos adolescentes aqui no bairro? Tanto pensando lá no ano dois mil ou pensando agora. Tu sentes que existe uma preocupação das instituições, igreja, Posto de Saúde, escola, pelas crianças? Que existe uma preocupação com as crianças e adolescentes aqui do bairro relacionado ao tempo livre deles, ao envolvimento com drogas?

R.S: Tem uma preocupação porque tem os projetos ali no ginásio pra isso. Já faz [foi] uma melhora. Tem alguns [crianças e jovens] da minha área [onde atende] que participam do projeto aqui no ginásio.

Para Sama não há um trabalho conjunto entre estas instituições.

E.F: Existe um trabalho conjunto destas Instituições?

R.S: Já teve. Agora por enquanto, não. Mas já teve.

Também não há espaços de lazer para as crianças no bairro. Conta que recentemente foi construída uma pracinha, mas foi destruída por vândalos. Suas filhas, como opção de lazer, participavam das atividades da igreja.

Ela considera que houve melhorias no bairro, em termos de infraestrutura, como comércio que aumentou, linhas de ônibus, asfalto, etc. Atribui estas melhorias às reivindicações das Associações de Moradores dos Bairros, mas não vê a comunidade unida e reivindicativa.

E.F: Tu crês que nesses vinte anos, que tu moras aqui, o bairro melhorou em alguma coisa?

R.S: Cresceu. Tudo cresceu aqui. Não tinha uma farmácia, hoje já tem uma farmácia. Não tinha uma farmácia no bairro. Quando queria comprar remédio tinha que ir longe ou em algum bairro mais aqui que tivesse farmácia. Como farmácia, como o ginásio. Tá certo que a gente não tem muito acesso ali [ao ginásio], a comunidade não tem, entendesse. [...] O mini mercado cresceu, agora já é um mercado. Lojas, temos duas lojas, que aqui não tinha. Lotérica. Claro que ainda não está asfaltado, mas essa ali [rua central] já tá. Os ônibus melhoraram, que a gente tem [a linha para a praia do] Cassino, que não tinha. O ônibus era só uma linha, agora é a Noiva do Mar. Quer dizer que melhorou bastante.

[...]

E.F: E a quem tu atribuis essas melhorias? Por que tu crês que o bairro melhorou, assim? Tu crês que foi uma reivindicação da comunidade? A comunidade se uniu e pediu essas coisas?

R.S: Como?

E.F: Por exemplo, a farmácia ter sido instalada no bairro, foi interesse de um proprietário ou foi interesse da comunidade?

R.S: É, o pessoal sempre pedia, mas não são muito participativos nas reuniões de comunidade. A gente que está acostumada a avisar vizinho "ah, tal dia tem reunião", nem todos participam. E os que participam geralmente não gostam de se envolver, são poucos que se envolvem. Mas deve ter por trás alguém aí, sim, eu acho. Dizem que esse presidente [da associação de bairros] agita bastante. Mas não vejo, assim, eu vejo as pessoas falar. Eu acho que tem, sim. Eles vão atrás, eu acho.

E.F: Vão na prefeitura, na secretaria, nos vereadores?

R.S: Não, e eles estão tentando. Acho que não.

Sama tem uma relação tranquila com os vizinhos, e acredita que a população é tranquila, embora diga que cada rua tenha seu traficante.

E.F: Como é a tua relação com os vizinhos? é boa? Nunca teve briga?

R.S: Não.

E.F: Nunca brigou com um vizinho por causa de uma cerca, por causa de um cachorro que latiu a noite toda?

R.S: Não, eu não vou ficar brigando com vizinho por causa disso aí. São tranquilos, o pessoal aqui é gente muito boa. Claro que tem, mas.

E.F: Tem o quê?

R.S: Cada rua tem um traficante. Tem um que vende. Tu não te dá mal, mas tu sabe [quem é].

5) Cristina tem o 2º grau completo, 47 anos, é agente comunitária de saúde, tem 5 filhos de 27, 25, 19, 14 e 8 anos. É moradora do bairro desde 1996.

Relata que tem uma relação familiar calma e harmoniosa. Considera que tem violência no bairro, mas igual a qualquer outro bairro. Para ela o que diferencia o bairro dos outros é que as “coisas” – atos violentos, ali, acontecem escancaradas, isso faz ele ser mais lembrado como bairro violento.

Entrevistadora Fabiana: O bairro é violento?

Resposta Cristina: Ele tem violências, como todos os bairros. Tem, não vou te dizer que não tem porque a gente vê muita coisa, mas tem muita coisa pra ser feita, tem muita coisa. A violência, o que agente mais vê, é que aqui tá escancarado Fabiana, é o mesmo que tá no centro. As vezes as minhas colegas falam: tal coisa acontece. Mas eu trabalhei no centro, eu trabalhei

em meio da alta sociedade e as coisas que tu vê escancarado aqui é o que tu vê no fechado. Ele [o bairro] tem violência sim. Te digo que tem e tem muita coisa pra ser feita, porque uma coisa que se tem muito que fazer é trabalhar com as famílias.

Para ela, a violência que mais acontece no bairro é a doméstica com a desestruturação da família, por isso se sente segura para sair na rua. Seu conceito de violência está relacionado com a ação contra os filhos, a falta de diálogo com eles.

E.F: Que tipo de violência tem no bairro?

R.C: Mais é violência doméstica. Eu penso assim, [tem que] trabalhar com a família.

E.F: Tu te sentes segura caminhando na rua à noite?

R.C: Eu ando.

[...]

E.F: O que é violência para você?

R.C: Pra mim a violência é agressão tanto com palavras, palavras são as piores, eu acho. Não é só [violência] física, [é também] tu não ter o domínio do teu próprio [corpo], como é que vou te explicar? Até tu conversar, torna violência, começa até pressionar, tu não vai pra tal lugar porque isso ou aquilo. Não tu não pode ir, isso é uma violência mental [...].

Atribui às drogas a violência no bairro, pois os “drogados” roubam para consumir drogas.

E.F: Porque tu crês que os criminosos cometem ato de violência, e roubos?

R.C: Porque tem irmãos [da igreja] usando drogas, terríveis, pesadas, e mãe achando que trabalhando e pagando os “patrões” [traficantes] ia resolver o problema.

Diz que nunca sofreu violência, mas dois filhos já foram assaltados. Conta-nos que um dos assaltos ocorreu em 1998 no bairro, deixando o rapaz, literalmente, só de cueca. A polícia deixou-o na rua sem atendê-lo. O incidente acarretou que o jovem abandonou a escola e ficou traumatizado. O outro assalto ocorreu em 1999, tendo sido com arma de fogo e ameaça de morte. Relata que os assaltantes não eram do bairro.

E.F: E tu já sofreste alguma violência que tenha alterado seu dia a dia?

R.C: Até o momento graças a Deus não.

E.F: Nunca foste assaltada?

[respondeu com aceno negativo com a cabeça]

E.F: Teus filhos? Já sofreram alguma violência?

R.C: Meu filho, esse de 27 anos, foi [assaltado]. Logo que a gente veio aqui pro bairro, que ele estudava no [na escola] Cipriano e ele foi pegar o ônibus no inverno e assaltaram ele lá na Profilurb [bairro vizinho]. Sete horas da noite.

E.F: Em que ano foi isso?

R.C: [Ano] 97, 98. E ele pegou um pânico, porque deixaram ele em pleno inverno só de cueca, aí chamaram a polícia e veio a polícia pra ir atrás dos

ladrões e aí quando foram atrás dos ladrões largaram ele na outra esquina porque tava tendo outro assalto. E ele em vez de caminhar pra cá [direção à casa], caminhou prá lá, ele tinha pânico de encontrar os caras pra cá. Tinha 14 anos. [...] Foi horrível, ele chorava, entrou em pânico, ele entrou em baixo do chuveiro e não desligava mais. Ele tremia dos pé a cabeça. E aí onde ele parou de estudar. Na época [ele] não queria mais ir pra escola. Não tinha como tu obrigar.

Hoje, adultos, os filhos andam sozinhos à noite no bairro sem problemas.

R.C: Hoje ele não tem mais medo, [...] vira as madrugadas conversando nas esquinas. [Diz] - Ah mãe, eu sou mais conhecido que erva ruim, aqui ninguém me toca.

Quanto aos trabalhos de prevenção da violência no bairro, identifica a Igreja Batista, a Igreja Evangélica que trabalha com prevenção de drogas, a ONG Mentos Sem Limite, Igreja Santo Antônio que auxilia com rancho e faz pão para as famílias. As Associações de Moradores da Castelo I e II, para ela “têm deixado a desejar”. Diz que oferecem advogado para os moradores. Também identifica o Programa Primeira Infância Melhor, o Centro de Referência em Assistência Social, o Núcleo de Apoio a Saúde da Família e o Conselho Tutelar, mas afirmando que esta última instituição é outra que “tem deixado a desejar”.

E.F: Conhece algum trabalho de Prevenção da Violência no bairro? Cite algumas instituições que fazem parte deste trabalho.

R.C: Uma coisa que trabalha bem esta parte aqui, que eu conheço bem é ali na [rua] Ó, a Igreja Batista, eles tem café convívio, eles lidam com as pessoas com as famílias com drogas, drogados que querem, vão ali as quinta feiras e aos domingos, geralmente é as quintas feiras tem as reuniões, a gente pode encaminhar [...] Uma coisa que tem também aqui, é lá da igreja quadrangular, lidam muito com esta parte da família. Trabalham mais a família. [...] Na [rua] G tem o [grupo] Mentos Sem Limite que lida muito com o Hip Hop.

E.F: O que é o Mentos Sem Limite?

R.C: É uma ONG, [...], funciona mais aos sábados pra gerar renda. [...] A igreja aqui a Santo Antônio tem a [ação] do pão, cadastram as famílias e ajudam as famílias com ranchos e faz a família participar do grupo [...].

As associações estão deixando a desejar. Eu sei que a da Castelo II tem advogado pra comunidade, [...], cada sextas feiras. Associação da Castelo I, também tem agora segundas feiras a cada 15 dias, não é divulgado, fica meio fechado [...].

Uma coisa que eu vejo muito trabalho é do PIM, com crianças, isso é uma coisa que muita gente esquece, através delas, elas conseguem, se não tem o auxílio bolsa família, elas conseguem, a visitadora consegue fazer isso, mantimentos também, o PIM tem ajudado muito. E o CREAS [...] direto [...] é fantástico e o grupo do NASF que também tá ajudando um monte.

Cristina nos informa que o Posto de Saúde encaminha para outros serviços, os casos que extrapolam a sua competência. Diz que a médica sempre pede retorno

dos casos encaminhados. Nos casos de suspeita de violência, a médica solicita uma consulta e se a pessoa não vai ao posto, ela faz uma visita domiciliar. As segundas feiras são reservadas para a médica fazer estas visitas domiciliares.

Diz que não se sente representada por nenhuma instituição, mas há instituições que lhe apoiam diretamente como a igreja batista e o Posto de Saúde.

E.F: Você crê que alguma instituição do bairro representa você?

R.C: Não.

Ela reivindica ao presidente da Associação de Moradores do Bairro que represente a comunidade, buscando melhorias para todos. Para ela as pessoas da comunidade são muito acomodadas. Por isso elas não participam das reuniões, não reivindicam melhorias para o bairro e ficam esperando que os outros façam por eles.

R.C: Eu acho que as pessoas são muito acomodadas. É acomodação. Ah eu não vou fazer, ah é o trabalho, tem que falar, ou tem que assistir uma reunião ou alguma coisa [...].

Os espaços de lazer para jovens são os “campinhos”. Relata que no ano 2000, não havia nada para se fazer no bairro, os jovens tinham que ir ao centro para se divertir. Em 2007 os jovens já podiam ir ao bairro vizinho e em 2011, há atividades para os jovens, como o hip hop, as “mateadas”, os bingos, as atividades oferecidas pelas igrejas, etc. Crê que há muita coisa para eles fazerem.

Considera a limpeza do bairro precária, mas por culpa dos moradores. Acredita que o bairro melhorou muito, principalmente em infraestrutura. Atribui estas melhorias às reivindicações da comunidade. Eles usam muito a rádio comunitária para fazer reivindicações.

Apesar de ser agente comunitária de saúde e ser sempre requisitada pelos moradores do bairro, ela não tem relação de amizade com seus vizinhos, crê que cada um deve ficar na sua casa, sem interação.

6) Alaíde, 51 anos, tem dois filhos, um de 11 e outro de 17 anos, é moradora do bairro há 15 anos, estudou até a 4ª série primária e atualmente trabalha como doméstica.

Considera o bairro violento, porém não a sua rua. Tem a percepção de que o bairro é violento pela fala dos vizinhos, que já foram assaltados. Conta que já roubaram bens do seu pátio e não se atreve a sair sozinha à noite.

Entrevistadora Fabiana: A senhora acredita que o bairro que a senhora vive é violento?

Resposta Alaíde: Aqui onde eu moro, aqui é bom, aqui na voltinha é bom, mas nas outras vilas, a gente ouviu falar, aqui há muitos anos roubaram coisas do meu pátio, de dentro do meu pátio, né, mais cano estas coisas assim né.

E.F: Mas roubaram durante o dia?

R.A: Não. De noite.

[...]

E.F: Mas a senhora se sente tranquila para caminhar na rua?

R.A: Ah, sim.

E.F: E de noite?

R.A: Ah! não, de noite não me animo, ah, não.

E.F: Mas de dia é tranquilo?

R.A: Ah, sim, sim, quando se vai na feira eles roubam. Não de mim, mas já roubaram da minha vizinha, a carteira.

[...]

Para ela, são os moradores do bairro vizinho que assaltam, e atribui estes assaltos ao fato de que estas pessoas não querem trabalhar. Fora os assaltos e roubos não identifica outro tipo de violência no bairro.

E.F: Quem a senhora crê que são essas pessoas que roubam? São moradores daqui do bairro?

R.A: Acho que não, são lá do Castelinho.

E.F: São do bairro vizinho daqui?

E.F: Isso.

E.F: Porque a senhora crê que eles roubam?

R.A: Ah, não sei. Não querem trabalhar. Não querem trabalhar e preferem roubar. Preferem roubar e assaltar.

Para a entrevistada, violência é matar “sem motivo”. É “judiar” dos outros.

E.F: O que é violência para você?

R.A: As pessoas as vezes matam só por matar, não roubam nada, eu acho a violência é isso, né!

Afirma que já sofreu violência verbal, mas nunca física, por parte do marido. E, que já lhe negaram atendimento médico no Posto de Saúde e no hospital, mas considera isso normal, porque os médicos estavam atendendo outros pacientes.

E.F: A senhora já sofreu algum tipo de violência?

R.A: Aqui não, não.

E.F: Aonde?

R.A: Em casa. Brigas em casa.

E.F: Por parte do seu esposo?

R.A: Bater boca, né. Dá laço [bater], não. Nunca.

E.F: E a violência institucional? Já sofreu? Por exemplo já aconteceu de a senhora chegar na delegacia para fazer uma ocorrência de alguma coisa e o policial não lhe atendeu ou ainda chegar num hospital e não lhe atenderem, já lhe aconteceu isso?

R.A: Ah! Há muitos anos quando o guri era pequeno a gente foi na Santa Casa e estava cheio de gente. Ai não atenderam e a gente foi pra FURG, mas não é problema, estavam atendendo outros.

E.F: Não chegou a ser um ato de violência?

R.A: Não.

Alaíde não conhece nenhuma instituição que faça trabalho de prevenção da violência no bairro, mas é capaz de citar a igreja evangélica como instituição que ajuda a recuperar os “drogados”. Refere-se ao encaminhamento para as comunidades terapêuticas. Alaíde não se sente representada por nenhuma instituição e não conhece o presidente da Associação de Moradores do Bairro.

E.F: A senhora conhece algum trabalho de prevenção de violência que aconteça aqui no bairro?

R.A: Não

E.F: Não tem nenhuma instituição? Pode ser o Posto de Saúde, pode ser a escola, pode ser uma organização não governamental, uma ONG, pode ser também uma igreja, tem alguém que faça um trabalho de prevenção de violência?

R.A: De briga?

E.F: É, alguém que faça algum trabalho como por exemplo, de conscientizar os jovens a não usar drogas. Alguém que faça algum trabalho de conscientizar os maridos para não beber?

R.A: Aqui dentro do nosso bairro acho que não tem.

Intervenção da Agente Comunitária: [...] o único que faz trabalho é a igreja.

R.A: A Igreja.

Agente Comunitária: Tem o grupo de jovens.. levam os jovens pra igreja.

E.F: É só a igreja que a senhora lembra?

R.A: É, mas aqui nos bairros não [tem].

E.F: E como funciona este grupo lá da igreja? A senhora sabe?

R.A: Não, direito eu não sei. Só sei que eles levam para um lugar. Como é que é o lugar que eles levam? Eles curam drogados. Eles curam lá, na igreja tem tudo lá.

[...]

E.F: Você crê que alguma instituição do bairro representa a senhora?

[...]

R.A: Ah, não. Eu nem sei quem é o presidente do bairro,

E.F: Não sabe quem é o presidente da Associação de Moradores do Bairro?

R. A: Não conheço mais. O que eu conhecia nem tá mais, tiraram.

Para Alaíde, as crianças não são uma preocupação das instituições que trabalham no bairro.

E.F: Você acredita que as crianças e adolescentes são uma preocupação das instituições que trabalham no bairro?

R.A: Ah! Claro que sim.

E.F: Qual a instituição que tem preocupação com as crianças?

R.A: Porque as crianças ficam bem a vontade. Com tamanho de 10 ou 11 anos já estão na rua fumando e se drogando.

E.F: É qual a instituição aqui do bairro a senhora acredita que se preocupe com elas?

R.A: Sei lá. Não tem representante. Aqui não tem. Aqui no nosso bairro não tem.

Conta-nos a entrevistada que os filhos saem do colégio e vão direto para casa, pois não há espaços de lazer para eles nem segurança, no máximo vão ao

“campinho”, se reúnem nas casas dos amigos, ou ainda em frente de casa. Diz que frequenta a Associação de Pais e Mestres da escola somente “quando dá”. A relação com os filhos não chega a ter violência física, apenas “xingamentos”.

As melhorias que identifica no bairro, são ligadas ao calçamento e ao atendimento no Posto de Saúde.

E.F: Você crê que seu bairro melhorou?

R.A: Tá bom agora. Antes tinha que ir prá lá [para o Posto de Saúde] bem cedo pra tirar ficha, agora não precisa [ir] tão cedo. Melhorou muito.

E.F: Que mais melhorou no bairro além do atendimento no Posto de Saúde?

R.A: O calçamento nas ruas estão arrumando.

7) Prates estudou até o 2º ano do ensino médio. Foi, durante 16 anos, conselheira tutelar. Atualmente está desempregada. Tem 52 anos, mora há 36 anos no bairro. Tem 4 filhos, sendo dois biológicos de 34 e 38 anos e, dois adotivos de 18 e 22 anos. Foi o trabalho na Pastoral da Criança e no Conselho Tutelar que lhe incentivou a estudar e quase concluir o ensino médio. É fundadora da Associação de Moradores do Bairro Santa Rita e participa da Pastoral há mais de 30 anos. Ela participa também do conselho municipal de saúde.

Crê que aconteceram muitas melhorias nos bairros, por reivindicação da comunidade, mas não nos últimos 10 anos. As melhorias aconteceram quando a comunidade ainda era capaz de se organizar. Relata que há mais de 10 anos, os moradores reunidos fizeram uma caminhada do bairro até o centro, para reivindicar por luz e água. Conta ainda que a maioria dos moradores chegaram para morar no bairro porque foram desalojados da vila Henrique Pancada e “jogados” nos bairros Castelo Branco I e Santa Rita. Quando chegaram ao local era só areia. Não havia luz nem água. O bairro Castelo II surgiu depois.

Entrevistadora Fabiana: Você crê que seu bairro melhorou?

Resposta Prates: Sim, houve melhorias. Antes de morar na Castelo, eu morava no Henrique Pancada, aí resolveram tirar o pessoal de lá. Aí, chegou aí e largou o pessoal de qualquer jeito. É, não tinha água, não tinha luz, era um horror, né. E aí a gente foi conseguindo água, luz, houve bastante melhorias.

E.F: A quem você atribui esta melhoria?

R.P: Foi por reivindicação. Nós tivemos até ao ponto de ir daqui até o centro a pé, fazendo caminhada pra pedir luz, água. E conseguimos. Foi uma luta mesmo.

E.F: E a senhora sente que todo o bairro participa ou só alguns?

R.P: Não, só alguns. O pessoal da época, que agora veio muita gente nova pro bairro, que não pegaram aquela situação ali. Mas o pessoal da época pegaram junto, né. E também na época tinha aquele bairro do lado era o Fátima, o Santa Rita e o outro. Os três se juntaram pra reivindicar.

E.F: E nesses últimos, dez anos [...] teve melhorias também?

R.P: No bairro, não. Não tem esgoto, os terrenos não são estruturados. Tá uma conversa aí de que teve uma reunião em junho, e que o prefeito veio e disse que vai legalizar os terrenos. Mas não tem nada legalizado.

Prates crê que todos os bairros são violentos. Também atribui às drogas o aumento da violência. Ela é uma das poucas moradoras que denuncia os traficantes. E, diz que não tem medo de retaliações por que faz denúncias anônimas. Relata também que há muita violência doméstica nos bairros.

E.F: Porque você crê que estes criminosos cometem atos de violência?

R.P: Mas a maioria o que está fazendo é isso aí. É por causa da droga.

E.F: Antes de ter tanto problema com droga, o bairro era mais seguro?

R.P: Era bem mais seguro. Hoje em dia é em qualquer bairro. A gente sente essa insegurança, não é porque eu saio que eu não tenho medo. Dizem que é valentia. Não. Mas tu tens que te cuidar, em qualquer lugar e aí se tu bobear, eles te assaltam por causa da droga.

[...]

E.F: E existe muita violência doméstica aqui nos bairros?

R.P: Ah, tem. De marido que bate em mulher, é. Isso tem bastante. Então ali no [bairro] Santa Rita a gente sabe de bastante, assim, de mulheres que sofrem violência. [...] No dia da pesagem [das crianças pela Pastoral da Criança], a gente faz roda de conversa e conversa com elas, pra estar orientando sobre essa questão da violência contra a mulher.

Apesar de afirmar que não se sente segura, a entrevistada deixa a porta de casa aberta, anda de noite no bairro, inclusive de madrugada. Conta-nos que seu filho de 22 anos foi assaltado em 2011, mas considera isso um ato corriqueiro que aconteceria com qualquer um em qualquer lugar.

E.F: A senhora acredita que o bairro é violento?

R.P: Violento eu acho que todos os bairros são. Claro, que agora está mais calmo um pouquinho. O Santa Rita ali foi um bairro muito bom, mas agora é assim [violento]. Em todos os bairros, a violência está generalizada. É a questão da droga, a violência está se gerando disso. Se tu vai no Santa Rita ali tem lugares que tem muitos pontos de droga. Tem a polícia especial, que eu conheço os caras ali, mas eles pegam onde tem denúncia. Eles [os traficantes] estão pegando os de cinco, seis anos pra ser aviãozinho deles.

E.F: E não tens medo de que os traficantes possam fazer alguma coisa contra a senhora se souberem que os denuncia?

R.P: Eles não sabem, né. Eu me dou bem com todos eles, passo [e digo] "oi, tudo bem".

E.F: Não sabem que é a senhora que denuncia?

R.P: A denúncia é anônima.

E.F: E a senhora se sente segura, caminhando por aqui? Eu vi que a senhora deixa a porta da casa aberta, eu cheguei e a porta estava aberta.

R.P: É seguro, assim, tanto aqui, quanto no Santa Rita. Minha mãe, minhas irmãs moram lá. Eu às vezes vou pra lá, porque minha mãe tem cento e quatro anos. E tem uma menina cuidando. Às vezes a menina tem que sair e eu vou pra lá. Saio duas horas da manhã, [dizem para ela] "ai, pega um motoboy". [ela responde] Não, eu venho sozinha, a pé.

E.F: Duas horas da manhã? E nunca lhe assaltaram?

R.P: Não, não. Á mim, não. Há pouco tempo assaltaram meu guri ali, mas é normal. Mas assim, de represália, não.

Quando relatou o assalto do filho, disse conhecer os assaltantes e que são usuários de droga. Relata que neste incidente ela confrontou os assaltantes, pois um deles se criou na sua casa. Contou-nos que este assaltante em especial, tem histórico de violência familiar, e que o menino ia para sua casa quando a mãe era agredida pelo pai.

Prates conta que ao confrontar os assaltantes, eles devolveram o boné que haviam roubado de seu filho e ainda assim ela bateu em um dos assaltantes. Apesar disso, diz que continua amiga dos rapazes.

A rede de prevenção da violência para ela é muito “falha”, com muitos buracos. Não é um trabalho efetivo. Diz que há ações isoladas de prevenção de violência, mas que não têm apoio. Para ela, a rede apesar de estar a bastante tempo no bairro não avançou. Conhece também o Programa de Prevenção da Violência, mas não crê que ele seja efetivo, diz que ele “não funciona como deveria”.

E.F: Existe algum trabalho em rede para a prevenção da violência, aqui nos bairros?

R.P: Uma rede muito falha. Essa rede é muito falha. [...] eu fiz parte dessa rede, assim, é uma rede que digo que tem muitos buracos ainda. Tu chega ali no Santa Rita que eles tem uma rede que eles chamam de PPV, prevenção a violência, mas o que tem pra essa juventude? Isso aí também. se a gente sair daqui e entrar ali na igreja agora, a gente chega ali e fica observando, tu vê criança de cinco, seis, sete, correndo pra lá e pra cá, com um pedaço de pau ou coisa, querem brigar um com o outro. [...] Não tem um campo de futebol, não tem nada de lazer pra eles ali. Ou alguma coisa no bairro, que o município desse um suporte: "ah, tem essa igreja aí, vamos conversar, vamos fazer um trabalho aí pra fazer alguma coisa com essa juventude". Não tem nada. Trabalho deles [das crianças e adolescentes] é chegar ali na esquina e ver se tem um grupinho ali, um está fumando, o outro tentando vender a droga. É bem assim.

E.F: Você acredita que as crianças e adolescentes são uma preocupação das instituições que fazem parte do programa de prevenção da violência?

R.P: Não existe mesmo, não existe. Nós da Pastoral da Criança, a gente tenta fazer o que pode, mas tu não tem mais suporte, não tem material, não tem mais condições materiais. A Pastoral da Criança faz um trabalho assim, mas não recebe uma verba pra poder dizer "vamos fazer alguma coisa com essas crianças", não tem uma verba pra isso. Eu, [...] já há tempos integro essa rede e não vejo ela funcionar como deveria. Pelo tempo que já tem, que fizeram várias reuniões e coisa ali, mas o troço não anda, não anda mesmo.

[...]

E.F: A senhora crê que aqui nos três bairros, Castelo um, Castelo dois e Santa Rita existe um trabalho efetivo, em rede, de prevenção de violência?

R.P: Não. Efetivo não. Esse trabalho efetivo de prevenção não tem.

Para Prates, não há espaços de lazer para as crianças ou atividades que possam ocupá-las, nem um trabalho de prevenção da violência com a juventude.

Para ela, esta falta de atividades com os jovens os leva a se envolverem com as drogas.

Relata que a agente comunitária de saúde sempre a convida para as reuniões e que se sente ouvida pelas autoridades para a tomada de decisões no bairro. Participava do Conselho Gestor Local do Posto de Saúde enquanto este ainda estava ativo. Para ela a Associação de Moradores do Bairro não trabalha articulada com outras instituições.

A entrevistada nunca frequentou a Associação de Pais e Mestres da escola de seus filhos, mas se relacionava bem com os professores e relata que participava das reuniões de pais.

A agente comunitária de saúde, que atende o domicílio da entrevistada, é considerada uma amiga e também participa da Pastoral da Criança.

Para Prates o bairro é sujo por culpa da população, pois todos os dias há serviço de limpeza, mas a comunidade joga o lixo na rua. Diz ter uma boa relação com os vizinhos e definitivamente se observa que é uma líder local.

E.F: E como é a limpeza do bairro?

R.P: Olha, todos os dias tem recolhimento de lixo, mas o povo não se ajuda. Isso aí eu tenho falado bastante nas reuniões. O povo não se ajuda. Eles recolhem o lixo, a gente coloca ali na frente e eles recolhem, aqui na esquina, quando tu menos espera eles vêm e limpam e quando viram as costas já está um monte de lixo. E essa é uma coisa que o povo não.

E.F: Mas não é uma falta de serviço da prefeitura?

R.P: Não, todos os dias eles vêm fazendo o recolhimento de lixo. Se tem capim grande na frente das casas, eles vêm com as máquinas, vêm os rapazes e cortam. Assim, essa falta de assistência aí não tem. É o povo que parece que [...] cuidam "o lixeiro passou, vou lá e atiro [o lixo] na esquina". É, eu falo, e essa é a realidade.

E.F: Como é sua relação com seus vizinhos?

R.P: Muito boa. Tanto aqui como lá [no bairro onde mora a mãe, Santa Rita]. Pode chegar lá e perguntar "ah, a dona Prates, como era?". Esses dias ainda eu estava conversando que, nos dois lugares, eu não tenho queixa de nenhum vizinho. Nem brigas de quando eles [os filhos] eram crianças, não. Quando saíam pra rua pra brincar, meio que batiam boca um com o outro e eu dizia "fecha a boca e deixa chegar aqui, que depois eu resolvo". Então, assim, eu sempre me dei bem. [...] Vou lá na vila, vou cuidar da mãe, aí eu já passo, converso com uma [vizinha], converso com outra [vizinha] e trabalho no bairro [...].

Prates já precisou usar os serviços de saúde do Posto de Saúde e diz que está satisfeita com o atendimento e o encaminhamento que recebeu.

E.F: A senhora já foi encaminhada do Posto de Saúde para o hospital, ou da Escola para o CREAS, ou ainda para o Conselho Tutelar?

R.P: Sim. Quando eu fiz cirurgia, eu precisei e todos os encaminhamentos foram feitos. Meu marido também tem uma doença, como é? Esclerose múltipla. Então, eu sempre fui [atendida]. Participo do conselho de saúde também, então, estou sempre atenta a tudo.

4.3.2 MORADORES DO BAIRRO CASTELO BRANCO II

Os moradores entrevistados no Bairro Castelo Branco II são:

1) Gonçalves tem 41 anos, estudou até a 7ª série, não trabalha fora de casa, mora no bairro há 14 anos. Ela tem seis filhas, entre 21 e 01 ano de idade.

Ela considera o bairro “um pouco” violento. Relata que no bairro há muita violência contra a criança cometida pelos próprios pais e também violência gratuita entre jovens e entre vizinhos, que se ofendem. Fecha-se cedo dentro de casa por não se sentir segura.

Entrevistadora Fabiana: O bairro é violento?

Resposta Gonçalves: É um pouco.

E.F: Porque tu consideras ele violento?

R.G: As vezes a gente vê algumas violência ai na rua, em relação também as crianças apanhando na rua.

E.F: Quem bate nas crianças? os próprios pais?

R.G: É, as vezes a gente vê cena de pai, passando aqui e espancando os filhos.

E.F: E outras cenas de violência? Tu disseste: a gente vê algumas cenas de violência. O que tu considera violência?

R.G: Ah, estes dias mesmo lá pegaram um guri na frente da casa da minha vizinha e espancaram.

E.F: Quem espancou ele? O pai dele ou gente da rua?

R.G: Os outros guris da rua. Até o meu marido teve que chamar a atenção para poderem largar o guri, porque tavam dando de pedaço de pau nele. Não sei se era por causa de briga, por causa da droga, ou alguma coisa. Mas assim a gente vê [pouco] porque a gente aqui se deita muito cedo, eu cedo tô com a casa fechada, com as gurias dentro de casa, então pouca coisa eu vejo. Cedo eu tô dentro de casa eu não vejo muita coisa.

E.F: Mas, tu te sentes segura pra andar de noite aqui na rua?

R.G: Ah, se precisar não me sinto.

E.F: Não?

R.G: Não. Não ando, nem deixo as gurias [filhas] anda também, na hora da novela tá todo mundo dentro de casa e não tem mais rua.

E.F: Se tu tiver que sair de dia, tu passas a chave na casa?

R.G: Ah é, fecha a casa.

Gonçalves citou a prostituição, a droga e a agressão contra criança como exemplos de violência.

E.F: O que tu entendes como violência, me dê exemplos?

R.G: Estas meninas se prostituindo por causa da droga, isso aí a gente vê. A violência tá em tu pegar uma criança, espancar, em palavras, psicologicamente, tem aí mães que passam e: ah vou te pegar na cara! Tem palavras que eu acho que é uma violência.

E.F: E porque que tu crês que os pais, chegam a isso, de espancar os filhos? Porque tu crês que cometem violência?

R.G: Não sei, acho que falta mentalidade, educação que não tiveram [...].

Para ela o bairro ficou mais violento nos últimos 10 anos. Relata como exemplo, o caso de um jovem que entrou na escola João de Oliveira à noite e disparou contra outras crianças. Este incidente não tem relato nos jornais locais.

Ela nos relata na entrevista que tem medo de intervir quando vê casos de violência contra a criança, pois pode sofrer represálias.

E.F: Mas porque tu não intervém quando vê um pai batendo em um filho? Tu teme uma represália da parte dos outros?

R.G: Porque as vezes tu não sabe, as vezes a gente repara e muitas vezes tem que ficar quieta, porque tu não sabe o que pode vir pra cima de ti, as pessoas com quem [aquela pessoa] se dão. Daqui a pouco tão dando ponta pé na tua porta, porque hoje em dia, tão pegando um filho teu na rua também, pra chacota, então eu já prefiro olhar muitas vezes e nem fazer nada.

Quando indagada sobre ações de prevenção da violência no bairro, lembrou do Posto de Saúde, por suas palestras mensais, com temas diferentes.

Sabe citar outras instituições que trabalham com ações de prevenção da violência como o Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC, a Associação de Moradores do Bairro Castelo II que aos sábados, no ginásio de esportes, oferece aulas de futebol para os meninos “de rua”, também aulas de reforço e doam brinquedos às crianças.

E.F: Tu conheces algum trabalho de prevenção da violência aqui no bairro?

R.G: Que eu saiba não.

E.F: Alguma instituição? Quando eu falo instituição, eu me refiro tanto aos serviços públicos, como escola, o Posto de Saúde, ONGs.

R.G: O Posto de Saúde, as vezes tava fazendo as reunião, cada mês era com um tema, agora não tô sabendo de nada.

[...]

E.F: Alguma outra instituição que tu conheças?

R.G: Acho que não

E.F: Quais são as instituições que tem no bairro?

R.G: O Posto de Saúde, a Associação [de moradores], o CAIC também[...].

E.F: A associação que tu dizes é a Associação de Moradores?

R.G: Isso. E agora abriu uma quadra de esportes para pegar os meninos de rua para incentivar eles a fazer esporte. Isso eu até acho que é interessante, pelo menos tira as crianças da rua.

E.F: E funciona?

R.G: Funciona. Os gurizinho aqui da frente da minha casa vão todo sábado.

[...] Agora até a Associação junto com o CAIC, tá fazendo também, aí pega as crianças no sábado, leva prum campo de futebol, leva lanche tudo, pras crianças saírem um pouco do bairro.

[...]

E.F: Que outras atividades a Associação de Moradores desenvolve?

R.G: Sábado eles [...] dão aula de apoio pras crianças que tão mau na escola. Festinha, eles fazem festinha, dão brinquedo no dia de natal.

Gonçalves discorda da forma como a Associação doa os alimentos, brinquedos e roupas e, portanto não participa mais das reuniões. Vê-se da narrativa que a relação com a Associação é assistencialista, ela espera roupas, brinquedos e alimentos dela. Diz que não se sente representada por ela, mas relata que sua opinião sempre foi levada em consideração pelos dirigentes da associação para tomar as decisões.

As melhorias relatadas no bairro dizem respeito especificamente à infraestrutura. Para ela, a Associação de Moradores do Bairro juntamente com a prefeitura são os responsáveis por estas melhorias.

Especificamente com ações com a criança, lembrou do Programa Primeira Infância Melhor, porém sem lembrar corretamente do nome. Com relação aos jovens e crianças maiores de seis anos, acredita que não tenha nenhuma ação de prevenção da violência. Não há espaços para as meninas brincarem na rua. As filhas adolescentes vão para fora do bairro para se divertir.

E.F: Você acredita que as crianças e adolescentes são uma preocupação das instituições que trabalham aqui no bairro?

R.G: É andaram vendo as instituição. Criança melhor? Não, Infância melhor eu acho [refere-se ao PIM]. Até perguntaram se eu tinha criança da faixa etária, pra poder vir um dia na semana, pra fazer alguma atividade, aí nenhuma das minhas entraram, porque quando vieram a minha [filha menor] já tava na escolinha [...].

E.F: Então tu crês que existe pelo menos esta instituição preocupada com as crianças pequenas?

R.G: Isso.

E.F: E existe alguma Instituição que se preocupe com as crianças acima de seis anos?

R.G: Com as mais velhas, que eu conheça, não.

A entrevistada não enxerga uma rede entre os serviços, nem mesmo entre os serviços de saúde. Diz que para conseguir uma consulta demora muito tempo. No entanto quando precisou de atendimento domiciliar para a filha, relata que a agente comunitária de saúde ia diariamente na sua casa fazer o curativo na filha. O que ela “reclama” é do atendimento médico e dos encaminhamentos que demoram.

As “palmadas” é o meio de estabelecer a disciplina com as filhas, aliada a castigos e xingamentos. Entre as meninas há violência também, uma das filhas pequenas dá sua opinião quando se fala nas palmadas, contando que bate na irmã caçula também.

E.F: Como você educa e disciplina seus filhos? Você costuma conversar com eles ou bater neles?

R.G: Quando elas desobedecem é castigo, uma xingada e tudo.

E.F: Palmada não rola de vez em quando?

R.G: Palmada rola sim, uma palmadinha, ela diz que não [uma das filhas que acompanha a entrevista], de vez em quando tem que dar uma palmadinha.

Filha: Eu bati na Sofia.

R.G: Não pode dá [bater] na Sofia.

Filha: Ela trocou o canal toda hora e eu bati nela.

2) Neila, tem 36 anos, fez até o ensino médio, tem 3 filhos de 15, 14 e 11 anos, é moradora do bairro há 25 anos. Não considera o bairro violento, apesar de considerar algumas ruas, do bairro Castelo I violentas. Nunca foi assaltada e crê que são só boatos, os comentários de que o bairro é violento.

Entrevistadora Fabiana: Tu consideras teu bairro violento?

Resposta Neila: Olha, que a gente tenha presenciado, mais ou menos. Não vejo casos, assim, violência, violência mesmo. Não, até porque, a nossa região [é mais segura], eu mesmo me situo mais aqui, quando a gente vai pra aquelas ruas lá pra trás [Castelo I] é mais difícil. E conviver, saber de alguma coisa, mais ou menos assim. Mas conviver lá pra aqueles lados é difícil. O bairro é bastante grande, então. Mas eu acho que não.

E.F: Que não é violento? Mas tu considera, então, que essa parte aqui não é violenta e a outra parte do bairro tu não saberia dizer?

R.N: Sim, sim, é [violento]. Tem aonde se considera a Castelinho um, os comentários é que sempre tem mais [violência], acontece mais coisas do que na dois.

A violência que ela identifica no bairro é a violência doméstica. Considera violência as agressões verbais, o envenenamento de animais, as violências físicas.

E.F: Quem são as pessoas mais violentas ou quem seriam os criminosos aqui no bairro?

R.N: Eu acho que são as próprias pessoas, os próprios moradores que às vezes fazem o que fazem aí entre si mesmo. Os comentários [são de que] fazem o que fazem entre si mesmo, às vezes por pouca coisa ou briga familiar, sempre que acontece alguma coisa então é os comentários que a gente ouve.

E.F: Não necessariamente são criminosos que estão roubando, mas são pessoas violentas que estão causando violência doméstica? É isso?

R.N: É, é. Acontece isso aí bastante.

E.F: Pais batendo em filhos? Maridos batendo em esposas?

R.N: Já apareceu até entrevista na TV sobre isso. Às vezes na Castelinho, independente da rua já apareceu [casos na televisão]. E a gente fala: pô, fulano, né, nem parece. E a gente comenta em casa, mas como a gente não convive, então, a gente sabe assim, de repente.

EF: E por que tu crês que essas pessoas cometem atos de violência?

[...]

R.N: Olha, eu acho que cada um pensa de uma maneira, mas vamos botar que às vezes é por pais [...] botem os filhos a trabalhar ou obrigam [...] pra trazer dinheiro pra dentro de casa, botam os filhos a pedir coisas na rua, a gente vê bastante. Do lado de lá [da avenida]. A gente vê bastante nos mini-mercados mesmo, quando a gente vai, às vezes tem crianças: aí tia, me dá uma moedinha, tia, me dá isso, me dá aquilo. Acho que [...] acontece dessa maneira. Tem pais que, às vezes mandam os filhos [conseguir dinheiro na

rua], não chegam em casa com nada e acho que maltratam [por isso]. Acontece. Acontece bastante isso.

E.F: O que é violência pra ti? Me dê exemplos de violência.

R.N: Olha, a violência pra mim começa desde uma palavra mal dita, de repente. Às vezes até na expressão oral, com uma criança que se tu falar mal ou tu falar com [agressividade]. Eu acho assim, vamos supor um exemplo até em casa, dos meus filhos, vamos botar porque, ah, de repente eu maltrato eles com palavras, mesmo que a gente não bata, mas eu acho que é um tipo de violência oral. Então, as violências existem de qualquer maneira, oral, seja agressiva [...]. Pra mim desde a violência oral já se trata de violência. Com os animais também andou acontecendo bastante aqui na Castelo. Andaram matando bastante animais pra lá, pra aquelas ruas lá [no bairro Castelo I]. Teve dois dias que teve comentários, que a gente encontrou acho que de dois ou três cachorros mortos, mataram. Diz que botavam veneno pros bichos. Não sei direito o jeito que matavam. Em seguida nós encontramos outro.

Neila conta que já sofreu violência institucional, não sendo atendida no Posto de Saúde com o filho febril. Tendo que ser agressiva para conseguir atendimento. Sentiu-se revoltada.

E.F: E como que tu vê a violência institucional? Por exemplo, quando tu chega em um Posto de Saúde e tu não recebes atendimento ou quando tu chega na delegacia e o policial não te trata bem. Como que tu sentes isso? Isso já aconteceu contigo?

R.N: Já. No posto. Cheguei com o guri [filho] com febre e ela [atendente] disse que não ia me atender porque já tinha passado o horário de atendimento. E eu disse: como que eu vou voltar com o guri com febre, o guri está até vomitando. Ah, mas agora já passou e eu disse: ah, é. então eu fiquei esperando. Eu falei pra moça do balcão: então eu vou te mostrar o guri vai ser atendido. E eu tomei a palavra da ignorância, eu disse: daqui eu não saio sem ele ser atendido. Ah, mas a gente já passou do horário da [...] avaliação. [...] Por que não trouxesse mais cedo, ou trouxesse ontem ou desse medicamento em casa? Não, mas o Posto [de Saúde] pra que tem o Posto? Pra gente chegar aqui, o Posto pra mim era pra ser atendido a hora que chega. Não tem específico, tu vai saber a hora de ficar doente? Vai saber a hora que te dá alguma coisa?

Neila desconhece programas e instituição de prevenção da violência. Sabe de uma instituição em que as crianças se vestem com roupa de quartel, mas não sabe informar qual organização e o que fazem. Não se sente representada por nenhuma instituição.

E.F: Tu conheces algum programa de prevenção de violência no bairro?

R.N: Ter tem. Mas eu não sei o nome, não tenho conhecimento.

E.F: Não? E tu sabes algumas instituições que trabalham aqui no bairro para prevenção de violência?

R.N: Tem um. Até passa um grupo de crianças vestidas com roupa de quartel. Isso aí, eu acho que eles são todos juntos, é tipo um projeto, eu acho. Acho até que tiraram criança de rua, tiraram então. Mas eu não sei o nome do coisa. A gente já viu. Até a última vez que eu vi eles estavam no ginásio treinando, treinamento. Mas eu te devo o nome do grupo, eu não tenho conhecimento. Só vejo passar assim, geralmente.

E.F: Alguma instituição do bairro representa você?

R.N: Não.

Os filhos estudam fora do bairro. Participa da Associação de Pais e Mestres e do Conselho Estudantil. Tem contato direto com os professores.

E.F: Teus filhos participam de alguma dessas atividades desenvolvidas aqui no bairro para prevenção da violência?

R.N: Não, não.

E.F: Teus filhos participam de algum trabalho social?

R.N: Não.

E.F: Fazem parte de algum grupo?

R.N: Não. No bairro, não.

E.F: Fazem parte de algum grupo fora do bairro?

R.N: Tem o meu guri que é da banda da escola.

E.F: Que não é do bairro?

R.N: Não é do bairro. Eles estudam aqui na Cohab Quatro. Tem um deles que participa da banda da escola.

E.F: Os três estudam lá?

R.N: Estudam.

E.F: Tem colégio aqui no Castelo dois?

R.N: Tem. Não, na dois não. Tem o João de Oliveira ali. Não, ali acho que é a um, já. Não, ali é a dois. Tem aquele ali, o João de Oliveira. Mas os meninos estudam no Cohab Quatro.

[...]

E.F: Tu frequentas a Associação de Pais e Mestres da escola?

R.N: Sim.

E.F: Já frequentava a Associação de Pais e Mestres da escola em 2000?

R.N: Já, já.

Conta-nos Neila que a relação com a agente comunitária de saúde é de amizade. É ela que está sempre convidando a família para participar de reuniões, palestras, etc., mas afirma que não participam por falta de tempo.

Tem uma relação tranquila com os filhos. Para o lazer das crianças há um terreno, que usam como campo de futebol. O esposo da entrevistada mantinha quatro times de futebol neste campo com as crianças do bairro. Mas por falta de recursos financeiros desistiram há 2 anos. Eles não têm acesso ao ginásio esportivo.

E.F: Onde os jovens e as crianças se divertem? Há quadras ou praças?

R.N: Olha, [...] a diversão deles é jogar futebol. Nós temos um campinho aqui, que nós tínhamos arrumado, colocado as traves e tudo, mas agora andaram roubando e tudo. Meu marido até tinha um time de futebol, tanto com eles aqui da casa, como nós reunimos um grupo de guris, nós tínhamos até um grupo de guris, até eu esqueci de falar na hora que você perguntou. Nós tínhamos um time de futebol aqui. Só que as verbas [...] Uma que a gente não tem verba nenhuma, então ele desistiu agora, largou tudo por causa que pra ti sair com um grupo de guris pra levar pra jogar em algum lugar, tu tem que ter os preparativos todos, tem que ter os cuidados, as coisas de massagem, os "bagulhos" todos adequados pra se acontecer alguma coisa [acidente no jogo]. Então, nós tínhamos um grupo de futebol, tinha vinte e quatro meninos. Aí começamos a arrumar o campinho ali, sendo que, claro, não nos pertence também [o campinho]. Mas como estava ali, os guris botavam traves e tudo, aí arrancavam, bagunçaram o campo e

aconteceu mais essas coisas de, essas coisas, assim, [...] de não ter condições de manter os guris. Às vezes aparecia algum jogo em algum lugar e a gente não tinha condições de pagar [inscrição e transporte], aí ele [o marido] desistiu e largou tudo.

E.F: Quem mantinha esse grupo? Quem organizava esse grupo?

R.N: Era meu marido mesmo. Éramos nós mesmos. Nós temos um terno de camisetas, tinha uma bola só, agora a bola está toda se rasgando e aí começou a acabar as coisas. E a gente não tinha mesmo como manter as crianças.

E.F: Não tinha nenhum tipo de apoio de ninguém, de nenhuma instituição?

R.N: Às vezes os guris diziam pra ele: é, Dinho [marido], quando que vai aparecer um jogo pra nós e tudo. E o Dinho disse pra ele: olha, eu até podia inscrever vocês em algum lugar, mas eu não tenho, não tenho como pagar. Então agora os guris desistiram. É duas, três e os guris estão incomodando: e aí, quando vão começar os treinos de novo? Aí ele [o marido] pegou e desistiu, não tem como. Mas tinham dois times, dos pequenos e dos grandes. [...] Tinham vinte e quatro guris grandes e vinte e quatro pequenos.

E.F: E era teu esposo mesmo que treinava eles?

R.N: É, ele que treinava. Mas tinha, aí parou, acabou que ele desistiu. Não tinha condições, não tinha e terminou isso tudo. De vez em quando os guris vêm incomodar: vamos, vamos, vamos. Mas ele não quer.

E.F: Isso foi em que ano, mais ou menos?

R.N: Faz uns dois anos.

A limpeza do bairro é considerada péssima, por responsabilidade dos moradores que jogam lixo logo após a prefeitura limpar. Considera que as melhorias no bairro são de infraestrutura, como o calçamento da rua principal.

E.F: Nos últimos 10 anos, o bairro melhorou alguma coisa?

R.N: Olha! A única coisa que eu tenho em mente que aconteceu foi aquela coisa que fizeram ali o asfalto que fizeram nesta rua principal.

E.F: O asfalto?

R.N: Só.

3) Carolina tem 41 anos, estudou até a 5ª série primária, é doméstica, aposentada por motivo de doença. Moradora do bairro há 17 anos, tem 4 filhos de 13, 18, 20 e 23 anos.

Considera o bairro violento e relata casos de crianças usando crack e abusos sexuais. Para ela os abusadores são os próprios familiares. Crê que a violência tem aumentado nos últimos anos.

Entrevistadora Fabiana: [...]O bairro é violento?

Resposta Carolina: Olha, já foi seguro, já foi violento, hoje parece que está mais calmo. Mas aí acontecem umas coisas que a gente vê que não está nada segura.

E.F: O quê por exemplo?

R.C: [...] Os abandonos, as crianças fumando crack nas esquinas, violências, brigas, essas coisas. Os abusos sexuais que a gente fica sabendo de crianças [...] na porta da gente.

E.F: Entre os vizinhos?

R.C: É. No bairro, no bairro. Então, a gente fica [sabendo].

E.F: [...] Tu me disseste que o bairro era violento, aí ficou mais tranquilo e agora é violento. Em que períodos foi isso, tu sabes me dizer?

R.C: Não, não.

E.F: [...] Quando ela nasceu [referindo-se a filha de 12 anos que estava ao lado] o bairro era violento ou ele estava nessa fase “do mais tranquilo”?

R.C: Estava mais tranquilo, mas tinha, tem, violência tem sempre. Eu acho que porque a gente não fica sabendo, a gente acha que está tranquilo.

[...]

E.F: Se ela [referindo-se a filha de 12 anos que estava ao lado] tiver que sair as seis horas da tarde e ir ali na mercearia comprar um café, ela pode ir tranquila? Ou tu não deixas?

R.C: Deixo.

E.F: Tu ficas tranquila?

R.C: Eu fico tranquila, mas eu fico de olho. Mas vai tranquilo.

Uma das filhas já foi assaltada duas vezes com arma de fogo, dentro do bairro. Para ela, os assaltantes são moradores do bairro e, atribui os assaltos ao uso de drogas, especialmente ao crack.

E.F: [...] E tu crês que essas pessoas que assaltaram ela são daqui do bairro ou vêm de fora?

R.C: Daqui do bairro, porque conhecia, estava seguindo ela. Ele esperou um momento em que ela se distraiu, onde não tinha ninguém à vista pra poder defender [ela].

E.F: E são do bairro estas pessoas que assaltaram?

R.C: São do bairro.

E.F: Porque tu crês que eles assaltaram?

R.C: Por causa da pedra [crack].

E.F: Por causa da droga?

R.C: O celular é duas pedras [pode-se trocar um celular por duas pedras de crack]. Dependendo do celular vai aumentando as pedras.

Carolina nos conta que tem uma briga com uma vizinha de “ódio mortal”, brigaram de se agredir fisicamente com faca. Tem medo que por retaliação, a vizinha possa atacar a filha caçula. Com outros vizinhos diz ter uma relação cordial.

Não conhece nenhuma instituição que trabalhe com prevenção da violência, a exceção do Posto de Saúde que tem algumas ações, mas não sabe citar quais.

E.F: Conhecês algum trabalho de prevenção da violência?

R.C: Que eu saiba, não.

A entrevistada conta-nos que teve uma depressão forte em função do câncer que enfrenta e diz que recebeu apoio da agente comunitária de saúde. Para ir ao Hospital que fica no centro do município fazer a quimioterapia, ela se deslocava de ônibus. Após algum tempo, já estava sem forças para caminhar e por isso deixou de ir ao tratamento e, foi através do Posto de Saúde que conseguiu uma ambulância para ir fazer o tratamento.

Não se sente representada por nenhuma instituição, tem sentimento de abandono e desamparo. A associação de bairro para ela não faz nada. Cita o Centro de Atenção Integral à Criança - CAIC como instituição que já providenciou ajuda, como cadastro no Programa Bolsa Família, consulta com advogado, etc.

O ginásio construído recentemente no bairro, segundo a entrevistada, “é para poucos, pois para usar tem que pagar”.

E.F: Alguma instituição do bairro a representa?

R.C: Ninguém. Se precisar de alguma coisa, a gente é totalmente abandonada.

E.F: E o presidente da Associação de Moradores da Castelo II? vocês não procuram ele?

R.C: Pra quê? é só nome.

E.F: Só nome? Pelo bairro não faz nada?

R.C: Pelo bairro não faz nada.

E.F: Você acredita que as crianças e adolescentes são uma preocupação das instituições que atuam no bairro?

R.C: Desamparados, totalmente.

E.F: Os jovens e as crianças têm lugar pra se divertir aqui no bairro? Tem algum lugar aonde eles possam ir, alguma pracinha, um parque?

R.C: Não. Só o ginásio que agora tem, mas são poucos que podem usar.

E.F: Por quê? Quem pode usar?

R.C: É [horário] agendado. Quer dizer, pra jogar tem que pagar. Se não tem aquele grupo. Quer dizer que não tem [outro lugar para se divertir].

Agente Comunitária de Saúde: Não, não pode ser cobrado. É não pode ser cobrado isso aí, pra nós não pode, o ginásio foi pra comunidade.

R.C: É, mas se os guris querem jogar têm que pagar.

Ela participa da Associação de Pais e Mestres quando a doença permite e tem uma relação tranquila com os filhos, que segundo a entrevistada, a apoiam.

Carolina atribui a sujeira do bairro aos moradores que jogam lixo nas ruas e, não identifica melhorias no bairro.

E.F: Teve alguma melhoria no bairro nestes dezesseis anos que tu estás aqui?

R.C: Ah, melhoria não teve.

E.F: É o mesmo bairro em dezesseis anos, não mudou nada?

R.C: Não mudou nada.

E.F: Tu sentes que o bairro é abandonado?

R.C: Em certos setores, sim. Porque alaga. Quando chove alaga e eles não são capazes de dar uma infraestrutura. Eles vêm e passam máquina, mas máquina não adianta. A máquina, só a máquina, não vai adiantar nunca.

E.F: Alagamento é um problema aqui?

R.C: É um problema!

4) Rosa tem 17 anos, é órfã de mãe e não tem contato com o pai. Está matriculada na 6ª série, vive com a avó, mas é ela a responsável pelas irmãs mais novas. Para sobreviver, faz trabalhos esporádicos quando “aparecem”, como cuidar de crianças, fazer uma faxina, tudo isso, sem carteira assinada. Rosa vive junto com

as três irmãs mais novas, a avó, o companheiro da avó, o filho deste companheiro e mais dois irmãos mais velhos.

É ela que recebe o dinheiro do Programa Bolsa Família pelos irmãos e administra este recurso.

Rosa considera o bairro seguro, mas diz que não sai à noite. Para ela não há pessoas violentas no bairro.

Rosa diz que violência é a discussão na rua e diz que nunca sofreu um ato de violência.

Entrevistadora Fabiana: [...] Tu consideras que o bairro é violento?

Resposta Rosa: Não, é bem calmo, eu acho.

E.F: É bem tranquilo. Vocês saem à noite?

R.R: A gente sempre morou aqui. A gente sai, assim [tranquilas].

E.F: Vocês se sentem seguras para sair a noite?

R.R: Não. De noite a gente não sai. Só o máximo que a gente sai é até umas oito e meia, nove horas quando a gente vai na venda aqui na esquina. Mas sair de noite, não. É muito difícil. É que de noite a gente não gosta muito e outra coisa é que a gente sabe, o que é que tem a noite, essas coisas aí.

E.F: [...] Mas vocês nunca escutam gritos, tiros aqui no bairro?

R.R: Não, não.

E.F: Vocês consideram o bairro tranquilo, então?

R.R: Eu considero o bairro tranquilo. Por mim [sim].

E.F: O que é violência para ti? Me dá um exemplo de violência.

R.R: Violência? Deixa eu ver. Tem vários. Violência eu acho que é ficar discutindo na rua, brigando na rua, essas coisas. Ficar, eu não sei te explicar essas coisas aí. Eu acho, pra mim, que a violência é ficar brigando na rua e discutindo, a mesma coisa que ficar, sei lá. Mas nunca aconteceu aqui [em casa].

E.F: [...] Tu sofreste algum ato, algum episódio de violência na vida que tenha alterado o teu dia a dia?

R.R: Graças a Deus isso nunca aconteceu comigo.

A avó de Rosa começa a participar da entrevista neste ponto. Ela é moradora do bairro há 30 anos. Rosa e sua avó atribuem às drogas os problemas de violência que possam ter no bairro. Consideram que bairro melhorou em infraestrutura, mas o uso de drogas, especialmente o crack, aumentou. Relatam que crianças pequenas usam droga e meninas se prostituem.

E.F: Porque você crê que os criminosos cometem atos de violência?

Resposta da Avó: Drogas, é. Isso aí é o que mais acontece agora. Tu vê hoje em dia gurizinho de doze ou treze anos chapados.

R.R: O que mais tem na vila é tráfico.

Resposta da avó: Tráfico. Meninas que dá até pena. Tu olhas com doze, treze anos aí drogadas. Drogadas mesmo, que tu fica até com pena. Esses tempos tinha um gurizinho de dez anos do lado da casa da minha amiga, querendo comprar pedra. [...] Dez anos ele tinha, bem pequenininho. De bicicleta, bem louco.

Rosa relata que deixaram de prestar atendimento médico a mãe quando ela estava morrendo de câncer, tanto na Universidade Federal de Rio Grande - FURG quanto no Posto de Saúde onde não fizeram os curativos na mãe, quando ela fez a cirurgia no pulmão. Essa falta de atendimento resultou em que a entrevistada tinha que ela mesma, fazer os curativos na mãe. Isso as deixou revoltadas, pois se sentiram negligenciadas, no entanto não reconhecem estes incidentes como violência sofrida.

E.F: [...] E com relação aos serviços do Posto de Saúde, hospital ou polícia, alguma vez, algum destes serviços deixou de prestar atendimento a vocês?

R.R: Ah, várias vezes, na FURG já. [...] Porque várias vezes deixaram a minha mãe na mão lá, que parecia um lixo, [...]. E no Posto aqui [Posto de Saúde do bairro] também.

Resposta da Avó: Aqui também. E quantas vezes a gente precisou de curativos, de coisa e nunca tinha. Tinham que vim fazer curativo nela e tinha que a gente mesmo fazer, porque eles não tinham a obrigação de vir aqui, [...]eles diziam. Elas diziam ali no posto [de saúde] que elas não tinham obrigação. Só que o médico lá [da FURG] disse "quem tem que fazer [o curativo] é o pessoal do Posto". Que era uma operação muito delicada a dela [da filha falecida], era uma operação de pulmão, ela estava com um buraco no pulmão.

Um incidente de violência que Rosa nos conta, ocorreu dentro de casa, foi com o irmão mais velho, que teve um surto psicótico após a morte da mãe, quebrou coisas dentro de casa, gritou e isso a deixou assustada.

Rosa e sua avó não conhecem nenhum trabalho de prevenção da violência, mas são capazes de citar a construção do ginásio como uma ação e, as palestras do Posto de Saúde. Nunca ouviram falar do Programa Rede Família ou do Programa de Prevenção da violência.

E.F: Vocês conhecem algum programa de prevenção de violência aqui no bairro?

R.R: Programa?

E,F: É. Um trabalho que vocês conheçam?

R.A: Eu não conheço nenhuma.

R.R: Acho que não tem nenhum.

E.F: Tem alguma organização que trabalhe aqui, alguma ONG, alguma igreja?

E.A: Só o que eu saiba, os anos que eu moro aqui [...] nunca falaram.

E.F: Vocês já ouviram alguma vez falar da Rede Família ou do Programa de Prevenção à Violência? Já ouviram falar desses trabalhos que a prefeitura faz?

R.R: Eu já vi, tipo, os papezinhos que davam no posto, tipo de violência contra a mulher, essas coisas que estavam. Mas sei lá.

E.F: É um trabalho?

R.R: É.

R.A: Ah, na nossa vila está faltando muita coisa ainda aqui, muita coisa.

As entrevistadas consideram que o bairro é abandonado, esquecido, salvo em época eleitoral. Conta a avó que quando precisou de oxigênio para filha que estava morrendo com câncer no pulmão, foi à Câmara de Vereadores e pediu ajuda para um vereador. Após esse incidente, se colocou à disposição como cabo eleitoral do vereador.

Ambas não se sentem representadas por nenhuma instituição. Não conhecem o presidente da Associação de Moradores do Bairro. Nunca foram ouvidas para tomar decisões no bairro.

E.F: Vocês acreditam que alguma instituição do bairro as representa?

R.R: Olha, é muito difícil. [...] eu acho que não tem.

R.A: Aqui que eu saiba, não.

R.R: É muito difícil.

E.F: Alguma vez tu fostes consultada por algum órgão, por algum político, para dar opinião sobre o bairro?

R.A: Não.

E.F: Ninguém nunca te consultou? Ninguém nunca fez uma consulta?

R.A: Que eu me lembre, não.

A agente comunitária de saúde é lembrada como uma pessoa que orienta a família. Têm uma relação de amizade com ela. Recebem a visita da agente desde 1996, quando ainda era outro nome o programa de visita domiciliar.

Rosa é quem frequenta a Associação de Pais e Mestres da escola, respondendo pelas irmãs mais novas e por ela mesma, pois a avó não vai.

Não há espaços de diversão para os jovens. Rosa e as irmãs ficam em casa assistindo TV. Referem-se ao bar “Pipoca”, como um local de encontro de jovens, mas dizem que tem muita briga, favelados e tiroteio no local, portanto não podem ir. Também consideram que a limpeza do bairro é precária.

Na narrativa de Rosa e sua avó, vemos como, a exemplo de todos os demais moradores entrevistados, existe briga com pelo menos um vizinho. A avó de Rosa afirma que a exceção desta vizinha que não se “dá bem” tem uma relação boa e de troca com os demais.

E.F: Como é a sua relação com os vizinhos? Com exceção desta vizinha que a senhora teve essa briga.

R.A: Me dou super bem com todos os outros vizinhos. Me dou bem. Tanto é que uma se mudou pra Pelotas e a gente vive se comunicando.

E.F: E vocês têm situação de ajuda, de troca?

R.A: Como assim?

E.F: Por exemplo, se faltou o café de um, o vizinho empresta para o outro. Se um ficar doente, o outro coloca no carro e leva para o hospital?

R.A: Sim. Só que mais é com essas aqui [vizinhas do lado], mas alguma coisa de carro, assim, não. Não temos isso.

E.F: Tu crês que tem solidariedade entre os vizinhos?

R.A: É, entre alguns, sim. Em alguns pode se contar, nem todos, mas em alguns pode se contar.

5) Noemi, 58 anos, estudou até o 1º ano do ensino médio, é confeitadeira, tem 2 filhos um de 35 e outro de 25 anos. Moradora a 33 anos do bairro, tem dificuldade de lembrar acontecimentos na sua vida. Afirma que o bairro não mudou em 10 anos. Considera o bairro violento, mas não na sua rua. No entanto, se sente segura para andar sozinha, inclusive à noite e não fecha a casa durante o dia, mesmo quando sai de casa. Esta moradora parece ter esquecido que foi assaltada na feira do bairro, conforme informação da agente comunitária de saúde.

Entrevistadora Fabiana: E a senhora considera que o bairro é violento?

Resposta Noemi: Olha, ele é bastante violento, mas aqui nessa zona onde eu moro não é tanto. Mas o bairro é bem falado.

E.F: É falado? Mas a senhora não sente ele violento?

R.N: Não, ele é. Mas tem bairros mais violentos que aqui, por exemplo.

E.F: A senhora se sente segura, para ir no mercado de tarde?

R.N: Ah, sim, sim. Aqui eu me sinto segura. Eu vou, a casa fica aberta, inclusive. Nunca fecho a casa pra ir no supermercado.

E.F: E nunca entraram na sua casa?

R.N: Nunca entraram na minha casa. Nunca roubaram nada.

E.F: E de noite, a senhora se sente segura pra andar pelo bairro?

R.N: Me sinto. Dentro do bairro. Já em outros bairros eu tenho medo. Mas dentro do bairro eu me sinto.

Ela considera que há pessoas violentas no bairro, que são os usuários de drogas. Relata que no bairro há bastante pontos de venda de droga e muitas pessoas usuárias, que matam e roubam para usar a droga.

E.F: A senhora acredita que tem pessoas violentas aqui no seu bairro.

R.N: Tem, tem.

E.F: Quem são essas pessoas violentas?

R.N: Essas pessoas que usam muita droga. Se tornam muito violentas. São moradores daqui [do bairro].

Há também casos, que “escuta falar”, de pais que batem nos filhos, mas diz que não conhece nenhum pessoalmente.

E.F: Há maridos e pais violentos aqui no bairro?

R.N: É. Acho que mais pais, acho. Tem muitos pais violentos com os filhos.

E.F: Que batem nos filhos?

R.N: [...] Que batem nos filhos. Que eu vejo falar, assim. Nada de pessoas que eu conheço. Eu vejo notícias no jornal, e são pessoas daqui do bairro. Mas são pessoas que eu não tenho amizade, assim, não conheço. Não sei falar pelo nome.

E.F: E essas pessoas que a senhora comentou que usam drogas? Essas pessoas violentas que usam drogas, a senhora crê que são moradores aqui do bairro?

R.N: Sim, com certeza.

Violência para ela é violência física que deixa marca, entre marido e mulher e entre pais e filhos. Considera o castigo físico válido para disciplinar os filhos, desde que não marque. A relação com os filhos é de gritos, e diz que já deu “uns tapinhas” neles. As brigas com o marido ficam apenas no plano do “bate boca”.

E.F: O que é violência? Me dê exemplos.

R.N: Violência pra mim é bater. O esposo na mulher, nos filhos, bater assim de marcar, por eu fui criada apanhando a paulada no caso. Claro que era uma palmadinha, que era pra educar, mas agora dão de machucar, de colocar os filhos no hospital, [tem] caso de queimarem até os filhos com cigarro. Isso aí pra mim é um violência.

E.F: Como você educa e disciplina seus filhos? Você costuma conversar com eles ou bater neles?

R.N: [...] Sim. Porque antigamente eram muito mais educados quando levavam uma palmada e agora tu não pode dar uma palmada no filho [...]. Todo mundo já levou palmada e até, lá pra fora, até umas varadas e ninguém morreu. E todo mundo respeitava os pais e agora ninguém repeita mais ninguém. Ninguém respeita. Quando tu levanta a mão pra dar uma palmada, já diz: olha os meus direitos. Criança pequenininha já fala isso.

E.F: [...] A senhora já sofreu uma situação de violência na sua vida que tenha alterado o seu dia a dia?

R.N: Não, graças a Deus, não.

E.F: Não lembra de nada?

R.N: Não. Só as palmadinhas que eu te falei, que isso aí não era violência.

E.F: Nada mais grave?

R.N: Não.

E.F: E nem os seus filhos?

R.N: Não. É. Nunca tiveram nada de violência, não.

E.F: Nunca foram assaltados?

R.N: Meu filho foi uma vez .

Relata que apanhava dos pais, mas não considera que tenha sofrido violência. O filho foi assaltado no ano 1996 a mão armada, mas foi no centro de Rio Grande. No bairro, diz que sempre andou tranquilo e nunca lhe aconteceu nada.

A entrevistada não conhece nenhum trabalho de prevenção de violência. Cita o Posto de Saúde e o Presidente da Associação de Moradores do Bairro, como instituições que fazem algo pelo bairro, mas não necessariamente em termos de prevenção da violência. E, apesar disso, não se sente representada por nenhuma instituição. Conta - nos que já foi convidada para participar das reuniões da Associação de Moradores, mas nunca compareceu. Relata que as igrejas evangélicas têm grupos de jovens.

E.F: A senhora conhece algum trabalho de prevenção de violência que aconteça no bairro?

R.N: Não, não conheço.
 E.F: Não tem ninguém que faça um trabalho de prevenção da violência?
 R.N: Acho que não.
 E.F: Uma ONG, uma igreja, o Posto de Saúde, ninguém faz esse trabalho de prevenção de violência?
 R.N: Não. Acho que ninguém faz. Que eu saiba, não.
 E.F: Você acredita que as crianças e adolescentes são uma preocupação das instituições que trabalham no bairro?
 R.N: Não.
 E.F: [...] Quais são as instituições aqui que a senhora conhece no bairro que fazem trabalho pelos moradores, que fazem alguma coisa pelos moradores?
 R.N: O Posto [de saúde]. O presidente do bairro [da Associação de Moradores], que às vezes faz alguma coisa. E só.
 E.F: A senhora conhece o presidente da Associação de Moradores do Bairro Castelo II?
 R.N: Conheço.
 E.F: E a senhora vai nas reuniões da Associação de Moradores do Bairro?
 R.N: Não. Não vou.
 E.F: Nunca vai?
 R.N: Nunca.
 E.F: E o que o presidente faz por vocês?
 R.N: Não. Muita pouca coisa.
 E.F: O que faz por vocês?
 R.N: Quase nada.
 E.F: E a senhora se sente representada por ele?
 R.N: Não.
 E.F: Você acredita que alguma instituição do bairro a representa?
 R.N: Não, não. Eu trabalho também com artesanato. Às vezes a gente é representado pelo Posto de Saúde, a gente vai representar o Posto de Saúde em uma feira de artesanato.
 E.F: Alguma vez, alguma instituição, seja escola, seja Posto de Saúde, seja igreja, fez algum trabalho pelos seus filhos?
 R.N: Não.

Noemi conta-nos que não frequentava a Associação de Pais e Mestres quando os filhos eram estudantes, mas sempre teve contato com os professores.

Diz que não há espaços de lazer para os jovens, apenas os “campinhos” de futebol. E conta-nos ainda, que o filho sempre foi “preso” em casa, pois ela tinha medo que ele pudesse usar drogas.

Afirma que a prefeitura limpa o bairro, mas os moradores não cuidam. Crê que o bairro melhorou muito em infraestrutura e serviços. Atribui estas melhorias ao prefeito municipal, pois a comunidade não é unida para reivindicar melhorias. Diz que relaciona-se muito bem com os vizinhos.

Já utilizou os serviços de encaminhamento do Posto de Saúde, tendo sido encaminhada do Posto para o Hospital e se sente satisfeita com o serviço.

6) Pereira tem 54 anos, estudou até a 7ª série. É proprietária de um comércio no bairro, onde mora há 32 anos. Tem uma filha de 25 anos, é divorciada e ex – usuária de drogas.

Entrevistadora Fabiana: Vou pedir que a senhora comece se apresentando.
 Resposta Pereira: Eu sou lá de Ijuí, saí para ir para escola e não voltei, fui para o Rio de Janeiro, virei lata de lixo para comer casca de banana, eu fui da turma do Tim Maia, nós amanhecia na praia fumando maconha. É uma história muito grande. Então quando tu conheces os dois lados da vida, quando eu falo com a minha gurizada sobre droga, eu não falo como quem viu na televisão, eu falo como quem usou[...]. Tive quase dois anos internada para limpeza de drogas.

Afirma que tem uma relação de muita parceria com a filha. Na adolescência dela, nunca precisou agredi-la para educar. Sempre manteve a disciplina da filha com castigos, não físicos, e conversas.

Entrevistadora Fabiana: Como é a relação com a sua filha?
 Resposta Pereira: Não sou amiga porque sou mãe. Mãe e filha não são amigas nunca. Amiga uma trai a outra, mãe não trai a filha. A gente forma uma equipe. [...] ela resolve problemas de banco, minha conta é conjunta com ela [...] A gente se comporta quase como tivesse a mesma idade.
 E.F: Como você educou e disciplinou a tua filha? Você costuma conversar com ela ou bater nela?
 R.P: Não! Eu não falo alto nunca. Eu só dizia: filhinha passa para teu quarto depois a mãe vai lá falar contigo. Aí quando eu chegava lá eu dizia assim: Filha eu acho que tu não gosta de ser minha filha. E as lágrimas [dela] começavam a correr.

Pereira não permitia que a filha brincasse com as outras crianças do bairro e, quando adolescente, não deixava a filha sair no bairro, não por medo da violência, mas pela criação que ela dava à filha que dizia ser diferente das outras crianças.

E.F: Onde a tua filha se diverte? Há quadras ou praças?
 R.P: [...] Ela [a filha] nunca se enturmou, como o pai dela é do corpo de bombeiros ele trabalhava muito. Ela teve uma infância privilegiada, tu há de convir comigo que hoje não têm circos, não têm parques, filmezinho da Xuxa, do Balão Mágico. Ela teve tudo isso. Minha filha teve vida social. Hoje, aí tu te obriga a deixar teu filho brincando com o filho do vizinho, só que o vizinho dá uma criação que não condiz com a que tu dá para o teu filho. Ela teve uma vida social muito intensa, porque vivia em cinema. Duas vezes por semana ela vai a cinema, porque é um hábito que ela trouxe de criança.
 E.F: Então quando ela era criança, ela não brincava aqui no bairro?
 R.P: Não.
 E.F: Tu não deixavas?
 R.P: Não.
 E.F: Mas tinha espaços e lugares seguros para ela brincar?
 R.P: Nunca teve e hoje menos, pelo seguinte, as meninas de 12, 13 anos, elas tão ali atrás do ginásio. Os guris estão agarrando [...].

Hoje, pelo medo e desconfiança, Pereira não permite que ninguém entre em sua casa por causa da insegurança.

E.F: Vocês recebem a visita do Agente Comunitário de Saúde?

R.P: Sim, mas digo para ela não perder tempo comigo. Eu tenho IPE do meu marido.

E.F: Mas vocês são amigas da Agente Comunitária de Saúde?

R.P: Na minha casa ninguém entra. Tu tá falando com uma pessoa e a pessoa tá olhando pra fechadura para ver como é que abre. A insegurança é que faz isso.

Ela foi “sacolera” durante 20 anos – viajava 2 vezes por semana ao Paraguai para trazer mercadorias para vender, de tal sorte que sempre foi o pai que acompanhou a filha na escola, na associação de pais e mestres e em contato com os professores.

E.F: Você frequentava a Associação de Pais e Mestres da escola?

R.P: Não. É porque eu tava sempre viajando, sempre na estrada, vinte anos eu fiz Paraguai. [...] Sempre fui uma mãe ausente, fui conhecer minha filha com 13 ou 14 anos. Mas ela tem consciência de que ela só tem o que tem porque alguém ralou muito.

Crê que o bairro é mais violento hoje do que era no ano 2000. A violência para ela surge pela desestruturação da família. A droga está espalhada pela comunidade. Não acredita que os meninos do bairro sejam violentos, mas assaltam para usar drogas.

E.F: Hoje tu sentes o bairro violento?

R.P: Muito mais, aumentou muito, muito sem controle. Com certeza.

E.F: Porque que tu crês que o bairro é violento?

R.P: A violência não é o bairro é dentro de casa. [...]. Aqui a coisa funciona assim, a família faz vistas grossas. O erro tá dentro de casa. É pai e mãe tudo em droga, é direto, os conceitos estão muito invertidos.

Conta-nos que o ginásio de esportes passa fechado. As crianças ficam vagando o dia todo, porque não têm nada para fazer. Diz que nunca teve espaços de lazer para as crianças e jovens do bairro e “hoje muito menos”. Afirma que as crianças de 12 anos já estão tendo relações sexuais e ficam publicamente se “agarrando”.

Para Pereira, não há nenhum trabalho de prevenção da violência no bairro. Relata que houve um projeto no ano passado em 2011, de iniciativa da Universidade Federal de Rio Grande - FURG, mas já não existe. Quando perguntado, disse que a igreja católica está sempre fechada. Para ela o bairro está abandonado, tem muita pobreza e miséria e não existe rede de prevenção de violência. Também não conhece o Programa Rede Família.

Pereira crê que não há interesse das autoridades, incluindo a policial, em acabar com a droga e violência no bairro, pois lucram com ela. Diz que há corrupção no governo e na polícia.

R.P: Não é roubar propriamente, aconteceu um fato ali na esquina semana passada e hoje o cara já ta solto. Tinha 50 mil, acharam 50 mil, só que no jornal, geralmente quando tu vês apreensão tanto aqui em Pelotas como em todo lugar é assim, a policia diz que achou tantos celular, tanto de droga, a cocaína geralmente ela, se tem dois kg dizem que é gramas. Geralmente ela fica no caminho, também, tanto pra consumo quanto pra venda.

E.F: E o dinheiro é a mesma coisa?

R.P: E o dinheiro é a mesma coisa.

Ela não usa os serviços do Posto de Saúde, pois tem convênio médico. Recebe a visita da Agente Comunitária, mas não dá muita atenção a ela. Crê que o Posto de Saúde dentro das limitações consegue atender a população. Diz que talvez seja o único serviço que funcione no bairro.

Não se sente representada por nenhuma instituição. Diz que ninguém sabe quem é o presidente da Associação de Moradores do Bairro e as reuniões não são divulgadas.

E.F: Você acredita que alguma instituição do bairro a representa?

R.P: Não. Tem um presidente do bairro [da Associação de Moradores do Bairro] que ninguém sabe quem é.

E.F: Tu vais à reunião da Associação?

R.P: Não é divulgado.

Se sente mais protegida pelos traficantes, chamados patrões, do que pelos policiais. Por isso não denuncia. Foi assaltada na loja no ano 2008 e preferiu usar a vingança através dos “patrões” do tráfico, do que fazer um boletim de ocorrência na polícia civil ou chamar a brigada. Para ela foi mais efetivo.

Em 2004 houve um incidente de violência policial com ela. A polícia invadiu sua loja e sua casa porque acreditavam que havia mercadoria roubada e armas. Para ela, o “ataque” foi preconceito porque ela tem a fama de contrabandista, pois já respondeu seis processos na justiça federal por contrabando de cigarros. Ela se sentiu violentada neste dia.

E.F: Você já sofreu algum tipo de violência que tenha alterado seu dia a dia?

R.P: [...] Porque eu levei, [...] quando estouraram a loja aqui na rua [ser alvo de mandado de busca e apreensão de mercadorias roubadas], [...] estouraram à loja aqui na rua acho que uns cinco anos, seis anos atrás, eu levei um ataque da civil aqui, encheram minha calçada de carro da civil, até o cara aqui estourou lá, veio realmente me oferecer, ali. Aquela senhora que saiu ali, foi quem denunciou. E quando o cara me ofereceu, o que ele tinha era uma quantidade muito grande[de mercadorias roubadas], era caixa de

chinelo havaiana, caixas de jaquetas de couro, mas eu tenho um lema na minha vida: não vi, não sei, mas eu não compro nada. Não compro porque eu acho um absurdo, vejo pai de família se ralar, ficar com carnê de 24 [prestado] pra pagar uma televisãozinha, um bujãozinho, sei lá alguma coisa, e o cara trocar por 10 reais, me corta o coração. Sabe, não aceito isso aí, não aceito, posso ver, mas eu não falo, eu não faço, eu não aceito, ele veio me oferecer, ele queria mil reais, era uma quantidade absurda [de material], mas ele tinha que sumir, passou uns três dias eu disse: Não, não Orelha,- que é o nome dele, disse: - Não Orelha, realmente eu vou viajar semana que vem, sábado domingo, e não, realmente o que tenho [de dinheiro] é pra viajar, nem tem mais dinheiro em casa -, era um sábado, domingo, aí, não isso aí era dia de semana, quando foi no sábado, três viaturas da civil aí, carro oficial e, eu sou uma pessoa pública todo mundo me conhece no momento aquele monte de carro, quem passou no ônibus, quem passou, já tirou as conclusões. [...] E como eu fazia muitos anos Paraguai, ficou a fama, eu levei seis processos da polícia federal por contrabando de cigarro.

Contou-nos que acredita que a polícia chegou na sua loja por denúncia de uma vizinha, com a qual tem um conflito. Conta que a origem deste conflito teria sido uma vez, que eles jogaram pedra no seu telhado e ela pediu para um dos meninos de rua estragar o telhado do vizinho, ou seja, usou de vingança. A exceção dessa vizinha, afirma que tem boa relação com a vizinhança, a ponto de considerar todos os outros vizinhos como familiares.

Para ela a sua rua é limpa, mas o resto do bairro é sujo. O serviço de limpeza passa todos os dias, e atribui a sujeira aos cachorros de rua que rasgam os sacos de lixo. Crê que houve melhorias no bairro, principalmente em infraestrutura. Atribui os calçamentos nos bairros à circulação de ônibus, que teriam sido feitos por solicitação da empresa de transporte.

Não crê que a comunidade seja unida para reivindicar melhorias.

4.3.3 MORADORES DO BAIRRO SANTA RITA

Os moradores entrevistados no Bairro Santa Rita são:

1) Eliane não trabalha, tem 23 anos, estudou até a 6ª série, tem dois filhos de 7 e 1 ano. É moradora do bairro há 10 anos.

Considera o bairro violento, porque os moradores estão “sempre se matando” e, atribui às drogas esta violência.

Entrevistadora Fabiana: O bairro é violento?

Resposta Eliane: Bastante.

E.F: Por quê?

R.E: Ah, porque estão sempre brigando, sempre se matando, sempre.

E.F: Eles moram no bairro? São os próprios moradores?

R.E: Os próprios. Estão sempre se matando aqui.

E.F: Matando por quê?
 R.E: Por causa das drogas.
 E.F: Crês que a droga é um problema sério aqui, então?
 R.E: É.
 E.F: Eles matam por dívida de drogas?
 R.E: Dívida, dívida mesmo.
 E.F: E as brigas, por que acontecem?
 R.E: As brigas eles se endoidecem e se enchem de drogas e se matam entre eles mesmos. Eles se acham machos depois que consomem.
 E.F: Mas, então, tu crês que as brigas e violências são entre eles mesmos, entre os próprios usuários de drogas?
 R.E: É, entre eles mesmos.
 E.F: Mas e com relação aos outros moradores?
 R.E: Não. Entre os outros não. Deles com as pessoas assim, não.

Eliane considera o bairro mais calmo nos últimos anos, porque muitos drogados foram presos e outros morreram. E, apesar de dizer que o bairro é violento, se sente segura para sair à rua, porque como vimos da sua narrativa, acredita que os drogados brigam entre eles, e não se metem com os demais moradores.

E.F: O bairro é mais violento hoje ou há dez anos?
 R.E: Não. E até agora isso está bem mais calmo. Tá bem mais calmo, porque a maioria [dos criminosos] foi preso. Então o bairro está mais calmo, agora nesses últimos anos está mais calmo.
 E.F: Mas está mais calmo porque eles foram presos, por repressão policial?
 R.E: Ah, é.
 E.F: E eles moram aqui nesse bairro?
 R.E: Moram aqui na Castelo [apontou para o bairro vizinho]
 E.F: [...]. Tu te sentes segura pra andar de noite aqui no bairro? Se tu tiver que ir no mercadinho ali, tu anda sozinha e não tem problemas?
 R.E: Sozinha. Nunca, nunca. Uma vez só assaltaram minha casa, mas nunca mais.

Assaltaram sua casa quando ela estava dormindo e levaram bens, mas não se sentiu atingida. O marido sentiu-se envergonhado, porque conhece os assaltantes, mas não pôde fazer nada. Eliane nos relata que quando foi fazer o boletim de ocorrência o policial riu dela.

E.F: E isso foi em que ano, que assaltaram tua casa?
 R.E: Foi em dois mil e sete, né, Rafael [perguntando ao marido que acompanhava a entrevista]?
 E.F: Entraram na tua casa quando tu não estavas?
 R.E: Não. Eu estava dormindo.
 E.F: Mas não te acordaram?
 R.E: Não. Levaram televisão, o DVD, o som.
 E.F: Então, na verdade queriam roubar só os [bens].
 R.E: Só os bens. Só isso.
 E.F: Como é que tu te sentiste com isso?
 R.E: Sinceramente, eu fiquei normal. Ele [refere-se ao marido] foi o que mais se decepcionou. Pelo fato de que ele trabalhava e comprou. Eu normal.
 E.F: Tu sabe quem entrou na tua casa?
 Rafael [marido respondeu]: Alguns.

E.F: E como é que tu te sentiste? Com raiva, medo porque eles estavam dentro da tua casa e tu estavas com os teus filhos, dormindo?

Rafael [marido respondeu]:É vergonhoso pra um homem. Chegar os amigos, que dizem que são teus amigos, e fazer isso daí. Chegar na tua casa e tu sozinho, sem ninguém. Que demos parte mas. Então tu fica. entendeu? Então tu te encolhe ou, como é que tu vai te botar sozinho contra [os assaltantes]

R.E: A gente denunciou e o policial riu da nossa cara.Eu fui dar parte, eu fui ali na Cohab dar parte. [...]. Aí ele "o que aconteceu?" e eu "ah, roubaram a minha casa" e ele "mas o que vocês estavam fazendo? Vocês saíram?" e eu "não, a gente estava dormindo" e ele riu da minha cara. Era nos pés da cama a televisão. Era pequenininha, não era nessa casa, era na de madeira, bem pequenininha. Era nos pés da cama e eles pegaram o controle no berço dele, em cima do berço dele [refere-se ao filho caçula que acompanha a entrevista]. Aí dá pra ter uma base.

Para Eliane, não existe trabalho de prevenção da violência ou mesmo assistencial no bairro. Relata a banalidade do uso de drogas nas esquinas, em frente a policia, ao Conselho Tutelar, aos demais moradores e, que as crianças pequenas já estão usando crack.

Eliane recebe a visita do Programa Primeira Infância Melhor, mas diz que não existe nenhum tipo de ação de prevenção de violência no bairro, nem mesmo no Posto de Saúde. A agente comunitária de saúde já foi uma pessoa de referência para ela, mas diz que agora, nem a agente comunitária, nem a médica do posto se importam com os problemas que ela e sua família possam enfrentar.

E.F: [...] Existe algum trabalho de prevenção no bairro?

R.E: Não.

E.F: Nenhuma instituição faz trabalho de prevenção?

R.E: Ninguém dá bola. Se tem uma criança fumando ali na esquina todo mundo vê, podem passar as agentes comunitárias, as médicas e não fazem nada. Ninguém faz nada. Não, ninguém faz nada.

E.F: E igreja, a Pastoral da Criança?

R.E: Não (risos).

E.F: Ninguém realiza algum trabalho para prevenção da violência?

R.E: Ninguém ajuda.

E.F: As crianças e adolescentes são uma preocupação das instituições que atuam no bairro?

R.E: Não. Agora tá tendo o Primeira Infância Melhor, mas é só com o meu gurizinho mais novo. Ele quê entende? já não tem nada. Eu acho que tinha que ser com as crianças que entendem. Não com os bebês. Os bebês o que vão entender, me fala? Nada.

E.F: O Primeira Infância Melhor trabalha com as crianças no bairro?

R.E: Com as criancinhas, até os sete anos de idade, mas os maiorzinhos que é onde a gente precisa que bote alguma coisa na cabeça, não. Tanto que tem uns gurizinhos de doze, treze anos que tu te apavora de ver. São umas criaturas assim que tu vê que não tem futuro. Não tem futuro nenhum.

E.F: O Conselho Tutelar, onde fica nessa hora?

R.E: Eles vêm e levam [a criança para casa], e o guri volta [para a rua]. Vão ali e falam com a mãe dele, a mãe dele é uma baita de uma maconheira, bebem sem parar. Eles vem ali, falam com ela e deu. Só isso que acontece.

E.F: Tu crês que o problema dessas crianças estarem na rua é uma desestruturação familiar?

R.E: É, sim. Uma desestruturação familiar, não tem auxílio do governo, não tem auxílio da prefeitura, entendessee? De ninguém, ninguém. Ninguém diz assim "ah, vamos fazer uma palestra contra as drogas e vamos convidar as crianças pra ouvirem um pouco". Que eu levaria o meu filho tranquilo, pode ter certeza que a maioria das pessoas aqui na volta levariam.

E.F: Nem o Posto de Saúde faz isso?

R.E: Não. Nem o Posto [de Saúde] faz isso. E se tu chegar ali no Posto com alguma assim, machucaste teu olho, com alguma coisa, "quem mandou tu usar droga?". Eles nem sabem se foi o que tu usou ou não? Eles nem estão sabendo.

E.F: Te julgam?

R.E: Que nem tinha uma guria ali que estava quase morrendo com HIV, agora essa semana, há poucos dias atrás, estava quase morrendo com HIV. Aí custou, custou, quando viram que ela ia morrer mesmo, aí eles deram um jeito. Tiveram que chamar a ambulância pra ela, mas quando viram que ela já estava no último, que não tinha mais volta pra ela.

E.F: E a agente comunitária de saúde?

R.E: Já foi.

E.F: Já foi o que?

R.E: Já foi uma boa pessoa. Que se tu precisasse, tu podia pedir ajuda, falar com ela, contar que ela dava um jeito. Agora não. Agora eu conto mais com a assistente da Primeira Infância Melhor, porque foi essa que veio fazer o PIM, que levou essa mulher pro hospital [...].Nem nos [para trazer] remédios para depressão não aparece mais.

E.F: Mas a Agente Comunitária de Saúde não está vindo fazer as visitas domiciliares?

R.E: Ela não vem mais, a doutora não dá bola, o Posto [de saúde] não dá bola. Se tu falar que tem uma doença grave, acho até que ela se esquece de ti, pra não ter que vir na tua casa, entendeu? É bem assim. Porque a gente ficou [abandonado] e ninguém faz nada. Chamou ambulância três, quatro vezes e não tinha como vim, porque eles estavam no centro. Tinha acidente no centro e eles não podiam vir pra cá. Ficaram aborrecidos, porque eles não podiam vir pra cá.

Eliane alega que não tem presidente da associação do bairro desde que o Sr. "Panchito" morreu e que antes a associação era apenas assistencial.

Não se sente representada por ninguém, nem apoiada pelos serviços e organizações. Diz ser mentira da prefeitura de que existe uma rede de prevenção da violência, pois falta saneamento, esgoto, creche, escola, médico, espaço de lazer para crianças. Para ela o bairro está abandonado pelos serviços.

E.F: Você acredita que alguma instituição do bairro a representa?

R.E: Não.

E.F: A Associação de Moradores do Bairro não a representa?.

R.E: Não tem presidente [da Associação de Moradores] do bairro. O que era faleceu e não teve votação.

Rafael: [marido participa da conversa] Aquela votação que teve ali?

R.E: Ah, não sei aquilo ali. Porque antigamente quando era vivo o presidente do bairro, tinha um negócio que a gente falava com ele e aí quando tinham as eleições eles vinham na tua casa. Agora não, teve eleição e simplesmente teve eleição. Eles nem apareceram pra saber se tu quer ir votar ou não. Ninguém falou nada.

E.F: Mas antes o presidente da Associação de Moradores do Bairro fazia isso?

R.E: Antes eles vinham [até a nossa casa]. O que faleceu vinha, vinha outro com a chapa. Eles queriam voto. Agora esse não.

Rafael: [marido participa da conversa] [...] É que nem esse aí que faleceu, no caso. Gente muito boa pra nós. Aí no caso, você vem pra morar aqui, aí tu quer uma água. Lá na Corsan, pra tu ter uma ligação de água, tu tens que ter autorização do presidente do bairro.

R.E: E a Corsan, ela é chata, se tu não tiver autorização do presidente do bairro. E a gente não tem presidente do bairro.

Rafael: [marido participa da conversa] Imagina, se nós precisamos de qualquer coisa, não tem.

R.E: Aqui a maioria passou o natal sem ter o que comer.

Rafael: [marido participa da conversa] Se não tem presidente do bairro.

E.F: Então, não existe nenhuma instituição do bairro que a represente?

R.E: Não, aqui não, porque não tem presidente do bairro. A gente não tem uma voz aqui. E ele só sabe fazer festinha de natal pras crianças, aí dá meia dúzia de coisas, mas se eles entendesse, pras crianças não, vou dar um jeito. Se tu precisa de um dentista, o meu gurizinho está com dois dentes, assim, olha lá. Aquele dente ali, faz mais de dois anos que eu falei pra Sônia [agente comunitária de saúde], ninguém dá jeito no Posto. Falei com a médica, ninguém deu jeito no Posto. Porque dentista podia atender melhor. Se tu precisa de um oftalmologista, tu pára lá no posto, porque não tem oftalmologista. Não tem ninguém, não tem ninguém que represente a gente.

E.F: Algum político a representa?

R.E: Não. Só quando eles precisam da gente. Aí prometem mundos e fundos, que vão acontecer. Nunca cumprem [as promessas de campanha] e nunca mais aparecem, nem pra dar satisfação.

Não tem relação com os vizinhos. Relata que acontece frequentemente brigas entre vizinhos, inclusive física. A relação com os filhos é com gritos, mas não nega a violência física em alguns casos. Participa ativamente na escola dos filhos e diz que não há espaços de lazer para as crianças.

E.F: Tu frequentas na escola dos teus filhos a Associação de Pais e Mestres?

R.E: Isso daí é uma coisa que eu vou sempre.

E.F: Vai sempre lá na escola e conversa com os professores?

R.E: Converso, converso. Isso até é uma coisa que lá no colégio eles nem gostam da minha cara, porque eu estou sempre lá. Qualquer coisinha que acontece eu quero saber por que, eu quero saber por que fizeram, por que não vai ter aula. "Ah, não vai ter aula por que vai ter uma reunião", a reunião vai ser sobre o que? Isso tudo eu quero saber, entendeu? Eles já nem gostam da minha cara no colégio por causa disso, nem gostam da minha cara já por causa disso.

E.F: Como é a relação com os professores dos teus filhos?

R.E: A professora desse ano é muito boa. Vamos ver agora, porque ele estava na creche, recém esse ano passou pro colégio. Recém ele passou pra ali [a escolinha].

E.F: [...] Existe algum trabalho de prevenção da violência nos bairros?

R.E: Aí eu te digo, cadê?

E.F: Conhece alguma instituição que faça esse trabalho de prevenção da violência?

R.E: Não. Quem são? Eu te digo que não tem. Isso eles [os gestores que dizem que tem um trabalho de prevenção] estão mentindo, porque não tem rede nenhuma aqui, não tem saneamento básico, não tem esgoto, não tem escola pras crianças, não tem Posto, falta creche, falta tudo aqui.

E.F: Existe local para os jovens e crianças se divertirem, como praças ou quadras?

R.E: Não. Falta tudo aqui. Se eles colocarem uma praça ali, os marmanjão vêm, eu não digo os marginais mesmo, eu digo os maiores que eles, vêm e quebram tudo.

E.F: E por que destroem as praças?

R.E: Ah, porque eles acham bonito. Pelo simples fato de não deixar as crianças brincar.

E.F: E como é que é a relação entre os vizinhos? Tirando os usuários de drogas.

R.E: As pessoas são, são. Como é que posso te explicar? Eu aqui falo com poucos, falo com a minha vizinha da frente e a minha vizinha do lado que é minha irmã. E é só também. Não vou dizer que a gente acorde e diga "oi, tudo bom", não existe isso aqui. Cada um cuida da sua vida e deus.

E.F: Mas ninguém se mete na vida dos outros?

R.E: Ah, não. Tem, isso é o que mais tem. Fofoca, vizinha linguaruda, isso é o que mais tem. Gente se metendo na vida dos outros. Gente que fala de ti, sem ter feito, sabe. É o que mais tem.

E.F: E chega a ter briga de vizinhos?

R.E: Chega a ter briga de vizinhos.

E.F: As brigas chegam a ter agressão física ou é só bate boca?

R.E: Se baterem. Chega a ter brigas de irmãs que são vizinhas, chega a ter briga de mãe e filha que são vizinhas, entendeu. É um absurdo.

E.F: E porque brigam?

R.E: Por nada, às vezes é por pouco, sabe. Ai, fulano, fecha o pau. E ninguém se mete, só acham lindo. Todo mundo sai pra rua pra ver porque acham bonito.

E.F: Tem muita violência doméstica aqui no bairro?

[Risos] [entrevistada olha para o marido]

R.E: Não. Isso daí eu nunca vi.

E.F: De pais que batem e espancam os filhos?

R.E: Não. Não, não. Não sei mesmo.

E.F: Como você educa e disciplina seus filhos? Você costuma conversar com eles ou bater neles?

R.E: Olha, eu já fui mais nervosa. Porque eu já tive que tomar anti-depressivo. Eu tive o segundo gurizinho, eu tive depressão pós-parto. Eu já fui mais nervosa, mais agora é grito. "Sai daí, fulano, não mexe aí fulano, pára de comer aí". Que nem o meu gurizinho, que adora de comer areia. Mas é muito, guria, tu te apavora de ver, é muito [come muita terra]. Eu estou sempre gritando, mas é mais no grito mesmo, porque esse negócio de estar batendo. Eles têm que me tirar muito do sério, muito, mesmo que senão [não bato].

Eliane não acredita que houve melhorias no bairro nos últimos dez anos, a exceção da prisão de traficantes e, crê que a limpeza do bairro é precária, por culpa dos serviços da prefeitura.

E.F: Teve alguma melhoria no bairro nesses últimos dez anos?

R.E: Só em relação a esses marginais terem sido presos, porque o resto [não]. É só isso daí mesmo, só isso daí.

E.F: Como é a limpeza do bairro?

R.E: Eles limpam a valeta, a máquina não veio tirar a sujeira.

E.F: Eles deixaram o lixo amontoado?

R.E: Ah, é isso, é.

E.F: Mas tu atribuis isso à quê? Os serviços não chegam até aqui ou os moradores que são descuidados?

R.E: O serviço é que não chega até aqui.

E.F: Não chega?

R.E: Porque não tem quem não goste de ter o bairro bem limpinho, não existe isso daí. E, não, o serviço não vem até aqui. Às vezes ele passa, às vezes ele não passa. Quando vê eles não passam dois ou três dias. Aí eles passam nas ruas principais e as outras que se danem.

2) Macedo é vendedora à domicílio de lingerie, tem 15 anos e está na 6ª série. Mora no bairro há 2 anos, mas antes morava no bairro vizinho chamado Argentina e lá segue estudando por opção.

Ela participa da Igreja Evangélica que oferece atividades para jovens, como passeios, cultos, reuniões, palestras, coral. Nos sábados tem o culto especial para jovens, onde o pastor fala de temas relacionados à prevenção da violência, como uso de drogas, gravidez na adolescência, etc. Através da igreja fez amizades no bairro. A igreja é a única instituição que conhece que faz trabalho de prevenção de violência no bairro.

Entrevistadora Fabiana: Tu me comentaste uma coisa ali na rua. Que tu tinhas ido num passeio com a Igreja. Me conta um pouco como é esse trabalho que a igreja faz com os jovens? E qual é a igreja?

Resposta Macedo: A igreja é ali na rua 7, só que eu não sei se tu conhece a igreja do Dalino e da Rosimeri?

E.F: Não.

R.M: Não é essa. Essa igreja é a que a minha mãe vai, eu vou na de trás.

E.F: Ela é uma igreja evangélica?

R.M: É evangélica.

E.F: Tu sabes quanto tempo ela está aqui no bairro?

R.M: Olha não sei te dizer, só sei que é a 24 quadrangular. Arrecem comecei a ir nela, porque eu raramente ia na igreja, eu ia na da frente, e nessa primeira vez eu gostei e resolvi ir nela, não achei outra que eu gostasse [...]. Ontem participei duma excursão, eles trabalham com os jovens assim, cantando e aplicando a palavra da bíblia, eles cantam bastantes louvores legais, e eu arrumei bastante amizade, conheci uma guria que tem 14 anos, a Roberta.

E.F: Quais são os momentos ou os dias que vocês se encontram?

R.M: O culto dos jovens é sábado às 7:30 min.

E.F: Vocês se reúnem além do culto?

R.M: Não.

E.F: O pastor quando fala com os jovens, fala de temas de violência?

R.M: Falou já.

E.F: O que?

R.M: Primeiro, assim ó, [...] ele aplicou sobre a violência, falou o que tinha na bíblia, ensinou que tinha que fazer um monte de coisa, como não matar, não usar estas drogas, os jovens se guardarem mais, não era pra pegar vicio dos outros [...].

E.F: E este passeio que tu fizeste ontem, como é que foi? Foi organizado pela igreja? Vocês saíram de manhã e voltaram de tarde?

R.M: A gente saiu as 8 horas com o ônibus da Homer [...]

E.F: Onde vocês foram?

R.M: Na Capilla. Eu paguei 2 reais, mais 0,60 para usar as coisas lá.

E.F: Tu sabes se existe algum trabalho de prevenção de violência aqui no bairro?

R.M: Não sei.

E.F: Isso que a igreja faz de reunir os jovens, tu consideras que é um trabalho de prevenção de violência?

R.M: Com certeza.

Macedo conta-nos que tem uma relação violenta com o pai e que ele agride física e verbalmente a sua mãe. Segundo a entrevistada a mãe sempre sofreu com

ele, com agressões e ameaça de morte. O sentimento da entrevistada é de raiva e tristeza. A mãe não revida. Conta-nos que o pai usuário de álcool agredia os filhos mais velhos. A entrevistada não apanha do pai porque ela o enfrenta. Através da agente comunitária de saúde, a assistente social chegou à casa, mas nada foi resolvido quanto a este caso de violência. Apesar disso, sente que a agente comunitária de saúde apoia bastante a família.

E.F: Como é a relação com os teus pais?

R.M: Meu pai [...] eu não dou muito bola mais pra ele, porque assim ó, ele maltrata minha mãe, ele dale [bate] na minha mãe, mesmo assim ele não podendo com uma mão, ele arranha minha mãe com as unhas. Ele tava fazendo isso, agora ele deu uma parada. E a minha mãe ia inté interná ele no asilo, tava pensando nisso, porque ela fica muito agitada com estas coisas assim. E a minha mãe desistiu de internar ele por enquanto [...].

E.F: Porque tu crês que ele arranha e bate nela?

R.M: Porque ele sempre foi assim. Sempre foi assim. Desde que a minha mãe casou com ele. Ele bebia, ele chegava em casa e a minha mãe tava grávida e ele ia, uma vez ele quase matou a minha mãe com uma arma. É, a minha mãe sofreu toda a vida, 35 anos casada. [...] Eu converso com ele.

E.F: Tu brigas com ele quando ele destrata tua mãe?

R.M: Assim, eu falo um monte de coisa pra ele. Não vou deixar ele bater na minha mãe, com certeza.

E.F: Tu defendes ela?

R.M: A minha mãe eu amo ela, eu amo a minha mãe. Não tem essa dele encostar um dedo na minha mãe ou arrancar ela, eu já brigo e falo pros meus irmãos [...]. Aí eles vêm aqui e dão uma xingada nele também [...]. aí ele fala um monte de coisa da minha mãe. Ele chama minha mãe de puta, chama minha mãe de vagabunda, ela não é, ela nunca foi. Assim, eu acho horrível isso, eu choro de raiva.

E.F: Tu choras de raiva, mas tu não revidas? Tu não brigas com ele na hora?

R.M: Eu não bato nele.

E.F: Mas isso te magoa muito?

R.M: Isso. Mas bater nele não. Nem a minha mãe bate nele. Mesmo as vezes ela sendo toda arranhada nos braços, a minha mãe não bate nele. Não bate nele mesmo. A minha mãe diz que as vezes tem vontade de dar uns tapas nele sim. Porque ela diz assim: - Se ele pode me bater, eu também posso bater nele, um tapinha que "seje" eu posso dale [bater] nele. Porque se não, não dá assim também. Ele vai me agredir toda a vida e eu vou ficar assim quieta, não mesmo.

E.F: Mas ela nunca se atreveu a dar um tapa nele?

R.M: Olha, na minha frente não. Eu acho que não, ela não tem coragem. Minha mãe tem um coração muito bom. Todo mundo gosta da minha mãe. Ele assim, na cara de pau ele queria ir para outra [mulher] doente igual. Ele tem uma outra mulher, ele queria ir para outra.

E.F: E a tua mãe o que fez?

R.M: A minha mãe não deu bola, e eu fui lá e levei ele. Só que a outra não aceitou. E ele chegou a se mijar na frente da outra.

E.F: E a outra mulher não aceitou ele?

R.M: Não. Porque ele acha que é o dono do mundo. Que ele se manda, ele faz o que ele quiser e não é assim. Se a minha mãe tá cuidando ele, ele tem que fazer o que a minha mãe dá pra ele fazer. Nos meus irmãos ele batia muito, mas agora comigo ele nunca me bateu. Na antiguidade assim, eles morava lá fora, ele ia pros bar, vinha bêbado, ele chegava a bater na minha mãe se a minha mãe não aquecesse as coisas pra ele [o jantar]. [...] Em mim ele não bate não. Ele já tentou já muitas vezes.

E.F: Como assim tentou?

R.M: Ele tenta me bater e eu aponto o dedo na cara dele e não deixo ele me bater.

E.F: E quando tu eras pequenininha?

R.M: Quando eu era pequenininha [...] sei lá [...].

Macedo não considera o bairro seguro, alega que há muito roubos. Não anda sozinha à noite no bairro.

E.F: Tu crês que o bairro é violento?

R.M: É assim, eu ando bastante na rua, mas não de noite porque é perigoso, mas eu acho que aqui não é muito calmo não, tem muitos roubos, coisas assim.

Conta-nos que sofre perseguição de um rapaz na rua da Igreja, que agride fisicamente as moças que passam.

E.F: Quem são os criminosos do teu bairro?

R.M: Tem um guri lá naquela rua [a rua da igreja] que é muito abusado. Assim, eu conheço a irmã dele, ela disse que ele é uma peste.

E.F: Abusado tu diz por que mexe com as gurias?

R.M: Ele mexe com todas as gurias. Pra falar a verdade ele já mexeu até com a minha sobrinha. Uma vez ele deu um tapão na bunda dela. Ele é muito abusado. Uma vez ele me atacou pra ir na igreja, aí eu falei pra irmã dele, ela disse que ia rebentá ele a pau [bater nele].

E.F: O que é “atacou”? o que ele fez?

R.M: Ele não deixou eu passar nas ruas.

E.F: Ficou te trancando?

R.M: Ai eu voltei pra casa.

E.F: Não chegou a tocar em ti?

R.M: Não.

E.F: Porque tu desististe de passar e voltaste para casa? Ficaste com medo dele? Com medo que ele pudesse te fazer alguma coisa?

R.M: É com certeza, porque ele é assim, ele é abusado.

E.F: Tu crês que ele pode até bater nas meninas?

R.M: Com certeza, ele tem coragem.

Relata o assassinato de um assaltante, o que, para ela, deixou o bairro um pouco mais tranquilo. Atribui os roubos ao consumo de droga.

Diz que nunca foi assaltada, mas é capaz de relatar incidentes violentos ocorridos com os familiares.

Macedo conta-nos que na rua 1 tem uma pracinha, mas os jovens da igreja não se reúnem lá. Relata a existência de uma violência gratuita entre os jovens, que andam em grupos e são capazes de agredir fisicamente outro jovem “porque não vão com a cara dele”. Quando perguntada sobre as relações com os vizinhos, contou-nos que logo que chegou ao bairro sofria ameaça por parte de outra adolescente, mas com o passar do tempo a animosidade foi diminuindo e hoje são amigas.

E.F: Como é a relação com os vizinhos?

R.M: Uma [vizinha] que implicava comigo, assim que era parente, em seguida que eu me mudei pra casa ela falava assim: tu não passa nessa rua que se não eu vou te “dale”. Foi, foi que agora ela tá minha amiga.

Considera o bairro sujo e atribui a sujeira ao descuido dos moradores.

3) Ana, tem 35 anos, estudou até a 5ª série, tem 3 filhos de 18, 16 e 12 anos, mora há 17 anos no bairro, trabalha como auxiliar de serviços gerais em um laboratório.

Ela relata um assalto ocorrido em 2002, em que lhe passaram uma navalha no pulso e ela perdeu parte dos movimentos da mão, o ocorrido porém não foi no bairro.

Entrevistadora Fabiana: Você já sofreu algum ato de violência que tenha alterado o seu dia a dia?

Resposta Ana: Fui assaltada, me passaram uma navalha no pulso, perdi parte dos movimentos das mãos.

E.F: Isso foi em que ano?

R.A: Foi em 2002.

E.F: Me conta um pouco deste teu assalto, como foi?

R.M: Eu vinha voltando do serviço, que eu trabalhava numa indústria de pescado, era 10 horas da noite, aí eu atravesssei a faixa do pórtico pra pegar ônibus, quando dois rapazes me abordaram, aí mandaram que eu tirasse o sapato que eu tava usando e a jaqueta, um deles chegou pedir para eu seguir e um deles chegou e me empurrou, conforme ele me empurrou eu levei a mão pra proteger o rosto, foi onde, ia pegar diretamente no meu pescoço. Aí eu vim encontrar ele agora a pouco tempo no centro também, ele passou por mi, ele atravessou ali a Portugal, no centro também, me pediu um cigarro, não atinei abrir a bolsa, entreguei sujo de batom pra ele. Ele me olhou e disse pra mim, é isso aí! Seguiu pro lado da Henrique Pancada [vila]. Quer dizer que o cara que fez isso [está solto]. Eu fique com problema e ele tá livre, leve e solto.

Ana considera o bairro violento, relata que já encontraram o corpo de mulher enterrado, por considera-lo violento, não anda sozinha à noite. Violência para ela está relacionada com morte, violência física, prostituição das “pedreiras”, que argumenta, aumentou bastante nos últimos anos.

E.F: Tu consideras o bairro Santa Rita violento?

R.A: É, pra calminho, calminho ele não serve, porque já enterraram pessoas ali nos morros que fica mais ali pra baixo. Parece que quem encontrou foi um cachorro, que tava cavando, aí a policia descobriu o corpo de uma mulher ali, mas eu não cheguei a ter bem conhecimento desta situação aí.

E.F: Tu caminhas de noite no bairro?

R. A: Não. Muito medo dos assaltos. Medo da casa ser invadida, porque assim, a gente não tem nada, mas o pouco que tu tem já é o bastante. [...] Se perde a vida até por um chinelo, é muito perigoso. [...]Tranco toda a casa, ou então sempre fica alguém em casa, eu não deixo a casa nunca vazia.

E.F: E quem tu considera que são os criminosos? São pessoas de dentro do bairro ou são pessoas de fora do bairro?
 R.A: A maioria de dentro do bairro.
 E.F: Tu crês que eles roubam por quê?
 R.A: Droga.
 E.F: Para ter dinheiro para comprar drogas?
 R.A: Droga, geralmente é até quem tem condições, mas é só o uso de drogas mesmo.
 E.F: A droga mais específica que se usa aqui, qual que é?
 R.A: É a pedra.
 E.F: É o crack?
 R.A: É o crack. Chega vim gente vendendo roupa molhada recém roubado da corda.
 E.F: O que tu consideras violência?
 R.A: Violência é entra em dentro de uma casa de um familiar, pra levar alguma coisa, as vezes até mesmo tirar a vida de um pai de família. Esse que eu acho que é a maioria da violência mesmo. Isso é uma coisa que a gente nem dorme de noite descansada. Porque enquanto a gente tá atrás das grades eles tão solto. Não tem uma casa que não tenha grade, um sistema de segurança por quê? Porque os assaltantes.
 E.F: Tu te sentes presa?
 R.A: Me sinto presa.
 E.F: É um ato de violência pra ti?
 R.A: É. A gente tem que ficar trancado o tempo todo, não pode sair todo mundo junto por medo de chegar em casa e atua casa ser mexida.

Ela relata que a prostituição acontece em campo aberto, em um espaço que antes era utilizado pelas crianças como espaço de lazer.

Sua casa tem grades e ela conta-nos que nunca a deixa desocupada por medo dos roubos. Atribui os roubos ao uso de drogas, para ela, são os próprios moradores que usam crack e assaltam. Se sente presa enquanto os assaltantes estão soltos.

Não vê a violência doméstica como um problema grave no bairro, mas conhece casos que ocorreram com vizinhos e com a irmã, que foi estuprada pelo próprio marido. Apesar de ter um caso de violência próximo na família, acredita que uma mulher pode gostar de apanhar.

E.F: Existe violência doméstica no bairro?
 R.A: Não, eu acho que não. Até tinha antigamente, mas graças a Deus acalmou.
 E.F: O que tu chama de antigamente?
 R.A: Faz mais de 10 anos já.
 R.A: Ela [a mulher em geral] sabe que tem a Maria da Penha hoje em dia né, se não denuncia é porque não qué, é sinal que gosta. [...] A minha irmã há muito tempo atrás o esposo dela estuprou ela, ela teve uma filha a caçula dela. Resumindo, não deu mais certo o relacionamento deles, que ele agrediu ela, ela botou ele na Maria da Penha, teve que ser afastado de casa e por pura vingança ele foi e tirou os filhos dela na justiça. [...]. Ele bebia. Se ela não satisfizesse, em fim, se não cumprisse com o papel dela de mulher, ele não deixava ela comer.

Ana foi a única entrevistada que relatou episódios de violência no trânsito. Contou-nos sobre um acidente de trânsito que sofreu o irmão na faixa principal que cruza os bairros, Rua Roberto Socoowski. Esta faixa não está sinalizada, não tem quebra molas, os carros passam muito rápidos, ameaçando a vida das crianças que passam de um bairro para outro, inclusive para poder chegar à escola.

E.F: Aconteceram outros incidentes de violência na tua vida que tenha alterado o teu dia a dia?

R.A: Meu irmão que sofreu um acidente muito grave aqui na faixa, na faixa da Castelo, teve em coma, a agente chorou, assim, com quatro filhas a esposa abandonou ele, [ela] tá lá jogada na ciclovia, no crack, abandonou os quatro filhos. Ele ficou em coma, os dois gurizinhos [filhos] dele vieram aqui pra minha casa e as duas gurias ficaram com a minha irmã. Ele ficou assim, completamente “pem pem”[retardado], hoje graças as Deus ele tá vivo, mas a pancada no cérebro, ficou bem “panqueca”. Fala assim como se estivesse sempre bêbado, por causa da pancada [...].

E.F: E como que foi esse acidente?

R.A: [...] Ele disse pra namorada: vou lá buscar o teu gurizinho na escolinha, que a escolinha é dobrando aqui, Então ele pediu uma moto de um amigo. Só que ele não tava usando capacete. O erro né! E a moto não tinha freio mas ele não sabia. Do que ele tá saindo assim da faixa, tá saindo um caminhão ali do restaurante da esquina e ele tentou frear. Quando ele viu que a moto não tinha freio ele ladeou a moto e a moto deslizou e ele deu com a cabeça e o pulmão. Ele teve em coma [...]. Foi irresponsabilidade dele, agora que essa faixa tem dado bastante acidente ela tem.

E.F: Porque tem ocorrido bastantes acidentes na faixa?

R.A: Sem sinalização, sem quebra mola, ninguém respeita. A gente quer atravessar a gente tem que custar para atravessar, porque eles não param, e as minhas crianças aqui, elas estudam no Joãozinho [escola de nível fundamental que está situada no Bairro Castelo Branco II], tem que atravessar as duas faixas, daqui pra Castelo. Que dizer que o meu guri quando sai pro colégio a gente fica assim com o coração na mão.

Nas narrativas, vê-se que ela não conhece nenhuma instituição que faça ação de prevenção de violência. Relata a existência de um grupo que não conhece o nome, onde as crianças recebem treinamento militar. Conhece a conselheira tutelar Lilian e, com exceção dos serviços de saúde, sente o bairro abandonado, afirma que “a gente vive de teimoso aqui”. A agente comunitária de saúde é a pessoa que traz informações sobre prevenção da violência. É a pessoa que ela sente que a representa. Para a entrevistada a agente é uma amiga.

E.F: Conheces algum trabalho de prevenção da violência que aconteça aqui no bairro?

R.A: Não. Não. Aqui a gente tem a agente comunitária. A doutora vem nas casas aquela coisa. Assistência a saúde a gente tem. Mas este negócio de violência não.

E.F: E alguma instituição que faça um trabalho de prevenção com jovens ou mulheres?

R.A: Pode até ter no ginásio ali, mas é difícil pra gente ficar sabendo, porque eu trabalho, meu esposo trabalha. Tem a patrulha ambiental que é essa patrulha mirim, que é lá na [...].

E.F: Mas o que é essa patrulha mirim?

R.A: Não sei se é negócio de natureza, sei que as crianças correm todo dia na ciclovía aqui, como se fossem milicos.

E.F: Existe alguma igreja que faça algum trabalho?

R.A: Não. Aqui a única coisa que agente tem é só a agente comunitária só. Mais nada. É a nossa conselheira que era daqui do bairro é la da Castelo. Ela faz a Castelo [...]

E.F: A conselheira tutelar tu diz?

R.A: É.

E.F: A Lilian?

R.A: A Lilian, que antes era a Gessy que era daqui. Agora não é mais a Gessy, agora é a Lilian.

Ana relata que após a morte do presidente da Associação de Moradores do Bairro, Sr. “Panchito”, não há outro presidente. Antes participava das reuniões de maneira esporádica.

E.F: E o presidente da Associação de Moradores do Bairro, ele representa vocês?

R.A: O nosso [presidente da Associação de Moradores do Bairro Santa Rita] morreu, a gente não sabe nem quem é.

E.F: Mas tem um novo presidente, ou não tem mais?

R.A: Acho que nem é daqui, é lá da Castelo, aqui não tem mais.

E.F: Não tem mais Associação de Bairro?

R.A: Não. Foi o único [o presidente falecido] que procurava a gente pra dar alguma coisa, aquele negócio de dar ajuda sabe, do Natal, Ano Novo, campanha de agasalho, era só ele que corria atrás. Depois que ele faleceu, ninguém se interessou mais [...] Ele que agitava as coisas.

Conta-nos como a limpeza do bairro é feita pelos próprios moradores. Diz que quando há algum evento, ou visita de político, a prefeitura vem e limpa o bairro.

Crê que há melhoria nos serviços de limpeza, mas não em infraestrutura. Fora isso, as melhorias no bairro são atribuídas à morte e prisão de traficantes.

A entrevistada participa da Associação de Pais e Mestres, conversa muito com os filhos, dando conselhos e advertências, utiliza castigos e xingamentos para disciplina-los, e não nega a violência física se for preciso.

Para ela espaço de lazer para os jovens e famílias é no bar “Pipoca”. Um bar que tem bastante controle policial e por tanto é considerado seguro. Antes deste bar, havia outros, porém violento. Os campinhos são os espaços de lazer e as tentativas de colocar banco ou brinquedos nestes campinhos, feitas pela prefeitura, foram frustradas pela depredação de vândalos.

Relata-nos ainda a violência gratuita que há entre os jovens. Jovens que batem uns nos outros porque um “olhou atravessado” para outro, mas ela não se sente ameaçada com isso, pois relata que “é coisa de gurizada”.

Diz que há relação de cordialidade e troca entre vizinhos, embora tenha relatado casos de agressão física com intervenção policial entre vizinhos, não estando envolvida neles.

Ana vê efetivo e rápido o encaminhamento dos serviços de saúde, embora relate que tem que ir às 5 horas da manhã para o Posto de Saúde para conseguir marcar uma consulta. E não importa a hora que chegue no Posto de Saúde, irá receber atendimento, podendo no máximo ter que esperar muito.

4) Ju tem 62 anos, não estudou, não é alfabetizada, é aposentada da indústria de peixe - Pescal, tem sete filhos de 41, 40, 38, 35, 33, 30 e 29 anos de idade. Mora no bairro há 10 anos. Mora sozinha, mas os filhos moram perto de sua casa. Sua filha caçula estava na casa no dia da entrevista e deu algumas opiniões.

Ju, considera o bairro violento e, relata incidentes para justificar sua opinião. Conta-nos que o filho recentemente sofreu ameaça de morte por o terem confundido com outra pessoa.

Entrevistadora Fabiana: A senhora considera que o bairro é violento? Eu vi que a sua porta estava fechada com cadeado.

Resposta Ju: É violento, sim. É violento. Oh, quer ver uma coisa? Meu filho perdeu um cachorro, meu filho mora ali adiante, e ele tá desesperado atrás do cachorro. Aí ele saiu na segunda-feira, de noite, de madrugada, porque ouviu, escutou um cachorro latindo e ele achou que fosse o dele. Aí, ele saiu e quando chegou na dobrada ali da esquina, os caras já queriam matar ele porque acharam que ele tivesse cuidando neles.

Conta-nos também que recentemente às 4 horas da tarde, assaltaram a escola João de Oliveira.

E.F: Porque a senhora acredita que o bairro é violento?

R.J: Por causa dos grupos nas esquinas, na madrugada, são da droga. E eu acho isso aqui violento porque a polícia vive correndo aqui, vive pegando [bandido]. Esses dias, quatro horas da tarde, tavam assaltando o colégio, o colégio.

E.F: A escola aqui do bairro?

R.J: A escola, às quatro da tarde. Foi um reboiço, um reboiço de polícia de lá prá cá e de cá prá lá, até que pegaram. Pegaram. Já tavam vendendo janelas de alumínio, que tinham roubado um monte de coisa, fio e tudo.

Ju, diz que acontecem no bairro “batidas” policiais quase que diariamente. Essas batidas corroboram sua percepção de que o bairro é violento.

Conta-nos que a rua onde mora não é violenta, mas o resto do bairro sim. Atribui a violência ao uso do crack e diz que são os moradores, usuários de drogas que precisam de dinheiro para comprar a droga, os responsáveis pelos assaltos e violência no bairro. Diz que sente medo de ser assaltada e por isso vive trancada.

E.F: Tem alguma instituição que faça um trabalho de prevenção de violência aqui no bairro?

R.J: [...] É a polícia, bate aqui, oh, praticamente [todos os dias], porque eu tenho um rádio na beira da cama, ali, que eu ligo às cinco horas da manhã prá escutar o Aldir Almeida [programa de rádio], que eu pego tudo. E eu escuto, é sempre, aqui, nessa rua aqui não é tanto, aqui não tem, mas aí prá trás, na [rua] A, na [rua] B, prá lá, é praticamente um dia sim, um dia não [as ações policiais].

E.F: O bairro tem problema com roubo ou droga?

R.J: Roubo e droga, droga, droga, droga!

E.F: Quem são esses criminosos de hoje, que estão aqui no bairro? Eles são moradores do bairro ou eles vêm de fora?

R.J: Não, não. São aqui do bairro!

E.F: São daqui mesmo?

R.J: São daqui do bairro.

E.F: E a senhora crê que eles roubam por quê?

R.J: É por causa da droga que eles roubam.

[Filha de Ju que participa da conversa]: Por causa da droga. Agora a pedra [crack] tá muito [espalhado]. O pessoal, usuário não sempre que tem dinheiro, então, eles tentam arrumar dinheiro de tudo que é jeito.

R.J: Tinha parado os assalto de ônibus. Agora começou de novo, aqui na faixa dos carreiros [Rua Roberto Socoowski]. Por quê? Por causa da droga. Eles querem dinheiro prá comprar droga. Não têm [dinheiro], eles fazem qualquer negócio. Eu, sinceramente, eu tenho medo por isso eu vivo trancada. Porque eu sou sozinha.

Ju conta que tem uma desavença com um vizinho, e que teve inclusive intervenção policial para separar uma briga. Fora este vizinho, não tem problemas com os demais. Afirma que há uma relação de apoio entre eles, em caso de doença, por exemplo.

E.F: Como é a sua relação com os vizinhos?

R.J: Boa. Agora há pouco, eu vou lhe falar a verdade, eu tive problema com o vizinho lá dos fundos, da outra rua. Mas pelo seguinte: eles pediram autorização prá mim, que queriam fazer muro, e eu deixei, liberei, sendo que chegou um certo tempo, eles fizeram limpeza no pátio deles, então ficou um pedaço assim de quintal meu pro lado deles, porque eles botaram a cerca mais prá dentro do meu pátio, que era cerca de madeira, pra eles poder trabalhar! Tudo bem! Mas aí o muro começou a crescer, e a crescer, e a crescer. E eu vi que eles faziam limpeza no pátio e jogavam tudo aqui prá dentro, o lixo. No momento que eu tirasse a cerca, aquilo ali ia ficar prá mim limpar. E eu falando, e avisando, e avisando. Quando o muro tava desta altura, eu falei prá eles: ah, não! “Amanhã nós vamos botar a escada aqui e pula pro lado daí e vamos tirar”. “Se você não fez quando o muro tava lá embaixo, você ia fazer com o muro daquela altura?” Obvio que não! Que eu sempre disse prá eles: a minha sujeira, eu vou pagar uma carroça, porque eu pago, é prá corta a grama, prá tudo porque eu não tenho ninguém que faça. Meus filhos trabalham. E eu vou pagar uma carroça só prá limpar meu pátio, que eu não gosto de sujeira. Eles acharam, como eu

ia pagar a carroça, que eu ia tirar tudo. Mas não, não. Aí, meu filho trouxe a polícia. Foi a única vez que eu tive encrenca com eles aí.

Para ela, violência está relacionada com briga, morte, discussão, “bate – boca”.

E.F: O que é violência para a senhora?

R.J: Ah, violência prá mim é briga, é morte. Isso aí prá mim é violência. É discussão com alguém por certas coisa, isso aí é violência. Bate-boca prá mim é violência.

Ju foi assaltada há uns 20 anos, episódio em que bateram muito nela. Conta-nos a filha caçula, que foi um sobrinho acompanhado de um comparsa, quem a assaltou. Os agressores nunca foram presos, e o sobrinho foi assassinado recentemente, envolvido com o crime e as drogas.

E.F: A senhora já vivenciou alguma situação de violência, que tenha alterado seu dia a dia?

Filha da Ju: Ela já foi assaltada.

R.J: Fui assaltada.

Filha: Uns quinze anos atrás, mais ou menos. Bateram muito nela, deixaram ela toda machucada.

E.F: Onde isso aconteceu?

R.J: Foi na vila Maria.

Filha: Na vila Maria. Não, mais de quinze anos, eu era pequena. Tinha uns nove anos. Uns vinte anos atrás, mais ou menos. Bateram muito na minha mãe, ela ficou totalmente machucada.

R.J: E eu vinha do serviço.

Filha: E o pior de tudo é que foi o marido de uma sobrinha dela, que quando a gente morava lá na vila Maria, se aproximaram da gente, da minha mãe principalmente, e minha mãe ajudava.

Nos últimos dez anos, conta que nunca mais foi assaltada ou sofreu violência, pois segundo ela, vive trancada em casa. Conta que tem tanto medo, que não abre a porta de casa à noite nem mesmo para os filhos.

Para ela, os filhos não se envolvem com os “criminosos”, sabem quem são os criminosos e “patrões” da vila, mas não fazem nada, não denunciam, para não criar inimizade e não sofrer retaliações. A filha caçula, por exemplo, que mora perto da casa da mãe, convive com um ponto de droga em frente a sua casa.

E.F: Seus filhos tem segurança para sair à noite?

R.J: [ela não entendeu a pergunta, mas a resposta dada é relevante] Não, ninguém anda assim. Eles são tudo trabalhador. A gente prá se assaltada pode sai de casa prá tomá uma condução e ser assaltada. Tem um [filho] mesmo que sai de casa, que pega lá na Bianchini [empresa] às 5 horas da manhã. O ônibus pega ele na faixa e, graças à Deus, com eles nunca aconteceu nada, nunca, nunca.

E.F: Ele sai de casa às 4 horas da manhã? é noite ainda.

R.J: É noite ainda, nunca aconteceu nada.

E.F: A senhora comentou que acredita que o bairro é violento, mas a senhora crê que não acontece nada com ele por quê?

R.J: Porque eles são calmo, eles não são de bebida, não são de cigarro, não se envolvem [com bandidos].

E.F: E a senhora crê que os bandidos aqui do bairro preferem não se meter com eles?

R.J: Não se metem pelo seguinte, eles não se metem também com os bandido. Eles até cumprimentam: "Ô cara, tudo bom?", "Tudo bom!". Porque com essa gente nós não podemos arrumar inimizade. Que nós arruma inimizade de dia, de noite eles vêm com tudo [invadindo a casa].

E.F: Vocês sabem quem são estas pessoas, sabem quem são os criminosos, são capazes de identifica-los?

R.J: Não.

Filha: Nós não podemos nos envolver porque depois vem a retaliação, e a polícia, infelizmente, não faz nada.

Ju não conhece nenhum trabalho de prevenção da violência no bairro, com exceção das palestras e atividades desenvolvidas pelo Posto de Saúde. Cita as Associações de Moradores de Bairro, mas que trabalham auxiliando apenas seu grupo de amigos e, pela narrativa, vemos que as ações são assistencialistas. Ela Considera efetiva a atuação do Posto de Saúde nos encaminhamento de serviços.

E.F: Tem algum trabalho de prevenção da violência que seja desenvolvido aqui no bairro?

R.J: Não.

Filha: Não. Tem vários cursos, várias coisas. Sobre prevenção da violência não tem.

R.J: Sobre isso aí, não tem.

E.F: Como assim, tem vários cursos, várias coisas, o que seriam essas várias coisas, esses vários cursos?

Filha: Gestante, sobre as gestantes, coisas prá idosos, passeios, mais ou menos, é ali no Posto [de Saúde], a minha mãe até faz parte.

E.F: Quais outras atividades o Posto de Saúde desenvolve?

R.J: Baile.

Filha: Tudo ali pelo posto, é mais voltado para os idosos, prá mulheres gestantes.

E.F: Não tem uma preocupação com os adolescentes aqui?

R.J: Não. Aqui na vila, não.

Filha: Nada voltado pras crianças.

E.F: Não lembra de nenhuma outra organização, uma igreja, alguma organização não governamental que faça um trabalho de prevenção com crianças?

R.J: Aqui não tem.

Relata - nos que não há espaços de lazer para os jovens do bairro, e eles ficam nas esquinas, usando drogas ou "de agarramento", como nos diz a filha de Ju. Conta que o ginásio construído recentemente pela governadora Yeda está sempre fechado, e é mais para uso da escola e não da comunidade em geral.

E.F: No bairro, tem espaço para os jovens se divertirem, praça ou quadra?

R.J: Não.

Filha: Não. A maioria fica nas esquina. Os pequenos ficam de agarramento, os maiorzinhos ficam usando droga.
 E.F: Não tem um espaço adequado para os jovens?
 Filha: Não.
 E.F: Onde eles podem jogar um futebol?
 Filha: Não [tem]. Tem até um ginásio lá na entrada [do bairro Castelo II], mas aquilo tá sempre fechado.
 R.J: É, mas mais ali é pro colégio.
 Filha: Sempre fechado. Nunca vi aquele ginásio aberto.

Ju não se sente representada por nenhuma instituição. Nunca participou da Associação de Pais e Mestres da escola, pois sempre trabalhou fora.

E.F: você acredita que alguma instituição do bairro a represente?
 R.J: Não.
 E.F: E a Associação de Moradores do Bairro?
 R.J: Não fazem nada.
 E.F: Não sente que eles são a sua voz?
 R.J: Não.

Ju nos relata que a relação com os filhos, quando estes eram jovens e crianças, era permeada de violência e que batia muito nos filhos para discipliná-los.

E.F: Como a senhora educava e disciplinava seus filhos? A senhora costuma conversar com eles ou bater neles?
 R.J: Ah, batia. Muito.

Para ela a limpeza do bairro é precária, por culpa da prefeitura que não limpa. Considera que houve melhorias nos últimos 10 anos, em infraestrutura, com calçamento, linha de ônibus, etc. Atribui estas melhorias às reclamações da comunidade.

E.F: Como é a limpeza do bairro?
 R.J: Olha, a única coisa que eu me jureio aqui, como agora, daqui prá diante, eu e mais gente já botemo na cabeça, nós vamos começar a reclamar porque nós já tamo pagando imposto. Eu tô, esse [vizinho] aqui do lado, ta, o de lá adiante tá, essa daí da frente ta, porque nós compreimo o terreno. E a única coisa que jureia é essas valeta aí, que é entupida aí, eles não limpam isso aí, no inverno isso aí enche d'água que transborda. A gente não tem condições de sair pro meio da rua.
 E.F: Mas é a prefeitura que não limpa? ou limpa e o morador vem e suja de novo?
 R.J: Não. É [culpa] da prefeitura. Não viu como tá aqui adiante de capim aí?
 E.F: Eles não limpam?
 R.J: Não limpam. Eu mando limpar a minha frente, aqui. Paguei agora, esses dias, 25 real prá limpar.
 E.F: A senhora paga para um rapaz vir e limpar a entrada da sua casa?
 R.J: Sim, eu pago, porque se eu não limpar eu vou sumir no meio do capim. Isso aí eu acho que seria serviço da prefeitura.
 E.F: Nesses dez anos que a senhora mora aqui, a senhora crê que melhorou alguma coisa no bairro?

R.J: Ah, houve. As ruas mesmo. Foi tudo aterrado. Era um banhado. O ônibus fazia a volta por lá. Quando a gente descia do ônibus já era assaltado, que ali naquele matagal das FURG ali. Aí o ônibus começou a transitar aqui por dentro [do bairro]. Mudou muito isso aqui. E agora temos ônibus do Cassino aqui por dentro.

E.F: Melhorou em temas de infraestrutura. Mas na questão da violência melhorou? Aumentou ou diminuiu a violência?

R.J: A violência aumentou.

E.F: E por quê?

R.J: Por causa da droga, da droga.

5) Jaqueline tem 38 anos, moradora do bairro há 15 anos, tem dois filhos, um de 22 e o outro de 15 anos.

Jaqueline considera o bairro tranquilo, diz que sai à noite se precisar, ela e os filhos. Não usa grade nas portas e janelas de casa e muitas vezes quando sai de casa, deixa as portas abertas.

Entrevistadora Fabiana: Tu consideras que o bairro é violento?

Resposta Jaqueline: Não!

E.F: Não! Consideras um bairro tranquilo?

R.J: Tranquilo.

E.F: Tu tens grades, cadeados em tuas portas?

R.J: Seguido esqueço porta encostada e janela sem grade e nunca mexeram em nada.

E.F: Nunca entraram na tua casa?

R.J: Nunca, aqui nunca!

E.F: Tu te sentes tranquilas pra caminhar de noite aqui?

R.J: Ahh, livre bah!

E.F: É e se tu tiveres que ir ao supermercado ali na esquina de noite? Vais tranquila?

R.J: Não tenho hora pra andar na rua.

E.F: Não tem problema?

R.J: Não.

E.F: Teus filhos? [...] eles também se sentem tranquilos para andar no bairro?

R.J: Sim.

Relata a violência física e ameaças que acontecem entre vizinhos, mas não considera como violência ou crime. Sua relação com os vizinhos é tranquila.

E.F: Como é a relação entre vizinhos?

R.J: Tem vizinho que briga muito com o vizinho bom, são violentos. Puxam armas. Querem matar.

E.F: Chegam a ameaçar?

R.J: Chega a ameaçar de morte. Mas ai é em função de briga deles ali. Não, não. Mas lhe digo assim, não é nada de crime. Nada de crime. É fato emocionante [risos]. É só briga entre vizinhos.

Considera violência o uso de drogas, pois segundo a entrevistada os usuários “ficam loucos” quando a usam.

E.F: O que tu consideras como violência?
 R.J: Drogas só!
 E.F: Uso de drogas, das pessoas usarem drogas é uma violência?
 R.J: É uso de drogas só. Sim por que eles ficam bem louco. Quer confusão essas coisa assim, mas é difícil aqui eu não vejo nada disso.
 E.F: Não precisa ser alguma coisa que tu vejas aqui no bairro, mas o que tu consideras violência?
 R.J: Fugiu da minha mente [o marido estava ao lado].
 E.F: Tu não saberias me dizer, o que é uma conduta violenta?
 R.J: Nada!
 E.F: Tu já sofreste algum tipo de violência na tua vida, que tenha alterado o teu dia a dia?
 R.J: Não, não graças a Deus!
 E.F: Nunca sofreste um assalto?
 R.J: Não. Ahh! Sofri sim!

Quanto a casos de violência que tenha sofrido, lembra que há mais de 15 anos, entraram na sua casa, mantiveram todos presos, tentaram sufocá-los e ainda bateram com o revólver na cabeça de seu cunhado.

E.F: Me conte um pouco deste assalto?
 R.J: Foi na minha casa, quando eu morava lá no Cedro [outro bairro].
 E.F: Isso faz mais de 15 anos. Eles entraram na tua casa? Tu estavas em casa?
 R.J: Tava. Prenderam a gente.
 E.F: Os assaltantes ficaram muito tempo dentro da casa?
 R.J: Sim
 E.F: Bateram em vocês?
 R.J: Não, só tentaram matar sufocado. Não, é, no namorado da minha irmã eles bateram com o revólver na cabeça, mas isso foi lá no Cedro não foi aqui.
 E.F: Mas depois que a tu vieste pra cá, sofreu algum tipo de violência?
 R.J: Aqui não!
 E.F: Nunca? Nem no centro?
 R.J: Não!

Jaqueline não conhece trabalhos de prevenção da violência no bairro, mas é capaz de citar uma escolinha de futebol que é oferecida pela Associação de Moradores do Bairro, o Programa Primeira Infância Melhor ou ainda ações da igreja, mas sem conhecer muito bem o que são os projetos.

E.F: A senhora conhece algum trabalho de prevenção de violência que é realizado aqui no bairro?
 R.J: Nenhum!
 E.F: Nenhum? Nem um tipo de palestras?
 R.J: Não. Que eu saiba nenhum.
 E.F: Sabe se tem palestras aqui no bairro sobre prevenção de violência?
 R.J: Não! Até que a minha nora tava tentando falar com a Miriam Marroni lá de Pelotas, pra fazer esse projeto aqui na Castelo.
 E.F: Qual projeto?
 R.J: Esses negócio de vir essas coisa, pra criançada da rua que tão usando droga né, tem muita criança usando droga aqui na Castelo [bairro vizinho]! Ai a minha nora quer ver que faz esse projeto pras criança, pra tirar eles da rua.

E.F: Seria para encaminhar, para essas comunidades terapêuticas, pra se livrar das drogas?
 R.J: Seria. Vão fazer uma ali naquele salão que ta fechado.
 E.F: O ginásio de esportes?
 R.J: É até a Yeda teve ai, inaugurou e não faz nada ali.
 E.F: Está sempre fechado?
 R.J: Sempre fechado.
 E.F: E tem alguma atividade ali?
 R.J: Nada! Nada! Outras atividades não tem, programar essa coisa assim pras crianças. E tem aqui a Associação do Bairro ali [do bairro vizinho]. Mas eles não fazem nada! Até tem algumas criança que faz umas atividades. Até tem! Em uma época eu fui inscreve. Eu tenho um neto. Fui inscreve com a gurua, mas é ele tá com sete anos e é só com oito. Mas é escolhido a dedo, eu acho.
 E.F: E é promovido pela Associação de Moradores?
 R.J: É que não chega à gente!
 E.F: Não tem alguma igreja que faça algum trabalho?
 R.J: AHH, tem! A igreja de Santo Antonio tem, tem! Não visse lá?
 E.F: Não vi!
 R.J: Parece que tem se não me engano.
 E.F: Mas tu sabes o que é esse trabalho?
 R.J: Não, é esse negocio de pressão alta, diabetes essa coisa. Não tem nada haver.
 E.F: Com prevenção de violência?
 R.J: Não! [...] Quando tem é só pra cinco, seis, sete anos. Só três anos de atividade, deu. Depois deu esquece.
 E.F: Seria na creche a atividade? A Escola Infantil?
 R.J: Não, daí são as atividades que as gurias lá do Posto [de Saúde] fazem, aquela do pezinho rosa. Como que chama?
 E.F: O que tem um pezinho rosa na frente? É o Primeira Infância Melhor, é o PIM?
 R.J: É o PIM, isso!

A entrevistada não se sente representada por nenhuma instituição, mas também não participa da Associação de Moradores do Bairro, apesar de já ter sido convidada.

E.F: Vocês participam das reuniões da Associação de Moradores do Bairro?
 R.J: Eu não.
 E.F: Mas já foram convidados?
 R.J: Já, eu já passei [já foram na reunião] uma ou duas, mas não fomos [mais], não gosto.
 E.F: Vocês alguma vez foram consultados para tomar decisões aqui no bairro?
 R.J: Não. Também nunca.

Seu filho não tem espaço de recreação, ao sair da escola fica em frente de casa, jogando bola.

E.F: Conhece algum trabalho de prevenção da violência?
 R.J: Não.
 E.F: A escola tem um segundo turno, onde a criança não fique na rua, mas sim fique dentro da escola?
 R.J: A gente gostaria disso, mas não tem.
 E.F: Onde os jovens se divertem, há praças ou quadras? Aonde eles vão quando saem da escola?

R.J: Os meus [filhos] vinham pra casa, não tem espaço aqui pra eles se divertirem. Televisão, e joga bola no pátio e deu.

E.F: Não tinham espaço onde eles podiam socializar com outras crianças, onde podiam estar brincando seguramente?

R.J: É aqui na frente de casa com outras crianças eles brincam. Só isso.

Jaqueline afirma que não bate nos filhos, mas que já deu algumas palmadas como forma de discipliná-los, porém, sem machucar.

E.F: Como você educa e disciplina seus filhos? Você costuma conversar com eles ou bater neles?

R.J: Não, uns tapinhas de leve eles até levam. Mas apanha de mim, não. Que nem eu apanhei no meu tempo não.

Ela afirma que tem boa relação com a agente comunitária de saúde, mas acha demorados os encaminhamentos do Posto de Saúde.

Considera o bairro limpo e que tem um bom serviço de limpeza.

Acredita que teve melhorias no bairro, relacionadas com infraestrutura como asfalto, luz, água. O asfalto, atribui a uma exigência da empresa de transporte urbano “Noiva do Mar”, que ao iniciar a fazer a linha dentro do bairro, exigiu asfalto.

E.F: Nestes 15 anos que a senhora mora aqui, a senhora crê que o bairro melhorou?

R.J: Sim.

E.F: Em que ele melhorou?

R.J: Tudo!

E.F: Em que ele melhorou?Infraestrutura? Serviços?

R.J: Ta sempre melhorando.

E.F: Melhorou por que tem mais estradas, tem mais luz?

R.J: Melhorou, ta passando o ônibus, ta melhorando, estão asfaltando.

E.F: Essas melhorias aconteceram por quê? A senhora acredita que a comunidade se organizou e foi pedir essas melhorias para o prefeito?

R.J: Não, foi beneficio pra a Noiva do Mar mesmo [empresa de ônibus que tem uma linha dentro dos bairros].

E.F: A empresa começou a vir prá cá, pra fazer a linha e começou a exigir asfalto no bairro?

R.J: Não. Já tinha a linha [...]. Tinha a Noiva do Mar. A prefeitura arrumou pra eles.

E.F: E a senhora diria que há 10 anos o bairro era mais violento ou menos violento?

R.J: Eu vinha pra cá e não tinha luz guria, eu andava de madrugada na rua.

E.F: E nunca teve problema?

R.J: Pra mim nunca. Mas se aconteceu alguma coisa com os outros, comigo aqui nunca aconteceu nada. Nunca vi.

6) Pamela tem 19 anos, é casada, professora, sem filhos, moradora do bairro há 3 anos, tem um enteado. Diz que o bairro não é violento, e relata que antes de morar no bairro, acreditava que ele o fosse. Durante a entrevista Pamela se contradiz, dizendo algumas vezes que o bairro é violento e outras que não.

Entrevistadora Fabiana: O bairro é violento?

Resposta Pamela: Não. Eu até antes de vir morar aqui eu me apavorava. Quando ele falava, meu marido: - eu moro lá [no bairro],- eu ficava apavorada, porque eu morava lá na barra, uma vila de pescadores bem calminha. Então, mas não, não é violento, só uma vez me assaltaram ali, mas também porque a gente se amostro lá na frente [...]

Entrevistadora Fabiana: As crianças e os jovens, tu acreditas que elas são uma preocupação das instituições locais?

Resposta Pamela: [ela não entendeu a pergunta, mas a resposta é relevante] Olha, são. As crianças aqui da vila, as atitudes deles são assim. eu nunca tinha visto. Eu fiz o pré-estágio, dei aula uma semana no Goréia [uma escola no bairro vizinho], uma semana no João [escola da Castelo] e dei na escolinha também. Lá no Goréia um guri até me ameaçou: Meu tio é traficante, se tu não me respeitar eu vou chamar meu tio e ele vai te dar um tiro. Eu fiquei apavorada! [...] Não. Não tenho medo que me aconteça nada. Se me pararem e oferecerem alguma coisa eu vou dizer que eu não quero. Porque quantas vezes a gente já canso de chegar das festas. Agora mesmo a última vez que a gente saiu, a gente entrou na casa e veio um cara, eu pensei que era assalto, eu cheguei a entrar, ele tava guardando a moto. O cara queria vender um saco de arroz por quatro reais né Wagner. De madrugada, eu achei que o cara, ele ia nos assalta, ia roba o que tava dentro de casa e ia levá a moto ainda. Arrecem a gente tinha chegado. Dia de ano novo, arrecem a gente tinha chegado. Não mais ai ele só queria vender um saco de arroz. [...] Não te digo que eu não tenho medo, medo eu tenho, só que nunca me aconteceu, até me acontecer eu vou me prevenir, eu me previno, a gente chegou, nunca aconteceu isso com nós de nós chegar e irem lá no portão. A gente já chegou uma vez e pararam ele no caminho, oferecerem para ele, ele disse que não queria e foi embora tranquilo.

Conta-nos que já foi assaltada no bairro no ano de 2009, às 2 horas da tarde e crê que teve culpa, porque como nos diz, “se mostrou”. Relata que voltando de um curso, com uns colegas, uns meninos de cerca de 15 anos, mostraram uma arma de fogo, ela se jogou em uma valeta para fugir e eles roubaram apenas a jaqueta de um dos colegas. Depois disso, queria ir embora do bairro. Não denunciaram o assalto por medo de retaliações, pois os assaltantes são moradores do bairro e conheciam o grupo.

E.F: Me conte como foi esse assalto que você sofreu?

R.P: [...] A gente veio fazer um curso na FURG do NEPE e aí me assaltaram ali na passada. Não me assaltaram, levaram o casaco do meu amigo. Só que o guri mostrou a arma, eu nunca vi arma na vida me joguei na valeta, pulei para o outro lado, chamei ela apavorada [a sogra], tu vem me buscar que eu não quero mais ir praí. Só aquilo ali foi um susto, mas é violento, porque da onde que tu viu, acho que os guris tinham uns 15 anos. Mostrar uma arma para nós, nós era[mos] 4 e mais um menino. Mostraram uma arma pra nós, levaram o casaco do guri e nunca mais.

E.F: Isso foi em que ano?

R.P: Foi em 2009.

E.F: Esse assalto alterou o seu dia a dia?

R.P: Foi logo que eu vim morar aqui, dois meses eu tava aqui, queria ir me embora depois, também do susto. Quase morri aquele dia!

Apesar disso, diz se sentir tranquila para caminhar na rua à noite, inclusive na madrugada e que já foi abordada por transeuntes este horário, mas para que lhe oferecessem drogas, embora sua primeira impressão, era de que seria assaltada.

E.F: Mas tu te sentes tranquila para caminhar na rua de noite?
 R.P: Me sinto, tem sábados, eu fico sozinha sábados de noite, ele [marido] trabalha sábado de noite eu fico sozinha.
 E.F: Fica sozinha em casa?
 R.P: Fico sozinha em casa.
 E.F: Mas se sentes segura para sair à noite se precisar?
 R.P: Eu vou. Eu já fui de madrugada [da casa da sogra até a sua]. Fui 3 horas da madrugada, eu vou tranquilo.

Pamela crê que há muitos usuários de drogas no bairro, inclusive crianças e isso a assusta.

E.F: Tem muitas pessoas usuárias de drogas aqui na comunidade?
 R.P: Tem. Tem bastante
 E.F: E isso não te assusta?
 R.P: Me assusta, porque a minha futura profissão eu vou lidar com crianças e eu vejo muitas crianças aqui usando drogas, muitas, muitas, muitas. Me abala.

Para ela não há pessoas violentas no bairro e considera violência qualquer ato que ofenda outra pessoa, seja físico ou verbal.

Tem amigos usuários de drogas e relata que quando eles estão drogados, se tornam mais violentos.

E.F: Quantos anos ela tem, essa tua amiga?
 R.P: 14 anos
 E.F: E está usando crack?
 R.P: Tudo. Crack, tudo que ela vê, ela usa.
 E.F: Tu acredita que a conduta dela é mais violenta em função dela usar droga ou não?
 R.P: É. Totalmente. Quando ela usa droga ela fica transformada, bem locona. E ela não é assim, ela é amiga, ela é tranquila, tu sabes, ela chega aqui na porta falando contigo, quando ela não ta, de um jeito, quando ela ta ela já vem bem louca.
 E.F: Ela frequenta a casa de vocês?
 R.P: Frequenta. Na minha casa lá ela vai de vez em quando. Mas aqui ela ta direto, porque a mãe dela mora aqui do lado então ela passa aqui. Quando eu vejo ela na rua ela me beija me abraça. Ela é uma guria legal, só que quando ela ta transformada ela. Ela nunca me tratou mal, mas eu sei que ela ta fazendo mal pra ela. Ela ficou grávida, perdeu o bebê. Porque não se cuidava, andava no frio com aquela barriga de fora. Eu até achei melhor porque ela não ia cuidar da criança.

A violência doméstica apareceu na narrativa somente quando perguntado.

E.F: Tu me disseste que não tem pessoas violentas aqui no bairro. Então não existe pais que agridem filhos, maridos que agridem mulheres?

R.P: Sim, isso aí acontece, meu vizinho lá, dia de Natal espancou a mulher, nós nem estávamos em casa. Quando eu cheguei que eu soube, que ele espancou a mulher dele, na frente das crianças.

E.F: Porque tu crês que ele faz isso?

R.P: Por que ele bebe. Ele bebe, aí ele se descontrola, aí ela fala alguma coisa para ele e ele senta o sarrafo nela [agride ela]. Eu já tinha percebido isso. Eu nunca vi ele batendo nela. Um dia ele boto ela pra fora do portão, o Vagner [marido] tinha saído para o serviço e aí ela gritava para entrar e ele não abria, as crianças chorando, pai abre pra mãe, aí dia de Natal ele bateu nela deixou ela toda sangrando os vizinhos que acudiram ela, os outros.

Com relação aos vizinhos, conta-nos que tem uma vizinha que apanha do marido alcoolista e ainda que os vizinhos roubam roupas do seu varal, por isso diz não ter uma boa relação com os vizinhos.

E.F: Como é a sua relação com os vizinhos?

R.P: Assim que eu vim morar aqui, eu saía pro colégio, eu estudava no Juvenal da uma e meia às seis e quinze, e aí eu deixava minhas roupas no arame. Aí um dia da apresentação do meu enteadado no CAIC [escola próxima], eu deixei um monte de roupa cara, Rala Bela [marca], roupas do Vagner, e aí quando eu voltei não tinha nada na corda e aí eu me apavorei, roupa cara, e aí eu liguei pra ele, sumiu as roupas da corda, ele disse: roubaram, eu digo assim: ta. Aí no outro dia ele se levantou de manhã cedo, a gente foi procurar as roupas algumas estavam em cima do telhado, outras levaram, só que só levam peças intimas, levaram calcinha, sutiã, cuecas do Vagner nunca levaram, só as minhas. E aí eu comecei a desconfiar dos vizinhos do lado. Porque houve um outro caso que a gente foi acampar no Cassino, eu deixei um tapete estendido na rua, e meu tapete tava do lado dela quando eu voltei, aí a gente pediu e aí agora até, uns dois três meses atrás a gente discutiu na cerca porque eu peguei e disse para ela que ela tem que dar educação para os filhos dela e ai ela disse para mim que se eu me sentisse incomodada tinha que fazer um muro na minha residência, eu disse para ela que não é assim, eu não tenho que fazer, se ela quer que eu faça, ela tem que me ajudar. Porque eu trabalho, eu saio todos os dias para trabalhar, que eu não fico em casa, sempre que eu falava para o padraço deles, o padraço deles fazia alguma coisa só que a mãe passa a mão por cima. Mas agora o cara tomou conta da situação e eles se acalmaram. Eu deixo roupa ali e eles não mexem mais. Mas no começo sumia.

E.F: Tu desconfiavas deles, chegou a comentar isso com ela e ela te agrediu verbalmente?

R.P: Sim, ela disse que os filho dela não eram ladrão, aí eles pararam de roubar, eu parei de deixar roupa na corda, botava dentro de casa e aí eles começaram a bater na minha parede de martelo. Tava dormindo de manhã e eles martelada e martelada. E eu dizia para por favor, para, eu com educação, ele ia lá dava uns berro na cerca e eles paravam automaticamente.

Pamela conta que os conflitos familiares são resolvidos com gritos, seguidos de risadas e pazes.

Com relação aos programas de prevenção da violência, Pamela cita o programa municipal “Crack Nem Pensar”, que funciona através do Posto de Saúde, onde o usuário de drogas é encaminhado para uma psicóloga e em casos mais graves encaminhado para clínicas de reabilitação – Comunidades Terapêuticas.

O marido que participa da conversa, cita ainda o grupo “Mentes Sem Limite”, um grupo de hip hop que trabalha com crianças e jovens no bairro, mas observa-se da narrativa que ele não sabe muito bem o que é.

E.F: Tu conheces algum trabalho de prevenção de violência que aconteça aqui no bairro?
 R.P: Crack nem pensar.
 E.F: Tem este trabalho aqui?
 R.P: Tem este trabalho. Tem no Posto [de Saúde], as gurias te indicam. Te levam até pro psicólogo se tu precisar. Elas encaminham pra clínica e vai pra Querência [bairro onde está localizado uma comunidade terapêutica]. Só que a Jessica [amiga usuária de droga] tem que querer. Ninguém vai forçado. A Jéssica não quer, já convidei a Jessica.
 E.F: Este programa Crack nem pensar, é um programa do Posto de Saúde?
 R.P: Não. É da prefeitura e a prefeitura implanta nos Postos de Saúde, só que nenhum adolescente vai sem querer, tem que ir por própria vontade. Porque lá tem como fugir.
 E.F: Ele funciona então na verdade como um tratamento. A pessoa decide que quer largar a droga, quer largar o crack, e vai no Posto de Saúde buscar ajuda?
 R.P: É, o Posto [de Saúde] encaminha para uma psicóloga. Se vê que o caso é muito grave aí eles encaminham para as clínicas.
 E.F: Algum outro trabalho que tu conheças de prevenção?
 R.P: Não é só esse. Às drogas é só esse.
 E.F: Tem alguma instituição que trabalha aqui no bairro, que não faça um trabalho diretamente de prevenção da violência, mas que com este trabalho possa estar ajudando também?
 R.P: Não conheço.
 E.F: Igreja, escola, ONG, alguma organização?
 R.P: A igreja católica teve andando por aqui. Quando eu morava na barra [bairro] o frei me disse que correram ele daqui. Ele não conseguiu entrar no bairro [risos], porque quando ele entrou ali nas ruas dos traficantes botaram ele pra correr. Que diziam que não queriam, que não aceitavam Deus, e botaram ele pra correr.
 Resposta do Marido Vagner: Grupo Mentes Sem Limite.
 R.P: É de Rio Grande?
 Resposta do Marido Vagner: HIP HOP daqui do bairro.
 R.P: Eu não conheço.
 Resposta do Marido Vagner: Não conhece?
 R.P: Não.
 E.F: Como é este Grupo Mentes Sem Limite?
 Resposta do Marido Vagner: É pra chamar os cara pra cantar. Ensina a dança. É pra dançar e cantar.
 E.F: E onde acontece isso, quem é responsável por esse grupo?
 Resposta do Marido Vagner: Era uma senhora ali na [rua] G se não me engano, a gente conhece de ver.

Pamela relata ainda a existência do ginásio como espaço que serviria para as crianças e que ele estava sempre fechado. Conta-nos como ela fez um abaixo assinado e encaminhou para o presidente da Associação de Moradores do Bairro, que liberou o uso do ginásio. Porém ela não sabe o que aconteceu após, pois não se envolveu mais.

E.F: Existe alguma instituição que trabalhe para a prevenção da violência? A escola por exemplo?

R.P: A escola não. O governo tentou, botou um ginásio ali, só que, até eu questionei, o presidente do bairro, eu fiz um abaixo assinado, questionei ele, porque pelo começo a Yeda disse que era pra todo mundo usar, as crianças ficarem ali no tempo que não tinham nada pra fazer, que vão pra rua, eu questionei ele, ele disse pra mim que não podia fazer nada e a chave tava com ele. Aí eu fiz um abaixo assinado, não peguei ninguém aqui que eu conhecia, peguei os desconhecidos, que depois ficam falando que eu só peguei a família. Aí eu fiz um abaixo assinado e levei pra ele, que metade do bairro queria, minhas vizinhas passaram, e aí ele abriu. Aí veio uns estagiários da FURG da escola de educação física e aí ele abriu. Está sendo utilizado pelas crianças.

A associação para ela não ajuda ninguém, não faz nenhum trabalho e nem representa a comunidade. Diz que o presidente da Associação de Moradores do Bairro cobra para oferecer serviços.

E.F: A Associação de Moradores do Bairro, tu crês que ela faz algum trabalho de prevenção da violência?

R.P: Não, não ajuda ninguém. As vezes as pessoas vão ali pedir ajuda. Esses dias vi uma senhora sair falando dali, que foi pedir ajuda pro filho dela, que não aguentava mais, tava roubando as coisas dentro de casa e ela disse que aqui ela não tem apoio nenhum. Aí eu disse pra ela, a senhora vai direto na clinica. Aí ela foi lá na Quiteria [clínica de reabilitação de usuários de drogas], não sei se ela foi.

E.F: Tu crês que a Associação de Moradores de Bairro representa os moradores do bairro. Ela chega a ser um órgão representativo?

R.P: Acho que não. Não, não.

E.F: Tu sabes quem é o presidente da Associação de Moradores do Bairro?

R.P: Agora não é presidente, é presidenta porque é uma mulher. Mas não sei te dizer o nome dela, é Angela né?!

Resposta da Sogra: Não. Eu acho que é só o nome que ela ta dando de presidente.

R.P: Porque quem ta mandando é o outro. O antigo presidente. Eu nem falei com ela, eu falei com ele, ele disse que era pra eu não me meter que isso não era com ele, mas eu sabia que a chave [do ginásio] tava com ele. Já tinham me falado: A chave ta com ele. Aí eu disse pra ele: eu sei que a chave ta contigo. Tu vai ter que abrir aquilo lá pras crianças. Porque o propósito daquele ginásio foi para as crianças brincarem. Tirar as crianças da rua. O tempo que elas ficam na rua aprendendo coisa ruim, vão prá lá pra dentro, jogam brincam, se cansam, vem pra casa tomam banho, comem uma jantinha e vão dormir. Ele disse pra mim que não, que não era assim. Aí eu disse pra ele: eu vou fazer um abaixo assinado então. Se tu não abrir, eu vou dar um abaixo assinado para o meu patrão, o meu patrão vai levar pra prefeitura e vai falar com o prefeito, vamos fazer uma pauta la na câmara e vamos falar com o prefeito, porque o ginásio é feito para usar. Aí ele pegou e abriu, antes de eu começar, porque eu ia levar adiante. Aí ele abriu por própria vontade dele.

Crê que a comunidade pode ser unida desde que haja liderança e as melhorias no bairro atribui à reivindicações da comunidade. Para ela as instituições não têm preocupação com as crianças e adolescentes. Não há locais de lazer para crianças e adolescentes. Ela, por exemplo, leva o enteado para o bairro vizinho para

brincar. Conta-nos que já está planejando um abaixo assinado para trazer uma pracinha para o bairro.

E.F: [insisto em perguntar] As crianças e os jovens, tu acreditas que elas são uma preocupação das instituições locais? [...] Mas quando eu falo em preocupação, não no sentido de que as crianças estão dando preocupação, mas tu crês que as instituições trabalham em prol das crianças. Que as igrejas, o Posto de Saúde, a escola fazem algo por elas?

R.P: Não.

E.F: Fazem alguma coisa em prol das crianças do bairro?

R.P: Não, não.

O Posto de Saúde é citado por Pamela como modelo de atendimento para ela, e relata que já foi encaminhada pelo Posto de Saúde para fazer exames mais complexos, e diz que “demorou um pouquinho”, mas que foi bem atendida. Para ela o Posto de Saúde funciona bem, tem uma relação de amizade com a agente comunitária de saúde e se sente apoiada.

Para ela, a limpeza do bairro é feita pela prefeitura, mas os moradores não colaboram com a conservação e jogam lixo na rua.

4.3.4 INTERPRETAÇÃO DAS NARRATIVAS

Das narrativas, observamos que mesmo os entrevistados que afirmam que o bairro é seguro se contradizem ao afirmar que não saem à noite ou que controlam seus filhos quando estes estão na rua.

Os entrevistados, contrariando suas respostas de que seus espaços são seguros, contra os bairros vizinhos que são violentos, identificam os próprios moradores dos bairros como as pessoas que causam violência.

Vemos como a violência é sentida como os atos de lesão corporal grave e a violação ao patrimônio. Agressões verbais, palmadas nos filhos e violência institucional não são percebidas como violência, salvo quando perguntado explicitamente.

A droga aparece como o principal motivo para os roubos e crimes violentos, e também como causadora das violências domésticas.

Os entrevistados, não são capazes de identificar trabalhos de prevenção da violência ou instituições que trabalhem com este tema. O sentimento é de abandono e de que não são representados pelas instituições que atuam no bairro. As

Associações de Moradores do Bairro são assistencialistas e não chegam a todos os moradores.

Quando perguntados explicitamente se havia trabalho de prevenção da violência no bairro foram quase unânimes em responder que não.

Uma peculiaridade das entrevistas foi ouvir de uma agente comunitária de saúde, que não há trabalhos de prevenção da violência no bairro, tendo em vista que o Posto de Saúde, com seu trabalho de atenção às famílias através das agentes comunitárias de saúde, é o exemplo dado pelos órgãos governamentais como trabalho de prevenção da violência.

As relações com vizinhos, professores e agente comunitária de saúde parecem ser harmoniosas, embora a maioria dos entrevistados tenha problemas com pelo menos um dos seus vizinho.

A relação dos entrevistados com os filhos parece harmoniosa, mas os gritos, castigos físicos e a violência física, desde que não deixe marcas, são aceitos como formas de disciplinamento.

As melhorias no bairro são percebidas apenas em termos de infraestrutura, salvo alguns entrevistados que não enxergam sequer estes avanços. Ademais, não há espaços públicos para lazer na comunidade e nunca houve.

Em termos de melhorias de qualidade de vida e segurança, estas não foram identificadas pelos moradores, salvo com a morte de um traficante. Assim, a percepção dos moradores de que o bairro é violento, é a mesma de 10 anos atrás.

As relações são permeadas de violência, e os entrevistados parecem não perceber. Um exemplo é o caso da entrevistada Pamela - 19 anos, moradora do bairro Santa Rita - que já sofreu um assalto, relata que seu vizinho bate na esposa, mas segue afirmando que o bairro é seguro, que se sente tranquila e não tem pessoas violentas no bairro.

Ainda durante as entrevistas, vemos como os moradores caem em contradição quanto ao sentimento de violência e segurança. Sentem-se seguros nas suas ruas, mas não no resto do bairro; dizem relacionar-se bem e pacificamente com os vizinhos, mas os identificam como usuários de drogas ou traficantes, sendo estes os principais culpados pela violência no bairro; conceituam a violência como agressões, mas não identificam que sofrem violência mesmo tendo sofrido agressões.

Com o custo para manter os vínculos sociais e o incremento da violência no bairro, os moradores limitam suas relações aos vizinhos de rua, pois às vezes não

têm dinheiro para uma passagem até o parque no centro do município ou a praia de Cassino, onde poderiam usufruir espaços públicos seguros. O lazer passa a ser sentar-se na frente das casas com os vizinhos e familiares ou assistir televisão, logo depois de cumpridas as tarefas domésticas, momento em que as crianças podem usufruir de brincadeiras ao ar livre, pois seus pais estão vigiando.

A violência no bairro produziu uma reação uniforme entre os moradores, que criaram um modelo de conduta válido e aceitável, que é a da discriminação de um grupo específico, os “pedreiros” – usuários do crack – que são criminalizados e culpados por toda a violência no bairro. A “fala do crime” é unânime em culpabilizar este grupo pelo aumento da violência. A “fala do crime” reforça a sensação de insegurança dos moradores, levando a que alguns coloquem grades em frente às casas e outros optem por deixar as casas sempre ocupadas, revezando-se na família para nunca deixá-la sozinha, evitando assim que o “pedreiro” possa entrar para roubar utensílios que possam ser usados na troca por droga.

Os “microscópios desarranjos” (BARREIRA; ADORNO) que a violência introduz no tecido social, reinventaram as formas de sociabilidade dos bairros. As afirmações dos entrevistados de que se relacionam bem com os vizinhos, são relativizadas durante as narrativas, pois vemos que este “relacionar-se bem” é de uma maneira limitada, desconfiada. Fatos como, furto de roupa da “corda” ou brigas pelo lixo que um vizinho joga no pátio do outro, produzem rupturas nas relações.

Aliadas aos processos de exclusão social e econômica em que vivem os entrevistados, estas rupturas nas relações auxiliam no incremento da violência, pois como explica Tavares dos Santos (2009), estas rupturas, rompem também com o contrato e com os laços sociais, trazendo o “fenômeno de desfiliação” e “dilacerando o vínculo entre o eu e o outro”.

Os entrevistados afirmam que gostam de morar no bairro, mas não raros os moradores que os filhos abandonaram o bairro assim que puderam. O enclausuramento que se submetem os moradores devido à violência diminui o desenvolvimento do capital social.

É um tanto turva a concepção de violência dos moradores. Vemos o exemplo da entrevistada Macedo - 15 anos, Bairro Santa Rita -, uma menina que diz que seu bairro é seguro e não violento, mas relata que sofre violência dentro de casa, que o pai agride a mãe e a insulta. No entanto se sente segura dentro de casa e afirma não sair de noite porque as “esquinas” estão cheias de desocupados e seguindo, informa que o bairro está um pouco mais seguro nas últimas semanas,

pois mataram um dos “pedreiros” que mais cometia crimes. Vemos como a violência doméstica está formando indivíduos socializados e habituados com a violência.

Quando perguntávamos se os entrevistados já haviam sofrido algum tipo de violência, alguns relatavam casos de agressão física com lesões. Os que foram apenas ameaçados, furtados ou insultados, diziam não ter sofrido nunca nenhum tipo de violência. Ou seja, as violências por omissão, verbais, emocionais, não são percebidas, são consideradas fatos normais da relação.

A forma como estes moradores – os mais antigos – chegaram ao bairro, também não é sentida como violência. O bairro é resultado de um assentamento forçado, feito pela prefeitura há trinta anos. O local então, se tratava de um monte de dunas - a areia branca ainda se pode ver nas ruas. A água e a luz só chegaram ao bairro há dez anos.

Também o lixão, que havia no local, e era a fonte de renda de muitos moradores, foi fechado há menos de dez anos, sem oferecer alternativa para àqueles que de lá extraíam seu sustento.

Estes casos tão impositivos, que impactaram diretamente os moradores não foram sentidos como violência, mas apenas como percalços da vida.

Observamos também que as casas em que as agentes comunitárias de saúde previamente nos haviam relatado a existência de violência doméstica, mesmo as mulheres que estavam sozinhas em casa, ou seja, sem a fiscalização do marido, não relatavam a violência doméstica. E quando indagadas sobre o modo de resolução dos conflitos entre o casal, falavam das brigas e agressões, mas não entendiam estas como violências sofridas.

A violência mais reportada nas entrevistas é o uso de drogas, mas, no entanto citada como causa e consequência da violência, já que os “drogados” roubam para usar a droga. O crack aparece nas narrativas como a droga mais utilizada e causadora da violência no bairro, porém os dados levantados em 2009 mostram que nos bairros estão identificados 176 casos de usuários de crack, contra 416 usuários de outras drogas ilícitas e 171 usuários de álcool de um total de 9005 moradores. O crack é droga relativamente recente, levando-nos a inferir que as demais drogas e o álcool já fazem parte da rotina, de tal modo que não altera mais as relações sociais.

A violação ao patrimônio é mais sentida do que a violação à vida. A morte de traficantes seja pela polícia ou entre eles, é uma consequência da atividade desenvolvida, apenas um destino trágico. Violência física entre vizinhos passa

despercebida, como fato normal de sociabilidade. Quase todos os entrevistados têm problemas com pelo menos um vizinho, e ainda assim, sentem-se seguros nas suas ruas.

Também entre vizinhos existe uma rede de solidariedade, mas que só é acionada em caso de necessidades, como a falta de um café, a doença de um familiar, a atenção a uma criança. Fora as necessidades, os moradores passam encerrados dentro de casa e não confraternizam com os vizinhos.

Quanto à rede de prevenção da violência, ela não é identificada pelos moradores, ao contrário, são enfáticos em afirmar que não existe um trabalho de prevenção. Alguns moradores foram capazes de citar algumas palestras educacionais promovidas pelo Posto de Saúde, ou algum trabalho de ONG, mas nunca um trabalho integrado, com o objetivo de prevenir a violência. Mesmo com relação aos cuidados com as crianças e adolescentes, existe unanimidade entre os moradores, de que elas não são pauta das preocupações das instituições locais e mesmo governamentais. Alguns poucos entrevistados conseguiram citar ainda o Programa Primeira Infância Melhor – PIM, sempre como “aquele programa para as crianças pequenas”, ou seja, sem conhecer bem o que é o Programa.

Vários entrevistados relataram ainda que os únicos espaços de lazer são: uma discoteca, um ginásio esportivo e um campinho de futebol.

Estes espaços aparecem nas narrativas como problemáticos. O ginásio de esportes, uma obra construída pelo Programa de Prevenção da Violência – PPV, com o objetivo de revitalizar espaços urbanos de participação social, segundo as narrativas, fica fechado na maior parte do tempo. Há relatos de que cobram para usar este espaço, o que não deveria ocorrer e ainda, que os filhos não podem ir ao ginásio, por ser um local de concentração de “pedreiros”, “patrões” e pequenas gangues que brigam pelo simples prazer de praticar a violência.

O campinho, segundo os entrevistados, quando não está sujo, está sendo ocupado por prostitutas.

Em suma, não há espaços de lazer, nem para a comunidade em geral, muito menos para as crianças e adolescentes.

Pensávamos que pelo fato do município estar desenvolvendo há mais tempo um trabalho em rede em prol das crianças, poderia ter alterado a percepção dos moradores quanto à violência contra a infância. Mas não, as mães preocupadas com a segurança, trancam seus filhos dentro de casa porque não identificam ações no bairro para o desenvolvimento dos pequenos.

Algumas narrativas dão conta de um tipo de conduta violenta e gratuita - Jovens que cometem violências físicas contra outros jovens sem motivo. Um “olhar atravessado” pode ser o detonador de uma agressão. Estes jovens se mantêm em grupos e foram socializados e habituados com a violência, de tal sorte que sua interação com outros jovens é através da violência.

Quanto à representatividade das instituições, são raros os moradores que se sentem representados por alguma instituição. São nestes casos, os que de alguma forma participam da instituição, como Sama - 36 anos, moradora do Bairro Castelo Branco I - que trabalha no Posto de Saúde e sente-se representada por ele.

Cohen (2003, p. 424 - 425) diz que é fundamental a existência de uma cadeia de influências ligando a sociedade civil ao sistema político e uma relação de mediação ligando as organizações representativas (partidos) e os organismos representativos (legislativo). Os moradores entrevistados não têm ligação com o sistema político, pois não há representantes nos bairros que possam fazer esta ligação, ou porque estão muito limitados a ações caritativas, ou porque tem pouca capacidade de ação e articulação.

As instituições estão desacreditadas. Casos como o narrado por alguns entrevistados, de que a Associação de Moradores do Bairro Castelo II, havia recebido cobertores para doar e passou a vendê-los para a comunidade, ou ainda o caso narrado pela moradora Pereira - 54 anos, Bairro Castelo Branco II -, de que a policia vem até o local de tráfico e leva propina do traficante, faz com que os moradores não acreditem nas instituições e, portanto não participam delas, nem as apoiam.

Já entre os moradores que têm interesse em organizar-se em rede para reivindicar melhorias e mobilizar recursos e pessoas, a escolaridade é baixa, o conhecimento do meio político parece ser limitado e acabam sendo usados por algumas instituições. Um exemplo é o que ocorreu com o Programa de Prevenção da Violência, onde os representantes de instituições locais e moradores foram convidados para uma reunião, assinaram um livro ata, e uma rede foi criada.

Assim, a rede de prevenção da violência de Rio Grande não parece oportunizar um processo coletivo amplo, capaz de formular políticas públicas eficientes e não assistencialistas.

Se as instituições locais já não conseguem se enxergar, muito mais opaca é a rede para os moradores, que têm dificuldade de identificar as instituições que prestam serviço no bairro. O Posto de Saúde é a única instituição que foi identificada

por todos moradores. Isso se justifica porque eles recebem a visita do agente comunitário de saúde. No entanto, a exceção das palestras que alguns entrevistados narraram, os demais não conseguem enxergar no Posto de Saúde um trabalho de prevenção de violência, mas apenas um prestador de serviços.

Ademais, os moradores e atores locais não parecem pensar em políticas públicas, mas em relações de paternalismo e clientelismo com o governo. Esperam receber prontos os benefícios e melhorias para o bairro e, a violência, para eles, não é uma questão tão problemática que desencadeie um agir coletivo em busca de uma solução.

Se usarmos a ideia de Cohen sobre pluralidade, publicidade, privacidade e de que a sociedade civil autônoma nasce de processos independentes de mobilização e constituição (Cohen, 2003, p. 423) podemos dizer que há apenas um esboço de sociedade civil nos bairros estudados. Seguindo também o explicado por Gohn (2006) quando denomina sociedade civil organizada vemos que não é o caso dos bairros estudados que, salvo alguns exercícios coletivos citados nas entrevistas, têm moradores com dificuldades de trabalhar de forma integrada com a municipalidade. O caso do lixo é um exemplo claro, foram muitos os entrevistados, que afirmaram que a prefeitura limpa o bairro e os moradores sujam. Todos reclamam da sujeira do bairro, mas não fazem nada contra, se limitam a limpar suas casas e quando muito a frente dela. Alguns moradores chegam ao extremo de varrer seus pátios e jogar a sujeira para frente da própria casa.

Por fim, vemos que a rede de prevenção da violência de Rio Grande não alterou a percepção dos moradores dos bairros estudados, quanto à violência. Eles têm a mesma percepção de violência que tinham antes de 2002, quando se iniciou o trabalho em rede no município. Quando se referem às melhorias no bairro, se referem apenas às melhorias estruturais, uma rua asfaltada, água e luz nas casas, mais iluminação nas ruas, aumento do número de lojas e supermercados, ou seja, uma modernização independentemente do bem estar coletivo.

Aquelas duas redes Municipais opacas, não chegam aos bairros estudados, não são percebidas pelos moradores, não afetam nem interferem nas relações destes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é de fácil resolução a interrogativa que nos persegue desde o início desta investigação: O modelo de trabalho integrado em rede social, proposto pelo município de Rio Grande, para prevenir a violência é válido? Está sendo efetivo e eficaz para mudar a percepção dos moradores quanto à violência?

Podemos dizer que o modelo de trabalho em rede proposto pelo município, como forma de enfrentamento da violência, sim, é válido. Vimos pela teoria estudada que as multifacetárias causas e consequências da violência demandam uma intervenção multissetorial, que é oferecida através do trabalho em rede, onde se aperfeiçoam as ações e se constroem soluções adaptadas à realidade local.

As instituições ligadas à saúde e assistência social, que aparecem como instituições centrais em nosso sociograma, mostram que a rede concorda com a resolução 4.925 da OMS que considera a violência como um problema de saúde pública, pelos custos que acarreta, mas também pelo controle social que possibilita. Pelas narrativas dos moradores vemos como a droga está proporcionalmente relacionada com a violência. Quanto mais usuários de droga, mais violência há. Os usuários de drogas são considerados doentes, que necessitam de tratamento e não punição judicial. Desta maneira a participação central do Programa Estratégia de Saúde da Família, através do Posto de Saúde, mostra-se acertada e necessária para o enfrentamento da violência. E quem melhor para enfrentar a droga e a violência, que o Posto de Saúde, que conta com Agentes Comunitárias de Saúde, que circulam livremente entre os bairros, dentro das casas, conhecem as famílias, escutam seus relatos, chegando a 100% das casas.

Mas no modelo estudado, os atores da rede social não se enxergam e a sociedade não enxerga a rede. O que acontece então?

Os atores sociais governamentais, que têm como obrigação trabalhar em conjunto, não levam esta experiência para outras relações, ou seja, não utilizam o conhecimento adquirido em uma experiência para outra, de maneira que trabalham em nichos, limitando-se apenas aos protocolos estabelecidos de atendimento, e sabemos que quando não passado adiante, perde-se o conhecimento adquirido.

Apesar disso, gestores municipais negam a fragilidade do modelo, afirmam que a rede é eficaz e acabam não fazendo uma autoanálise em busca de fraquezas que possam ser transformadas em fortalezas e oportunidades.

Os atores não governamentais não se enxergam pertencentes a uma rede e muitas vezes adotam uma postura clientelista com o governo. Não são poucos os que têm pouca capacidade técnica de atuação e nenhum conhecimento das políticas públicas, mantendo-se como ilhas em um mar de relações. Os nós da rede são poucos.

Enquanto isso, enquanto ações de prevenção vão sendo desenvolvidas no seio desta rede opaca e esburacada, os indicadores de violência aumentam, a percepção da violência entre os moradores é a mesma de 10 anos atrás e as relações vão sendo alteradas com o que Barreira e Adorno chamam de “microscópios desarranjos” introduzidos pela violência.

Uma vez que a comunidade não é capaz de enxergar a rede, esta não consegue se fazer efetiva e eficaz para mudar a percepção dos moradores quanto à violência.

O universo do crime e da violência nos bairros estudados mostra o que Caldeira explicou sobre o “caráter disjuntivo da democracia brasileira”, pois observamos a expansão da cidadania, garantida pelos poderes governamentais, e a preocupação destes pela população estudada, que se apresenta em forma de programas, serviços e políticas de trabalho em rede, porém de outro lado a violência civil, doméstica e do Estado vem aumentando significativamente.

Esse aumento da violência podemos dizer que está ligado à banalização do crime e aos novos indivíduos socializados com a violência, que têm sua interação social marcada por estilos violentos.

São jovens que vivenciam violência dentro de casa, no seu bairro, na televisão, e atuam e interagem também de maneira violenta, como vemos no caso da entrevistada Macedo, caçula de uma família em que o pai sempre agrediu a mãe e os irmãos. Ou Eliane, que vê como um fato normal a morte de traficantes: uma consequência da profissão.

Se compararmos os indicadores de violência de Rio Grande, disponíveis no site da Secretaria Estadual de Segurança, em 2002 e em 2012, vemos que os indicadores de violência aumentaram.

Também sabemos que os indicadores levantados em 2009, especificamente quanto aos bairros estudados, não foram mais alimentados, de tal sorte que em 2012 temos apenas a opinião dos entrevistados quanto aos indicadores de violência nos bairros. E as narrativas nos mostram que os entrevistados consideram que a violência vem aumentando.

Isso nos leva a crer que, as ações desenvolvidas na prevenção da violência, pela rede municipal não parecem eficazes para mudar a percepção e vivência dos moradores quanto à violência.

Estes indivíduos que vimos nas entrevistas, estão acostumados aos “patrões” e aos usuários de drogas, como Pereira que prefere resolver seus problemas com os vizinhos, através da intervenção dos traficantes, do que usar o Estado, na figura do sistema judiciário ou da polícia.

Eles estão acostumados também à falta de espaços públicos, aos roubos e ameaças, aos muros, à violência estatal. Que se dizem seguros em suas casas, mas colocam muros, não saem à noite e sofrem violência física e verbal por parte dos demais moradores da mesma casa, ou seja, sofrem violência doméstica. Indivíduos estes, tão acostumados com a violência, que só consideram violência o que for agressão física grave com lesões ou roubo.

Concordamos com Tavares dos Santos, que estes novos indivíduos socializados com a violência trazem a “ruptura do contrato social e dos laços sociais”, o que trás o fenômeno de “desfiliação” e de ruptura nas relações, e auxilia o incremento da violência.

Entendendo assim o incremento da violência, e entendendo a violência como multicausal, vemos a importância de ter um modelo de atuação para o enfrentamento, que seja capaz de atingir todas as “origens” e todas as “consequências” dela. Ou seja, um modelo de atuação intersetorial em rede.

Em Rio Grande, o passo inicial foi dado. O Ministério Público propiciou o trabalho coletivo, as instituições, através de seus agentes, estão criando laços afetivos e vão desconstruindo paradigmas e mitos. Agora, o segundo passo deve ser dado: criar uma sistemática e uma mentalidade de trabalho em rede, onde seja garantido um espaço de participação contínuo, igualitário e empoderado, que não dependa dos laços afetivos, e sim que seja intrínseco ao agir das instituições e atores sociais.

Quando as entidades que atuam em nível municipal lograrem realizar este trabalho sistêmico, poderão levar este agir para as instituições locais.

Por outra parte, os atores locais precisam empoderar-se para poder participar das políticas públicas, afastando o clientelismo, o paternalismo e o assistencialismo de suas formas de atuação.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio; CARDIA, Nancy. Dilemas do Controle Democrático da Violência: Execuções Sumárias e Grupos de Extermínio. In: **Violência em Tempos de Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 66-90.

AQUINO DA SILVA, Rosimeri. O público da Violência. In: **Violência em Tempos de Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 183-198.

BARREIRA, César; ADORNO, Sérgio. A violência na Sociedade Brasileira. In: **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: ANPOCS, 2010. p. 303-374.

BARREIRA, César. Violência na Contemporaneidade. **Série de Debates sobre Conjuntura** [do] Grupo de Estudos Sócio-Políticos do Sindicato dos Bancários do Ceará: agosto, 2007. 32p.

BURGOS, Raúl. Da democratização política à radicalização da democracia: novas dimensões estratégicas dos movimentos sociais. In: **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Editora Universitária, 2007. p. 127-166.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros – Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34, 2003. 399 p.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A Política dos Outros – O cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo: Brasiliense, 1984. 300 p.

CÂMARA DO COMÉRCIO DE RIO GRANDE. Disponível em: <<http://www.camaradecomercio.com.br/site/>> Acesso em 02 jul. 2009.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 12ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra S/A, 1999. 698 p.

Centro Estadual de Vigilância em Saúde do Rio Grande do Sul - Disponível em: www.saude.rs.gov.br. Acesso em 04 de abril 2009.

COHEN, Jean. Sociedade Civil e Globalização: Repensando categorias. **Dados. Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, nº 03, 2003. p. 419-459.

COHEN, Jean; ARATO, Andrew. **Sociedad civil y teoría Política Civil**. México: Fondo de Cultura Económica, 1995. 703 p.

Coordenação Municipal das Urgências Disponível em: www.riogrande.rs.gov.br, acesso em 04 de abril de 2009.

DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana. Introdução. In: **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Editora Universitária, 2007. p. 09-21.

DURKHEIM, Émile. **Sociologia**. 3 ed. São Paulo: Editora Atica, 1984. Tradução de Laura Natal Rodrigues.

DURKHEIM, Émile. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, NORBERT. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

FAJARDO, Sinara Porto. Reflexões para uma rede ampla, forte e articulada. In: **Multiplicando Saberes – Trabalhando em rede para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes**. Rio Grande: Pluscom Editora, 2011. p. 45-57.

FELTRAN, Gabriel de Santis. A fronteira do direito: política e violência na periferia de São Paulo. In: **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Editora Universitária, 2007. p. 537-565.

FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique. Introdução. In: **Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública**. 1ª edição. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 7-15.

GOHN, Maria da Glória. Políticas públicas e processos de emancipação: impactos da globalização econômica na realidade brasileira. **CADERNO CRH – Caderno de Recursos Humanos editado pelo Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia**. Salvador, v. 19, n. 48, set./dez. 2006. p. 537-549.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Segurança Pública. Departamento de Gestão da Estratégia Operacional – Divisão de Estatística Criminal, **Indicadores – Ocorrências – Fato Consumado – ano: 2008**. Disponível em:

<http://www.ssp.rs.gov.br/portal/principal.php.action=estatistica&cod_catestat=26>

Acesso em: 17/04/2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Estadual de Saúde. **Regimento Interno do Comitê Estadual de Prevenção da Violência**. Disponível em: <<http://www.saude.rs.gov.br/wsa/portal/index.jsp?menu=servicos&cod=16966>> Acesso em: 17/04/2011.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Decreto nº. 44.908, de 27 de fevereiro de 2007**. Dispõe sobre o Comitê Estadual de Prevenção da Violência. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=50461&hTexto=&Hid_IDNorma=50461> Acesso em: 17/04/2011.

GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. Os Bastidores da Sociedade Civil - Protagonismos, Redes e Afinidades no Seio das Organizações Civis. **Centro Brasileiro de Análise e Planejamento - CEBRAP**. São Paulo, nov. 2006b. Disponível em: <http://www.cebrap.org.br/v1/template.php?area=7&pagina=31&item_biblio=66&lang=pt> Acesso em: 17/04/2011.

GURZA LAVALLE, Adrián; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata Mirandola. Redes e Capacidade de Ação na Sociedade Civil – O caso de São Paulo - Brasil. **REDES – Revista Hispana para El Análise de Redes Sociales**, v.12, n.6, Junho 2007 Disponível em: <<http://revista-redes.rediris.es>> Acesso em: 02/04/2011.

HANNEMAN, Robert A. **Introducción a los métodos del análisis de redes sociales**. Departamento de Sociología de la Universidad de California Riverside, 2000. Texto traduzido em capítulos.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em 02 jul.2009.

LAVALLE, Adrián Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Representação Política e Organizações Civas – Novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. *In: RCBS – Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo: fevereiro. 2006a.

LOMNITZ, Larissa Adler de. **Cómo sobreviven los marginados**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1998.

LOZARES, Carlos. **La teoría de redes sociales**. Barcelona: Universidade Autônoma de Barcelona, 1996. Disponível em: <<http://ddd.uab.cat/pub/papers/02102862n48/02102862n48p103.pdf>> Acesso em 01/04/2011.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão. As redes sociais importam para a pobreza urbana? **DADOS - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.52, n.2, p. 471-505, 2009.

MARQUES, Eduardo Cesar Leão; BICHR, Renata; PAVEZ, Thais; et al. **Redes Pessoais e Pobreza em São Paulo**. 2006. Disponível em: www.cebrap.org.br/v1/upload/biblioteca_virtual/marques acesso em 20/08/2011.

MARTINS, Paulo Henrique. Ação Pública, Redes e Arranjos familiares. *In: Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública*. 1ª edição. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 19-50.

MEDEIROS, Rogério de Souza. Crítica e Resignação nas atuais relações entre as ONGs e o Estado no Brasil. *In: Democracia, Sociedade Civil e Participação*. Chapecó: Editora Universitária, 2007. p. 167-202.

MORAES, Rodrigo Schoeller; JULIANO, Maria Cristina Carvalho. Rio Grande e sua experiência em redes de cooperação. In: **Multiplicando Saberes – Trabalhando em rede para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes**. Rio Grande: Pluscom Editora, 2011. p. 14-44.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, Assemblée Mondiale de la Santé, Quarante-neuvieme, 20-25 Mai 1996, WHA 4.925 - **La prévention de la violence: une priorité pour la santé publique**. Disponível em: <http://www.who.int/violence_injury_prevention/resources/publications/WHA4925_fre.pdf> Acesso em: 17/04/2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Violência e Saúde**, 2002. Disponível em: <<http://www.opas.org.br/cedoc/hpp/ml03/0329.pdf>> Acesso em: 10/04/2011.

OSÓRIO, Luiz Carlos. Agressividade e Violência: O Normal e o Patológico. In: **Violência em Tempos de Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 522-543.

PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. As políticas públicas locais e os processos de “hibridação” no Brasil e na América Latina. In: **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Editora Universitária, 2007. p. 331-350.

PORTUGAL, Sílvia. Quanto Vale O Capital Social? O Papel Das Redes Informais na Provisão de Recursos. In: **Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública**. 1ª edição. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 51-74.

PROGRAMA ESTADUAL DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA. Disponível em: <www.saude.rs.gov.br>. Acesso em 04 de abril 2009.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano**, 2009. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2009_PT_Complete.pdf> Acesso em: 10/04/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. Disponível em:
<www.riogrande.rs.gov.br> Acesso em 02 jul.2009.

REIGADAS, Maria Cristina. Las condiciones de la participación democrática en la era de la globalización. In: **Redes, Práticas Associativas e Gestão Pública**. 1ª edição. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. p. 163-182.

SILVA, Marcelo Kunrath. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para a análise dos processos de participação social no Brasil. In: **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Editora Universitária, 2007. p. 477-497.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n.16 Porto Alegre. jul./dez. 2006. p. 20 – 45.

STRECK, Lenio Luiz. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e a Modernidade Tardia no Brasil. In: **Violência em Tempos de Globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 456-474.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Violências e Conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009. 172 p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. (org.). **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999.

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias Urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: **Democracia, Sociedade Civil e Participação**. Chapecó: Editora Universitária, 2007. p. 499-536.

ZALUAR, Alba. A Globalização do Crime e os Limites da Explicação Local. In: **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999. p. 91-100.

Anexo I – Mapa dos bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II e Santa Rita



Os círculos vermelhos indicam a localização aproximada das casas entrevistadas
 Fonte: Google Earth

ANEXO II

Instrumentos de Pesquisa

Entrevista Pré-Estruturada Para Instituições:

Tipo de Instituição

() ONG () Org popular () Assoc Bairro () Assoc Comunit () Entidade assistencial () Articuladora () Fórum

- 1) Nome Fantasia: _____
- 2) Razão Social: _____
- 3) Data da Fundação: _____
- 4) É legalmente constituída? () SIM () NÃO
- 5) Qual a atividade fim da Instituição: _____
- 6) Qual grupo vocês representam? (marque mais de um se necessário)

() Mulheres () Homens () Trabalhadores () Desempregados

() Crianças () Comunidade geograficamente determinada

() Vítimas de violência () Jovens () Doentes () Idosos

() Outro. Especifique _____
- 7) Quantas pessoas esta Instituição representa? (pode ser um número aproximado)

- 8) Cite algumas organizações com que trabalha:

- 9) Das organizações que vou citar agora, com qual delas trabalha e de que forma: (citar as instituições mapeadas no diagnóstico do PPV 2009)
- 10) Fale um pouco destas instituições.
- 11) Como é a relação com estas instituições? (identificar se a relação é de necessidade e/ou obrigatoriedade, se é vulnerável ou recíproca e qual é a capacidade de ação da entrevistada).
- 12) Qual a instituição preferencial? A que vocês trabalham com mais proximidade.
- 13) Existe um trabalho em rede para prevenção da violência nos bairros onde as instituições se apoiam mutuamente?

ANEXO II

Entrevista Pré-Estruturada Para Moradores:

- 1) Nome: _____ 1b) Idade: _____
 2) Sexo: () mulher () homem
 3) Grau de Instrução: _____ 3b) Quantos anos mora no bairro ()
 4) Profissão: _____
 5) Filhos? () sim () não () quantos
 6) A idade deles: _____

Convido a eles para lembrarem 3 acontecimentos importantes da vida deles especialmente depois de 2000. (Observar qual foi o mais difícil de lembrar).

- 7) O bairro é violento? Por quê? Você se sente seguro para sair à noite? Deixar a casa aberta?
 8) Quem são os criminosos no seu bairro (ou as pessoas violentas)?
 9) Moram no bairro (os criminosos)? Se não, onde moram?
 10) Porque você acha que estes (os criminosos indicados pelo entrevistado na pergunta 8) cometem atos de violência?

11) O que é violência para você? Dê exemplos? _____

12) Você já sofreu algum ato de violência que tenha alterado seu dia a dia (que tenha gerado insegurança)? Quando?

13) Conhece algum trabalho (programa) de Prevenção da Violência? () Sim () Não

14) Qual? _____

15) Como funciona? _____

16) Cite algumas instituições que fazem parte deste programa/ quais instituições fazem trabalho de prevenção da violência no bairro. (ONGs, Igrejas, secretarias municipais, Escola, Posto de Saúde e outras)

17) Alguma instituição do bairro (associação: Pais e Mestres da Escola, de moradores, Igrejas, ONGs, Posto de Saúde, serviço municipal) representa você?

18) Você acredita que as crianças e adolescentes são uma preocupação das instituições que atuam nos bairros? (lembrar as instituições supracitadas se houver). Por quê?

19) Quadro relacional das práticas dos moradores dos três bairros pesquisados no período de implementação do Programa Rede Família (2002-2012) da Prefeitura de Rio Grande:

Percepção, vivência e práticas cotidianas dos moradores.	A partir da implantação do Rede Família em 2002	Ano de 2012
Você frequenta a Associação de Pais e Mestres da Escola? Como se relaciona com os professores?		
Como você educa e disciplina seus filhos? Você costuma conversar com eles ou bater neles?		
Como é a relação com a Agente Comunitária de Saúde? (ver se é de necessidade ou amizade).		
Onde os jovens se divertem? Há praças ou quadras para os jovens se reunirem e brincarem?		
Como é a limpeza do bairro?		
Você acha que seu bairro melhorou nos últimos 10 anos? (Período em que o trabalho em Rede desenvolvido pelo município já poderia ter tipo um impacto na comunidade). Em que?		
A quem você atribui esta melhoria?		
Você participa da Associação de Bairro?		
Você ou alguém da sua família alguma vez foi consultado para tomar decisões em reuniões no bairro? (dar exemplos) Como ocorreu esta consulta e em que lugar?		
Esta consulta é periódica ou não?		
Como você se relaciona com seus vizinhos?		

20) Você já foi encaminhado do Posto de Saúde para o hospital, ou da Escola para o CRAS, ou ainda para o Conselho Tutelar? Como ocorreu este encaminhamento?

ANEXO III
TERMO DE ACEITE

Universidade Federal de Pelotas – UFPEL
Mestrado de Ciências Sociais

TERMO DE ACEITE

Aceito que os dados obtidos nesta entrevista sejam utilizados na Dissertação de Mestrado sobre a Rede de Prevenção da Violência de Rio Grande, de autoria da mestranda Fabiana Jorge da Silva, cuja orientadora é a Professora Doutora Maria Thereza Rosa Ribeiro, no Curso de Mestrado de Ciências Sociais da UFPEL. Estou ciente que meu nome não será divulgado.

Nome: _____

Documento: _____

Data: _____

Assinatura

Fabiana Jorge da Silva

Tel: (53) 99634156

Anexo IV

REGIMENTO INTERNO da CÂMARA SETORIAL de SEGURANÇA e PREVENÇÃO da VIOLÊNCIA COMITÊ ESTADUAL PARA A PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/CEPREVI – anexo VII

Art. 1º - O presente Regimento Interno tem por finalidade disciplinar a estrutura e o funcionamento do Comitê Estadual Para a Prevenção da Violência instituído pelo Decreto Estadual nº. 44.908, de 27 de fevereiro de 2007.

Capítulo I

Da Natureza e Finalidades:

Art. 2º- O Comitê Estadual para a Prevenção da Violência, vinculado à Câmara Setorial de Segurança e Prevenção da Violência, tem a finalidade de articular esforços da sociedade civil e do governo para a promoção de ações de prevenção da violência.

Capítulo II

Da Composição:

Art. 3º- O Comitê Estadual para a Prevenção da Violência, coordenado pela Secretaria Estadual da Saúde, e integrado pela Casa Civil, Casa Militar, Secretarias do Planejamento e Gestão, da Justiça e Desenvolvimento Social; da Segurança Pública; da Cultura; da Educação; do Turismo, Esporte e Lazer, da Administração e dos Recursos Humanos; da Ciência e Tecnologia; da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Social, por órgãos do Governo do Estado, representantes de entidades da sociedade civil, de instituições, de organizações nacionais e internacionais, e por profissionais de notório saber em matéria de prevenção à violência, assim como de personalidades que se destacaram na mobilização pela não-violência.

§ 1º- Os integrantes do Comitê serão designados por ato do(a) Governador(a) do Estado, após indicação dos respectivos órgãos, instituições e entidades, que poderão ser substituídos a qualquer tempo.

§ 2º- A representação no Comitê não dá direito à percepção de qualquer espécie de remuneração ou subsídios para seus membros.

§ 3º - Será considerada desistente do Comitê a instituição, a entidade, a organização, o profissional ou personalidade que deixar de comparecer, por si ou

pela pessoa indicada para exercer a representação, em mais de quatro reuniões consecutivas, sem justificativa, ou em seis intercaladas no mesmo exercício.

Capítulo III

Das Atribuições:

Art. 4º- Ao Comitê Estadual para a Prevenção da Violência compete:

- I - propor políticas de parceria entre o governo e a sociedade civil para a promoção de ações articuladas na prevenção da violência;
- II - contribuir para a formação e articulação das redes de prevenção da violência, integrando ações de governo e das entidades civis;
- III - desenvolver estudos, pesquisas e estratégias para o enfrentamento da violência;
- IV - viabilizar e acompanhar acordos de cooperação institucional que objetivem o alcance das ações previstas;
- V - contribuir na formulação de indicadores e de instrumentos de monitoramento e de avaliação das ações desenvolvidas no Estado e nos municípios;
- VI - contribuir para o alcance de objetivos e metas do Programa através de cooperação técnica entre os seus participantes;
- VII - promover e acompanhar acordos de cooperação técnica com vistas ao alcance de suas metas e objetivos;
- VIII - divulgar, sensibilizar e mobilizar a comunidade sobre o tema e sua importância;
- IX - programar eventos de conscientização para a temática objeto do Comitê, como o Dia e a Semana Estadual de Prevenção da Violência.

Art. 5º- Para o cumprimento de sua finalidade e a realização de suas atribuições, adotará o Comitê as seguintes diretrizes estratégicas:

- I – estímulo à atuação em parceria das esferas governamentais e não-governamentais como modo de fortalecer a rede social existente e envolvê-la nas atividades de prevenção da violência;
- II – desenvolvimento de metodologias próprias de prevenção da violência através da oferta, em âmbito local, de atividades específicas de apoio à formação e de assessoria técnica;
- III – mobilização da população em cada Município que aderir ao Programa para o fim da participação na definição das ações, na implementação das providências e na comunhão de atitudes de segurança protetiva de toda a coletividade.

Capítulo IV

Da Estrutura e Funcionamento:

Art. 6º- O Comitê Estadual para a Prevenção da Violência compor-se-á de:

Plenário;

Mesa Diretora;

Comissões;

IV - Projetos Institucionais;

V- Coordenação Técnica.

Sessão I

Do Plenário:

Art. 7º- O Plenário, órgão máximo e responsável pelas atribuições do Comitê Estadual, reunir-se-á em sessão ordinária, mensal e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente da Mesa Diretora, em horário previamente estabelecido, sempre que houver matéria urgente a ser examinada, sendo discutidos assuntos que determinaram a sua convocação.

§ 1º - os profissionais e personalidades poderão fazer-se representar.

§ 2º - as reuniões da Plenária serão convocadas com antecedência mínima de setenta e duas (72) horas ,através de mensagem, acompanhada do expediente e ordem do dia.

§ 3º - o início dos trabalhos será no horário marcado com a presença mínima de um terço de seus componentes em primeira chamada e, em segunda chamada, trinta minutos após, com qualquer número.

§ 4º - os assuntos colocados em pauta decidir-se-ão pelo voto da maioria dos presentes, ressalvada a previsão do art. 18 do presente regimento, com direito a voto.

Art. 8º- As sessões plenárias constarão de expediente e ordem do dia.

§ 1º- O expediente abrangerá:

I- leitura , discussão e votação da ata da sessão anterior;

II- avisos,comunicações, apresentação de correspondência e documentos de interesse do Plenário;

III- outros assuntos de caráter geral do interesse do Comitê Estadual.

§ 2º- A ordem do dia compreenderá a apresentação e discussão da matéria levada ao plenário pelo Presidente da Mesa Diretora.

Art. 9º- As deliberações serão tomadas pelo voto da maioria dos membros das organizações presentes em sessão plenária.

Sessão II

Da Mesa Diretora:

Art. 10- A Mesa Diretora, órgão de organização e funcionamento da Plenária, será composta por quatro membros para mandato de um ano e que exercerão, respectivamente, as funções de Presidente e Vice-Presidente e de Primeiro e de Segundo Secretário, que serão eleitos em sessão plenária a realizar-se na primeira quinzena de setembro, convocada para este fim, com antecedência de oito dias, sendo empossados logo após a eleição, no mesmo exercício civil.

Art.11- Compete ao Presidente, além de outras atribuições que lhe são conferidas por este regimento, ou pertinentes ao cargo:

I – convocar e presidir sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, definindo sua ordem do dia;

II- cumprir e fazer cumprir este Regimento;

III- fixar o calendário das reuniões ordinárias;

IV- designar os membros das Comissões para cumprirem tarefas afetas ao Comitê;

V- tomar as providências necessárias para o regular funcionamento do Comitê;

VI- participar, quando necessário ou quando solicitado, das reuniões de Comissões e Projetos Institucionais;

VII- expedir instruções e documentação à organização referente ao Comitê;

VIII- conceder e cassar a palavra;

IX- resolver de plano as questões de ordem;

X- encaminhar as decisões da Plenária aos órgãos competentes;

XI- representar o Comitê e delegar representações;

XII- desempenhar todas as atribuições inerentes ao cargo.

§ 1º-O Vice-Presidente substituirá o Presidente nos casos de impossibilidade, tendo as mesmas atribuições, e suceder-lhe-á, nos casos de vacância.

§ 2º-Compete ao Primeiro Secretário:

I – efetuar o registro da pauta, das decisões e dos encaminhamentos da Plenária;

II – auxiliar na organização e no desenvolvimento da reunião.

§ 3º - Compete ao Segundo Secretário:

I – substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências ou impedimentos;

II - auxiliar o Primeiro Secretário no exercício de suas atribuições.

Art. 12- Em caso de vacância da Vice-Presidência, proceder-se-á a eleição, em sessão plenária convocada para este fim, dentre os demais componentes da Mesa Diretora, para completar o tempo que falta ao cumprimento do mandato.

Sessão III

Das Comissões:

Art. 13- Para desincumbir-se das tarefas afetas ao Comitê, poderá o Presidente, constituir Comissões Especiais.

§ 1º- Cada Comissão escolherá seu Coordenador(a).

§ 2º- O funcionamento das Comissões Especiais será organizado pelos seus membros, observando o Regimento Interno do Comitê.

§ 3º- As proposições feitas pelas Comissões Especiais, serão submetidos à deliberação do Plenário.

Sessão IV

Dos Projetos Institucionais:

Art. 14- Os Projetos Institucionais, se organizarão de forma a propor e realizar a execução, o monitoramento e a avaliação das ações de Prevenção da Violência dos organismos governamentais e não-governamentais.

Parágrafo Único- As Organizações com Projetos Institucionais vinculados a prevenção da violência, se articularão de forma intra e intersetorial, visando a implementação das políticas de prevenção da violência, através de um Plano de Ação Integrado.

Sessão V

Da Coordenação Técnica:

Art. 15- Junto ao Comitê Estadual funcionará a Coordenação Técnica, integrada por um Coordenador, designado pela Secretaria de Estado da Saúde, com as seguintes atribuições:

- I – organizar a pauta das reuniões da Plenária e em consonância com as determinações da Mesa Diretora do Comitê Estadual;
- II – preparar e expedir a correspondência e tratar do expediente de todos os órgãos do Comitê;
- III – exercer as atividades de apoio administrativo às reuniões da Plenária e dos Projetos Institucionais;
- IV – zelar pela organização, guarda e manutenção dos materiais produzidos ou endereçados ao Comitê ou a qualquer dos seus órgãos;
- V – apresentar relatório trimestral das atividades desenvolvidas, submetendo-o à consideração da Plenária na reunião ordinária;
- VI – auxiliar na organização da retaguarda necessária à realização de eventos promovidos pelo Comitê ou por qualquer de seus órgãos;

VII – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas.

Capítulo VI

Das Disposições Gerais:

Art. 16- O comparecimento dos membros das organizações pertencentes ao Comitê Estadual será comprovada pela assinatura em documento próprio para este fim.

Art. 17- As omissões e as dúvidas de interpretação e execução deste Regimento serão resolvidas pelo Plenário do Comitê Estadual.

Art. 18- Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação, em sessão plenária, e somente poderá ser modificado por deliberação da metade mais um dos membros do Comitê, em reunião especialmente convocada para este fim.

Art.19- O presente Regimento revoga o anterior.

Aprovado, por unanimidade, pelo Plenário, em sessão de 11 de novembro de 2008.

Anexo V

Resolução 4.925 da Organização Mundial da Saúde – OMS, de 25 de maio de 1996

WHA49.25 La prévention de la violence: une priorité pour la santé publique

La Quarante-Neuvième Assemblée mondiale de la Santé, Notant avec beaucoup d'inquiétude l'augmentation spectaculaire de l'incidence des blessures infligées intentionnellement, partout dans le monde, à des êtres de tous âges et des deux sexes, mais spécialement aux femmes et aux enfants; Approuvant l'appel lancé, dans la Déclaration du Sommet mondial pour le développement social, en vue de l'adoption et de l'application de politiques et de programmes bien déterminés de santé publique et de services sociaux pour prévenir la violence dans la société et en atténuer les effets;

Approuvant les recommandations formulées à la Conférence internationale sur la population et le développement (Le Caire, 1994) et à la Quatrième Conférence mondiale sur les femmes (Beijing, 1995) pour que l'on s'attaque de toute urgence au problème de la violence à l'encontre des femmes et des jeunes filles et que l'on en apprécie les conséquences pour la santé;

Rappelant la Déclaration des Nations Unies sur l'élimination de la violence à l'égard des femmes; Notant l'appel lancé par la communauté scientifique, dans la Déclaration de Melbourne adoptée à l'occasion de la Troisième Conférence internationale sur la prévention des traumatismes (1996), en vue d'un renforcement de la coopération internationale pour assurer la sécurité des citoyens du monde entier;

Reconnaissant les graves répercussions, immédiates et à plus long terme, de la violence sur la santé et sur le développement psychologique et social, dans un contexte individuel, familial, communautaire et national;

Reconnaissant les conséquences de plus en plus importantes de la violence sur les services de santé partout dans le monde et son effet préjudiciable sur des ressources sanitaires déjà limitées dans les pays et les communautés;

Reconnaissant que les agents de santé sont souvent parmi les premiers à intervenir auprès des victimes de violences, étant donné qu'ils disposent de moyens techniques sans égal et qu'ils bénéficient d'une position particulière au sein de la communauté pour aider les personnes exposées;

Reconnaissant que l'OMS, qui est la principale institution pour la coordination de l'action internationale de santé publique, se doit de donner l'impulsion nécessaire et

de guider les Etats Membres qui s'efforcent d'élaborer des programmes de santé publique visant à prévenir la violence à l'encontre de soi-même et des autres;

1. DECLARE que la violence constitue l'un des principaux problèmes de santé publique dans le monde;

2. INVITE INSTAMMENT les Etats Membres à évaluer le problème de la violence sur leur territoire et à communiquer à l'OMS les informations recueillies sur ce problème et les méthodes adoptées pour le résoudre;

3. PRIE le Directeur général d'entreprendre, dans les limites des ressources disponibles, des activités de santé publique destinées à apporter des solutions au problème de la violence et qui auront pour buts:

1) de caractériser les différents types de violence, d'en définir l'ampleur et d'évaluer les causes de la violence et ses conséquences en santé publique, en se plaçant aussi pour l'analyse dans une perspective sexospécifique;

2) d'évaluer les types et l'efficacité des mesures et des programmes destinés à prévenir la violence et à en atténuer les effets, en portant une attention particulière aux initiatives prises au sein de la communauté;

3) de favoriser les activités visant à résoudre ce problème au niveau international et à celui des pays, y compris des mesures en vue:

a) d'améliorer la prise de conscience, la notification et la gestion des conséquences de la violence;

b) de favoriser une plus grande participation intersectorielle à la prévention et à la prise en charge de la violence;

c) de faire de la violence une priorité de la recherche en santé publique;

d) de préparer et diffuser des recommandations pour l'élaboration de programmes de prévention de la violence aux niveaux des nations, des Etats et des communautés partout dans le monde;

4) d'assurer la participation active et coordonnée des programmes techniques compétents de l'OMS;

5) de renforcer la collaboration entre l'Organisation et les gouvernements, les autorités locales et les autres organismes du système des Nations Unies dans la planification, la mise en oeuvre et la surveillance continue des programmes de prévention de la violence et d'atténuation de ses effets;

4. PRIE EN OUTRE le Directeur général de présenter au Conseil exécutif, à sa quatre-vingt-dix-neuvième session, un rapport faisant état des progrès accomplis jusque-là et de soumettre un plan d'action en vue de progresser vers la mise au point

d'une démarche scientifique de santé publique en matière de prévention de la violence.

Rec. résol., Vol. III (3e éd.), 1.11 (Sixième séance plénière, 25 mai 1996 - Commission B, quatrième rapport)

Anexo VI

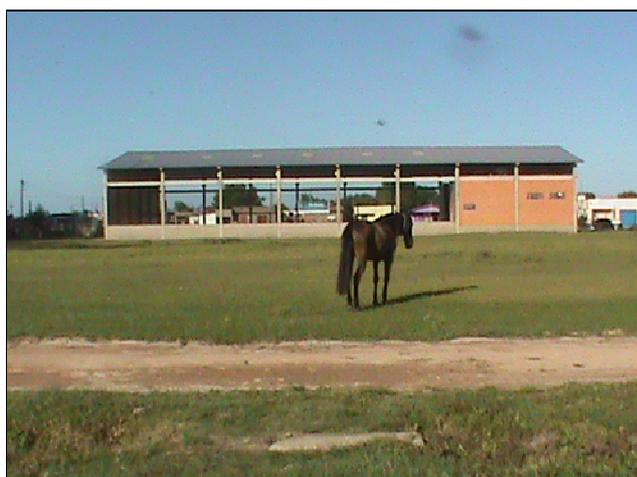
Fotos dos bairros estudados



Escola de Ensino Fundamental João de Oliveira no Bairro Castelo Branco II.



Uma rua comum do Bairro Castelo Branco II



Ginásio de Esportes construído pelo Programa de Prevenção de violência - PPV



Posto de Saúde que atende os Bairros Castelo Branco I, Castelo Branco II, Santa Rita e Cidade de Águeda



Reunião com os gestores de Rio Grande, representantes do PPV